UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

FABIANO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA A LEITURA E COMPREENSÃO DA DINÂMICA DE TERRITÓRIOS:

uma proposta teórico-metodológica

Rio de Janeiro
2017

FABIANO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA A LEITURA E COMPREENSÃO DA DINÂMICA DE TERRITÓRIOS:

uma proposta teórico-metodológica

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Rio de Janeiro
2017

CIP - Catalogação na Publicação

O48c

Oliveira, Fabiano Custódio de
Contribuições da ciência geográfica para a leitura e compreensão da dinâmica de territórios : uma proposta teórico-metodológica / Fabiano Custódio de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2017.
320 f.

Orientadora: Cláudia Ribeiro Pfeiffer.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Geografia - Metodologia. 3. Planejamento urbano. 4. Território. I. Pfeiffer, Cláudia Ribeiro , orient. II. Titulo.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABIANO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA A LEITURA E COMPREENSÃO DA DINÂMICA DE TERRITÓRIOS: UMA PROPOSTA TEÓRICO - METODOLÓGICA

Tese submetida ao corpo docente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.a Dr.a Cláudia Ribeiro Pfeiffer
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ

Prof.a Dr.a Tamara Tania Cohen Egler
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ

Prof.a. Dr.a Viviani de Moraes Freitas Ribeiro
Instituto Estadual do Ambiente – INEA

DEDICATÓRIA

A memória do meu pai ***Francisco Ferreira de Oliveira****, que foi um ator nesse processo de territorialização do açude Epitácio Pessoa que me levou desde criança a conhecer a realidade desse território que sempre participou comigo nas pesquisas anteriores realizadas que estava com sua presença na fase inicial na elaboração dessa tese e infelizmente não está entre nós nesse momento importante. Essa tese é dedicada ao senhor, pai, (camponês) homem trabalhador, que sempre procurou alternativas de sobreviver e, assim, oferecer o melhor para família em meio à dinâmica territorial do qual estava inserido.*

Eternas saudades meu amado pai!

AGRADECIMENTOS

Estou muito feliz por ter finalizado uma pesquisa pessoal. A satisfação e alegria que sinto pela conclusão são sentimentos difíceis tanto para mensurar quanto de expressar, através de palavras. Assim, não vou atrever-me a explicar os meus sentimentos, quero apenas vivê-los. Foram muitos aqueles que contribuíram pra que eu pudesse realizar este trabalho em torno do açude da minha querida cidade de Boqueirão e a estes tenho muito a agradecer.

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me concedido este tempo para a realização de um objetivo, por ter-me fortalecido nos momentos de desânimo e por nunca ter-me desamparado nos momentos mais difíceis do doutorado, me proporcionando fé e esperança nas horas mais preciosas de estudo.

Meus agradecimentos ***especiais*** *à professora,* ***amiga****,* **Profª. Drª Cláudia Ribeiro Pfeiffer** ***"Orientadora"****. Sem suas contribuições seria impossível a concretização deste trabalho. Agradeço além das orientações, a paciência, a alegria, as conversas e o otimismo que acompanharam os nossos encontros pessoais e pela Internet e principalmente a confiança depositada em mim.*

Ao meu amigo Janduí Barbosa de Andrade pela lição de vida e perseverança demonstrados nos momentos adversos, me fortalecendo e incentivando nos momentos mais difíceis do doutorado, sem os quais não teria concluído o curso.

A Maria da Conceição Gomes de Miranda, grande incentivadora e amiga de trabalho do CDSA/ UFCG, presente em todos os momentos dessa jornada, muito obrigada pela compreensão e paciência nas inquietações do decorrer da pesquisa.

À banca uma referência em especial aos professores: Helion, Tamara e Viviani. Obrigado pelas contribuições indicadas e sugestões indiscutivelmente, pertinentes na qualificação. Obrigado, ainda, ao professor Cidoval, que, gentilmente, de imediato, aceitou o nosso convite para participar da banca.

Às professoras e aos professores que em cada disciplina da pós-graduação, contribuíram para aprofundar meus conhecimentos referentes ao planejamento Urbano e Regional. Em relação ao corpo docente do programa, agradeço ao nosso coordenador do DINTER –UFRJ/IPPUR/UFRJ, o Prof. Dr. Mauro Kleiman, pelo apoio constante e entusiasmado no momento das disciplinas optativas que ofereceu ao grupo na fase da estadia da turma do DINTER na UFRJ.

A minha mãe, Rosirene e aos meus irmãos, Fabiana, Junior e Fabricio que tantas vezes ouviram-me falar sobre minhas alegrias e dificuldades no doutorado, sempre apoiando e incentivando.

Dóris, Cristiane, Larissa, Austerliano e Artur amigos do curso, que compartilharam comigo a viagem e a estádia no Rio de Janeiro durante as disciplinas cursadas no doutorado no IPPUR - UFRJ, que em muitos momentos contribuíram para a realização dos meus objetivos, indicando textos, dando opiniões referentes à minha pesquisa.

A todos os meus colegas do doutorado deixo meu carinho e minhas saudades dos bons e maus momentos durante o curso. O meu perdão àqueles que por motivos alheios à minha vontade não me compreenderam nem se fizeram compreender. O meu agradecimento por todo convívio, por todos os momentos vividos e por toda a esperança de que sempre estaremos juntos mesmo na distância física.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento desse trabalho.

Obrigado.

Fabiano Custódio de Oliveira

[...] Dos peixes do seu açude.
Vive muitos pescadores
E na represa da água
Trabalha os agricultores [...]
O nosso grande açude
Que deu vida os agricultores
Com a seca está secando
Foi retirando os motores
Proibiram a irrigação
Nem tem milho, nem feijão
Girimum nem melancia
Diminuíram as verduras
Acabaram as farturas
E aumentou a caristia [...]

*Antônio Travassos em seu poema "**minha cidade**"*

RESUMO

A tese destaca a importância do conhecimento geográfico para a leitura e a compreensão da dinâmica do território e, consequentemente, para o planejamento regional. No sentido de comprová-la, resgata e apresenta as obras que buscaram/buscam apontar a importância da Geografia para as referidas leituras e a compreensão delas. Apresenta também uma constelação de conceitos na qual o território encontra-se inserido e as diferentes abordagens geográficas do território, diferenciando a abordagem teórica da metodológica, no âmbito internacional e nacional. A partir desse levantamento teórico-metodológico, elaboramos uma proposta metodológica para a leitura e a compreensão da dinâmica do território, traduzida em um roteiro de perguntas a ser aplicado em situações concretas. Para testar a eficácia da proposta, foi aplicado o roteiro formulado na leitura e compreensão do território denominado Açude Epitácio Pessoa, da Paraíba, conhecido popularmente como Boqueirão. Foi verificado o processo TDR – Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização na dinâmica territorial. Esses processos aconteceram concomitantemente na mesma unidade territorial em tempos distintos e por atores diferentes que vivem e sobrevivem da produção territorial desse espaço, pois as transformações territoriais identificadas resultaram de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e, principalmente, ambientais, destacando a água e o solo, elementos naturais que possibilitaram a construção e a reconstrução desse território. Dessa forma, a proposta apresentada na tese torna-se viável para ser utilizada no planejamento regional por parte do Estado ou por organizações dos atores que o constitui, ou seja, na simulação e no planejamento de outros territórios em diferentes escalas, cujo objetivo deve ser melhorar as condições socioeconômicas dos atores que ali constroem, reconstroem e se reproduzem em meio à dinâmica intensa do território, o qual sofre influências internas, externas, naturais, políticas e econômicas; assim, se faz e se refaz o território.

Palavras-Chave: Ciência Geográfica. Território. Planejamento Regional. Proposta Teórico e Metodológica.

ABSTRACT

The thesis highlights the importance of geographic knowledge for reading and comprehension of territory dynamics and, consequently, for regional planning. In order to prove it, it rescues and present the literatures that sought/seek point out the importance of geography for the said readings and their comprehension. Presents also a constellation of concepts in which the territory is inserted and the different geographic approaches of territory, differentiating the theoretical approach from the methodological one, in international and national ambit. From this theoretical-methodological survey, we draw up a methodological proposal to the reading and comprehension of territory dynamic, translated into a script of questions to be applied in concrete situations. To test the proposal efficiency, was applied the formulated script in reading and comprehension of territory denominated Epitácio Pessoa dam, from Paraíba, popularly known as Boqueirão. Was verified the TDR process – Territorialization - Desterritorialization – Reterritorialization in territorial dynamic. These processes happened concomitantly in the same territorial unit at distinct times and by different actors who live and survive from territorial production from this space, because the territorial transformations identified resulted of economic, political, social, cultural and, mainly, environmental factors, highlighting the water and the soil, natural elements that made possible the construction and reconstruction of this territory. In this way, the proposal presented in the thesis becomes viable to be used on regional planning by the state or by organizations from actors which constitute it, that is, in simulation and planning of others agrarian territories on different scales, whose objective must be improve socioeconomic conditions of the actors who build, rebuild and reproduce there, in the middle of the intense dynamic of territory, which suffers internal, external, natural, political and economic influences; thus, it’s made and it's rebuild the territory.

KEYWORDS: Geographic Science. Territory. Regional Planning. Theoretical and Methodological Proposal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Inicio da construção do açude Epitácio Pessoa – década de 1950	168
Figura 02	Trabalhadores na construção do açude Epitácio Pessoa – 1950	169
Figura 03	Operários na construção do Açude Epitácio Pessoa – 1950	170
Figura 04	Máquinas utilizadas na construção do Açude Epitácio Pessoa – 1950 - I	170
Figura 05	Máquinas utilizadas na construção do Açude Epitácio Pessoa – 1950 – II	171
Figura 06	Máquinas utilizadas na construção do Açude Epitácio Pessoa – 1950 III	171
Figura 07	Visita do ministro de aviação José Américo de Almeida – 1950	172
Figura 08	Barragem do açude concluída - 1957	175
Figura 09	Placa de inauguração do açude Epitácio Pessoa – 1957	176
Figura 10	Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inauguração do açude Epitácio Pessoa – 1957	176
Figura 11	Açude Epitácio Pessoa – O Boqueirão	177
Figura 12	Adutoras para abastecimento de Campina Grande	181
Figura 13	Adutora utilizada para perenizar o Rio Paraíba	181
Figura 14	As plantações do tomate no município de Boqueirão	197
Figura 15	Sementeira	198
Figura 16	Amarração em vara e arame	199
Figura 17	Seleção do tomate comercialização - Comunidade Cavaco.	199

Figura 18	Faixas do solo, por onde ocorre a irrigação por inundação	201
Figura 19	Cisternas de placas – comunidade Facão	205
Figura 20	Criações de ovelhas na comunidade Maravilha	208
Figura 21	Criações de bovinos na comunidade Cavaco	208
Figura 22	Adutoras para o abastecimento de Campina Grande	210
Figura 23	Perenização do rio Paraíba	211
Figura 24	Atividade agrícola	211
Figura 25	Atividades pesqueiras	212
Figura 26	Dessedentação de animais	212
Figura 27	Práticas de esportes	213
Figura 28	Área de lazer 1	213
Figura 29	Hotel Chique – Chique	214
Figura 30	Palhoça nas margens do açude	214
Figura 31	Balneário - área de lazer – década de 1980	215
Figura 32	Elevados níveis de perda d'água através da irrigação por inundação	217
Figura 33	Ponto crítico do açude Epitácio Pessoa	221
Figura 34	Mobilização da população local contra a proibição da irrigação	228
Figura 35	Carreata organizada pelo sindicato dos irrigantes de Boqueirão	229
Figura 36	O transbordamento do açude Epitácio Pessoa	236
Figura 37	A fartura d'água no açude Epitácio Pessoa	238
Figura 38	Policultura	249
Figura 39	Cultivo do tomate	250

Figura 40	Cultivo do repolho	250
Figura 41	Cultivo do feijão verde	250
Figura 42	Cultivo bananeira	250
Figura 43	Cultivo macaxeira	250
Figura 44	Cultivo da cebola	251
Figura 45	Cultivo do pimentão	251
Figura 46	A utilização do equipamento de proteção individual (EPI)	254
Figura 47	Preparação do agrotóxico	256
Figura 48	A irrigação superficial na cultura do repolho	257
Figura 49	A irrigação por gotejamento na cultura do repolho	258
Figura 50	Irrigação por microaspersão I	259
Figura 51	Irrigação por microaspersão II	259
Figura 52	Estufa para a produção de mudas na comunidade Cavaco	262
Figura 53	Sementeira	263
Figura 54	Seleção do tomate I e II	268
Figura 55	A composição da mão-de-obra utilizada nas culturas agrícolas em torno do açude de Boqueirão	271
Figura 56	Colônia de pescadores	281
Figura 57	Ampliação de bares e restaurantes	282
Figura 58	Reunião do Sindicato dos irrigantes de Boqueirão	285

Figura 59	Reunião do governador com os camponeses referente à volta da irrigação	285
Figura 60	Presença dos camponeses, trabalhadores e a população boqueirense.	286

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Elementos Identificados para a leitura da dinâmica dos territórios nas correntes do pensamento geográfico	47
Quadro 02	Conceitos e autores citados por Raffestin	128
Quadro 03	Proposta teórica sequencial para leitura e compreensão territorial	139
Quadro 04	Características técnicas do açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão - PB	180
Quadro 05	Distribuição dos arrendatários do DNOCS, em função do tamanho do lote	186
Quadro 06	Países em situações de conflito ou guerra por razões que envolvem a água	224
Quadro 07	Sistema de adutores	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Tempo de atividade agrícola desenvolvida em torno do açude de Boqueirão	187
Tabela 02	Principais países produtores do tomate e produção em toneladas.	192
Tabela 03	Produção do tomate nas regiões estados do Brasil - 2008	193
Tabela 04	Número de hectares dedicados à produção do tomate e pimentão antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão	240
Tabela 05	Produção do tomate em caixa/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.	241
Tabela 06	Produção do pimentão em saco de 30 a 40 kg/ha antes e depois da proibição da irrigação.	242
Tabela 07	Número de hectares dedicados à produção do repolho e da banana antes e depois da proibição da irrigação.	243
Tabela 08	Produção do repolho em kg/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.	244
Tabela 09	Número de hectares dedicados à produção do feijão verde antes e depois da proibição da irrigação.	245
Tabela 10	Produção do feijão verde em kg/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.	246
Tabela 11	Renda anual declarada pelos entrevistados que produzem as culturas irrigadas antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.	270
Tabela 12	Total de pessoas ocupadas na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação	273
Tabela 13	Utilização da mão-de-obra familiar e assalariada na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação.	277

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Produção do tomate em Boqueirão por toneladas entre 1970 a 2008	194
Gráfico 02	Área plantada segundo o tipo de cultura irrigada antes da proibição da irrigação e atualmente	247
Gráfico 03	Culturas agrícolas desenvolvidas em torno do açude de Boqueirão.	248
Gráfico 04	Técnicas e insumos utilizados na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão.	251
Gráfico 05	Assistência técnica na agricultura em torno do açude de Boqueirão.	264
Gráfico 06	Local de comercialização da produção agrícola desenvolvida em torno do açude de Boqueirão.	266
Gráfico 07	Pessoas ocupadas na produção agrícola em torno do acudo de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação	272
Gráfico 08	Local de moradia dos trabalhadores assalariados temporários que trabalham na agricultura em torno do açude de Boqueirão	279
Gráfico 09	Fontes de renda que as famílias dos trabalhadores assalariados possuem.	280
Gráfico 10	Entrevistados associados aos sindicatos.	283
Gráfico 11	A forma como deveriam ser cultivadas as culturas irrigadas de acordo com os entrevistados.	290

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão)	167
Mapa 02	Trajeto realizado durante a visita do ministro de Aviação José Américo de Almeida no período da construção do açude Epitácio Pessoa	174
Mapa 03	Abrangência do açude Epitácio Pessoa	179
Mapa 04	Localização das comunidades pesquisadas em torno do açude de Boqueirão	189
Mapa 05	Comunidades em torno do açude Epitácio Pessoa	190

LISTA DE SIGLAS

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas
CAGEPA	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CEASA	Central de Abastecimento e Serviços Agrícolas
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra a Seca
LMRS-PB	Laboratório de Meteorologia, Recurso Hídrico e Sensoriamento Remoto da Paraíba
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SEMARH	Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais.
TDR	Territorialização-Desterritorialização- Reterritorialização
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	23
2	**O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL**	28
2.1	**Origens e Pressupostos da Geografia**	29
2.2	**Sistematização da Geografia Tradicional**	30
2.3	**Movimento de Renovação da Geografia**	37
2.4	**Nova Geografia: Geografia Pragmática (Quantitativa)**	39
2.5	**Nova Geografia: a Geografia Crítica**	42
2.6	**Nova Geografia: Geografia Humanista e Cultural**	45
2.7	**A Contribuição da Ciência Geográfica para o Planejamento Regional**	50
3	**ESPAÇO E TERRITÓRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**	56
3.1	**O Conceito de Espaço no Âmbito das Escolas do Pensamento Geográfico**	55
3.2	**Processo de Construção do Objeto de Estudo da Geografia: O Espaço Geográfico**	62
3.3	**Território: Uma Nova Forma de Análise Espacial**	67
3.4	**Linhas Teórico – Conceituais da Abordagem Territorial**	78
3.5	**Território nas Perspectivas Materialistas**	79
3.5.1	As Concepções Naturalistas	80

3.5.2 A Concepção de Base Econômica 84

3.5.3 A Perspectiva Jurídico-Política do Território 86

3.6 **Território nas Perspectivas Idealistas** 89

3.7 **Território numa Perspectiva Integradora** 93

4 **A REDESCOBERTA DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: METAMORFOSE, MOVIMENTO E PROCESSUALIDADE TERRITORIAIS** 96

4.1 **Ampliando o Conceito de Território Através Jean Gottmann** 96

4.2 **A Abordagem do Território em Giuseppe Dematteis** 99

4.3 **O Território na Concepção Arnaldo Bagnasco** 103

4.4 **O Território na Perspectiva de Robert David Sack** 105

4.5 **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari** 107

4.5.1 O Conceito de Território e Seus Componentes 110

4.5.2 Desterritorialização e Reterritorialização: a Criação e o Abandono de Território 113

4.6 **Contribuições de Claude Raffestin para uma Concepção Renovada dos Conceitos de Território e Territorialidade.** 118

4.6.1 As Dimensões Sociais 120

4.6.2 A Concepção de Território e Territorialidade de Claude Raffestin 128

4.6.3 Malhas, Nós e Redes Sobre os Territórios 131

4.6.4 Processo Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização (TDR) 133

5 **UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A LEITURA E COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO E DINÂMICA DO TERRITÓRIO** 138

5.1 **Proposta Teórico-Metodológica para Leitura e Compreensão da Produção e da Dinâmica Territorial** 138

6 **A CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA, "O BOQUEIRÃO" NO ÂMBITO COMPREENSIVO DA PRODUÇÃO E DA DINÂMICA TERRITORIAL – TESTANDO A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA** 159

6.1 **Primeira Fase – Processo de Territorialização: a formação da Vila de Carnoió e o início da atividade agrícola (1970 – 1730)** 160

6.2 **Segunda Fase – Processo de Desterritorialização: a construção do Açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1945 a 1959)** 164

6.3 **Terceira Fase - Processo de Reterritorialização: a ocupação do entorno do açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1959 a 1990)** 183

6.3.1 A dominação: divisão das terras em torno do açude pelo DNOCS (final da década de 1950) 186

6.3.2 A reificação: o início da atividade agrícola irrigada (1970 a 1990) 191

6.3.3 A estruturação: as mudanças ocorridas nas unidades de produção (1970 a 1990) 201

6.4 **Quarta Fase – Segundo Processo de Desterritorialização: a proibição da irrigação em torno do açude "O Boqueirão"(1990 a 2000)** 209

6.5 **Quinta fase - Segundo Processo de Reterritorialização em torno do açude "o Boqueirão" (2001 a 2010)** 234

6.5.1 A dominação: a proibição da irrigação em torno do açude 235

6.5.2 A reificação: o desenvolvimento ilegal da atividade agrícola (2001 - 2003) 235

6.5.3 A estruturação: a reconfiguração paisagística das atividades produtivas em torno do açude no processo de reterritorialização 239

6.5.4 Diferentes atores no segundo processo de reterritorialização e a luta pela legalização da irrigação em torno do açude Epitácio Pessoa 281

6.6 **Síntese da dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa** 292

7 **CONCLUSÃO** 311

REFERÊNCIAS 315

1 INTRODUÇÃO

Dentre as ciências que direta ou indiretamente se preocupam com o estudo dos problemas ligados ao ser humano e que podem contribuir para a solução dos problemas sociais do nosso tempo, a Geografia tem sido uma das menos estudadas, uma das menos prestigiadas. Por um ou por outro motivo ela não conseguiu alcançar o prestígio da Economia Política, primeira das ciências sociais a se formar, nem mesmo o de outras ciências surgidas no século passado como a Sociologia, a Psicologia ou a Antropologia (ANDRADE, 2010).

Em muitas áreas, a Geografia permaneceu muito ligada a uma situação de quase dependência da História ou da Ciência Política. Por isso a ignorância, mesmo nos meios mais cultos, da existência de uma verdadeira ciência geográfica, de seu objetivo, de seu domínio e de seus métodos. Desconhecimento esse que leva as pessoas de nível cultural médio a considerá-la, por exemplo, um mero catálogo de nomes de acidentes geográficos, de relação de altitudes, de extensão de rios, de população de cidades.

De acordo com Andrade (2010), esse fato vem provocando subemprego da Geografia e dos conhecimentos geográficos, sobretudo em países subdesenvolvidos como o Brasil, em prejuízo próprio, uma vez que leva os administradores e os responsáveis pelo planejamento econômico a tomarem medidas e aconselharem soluções baseadas em ideias pré-estabelecidas, em ponto de vista formulado por autores que examinaram realidades diversas das nossas sem consultar os problemas e as necessidades brasileiras. Por isso o aparecimento de leis inteiramente alienadas de nossa realidade e, às vezes, planos de desenvolvimento que foram feitos para a realidade abstrata que pode ser o Nordeste Brasileiro, o Saara ou a Sibéria. A fim de evitar problemas desse tipo, achamos que os geógrafos devem ter participação na elaboração desses planos e disporem, os cientistas sociais, administradores e planejadores, de conhecimentos fundamentais de Geografia.

O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que estudam os processos de produção do espaço. Essa ampliação na utilização do conceito

diminuiu a centralidade da Geografia na leitura e compreensão da produção e dinâmica dos territórios. E, ao mesmo tempo, muitas vezes, levou a uma simplificação das mesmas, pois, em grande parte dos trabalhos no âmbito do planejamento regional, o território é utilizado apenas como superfície terrestre, base ou palco das relações sociais (HAESBAERT, 2012).

Frente a essa constatação, esta pesquisa teve por **objetivos** resgatar a contribuição da ciência geográfica para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica do território; e, a partir desse resgate, elaborar uma proposta teórico-metodológica para tanto. Partimos da hipótese de que a ciência geográfica continua sendo referência fundamental para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica de objeto tão complexo, cabendo valorizá-la no campo do planejamento regional.

Para o alcance dos objetivos, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise de obras que buscaram/buscam apontar a importância da Geografia para a leitura e a compreensão do território; levantamento e análise de obras de autores internacionais e nacionais que tratam da constelação de conceitos nas quais o conceito de território encontra-se inserido (espaço, lugar, território, territorialidades); mapeamento das abordagens geográficas do território, diferenciando a abordagem teórica da metodológica, de acordo com o desenvolvimento da ciência geográfica no âmbito internacional e nacional; elaboração de roteiro de perguntas, para orientar a pesquisa para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica do território; pesquisa bibliográfica e documental sobre Boqueirão: aplicação do roteiro na leitura e compreensão do território do açude Epitácio Pessoa, na Paraíba, conhecido popularmente como “Boqueirão”, com a finalidade de verificar a medida que esse roteiro contribui para tal compreensão.

Para o levantamento e análise de obras que buscaram/buscam apontar a importância da Geografia para a leitura e a compreensão do território, assim como de obras de autores internacionais e nacionais que tratam da constelação de conceitos nas quais o conceito de território encontra-se inserido (espaço, lugar, território, territorialidades), foram realizadas pesquisas bibliográficas nas seguintes fontes: bibliotecas da UEPB, UFCG, UFRJ, UFPE e UFPB, pesquisa na internet em sites de pós-graduações, na busca de artigos/dissertações e teses que abordam a temática.

O mapeamento das abordagens geográficas do território, diferenciando a abordagem teórica da metodológica, de acordo com o desenvolvimento da ciência geográfica no âmbito internacional e nacional, foi possível através da elaboração de um quadro analítico no qual são apresentados: os diversos autores, suas principais obras pesquisadas e citadas na abordagem teórica, principais conceitos e elementos compreensivos para a leitura e compreensão do território.

O roteiro de perguntas foi elaborado com base na síntese dos diversos aspectos relevantes para a leitura e compreensão do território, identificados no mapeamento realizado.

A leitura e compreensão da produção e dinâmica do território do “Boqueirão”, com base na aplicação do roteiro de perguntas criado, foi viabilizada com base em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, realizadas com esta finalidade no arquivo do DNOCS – sede Boqueirão e nas pesquisadas realizadas por Almeida (1981), Melo (1985), Rego (2001), PRODER (1997), Oliveira (2004) e (2007), Brito (2008), Ribeiro (2011), Silva (2012), entre outros.

Por que a escolha do Boqueirão?

O açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente como “ Boqueirão”, foi escolhido como referencial empírico por ser nosso objeto de investigação desde 2003, ano em que iniciamos a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no qual foi pesquisada a “Decadência de Tomaticultura na Paraíba: o caso de Boqueirão”, que teve por objetivo mostrar a redução da produção do tomate em torno do açude Epitácio Pessoa. Dando sequência aos estudos realizados nessa área, foi realizada, entre 2005 e 2007, a pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado em Geografia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), titulada “Alterações no Sistema Produtivo e Organização do Trabalho na Agricultura Irrigada em torno do Açude de Boqueirão – PB”, que teve por objetivo analisar as alterações na organização do espaço agrário decorrentes das mudanças na organização da produção e do trabalho na agricultura irrigada em Boqueirão – PB, devido à proibição da irrigação em meados de fevereiro de 1999 em torno do açude.

Com essas pesquisas realizadas em torno do açude de Boqueirão, observamos que faltava um suporte teórico no âmbito da ciência geográfica para analisar e compreender as transformações constantes pelas quais esse território

passa, motivadas por relações econômicas, naturais, sociais e culturais. Surgiu, assim, o interesse em elaborar uma proposta teórico-metodológica que facilitasse a compreensão da produção e da dinâmica territorial e contribuísse para o planejamento regional, pois a produção territorial é um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através do planejamento regional.

Os resultados do percurso teórico-metodológico realizado no decorrer dessa pesquisa serão apresentados em seis seções:

Na segunda seção, titulada " O desenvolvimento da ciência geográfica e sua contribuição para o planejamento regional", restringe-se ao conhecimento do desenvolvimento da ciência geográfica e sua relação com o planejamento regional. O mesmo tem por objetivo oferecer um quadro genérico sobre as principais perspectivas que foram predominantes, no transcurso dos séculos XIX e XX, no comando e na orientação das pesquisas, como norteadoras das finalidades propostas para a Geografia relacionando com o planejamento regional.

Na terceira seção, titulada "Espaço e território na ciência geográfica**",** tem por objetivo discutir os conceitos espaço e território no âmbito da ciência geográfica, como também diferenciar as principais linhas teórico-conceituais em que o conceito é ou pode ser utilizado, mostrando sempre a diferenciação e a transformação do conceito de território em função das questões priorizadas pelo pesquisador.

A quarta seção, titulada " A redescoberta do território no contexto da ciência geográfica e nas ciências sociais: Metamorfose, movimento e processualidade territoriais", tem por objetivo caracterizar as distintas abordagens e concepções do conceito território e seus principais componentes, como produto de mudanças que ocorreram na Geografia, na Filosofia, nas Ciências Sociais e na sociedade, tendo como base os estudos territoriais realizados por Jean Gottman, Giuseppe Dematteis, Arnaldo Bagnasco, Roberto David Sack, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Claude Raffestin.

A quinta seção, titulada "Uma proposta teórica – metodológica para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica do território", tem por objetivo apresentar a proposta teórico – metodológica para leitura e compreensão da dinâmica dos territórios, a qual elaboramos tomando como referência teórica a produção da Ciência Geográfica. A proposta está dividida em dois momentos: no primeiro momento, apresenta um quadro identificando os autores, suas principais obras, os

conceitos/elementos teóricos e as propostas metodológicas para a leitura e compressão dos territórios, quando houver. No segundo momento, apresenta-se, dentro de um modelo metodológico, o roteiro de perguntas o qual se considera que deve ser aplicado na leitura e compreensão da produção e dinâmica de qualquer território.

A sexta seção, titulada “A transformação do território agrário do açude Epitácio Pessoa, “o Boqueirão” no âmbito compreensivo da produção e da dinâmica territorial – testando a proposta teórico metodológica**”,** tem por objetivo testar, no território agrário em torno do açude Epitácio Pessoa – PB, conhecido popularmente como “O Boqueirão”, a proposta teórico metodológica para leitura e compressão dos territórios, elaborada e apresentada no capítulo anterior. Dessa maneira, para exemplificar o teste da proposta, o capitulo inicia com a construção territorial do açude de Boqueirão, em seguida demostrando o processo de transformação desse território e sua dinâmica, com base no resultados das pesquisas realizadas sobre o Boqueirão.

Por fim, na conclusão, concluímos sobre a importância da Ciência Geográfica na compreensão da produção e da dinâmica dos territórios, tão necessária para orientar os processos do planejamento regional.

2 O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL

O conhecimento científico é profundamente dinâmico, evolui sob a influência das transformações econômicas e sociais de suas repercussões sobre a formulação do pensamento científico. Assim, o objeto e os objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais.

Se examinarmos a evolução do pensamento geográfico nos séculos XIX e XX, veremos que a ciência geográfica sofreu modificações e foi enunciada sob as formas mais diversas, em diferentes períodos.

Esta seção, titulada “O desenvolvimento da ciência geográfica e sua contribuição para o planejamento regional”, volta-se ao conhecimento do desenvolvimento da ciência geográfica e sua relação com planejamento regional. Nosso objetivo é oferecer um quadro genérico sobre as principais perspectivas que foram predominantes, no transcurso dos séculos XIX e XX, no comando e na orientação das pesquisas, assim como norteadoras das finalidades propostas para a Geografia e sua contribuição para o planejamento regional. Essa síntese foi realizada através de autores clássicos da ciência geográfica: Moraes (2007), Andrade (1985), (1987), (2010), Moreira (1988) e Corrêa (1995), entre outros.

Sob cada focalização, a argumentação sempre é a de ser a substitutiva, mostrando ser melhor que as precedentes ou as competidoras. Todavia, não se poderá compreender o debate atual da questão territorial no âmbito da ciência geográfica se não abordarmos as características da Geografia predominante no final do século XIX e do século XX, se não tivermos uma visão mais abrangente do seu desenvolvimento no tempo.

A fim de esclarecer e caracterizar as diversas perspectivas atuantes nos estudos geográficos, procuramos estabelecer o seguinte esquema sequencial nesse capitulo: a origem e os pressupostos da Geografia, a sistematização da Geografia Tradicional (pré-1950), o movimento da renovação da Geografia, a Nova Geografia em suas vertentes: Geografia Pragmática (Quantitativa), Geografia Crítica, a Geografia Humanística e Cultural e a Contribuição da Geografia para o Planejamento Regional.

2.1 Origens e pressupostos da Geografia

O termo Geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica, especificamente ao pensamento grego. Entretanto, apesar da difusão do uso desse termo, o conteúdo a ele referido era muito variado.

Mesmo ficando apenas ao nível do pensamento grego, já se delineiam algumas perspectivas distintas da Geografia: Tales e Anaximandro privilegiavam a mediação do espaço e a discussão da forma da terra, englobando um conteúdo hoje definido como da Geografia; Heródoto privilegiava a descrição dos lugares, numa perspectiva regional (MORAES, 2007).

Andrade (1985) destaca discussões, hoje tidas como geográficas, mas que não apareciam sob esta designação, como a da relação entre homem e o meio, presente em Hipócrates, cuja principal obra se titula “Dos ares, dos mares e dos lugares”.

Moraes (2007) afirma que, muitas vezes, na obra de um mesmo autor, aparece em vários momentos a discussão de temas, hoje tidos como de Geografia, sem que houvesse a mínima conexão entre eles; é o caso, por exemplo, de Aristóteles, que discute a concepção de lugar, em sua física, sem articulá-la com a discussão da relação homem-natureza, apresentada em sua Política, e sem vincular esses estudos com sua Meteorologia (em que ensaia uma classificação dos tipos de clima) e com suas descrições regionais, como a efetuada sobre o Egito.

Diante disso, pode-se dizer que o conhecimento geográfico se encontra disperso. Por um lado, as matérias apresentadas com essa designação eram bastante diversificadas, sem um conteúdo unitário. Por outro lado, muito do que hoje se entende por Geografia não era apresentado com essa denominação.

Esse quadro vai permanecer inalterado até o final do século XVIII. O que não quer dizer que inexistiram autores expressivos no decorrer desse enorme período da História da humanidade que tenham dado tal rotulação a seus estudos. Basta pensar em Cláudio Ptolomeu, o qual escreve a obra “ Síntese Geográfica”, principalmente em sua versão árabe intitulada “Almagesto”, vai constituir-se em um dos principais veículos que resgatam as descobertas do pensamento grego clássico

durante a Idade Média. Ou em Bernardo Varenius, cuja obra “Geografia Generalis” vai ser um dos fundamentos das teorias de Newton (MORAES, 2007).

Porém, ao se analisarem as colocações desses autores, observa-se que a maior parte dos temas tratados pouco ou nada tem em comum com o que posteriormente será considerado Geografia.

Assim, até o final do século XVIII, não é possível falar de conhecimento geográfico como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática e de continuidade nas formulações. Designam-se como Geografia: relatos de viagens escritos em tom literário; compêndios de curiosidades sobre lugares exóticos; áridos relatórios estatísticos de órgãos de administração; obras sintéticas, agrupando os conhecimentos existentes a respeito dos fenômenos naturais; catálogos sistemáticos sobre os continentes e os países do globo etc. (MOREIRA, 1988).

Na verdade, trata-se de todo um período de dispersão do conhecimento geográfico, no qual é impossível falar dessa disciplina como um todo sistematizado e particularizado, sendo denominado como “pré-história da Geografia”.

2.2 Sistematização da Geografia Tradicional[1]

Moraes (2007) afirma que a sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. E nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava certo número de condições históricas, que somente nessa época estarão suficientemente maturadas.

No inicio do século XIX, a malha dos pressupostos históricos da sistematização da Geografia já estava suficientemente tecida. A terra estava toda conhecida. A Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializadas, o desenvolvimento do comércio detinha informações dos pontos mais variados da superfície terrestre. As representações do globo estavam desenvolvidas e difundidas pelo uso cada vez maior dos mapas que se multiplicavam. A fé na razão humana, imposta pela Filosofia, abria a possibilidade de uma explicação racional para qualquer fenômeno da realidade. As bases da ciência moderna já estavam

[1] A Geografia Tradicional é formada pelo conjunto de correntes que caracterizou a Geografia no período que se estende de 1870, aproximadamente, quando a Geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas Universidades europeias, à década de 1950.

assentadas. As ciências naturais haviam constituído uma relação de conceitos e teorias, da qual a Geografia lançaria mão para formular seu método. E, principalmente, os temas geográficos estavam legitimados como questões relevantes, sobre as quais cabia dirigir indagações científicas (MORAES, 2007).

A sistematização da Geografia, sua colocação como uma ciência particular e autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social pela emergência do modo de produção capitalista em que a burguesia já se sedimentara no controle em determinados países da Europa.

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo manifestou-se a nível continental na Europa, porém, não de forma homogênea; ao contrário, obedecendo a particularidades, em cada país onde se apresentou. Existiram, assim, vias singulares de desenvolvimento do capitalismo, que engendraram manifestações ímpares.

A Geografia será filha de uma dessas singularidades: aquela da via particular do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, sem a qual não se pode compreender a sistematização da Geografia. Os autores considerados os pais da Geografia, aqueles que estabelecem uma linha de continuidade nessa disciplina, são alemães – Alexandre Von Humbolt e Karl Ritter.

Na verdade, todo o eixo principal da elaboração geográfica, no século XIX, estava sediado nesse país. É na Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a essa disciplina: é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, e lá que se formaram as primeiras correntes desse pensamento (MORAES, 2007).

De acordo com Andrade (1985), preocupações geográficas mais específicas sugiram nos fins do século XVIII, com Kant, o grande filósofo alemão que ensinou Geografia Física, na Universidade de Koenigsberg (Alemanha) e teve em Alexandre Von Humboldt, considerado o pai da Geografia, um seguidor ilustre.

Alexandre V. Humboldt, grande viajante, preocupou-se com as causas da distribuição das diferentes paisagens no mundo e foi um grande incentivador da fundação de institutos geográficos e de promoção de congressos e reuniões científicas, atividades que interessavam às classes dominantes dos países europeus, em um período em que estes promoviam a expansão colonial, apropriando-se de grandes territórios na África e na Ásia. Humboldt entendia a Geografia como parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de

síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Tal concepção transparece em sua definição do objeto geográfico, que seria:

> A contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na terra. Caberia ao estudo geográfico reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos, descobrir pelo livre exercício do pensamento e combinando as observações, a constância dos fenômenos em meio às suas variações aparentes (MORAES, 2007, p. 62).

Na abordagem de Humboldt, a Geografia seria eminentemente sintética, preocupada com a conexão entre os elementos, e buscando a causalidade existente na natureza. Em termos de método de Humboldt, ele propõe o "empirismo raciocinado", isto é, a intuição a partir da observação. Sendo assim, o geógrafo deveria contemplar a paisagem, de uma forma estética, pois a mesma causaria no observador uma impressão, a qual, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: a causalidade das conexões contidas na paisagem observada.

No mesmo período, primeira metade do século XX, o historiador e filósofo Karl Ritter, em seus cursos na universidade de Berlim, procurava fazer análises comparativas entre regiões diversas, procurando explicar as formas de ocupação do espaço territorial. Ritter define o conceito de "Sistema Natural", isto é, uma área delimitada dotada de uma individualidade. Dessa forma, a Geografia deveria estudar estes arranjos individuais, e compará-los, pois, cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade (ANDRADE, 1985)

Moraes (2007) afirma que a Geografia de Ritter é um estudo de lugares, que busca a individualidade destes. Caberia à Geografia explicar a individualidade dos sistemas naturais, pois nesta se expressaria o desígnio da divindade ao criar aquele lugar específico. Sendo assim, a proposta de Ritter é Antropocêntrica (o homem é o sujeito da natureza), regional (aponta para o estudo de individualidades), valorizando a relação homem-natureza. Em relação ao método, vai reforçar a análise empírica – para ele, é necessário caminhar de "observação em observação".

De acordo com Andrade (1987), com o desenvolvimento da revolução industrial que teve início na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e alastrou-se pela Europa, impulsionando o desenvolvimento científico, principalmente na Alemanha e na França surgiram duas escolas geográficas diferentes, mas que tinham o propósito de legitimar as práticas dos Estados a que serviam – a "Escola

Alemã e a Francesa". Essas escolas, conhecidas nos estudos da ciência geográfica como da Geografia Tradicional**,** contavam com grandes nomes, porém seus principais expoentes foram Friedrich Ratzel (pela escola alemã) e Paul Vidal de La Blache (pela escola francesa).

Friedrich Ratzel, porém, traria a grande contribuição para a formulação esquemática do conhecimento geográfico com seu livro "Antropogeografia" e com a propagação das ideias deterministas, que consideravam a existência de uma grande influência do meio natural sobre o homem. De formação antropológica, Ratzel foi bastante influenciado pelas ideias evolucionistas de Charles Darwin e de Ernest Haekel, admitindo que na luta pela vida, venceriam sempre os mais fortes e que a vitória dos mais fortes, dos mais aptos, sobre os mais fracos era o resultado lógico da luta pela vida.

Essas ideias, profundamente comprometidas com o capitalismo da livre-empresa e da concorrência, então dominante, tiveram grande aceitação, levando Ratzel a fazer escola e a propagar suas ideias tanto na Alemanha, onde vivia e ensinava, quanto nos Estados Unidos, onde seus discípulos se tornaram ainda mais radicais, como destaca Andrade (1985):

> Da ideia de vitória dos mais fortes foi fácil passar a ideia da influência das condições naturais sobre o desenvolvimento do homem e da explicação do maior desenvolvimento dos povos brancos que viviam na Europa, sob condições climáticas favoráveis, sobre os povos que viviam nos trópicos e que não se haviam desenvolvido em face do fato de não disporem de um clima com estações do ano bem definidas. Daí a ideia da existência de uma raça superior e do direito que teria esta raça de dominar, para civilizar as raças superiores e do direito a conquista o seu espaço vital, dominado os países, vizinhos ou não, habitados por seres inferiores e de que nos trópicos não haveria condições para a formação e para o surgimento de civilizações, justificando o imperialismo e o colonialismo (ANDRADE, 1985, p, 13)

Essa tendência da Escola Determinista levou o geógrafo a uma preocupação maior com os gêneros de vida dominantes nas sociedades de baixos níveis técnicos, dependentes do meio natural, e não a uma preocupação com os problemas das classes sociais, bem definidos em seus antagonismos, nas sociedades industriais e pré-industriais.

As ideias de Ratzel levaram, ainda, os geógrafos a se preocuparem com os problemas de povo, raça, Estado, localização dos estados em relação aos oceanos

e mares, conduzindo a Geografia Política e fornecendo as bases para o surgimento da Geopolítica.

De forma diferente da Escola Determinista, as ideias geográficas na França, nesse período, baseavam-se no pensamento de dois grandes cientistas, Elisée Reclus e Paul Vidal de La Blache. O primeiro, de formação anarquista, participou da Comuna de Paris e teve de viver grande parte da vida no exílio, onde escreveu uma "Geografia Universal" e um livro "A terra e o Homem", analisando, de um ponto de vista revolucionário, este relacionamento.

Paul Vidal de La Blache foi o fundador da Geografia clássica francesa, com a criação do possibilismo. A **Escola Possibilista**, que se contrapõe ao determinismo alemão, admitia que não havia um domínio da natureza sobre o homem nem deste sobre a natureza, mas possibilidades de influências recíprocas. Desse modo, pregava uma Geografia essencialmente científica, sem ecos políticos, em que um Estado deve planejar o uso do território considerando e conhecendo todas as características naturais e humanas. Na visão de La Blache, o ser humano é ativo, ou seja, sofre influência do meio, porém atua de maneira intensa sobre ele, modificando-o. Essa corrente geográfica:

> (...) definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocando o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o (...) observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio. Neste processo, de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a "obra geográfica do homem" (MORAES, 2007, p, 82).

Vidal de La Blache realizou intensos estudos de Geologia e de Geografia física, tendo sido o organizador de trabalhos de análise regional nos quais dava grande importância à delimitação de pequenas áreas, "as regiões", onde se deveria fazer o levantamento das condições naturais, da população e da exploração econômica da área.

A outra corrente do pensamento geográfico, que se poderia denominar com certa impropriedade, foi a Geografia Racionalista. Vinculou-se aos nomes de Alfred Hettner e Richard Hartshorne. O fato de se denominar a citada corrente de racionalista advém de sua menor carga empirista, em relação às anteriores. Essa perspectiva, a terceira grande orientação dentro da Geografia Tradicional, privilegiou

um pouco mais o raciocínio dedutivo, antecipando um dos móveis da renovação geográfica nos anos de 1960 (MORAES, 2007).

Alfred Hettner foi um geógrafo alemão, professor da Universidade de Heidelberg e editor de uma das principais revistas geográficas de seu país, a Geographische Zeitcbrift. Publicou suas obras entre 1890-1910, tendo sido assim influenciado pelo refluxo das críticas francesas às colocações de Ratzel. Por essa razão, suas teorizações foram a busca de um terceiro caminho para a análise geográfica, que não fosse o do Determinismo e o do Possibilismo. Hettner vai propor a Geografia como a ciência que estuda “a diferenciação de áreas”, isto é, a que visa explicar “por que” e “em que” diferem as porções da superfície terrestre, diferença esta que, para ele, é apreendida ao nível do próprio senso comum. Para Hettner, o caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da particular forma de inter-relações dos fenômenos aí existentes. A Geografia seria então o estudo dessas formas de inter-relação dos elementos, no espaço terrestre (MORAES, 2007)

Segundo Andrade (1987), as ideias de Hettner encontraram escassas penetrações em sua época. Talvez em função do domínio incontestado do Possibilismo, que atravessava sua fase áurea. Foi somente através de sua retomada por Richard Hartshorne, um renomado geógrafo americano, que a proposta de Hettner passou a ser amplamente discutida. Tal difusão já se assentou no aumento do peso dos EUA na dominação cultural do Ocidente, após a primeira Guerra Mundial. Até então, os Estados Unidos haviam sido, no pensamento geográfico (porém não só nessa disciplina), meros repetidores de teses europeias.

Foi somente a partir de 1930 que a Geografia americana se desenvolveu, chegando esse país, nos anos mais recentes, a ser um dos centros mundiais da produção geográfica. De acordo com Moraes (2007), Hartshorne publicou em 1939 um livro titulado “A natureza da Geografia”, que foi mundialmente discutido. Nesse livro, o autor residiu em defender a ideia de que as ciências se definiriam por métodos próprios, não por objetos singulares. Portanto, a Geografia teria sua individualidade e autoridade decorrentes de uma forma própria de analisar a realidade. O método especificamente geográfico viria do fato de essa disciplina trabalhar o real em sua complexidade, abordando fenômenos variados, estudados por outras ciências.

Para Hartshorne, o estudo geográfico não isolaria os elementos, ao contrário, trabalharia com suas inter-relações. A forma antissistemática seria mesmo a

singularidade de análise geográfica. Assim, Hartshorne deixou de procurar um objeto da Geografia, entendendo-a como um “ponto de vista”. Seria um estudo das inter-relações entre fenômenos heterogêneos, apresentando-as numa visão sintética. Entretanto, as inter-relações não interessariam em si, e sim na medida em que desvendam o caráter variável das diferentes áreas da superfície da terra. Pois, para Hartshorne, a Geografia seria um estudo da variação de áreas.

De acordo com Andrade (1987), os conceitos básicos formulados por Hartshorne foram os de “áreas” e de “integração”, ambos referidos ao método. A área seria uma parcela da superfície terrestre diferenciada pelo observador, que a delimita por seu caráter, isto é, a distingue das demais. Essa delimitação é uma escolha do observador, que seleciona os fenômenos enfocados; dependendo dos dados selecionados, a delimitação será diferente (pois a abrangência destes varia desigualmente). Assim, na verdade, a área é construída idealmente pelo pesquisador, a partir da observação dos dados escolhidos. Desse modo, a área seria um instrumento de análise construída no processo de investigação. Para Hartshorne, uma área possuiria múltiplos processos integrados, sendo uma fonte inesgotável de inter-relações. O conjunto de todas as inter-relações possíveis daria a realidade total da área, porém sua apreensão seria impossível; logo, buscar a exaustão seria anticientífico. Por isso a necessidade de seleção dos elementos a serem analisados, que deveriam ser os mais significativos.

Apesar do elevado número de definições de objeto existentes na reflexão geográfica, é possível apreender-se uma continuidade nesse pensamento. Esta advém, principalmente, do fundamento comum de todas as correntes da Geografia Tradicional sobre as bases do Positivismo. É nessa concepção filosófica e metodológica que os geógrafos vão buscar suas orientações gerais. Os postulados do positivismo (aqui entendido como o conjunto das correntes não dialéticas) vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade (MORAES, 2007).

De acordo com Moraes (2007), uma primeira manifestação dessa filiação positivista está na redução da realidade ao mundo dos sentidos, isto é, em circunscrever todo trabalho científico ao domínio da aparência dos fenômenos. Assim, para o positivismo, os estudos devem restringir-se aos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis. Como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, o qual seria o mero observador.

Outra manifestação da filiação positivista, também traduzida numa máxima geográfica, é a ideia da existência de um único método de interpretação, comum a todas as ciências, isto é, a não aceitação da diferença de qualidade entre o domínio das ciências humanas e das ciências naturais. Tal método seria originário dos estudos da natureza, as ciências mais desenvolvidas, pelas quais as outras se deveriam orientar. Essa concepção, que incide na mais grave naturalização dos fenômenos humanos, se expressa na onipresente afirmação: “a Geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade” (MORAES, 2007, p 22). Postura esta que serviu para tentar encobrir o profundo naturalismo que perpassa todo o pensamento geográfico tradicional.

De acordo com Andrade (1987), a unidade do pensamento da Geografia Tradicional adviria do fundamento comum tomado ao positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista, sendo uma disciplina considerada uma ciência de síntese. De forma geral, a Geografia Tradicional deixou uma ciência elaborada, um corpo de conhecimentos sistematizados, com relativa unidade interna e indiscutível continuidade nas discussões e elaborou um rico acervo empírico, fruto de um trabalho exaustivo do levantamento da realidade.

2.3 Movimento de Renovação da Geografia

A Geografia vivenciou um movimento de renovação considerável, que advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à perspectiva tradicional. Buscam-se novos caminhos, nova linguagem, novas propostas, enfim, uma liberdade maior de reflexão e criação. As certezas ruíram, desgastaram-se. E, novamente, pergunta-se sobre o objeto, o método e o significado da Geografia.

De acordo com Moraes (2007), a crise da Geografia Tradicional e o movimento de renovação a ela associado começa a se manifestar já em meados de 1950 e se desenvolve aceleradamente nos anos posteriores. Os geógrafos vão se abrir para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados.

Isso implica uma dispersão das perspectivas, na perda da unidade contida na Geografia Tradicional. Essa crise é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e a seus horizontes futuros. Introduz a

possibilidade do novo, de uma Geografia mais generosa. Moraes (2007) explica as razões dessa crise na Geografia Tradicional. Segundo o autor:

> Havia se alterado a base social, que engendrara os fundamentos e as formulações da Geografia Tradicional. A realidade havia mudado, deixando produtos defasados, aqueles que não acompanham o ritmo da mudança. O desenvolvimento do modo de produção capitalista havia superado seu estágio concorrencial, entrando na era monopolista. Não se tratava mais de um capitalismo assentado em múltiplas empresas, com burgueses médios concorrendo no mercado. Vivia-se época dos grandes trustes, do monopólio e do grande capital. Uma revolução tecnológica entreponha-se aos dois momentos. O liberalismo econômico estava já enterrado, a grande crise de 1929 havia colocado a necessidade da intervenção estatal na economia. Haviam caído por terra as teses da livre iniciativa, da ordem natural e autorregulada do mercado. Propunha-se agora a ação do Estado na ordenação e regulação da vida econômica. O planejamento econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta de ação deliberada na organização do espaço. A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumento de intervenção, enfim uma feição de geral um instrumento de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica. A Geografia Tradicional não apontava nessa direção, daí sua defasagem e sua crise (...) O desenvolvimento do capitalismo havia tornado a realidade mais complexa. A urbanização atingia graus até então desconhecidos, apresentando fenômenos novos e complexos, como as megalópoles. O quadro agrário também se modificara, com a industrialização e a mecanização da atividade agrícola, em várias partes do mundo. As comunidades locais tendiam a desaparecer, articulando-se a intricadas redes de relações, próprias da economia mundializada da atualidade. O lugar já não se explicava em si mesmo; os centros de decisões das atividades ali desenvolvidas localizavam-se, muitas vezes, a milhares de quilômetro. O espaço terrestre se globalizara nos fluxos e nas relações econômicas. Vivia-se o capitalismo das empresas multinacionais, dos transportes e das comunicações interoceânicas. A realidade local era apenas ele de uma cadeia, que articulava todo planeta. Isto defasou o instrumental de pesquisa da Geografia, implicando numa crise das técnicas tradicionais de análise. Estas não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre. Criadas para explicar situações simples, quadros locais fechados, não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. O instrumento elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada. Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de pesquisa. O movimento de renovação vai buscar novas técnicas para a análise geográfica. De um instrumental elaborado na época do levantamento de campo, vai se tentar passar para o sensoriamento remoto, as imagens de satélite, o computador (MORAES, 2007, p, 105)

Em função das modificações no espaço acima expostos, o próprio fundamento filosófico sobre o qual se assentava o pensamento geográfico tradicional, de acordo com Moraes (2007), havia ruído. Essa disciplina permanecia como talvez o último baluarte do positivismo clássico. Moraes (2007) destaca que o movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possui uma

unidade; representa mesmo uma dispersão, em relação àquela. Tal fato advém da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que compõem a Geografia Tradicional. A busca do novo foi empreendida por variados caminhos: isso gerou propostas antagônicas e perspectivas excludentes. A Geografia renovada é bastante diversificada, abrangendo um leque muito amplo de concepções. Entretanto, é possível agrupá-las, em função de seus propósitos e de seus posicionamentos políticos, em três conjuntos: a Geografia Pragmática, a Geografia Crítica e a Geografia Humanística Cultural.

2.4 Nova Geografia: Geografia Pragmática (Quantitativa)

Segundo Moraes (2007), o intuito da Geografia Pragmática é de uma renovação metodológica, buscando novas técnicas e uma nova linguagem, que dêem conta das novas tarefas postas pelo planejamento. O planejamento é uma nova função, imposta às ciências humanas pelas classes dominantes; é um instrumento de dominação a serviço do Estado burguês. A Geografia Pragmática é uma tentativa de contemporanizar, em vista dessa nova função, este campo específico do conhecimento, sem romper seu conteúdo de classe. Dessa forma, suas propostas visavam:

> Apenas uma redefinição das formas de veicular os interesses do capital, daí sua crítica superficial à Geografia Tradicional. Uma mudança de forma, sem alterações do conteúdo social. Uma atualização técnica e linguística. Passa-se, de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão, fornecendo-lhe opções e orientando as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre. Assim, duas tarefas diferentes, em dois momentos históricos distintos, servindo a um mesmo fim. Nesse sentido, o pensamento geográfico pragmático e o tradicional possuem uma continuidade, dada por seu conteúdo de classe – instrumentos práticos e ideológicos da burguesia (MORAES, 2007, p, 110).

Moreira (1988) pontua que nessa atualização do discurso burguês a respeito do espaço, que se poderia chamar de renovação conservadora da Geografia, ocorre a passagem, ao nível dessa disciplina, do positivismo clássico para o neopositivismo. Troca-se o empirismo da observação direta (do ater-se aos fatos ou dos levantamentos dos aspectos visíveis) por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pela estatística (das médias, variâncias e tendências). Do trato direto com o trabalho de campo, ao estudo filtrado pela parafernália da cibernética. Nesse

processo, sofistica-se o discurso geográfico, tornam-se mais complexas as linguagens e as técnicas empregadas. Da submissão total aos procedimentos indutivos passa-se a aceitar também o raciocínio dedutivo. Da contagem e enumeração direta dos elementos da paisagem, para as médias, os índices e os padrões. Da descrição, apoiada na observação de campo, para as correlações matemáticas expressas em índices.

A Geografia Pragmática vai se caracterizar por algumas propostas diferenciadas. Uma primeira via de sua objetivação é a Geografia Quantitativa, defendida, por exemplo, na obra de G. Dematteis, “Revolução Quantitativa e Nova Geografia”. De acordo com Andrade (1987), para os autores filiados a essa corrente, o temário geográfico poderia ser explicado totalmente com o uso de métodos matemáticos. Todas as questões tratadas – as relações e inter-relações de fenômenos de elementos, as variações locais das paisagens, a ação da natureza sobre os homens entre outros, seriam passíveis de ser expressas em termos numéricos (pela mediação de suas manifestações) e compreendidas na forma de cálculos. Para eles, os avanços da estatística e da computação propiciaram uma explicação geográfica. Assim sendo, para estudar uma determinada região:

> Deveria começar com a contagem dos elementos presentes (número de estabelecimento agrícola, total de população, extensão, número e tamanho de vilas e cidades etc.); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo computador (médias, variâncias, desvio-padrão, medianas etc.) e relacionadas (correlações simples e múltipla, regressão linear, covariação, análise de agrupamento etc.); ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja interpretação daria a explicação da região estudada (MORAES, 2007, p, 111)

Outra via de objetivação da Geografia Pragmática vem da teoria dos sistemas: por isso é chamada Geografia Sistemática ou Modelística. Esta, expressa, por exemplo, nas colocações de Brian Berri, propõe o uso de modelos de representação e explicação, no trato dos temas geográficos. Sendo assim, os modelos seriam:

> Representações das estruturas fundamentais da organização do espaço, assim as articulações tidas como constantes em todos os casos singulares. Esses modelos atuam, na pesquisa, como hipóteses lógicas dadas aprioristicamente, sendo constituídos de dados constantes, ou fatores, e de elementos agregados ou variáveis. Na pesquisa, o investigador deve preencher os itens do modelo assumido com os dados da realidade enfocada, assim como introduzir variáveis próprias do lugar estudado. A

> articulação entre estes dados constantes e variáveis fornecerá, por uma elaboração no computador, os resultados em termos de padrões e tendências (MORAES, 2007, p, 112).

Andrade (1987) destaca que os modelos originaram-se basicamente na economia, aparecendo, por exemplo, na explicação da organização da agricultura, da formação das redes de cidades ou da localização industrial.

Moraes (2007) menciona, dentro das vias de objetivação da Geografia Pragmática, aquela que se aproxima da Psicologia, formulado o que se denomina Geografia da Percepção ou Comportamental. Esta:

> Buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebemos e como reagem frente ás condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço (MORAES, 2007, p 114)

Entre os seguidores dessa corrente estão David Lowenthal, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer. Esses autores tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio. Esses estudos fazem uso do instrumento desenvolvido pela psicologia, em particular as teorias behavioristas. As pesquisas realizadas abordam temas como: o comportamento do homem urbano em relação ao espaço de lazer: a influência das formas na produtividade do trabalho; a relação das sociedades com a natureza expressas na organização dos parques; as atitudes frente a novas técnicas de plantio numa determinada comunidade rural; a concepção e as formas de representação do espaço numa sociedade indígena africana, entre outros (MORAES, 2007).

De acordo com Andrade (1987), os seguidores dessa nova corrente preocuparam-se, sobretudo, com os modelos de investigação da sociedade empregados na investigação geográfica, com a multidisciplinariedade, com a orientação de produzir estudos na interpretação do ambiente. Essa tendência levava:

> O geógrafo a realizar estudos para caracterizar como o indivíduo tem a percepção do lugar próximo e distante e como faz refletir esta percepção através de uma sistematização. Daí resultará uma tendência à idealização de tantos espaços quantos forem os indivíduos a percebê-los (ANDRADE, 1987, p. 113).

Tal forma de estudar/pesquisar não requer uma reflexão objetiva, coletiva, de vez que a percepção de cada território será realizada de forma diferente entre indivíduos, sobretudo quando oriundos de classes diferentes – os valores sociais variam de uma classe a outra, de origens diferentes, se oriundos do campo ou da cidade e de nações e culturas diferentes. Não haveria assim uma concepção do território, quando se passasse do individual ao social, mas uma superposição de territórios para um mesmo espaço.

Afinal, essas são as principais vias pelas quais se tenta objetivar a Geografia Pragmática. Todas interessam a um fim utilitário, na medida em que informam a ação do planejamento. Por conseguinte, as várias correntes da Geografia Pragmática representam uma das opções postas para quem faz Geografia na atualidade. Sua aceitação decorrerá do posicionamento social do geógrafo, sendo assim um ato político, uma opção de classe.

2.5 Nova Geografia: A Geografia Crítica

Na década de 1970, houve o surgimento da Geografia Crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética. Trata-se de uma revolução que procura romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, do outro, com a Geografia Pragmática. Intensos debates entre geógrafos marxistas e não marxistas ocorreram a partir de 1970 dentro do processo de renovação do pensamento geográfico, agrupando um conjunto de propostas que se pode denominar Geografia Crítica. Tal denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída, sendo caracterizado por,

> Autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (MORAES, 2007, p. 119).

Dessa forma, os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise; são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão

além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais.

Ao nível acadêmico, criticam o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas ao mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a ideia absoluta de lei, a não diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos etc.). Entretanto, vão além, criticando a estrutura acadêmica que possibilitou a repetição dos equívocos: o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, a má formação filosófica, etc. E, mais, a despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais (ANDRADE, 1887).

Segundo Moraes (2007), os autores da Geografia Crítica mostram as vinculações entre as teorias geográficas e o imperialismo, a ideia de progresso veiculado sempre a uma apologia da expansão. Mostram o trabalho dos geógrafos como articulado às razões de Estado. Desmitificam a objetividade desse processo, especificando como o discurso geográfico escamoteou as contradições sociais. Atingem assim, seu caráter ideológico, que via a organização do espaço como harmônica; via a relação homem-natureza numa ótica que acobertava as relações entre os homens; via a população de um dado território como um todo homogêneo, sem atentar para a sua divisão de classe. Sendo assim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista.

De acordo com Andrade (1985), a primeira manifestação clara dessa renovação crítica pode ser detectada na proposta da Geografia Ativa, nome de um livro escrito por P. George, Y. Lacoste e B. Kayser e R. Guglielmo, que marcou toda uma geração de geógrafos. A Geografia Ativa opunha-se à Geografia Pragmática, sua proposta era a de executar um tipo de análise, que colocasse a descoberto as contradições do modo de produção capitalista, nos vários quadros regionais. Ensejava assim, uma Geografia de denúncia de realidades espaciais injustas e contraditórias. Tratava-se de explicar as regiões, mostrando não apenas suas formas e sua funcionalidade, mas também as contradições sociais nelas contidas: a

miséria, a subnutrição, as favelas, enfim, as condições de vida de uma parcela da população, que não aparecia nas análises tradicionais de inspiração ecológica.

Moraes (2007) destaca que o autor que mais se destacou na Geografia Crítica foi Pierre George, que introduziu alguns conceitos marxistas na discussão geográfica. O autor realizou uma conciliação da metodologia da análise regional com o instrumento conceitual do Materialismo Histórico. Assim, discute as relações de produção, as relações de trabalho, a ação do grande capital e as forças produtivas. Moraes (2007) afirma também destaca que a Geografia Crítica também se desenvolveu bastante a partir dos estudos temáticos, notadamente aqueles dedicados ao conhecimento das cidades, sendo importante a contribuição dada por autores não-geógrafos e que:

> O contato com teorias extrageográficas foi bastante benéfica; basta pensar na influência de um sociólogo, como M. Castells, ou de um filósofo, como H. Lefebvre; o primeiro através do livro já clássico **A questão urbana**, o segundo através de obras como **A produção do espaço** e **Espaço e Política**. A influência de urbanistas, como J. Lojikne ou M. Folin, também é sensível. No rol das influências extrageográficas, o nome de M. Foucault deve ser mencionado, por suas colocações sobre a relação entre o espaço e o poder, contidas em **Microfísica do Poder** (MORAES, 2007, p, 126).

Desse modo, a Geografia Crítica abre para um leque bastante amplo de influências “externas”. Rompendo o isolamento da Geografia com trabalhos temáticos que enfocam o urbano, um destaque deve ser dado, nessa fase, para a figura de David Harvey, que esteve na vanguarda do neopositivismo da reflexão geográfica; depois rompeu radicalmente com a perspectiva pragmática, escrevendo uma obra titulada “ A justiça social da cidade”. Nesse livro, D. Harvey faz a crítica das teorias liberais sobre a cidade, e assume uma postura socialista. Realiza então uma leitura das colocações marxistas, tentando empregar a teoria da renda fundiária na análise da valorização do espaço urbano. Analisa o uso do solo, um tema clássico da Geografia, à luz das categorias do valor-de-uso e do valor-de-troca. Nessa reflexão, adianta bastante as formulações a respeito de uma dialética do espaço, a de ver formas espaciais enquanto processos sociais, no sentido de que os processos sociais são espaciais (MORAES, 2007).

Pode-se dizer que a Geografia Crítica é uma frente, em que, obedecendo a objetivos e princípios comuns, convivem propostas díspares. Assim, não se trata de um conjunto monolítico, mas, ao contrário, de um agrupamento de perspectivas

diferenciadas. A unidade da Geografia Crítica manifesta-se na postura de oposição a uma realidade social e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. É uma unidade de propósito dada pelo posicionamento social, pela concepção de ciência como momento de práxis, por uma aceitação plena e explícita do conteúdo político do discurso geográfico. Enfim, é uma unidade ética. Entretanto, esses objetivos unitários objetivam-se através de fundamentos metodológicos diversificados. Deles advém uma grande diversidade metodológica, no âmbito da Geografia Crítica. Esta apresenta um mosaico de orientações metodológicas bastante variado: estruturalismo, existencialismo, analíticos, marxistas e ecléticos, mantendo-se, como único traço comum o discurso crítico.

Finalizando, podemos identificar que o movimento de renovação na ciência Geográfica, com suas duas vertentes, reproduz, ao nível desse campo específico do conhecimento, o embate ideológico contemporâneo – reflexo, no plano da ciência, em suas diferenciadas orientações, assumem a perspectiva popular, a da transformação da ordem social. Buscam uma Geografia mais generosa e um espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens.

2.6 Nova geografia: Geografia Humanista e Cultural

A década de 1970 viu também o surgimento da Geografia Humanista que foi, na década seguinte, acompanhado da retomada da Geografia Cultural. Semelhante à Geografia Crítica, a Geografia Humanista, também foi calcada nas filosofias do significado, especialmente a Fenomenologia e o Existencialismo. A Geografia Humanística é a retomada da matriz historicista que caracterizava as correntes possibilista e cultural da Geografia Tradicional. A abordagem humanística na Geografia tem como base os trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph e Mercer e Powell (CORRÊA, 1995).

A Geografia Humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real. A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na

Geografia Humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado do espaço vivido (CORRÊA, 1995).

A Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão do mundo, que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona. Nessa perspectiva, os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de "humanística", pois estuda os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos (TUAN, 1983).

As noções de espaço e lugar surgem como muito importantes para essa tendência geográfica. O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado e ao qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem". O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. Em 1974, ao tentar estruturar o setor de estudos relacionados com a percepção, atitudes e valores ambientais, Yi-Fu Tuan (1980) propôs o termo Topofilia definindo-o como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico". Através de sentimentos topofílicos (experiências felizes). A noção de espaço envolve um complexo de ideias, sendo,

> A percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar-nos o nosso sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos. O reconhecimento dos objetos implica o reconhecimento de intervalos e relações de distância entre os objetos e, pois, de espaço. A distância é de âmbito espaço-temporal, pois envolve não só as noções de "perto" e "longe", mas também as de passado, presente e futuro. Todavia, para a Geografia Humanística, a integração espacial faz-se mais pela dimensão afetiva que pela métrica. Estar junto, estar próximo, não significa a proximidade física, mas o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar. Posso estar morando na cidade X, mas me sentir muito mais ligado à cidade Y, na qual vivi por muito tempo e onde se encontram meus familiares. Os seus acontecimentos são mais significativos e tocantes para mim que os da cidade na qual atualmente resido. Lugares e pessoas fisicamente distantes podem estar afetivamente muito próximos. Portanto, o estudo do espaço é a análise dos sentimentos e ideias espaciais das pessoas e grupos de pessoas (SUERTEGARAY, 2005, p, 54).

Dessa maneira, Suertegaray (2005) observa que o espaço e o lugar estão no âmago da ciência geográfica. Sob a perspectiva positivista, a Geografia é a análise da organização espacial. Sob a perspectiva humanística, o espaço e o lugar assumem características muito diferentes. A tarefa básica do geógrafo humanista é mostrar o que eles são através de uma estrutura coerente. De maneira geral, as abordagens humanistas da ciência procuram ser meios de autoconhecimento para o ser humano, a contribuição particular da Geografia nessa abordagem está na pesquisa dos muitos tipos de percepção, valores e atitudes relativos ao espaço e à natureza.

Desse modo, os geógrafos humanistas têm pretensão de relacionar de uma maneira holística o ser humano e seu ambiente ou, mais genericamente, o sujeito e o objeto, fazendo uma ciência fenomenológica que extraia das essências a sua matéria-prima. Sendo assim, a Geografia Humanista, de acordo com Rocha (2007), trouxe novas luzes e abriu novas possibilidades para a compreensão de se encontrar as respostas para a construção de valores e atitudes para se enfrentar os novos desafios que se instalam a cada momento. Os desafios atuais são: a crença infalível na ciência e na tecnologia; a coletividade baseada nos pressupostos insensíveis nas estruturas sociais; e erguer um edifício fundamentado na nova ética das relações humanas e ambientais.

Diante das abordagens caracterizadas da ciência geográfica: Geografia Tradicional, a Nova Geografia em suas vertentes: Geografia Pragmática (Quantitativa), Geografia Crítica e a Geografia Humanística e Cultural. Elaboramos um quadro seguindo a ordem sequencial proposta na seção, no qual foram identificadas as abordagens que podem contribuir na construção da proposta teórico - metodológica para a compreensão da dinâmica dos territórios.

QUADRO 01 – Elementos identificados para a leitura da dinâmica dos territórios nas correntes do Pensamento Geográfico

CORRENTE GEOGRÁFICA	AUTOR	CONCEITO (S)	DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO
Geografia Tradicional	Karl Ritter	Área/lugar	A Geografia deveria estudar arranjos individuais, e compará-los. Pois cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos,

			representando uma totalidade.
Geografia Tradicional - Possibilismo	Paul Vidal de La Blache	Paisagem	O ser humano é ativo, ou seja, sofre influência do meio, porém atua de maneira intensa sobre ele, modificando-o.
Geografia Tradicional - Geografia Racionalista	Alfred Hettner e Richard Hartshorne	Espaço	O caráter singular das diferentes parcelas do espaço adviria da particular forma de inter-relações dos fenômenos aí existentes. O estudo de inter-relação dos elementos, no espaço terrestre. Estudo das inter-relações entre fenômenos heterogêneos, apresentando-as numa visão sintética. As inter-relações não interessariam em si, e sim na medida em que desvendam o caráter variável das diferentes áreas da superfície da terra.
Nova Geografia - Geografia da Percepção ou Comportamental	David Lowenthal, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer	Espaço vivenciado - Território - Lugar	Buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como esse processo se reflete na ação sobre o espaço.

			Valorização subjetiva do território. A multidisciplinariedade na compreensão do território. A consciência do espaço vivenciado
Geografia Humanística	Yi-Fu Tuan	Espaço - Lugar	O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado e no qual está integrado. Os sentimentos e afeições; é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem". O lugar é aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. O elo afetivo entre a pessoa/ lugar e quadro físico. Relacionar de maneira holística o ser humano e o ambiente.

Fonte: Organizado por Fabiano Custódio de Oliveira.

Esses autores e seus conceitos, com suas diversas formas de compreensão espacial, elencados no quadro 01, irão contribuir na construção da proposta para compreensão da produção e da dinâmica dos territórios, pois, na análise espacial, devemos pensar o movimento e a unidade que existem, no real, através das forças naturais e das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, que vão constituir novas territorialidades, no espaço. Nesse movimento, há mudanças e permanências, conjugadas, isto é, descontinuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, sociais, políticos e culturais, que fazem parte

dos atores sociais envolvidos na construção do território, sendo importante o território ser compreendido dentro da complexidade e heterogeneidade das vertentes expostas do pensamento geográfico.

2.7 A Contribuição da Ciência Geográfica Para o Planejamento Regional

Estudando as paisagens, os lugares e territórios que se distribuem pela superfície da terra, como as mesmas resultam da ação Homem x Natureza e Natureza X Homem, participa a ciência geográfica, ao mesmo tempo, da natureza das ciências naturais e das ciências sociais. Assim é ela, uma ciência da natureza implicada pela presença e pela ação do homem.

Com essa dupla formação está o geógrafo, como destaca Andrade (2010) melhor que qualquer outro especialista, capacitado a fazer uma descrição global das paisagens, dos territórios e dos lugares de uma região para a qual se quer fazer um plano de desenvolvimento e a realizar um trabalho preliminar de síntese, levantar uma série de problemas que serão analiticamente aprimorados por especialistas de outras ciências como geólogos, hidrologistas, sociólogos, antropólogos, economistas, urbanistas. Na realização dos seus trabalhos, cabe ao geógrafo:

> Delimitar a área a estudar – princípio da extensão – , comparar as paisagens aí existentes com a de outras regiões – princípio da analogia –, explicar a causa da formação das mesmas – princípio da causalidade –, analisar as paisagens existentes ligando-as com o passado, levando em conta que os fatos são dinâmicos e estão sujeitos a uma permanente transformação – princípio da atividade, analisar os fatos com uma visão de síntese, levando em conta que nada se processa isoladamente e que tudo ocorre em função de uma série de fatos que se interinfluenciam e se inter-correlacionam – princípio da conexidade. Assim, armado de uma formação científica complexa e dispondo de conhecimentos básicos das ciências auxiliares, está o geógrafo habilitado a fornecer uma descrição e interpretação das paisagens em suas implicações naturais e nas modificações feitas nas mesmas pelo homem, visando o aproveitamento dos recursos que ela pode oferecer (ANDRADE, 2010, p. 49).

Atualmente, nos países mais desenvolvidos, a Geografia é largamente ensinada nas Universidades, não só em cursos de formação de geógrafos, mas também de historiadores, economistas, sociólogos e administradores. Os geógrafos colaboram, ainda, nos trabalhos de planejamento regional. Isto se observa tanto nos

países de economia capitalista quanto nos de economia socialista (ANDRADE, 2010).

De acordo com Andrade (2010), a importância da planificação no desenvolvimento econômico e a compreensão da grande contribuição que a Geografia poderia dar ao mesmo, levou o Governo britânico, em 1943, quando se encontrava em plena guerra, a criar um Ministério para o Planejamento Rural e Urbano, ao qual caberia orientar, em escala nacional, uma política de localização industrial e repartição da população nas zonas sinistradas pela guerra e nas superpovoadas, de forma a que as condições de trabalho e de produção tivessem um desenvolvimento mais racional.

Procurariam os técnicos desse ministério encontrar um equilíbrio entre as velhas zonas industriais em decadência e as novas, concentradas no sudoeste do país. Ao mesmo tempo, era necessário procurar fazer um melhor aproveitamento das terras pela agricultura, visando não só salvar a Grã-Bretanha da ameaça de fome que sobre ela pairava devido à guerra submarina promovida pelos alemães, como tornar possível a reorganização rápida da agricultura nos anos de pós-guerra, orientando o Reino Unido no caminho do auto abastecimento, diminuindo os elevados encargos decorrentes da importação de alimentos.

Por isso, a reorganização do serviço de utilização da terra e o emprego pelo mesmo, de grande número de geógrafos. Coube assim a Dudley Stamp, professor de Geografia da Universidade de Londres, cartografar o modo de utilização de cada parcela do território britânico, possibilitando uma política racional de utilização do mesmo.

Nos Estados Unidos, o conhecimento dos geógrafos foi sendo largamente utilizado tanto nos serviços públicos e paraestatais quanto pelas empresas privadas. Para isso, contribuiu principalmente a grande crise econômica de 1929, que constituiu um sério impacto para a economia norte-americana, levando os políticos e homens de negócios a compreender que o sentido imediatalista até então dominante no capitalismo norte-americano encaminhava o país ao esgotamento de seus recursos naturais e ao empobrecimento de seus solos, pondo em perigo constante a pujança da economia dos Estados Unidos.

Esse país compreendeu então ser necessário um levantamento das paisagens e dos seus recursos e a planificação da exploração de suas riquezas, apresentando o geógrafo, como o profissional mais habilitado para realizar esse

diagnóstico e auxiliar a Economia Politica. Tal fato levou a Geografia, sobretudo Econômica, a ser ensinada em 80% das 500 escolas existentes no país e passarem o emprego de geógrafos nas grandes empresas como a Dupont Nemours, Aluminium Cy, General Foods Corporation, Western Eletric, American Tobaco, United States Steel a empregar geógrafos, ao lado de outros especialistas, no estudo dos problemas de abastecimento de matérias primas, de mercados, de localização de usinas (ANDRADE, 2010).

Andrade (2010) destaca que nos países socialistas não é menor a importância dada à formação dos geógrafos e à utilização dos mesmos no levantamento das possibilidades do país e no planejamento do desenvolvimento econômico. A Geografia é considerada como um verdadeiro conjunto de ciências e os geógrafos de especialidades diversas têm sido incentivados a trabalhar em equipe. Coube aos geógrafos, após a revolução bolchevista de 1917, fazer o levantamento geográfico do imenso e pouco conhecido território da União Soviética, em suas regiões povoadas e conhecidas e naquelas distantes, inóspitas, habitadas por povos atrasados e com dificuldades em termos de comunicações. Coube-lhes fazer o levantamento do território da União tornando-o conhecido e possibilitando a localização das pesquisas de cientistas de outras especialidades.

No Brasil, a ciência geográfica vem se desenvolvendo razoavelmente a partir de 1940, apesar de antes de 1930 terem aparecido apenas trabalhos pioneiros, com caráter científico como os de Delgado de Carvalho, Raimundo Lopes e Agamenon Magalhães. Após a revolução de 1930, a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com seus Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, a fundação dos cursos superiores de Geografia, nas Faculdades de Filosofia, o desenvolvimento de cadeiras de Geografia Econômica, nas faculdades de Ciências Econômicas e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (A.G.B.) possibilitaram o desenvolvimento dos estudos da ciência geográfica e o maior conhecimento do território nacional.

Podemos destacar a participação da ciência geográfica no âmbito das três principais divisões regionais propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) ao longo do século XX. Estas divisões foram oficializadas nos anos de 1942, 1970 e 1990, tendo por objetivo aumentar a capacidade do Estado de realizar políticas de planejamento econômico e de organização do território brasileiro, através de normas federais e do próprio IBGE (CONTEL, 2014).

Em 1956, foi realizado, no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso Internacional de Geografia, que demonstrou o amadurecimento da ciência geográfica em nosso país. Além dos bons trabalhos de caráter puramente científico, publicados pelo Conselho Nacional de Geografia em sua revista e em seu boletim, e pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil (Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil), existem interessantes trabalhos de levantamento das áreas em que se realizaram Assembleias-Gerais da A.G.B., os quais podem ser utilizados como subsídios para uma política de desenvolvimento regional. Isto porque, ao reunir-se em uma cidade, essa associação organizou equipes que estudaram as áreas próximas e elaboram relatórios sobre as mesmas, relatórios esses que foram discutidos e posteriormente publicados.

Visando, porém, diretamente à planificação para o desenvolvimento econômico regional, Andrade (2010) destaca os trabalhos realizados em 1954 e 1955, pela A.G.B. sob a direção do Prof. Dirceu Lino de Matos sobre a região Drenada para a bacia Paraná-Uruguai, os estudos feitos na Bahia pelo Laboratório de Geografia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, na bacia do Paraguaçu, os estudos de geografia industrial feitos pelo conselho Nacional de Geografia na Zona da Mata de Minas Gerais sob a direção de Pedro Geiger e o levantamento geoeconômico do Município de Cabrobó, realizado pelo Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA) para o Departamento de Águas e Energia (DAE), visando à instalação de uma rede para eletrificação rural no referido município do sertão pernambucano.

Pelos exemplos citados, a metodologia geográfica no planejamento regional, em geral, realizada na elaboração da diagnose espacial pelos grupos de planejamento multidisciplinares. Contudo, com certa frequência, os levantamentos efetuados desprezam os estudos dos componentes físicos da região, sobretudo quando o geógrafo está ausente desses grupos de trabalho. Assim, Leite (1989) propõe o seguinte esquema de um diagnóstico com vistas ao planejamento regional no âmbito da pesquisa geográfica:

- Descrição das unidades individuais de base (vilas, cidades, estados etc.) e análise de seu funcionamento dinâmico;
- Descrição do sistema de atividades humanas tanto no âmbito urbano como rural;
- Descrição e análise das redes de transporte e comunicações;

- Descrição do sistema administrativo ligado o desenvolvimento regional;
- Caracterização dos elementos do território natural;
- Processo de ocupação e equipamento do território;
- Distribuição territorial dos recursos humanos;
- Distribuição territorial e características da estrutura produtiva;
- Organização e estrutura administrativa do território;
- Estrutura e funcionamento espacial do sistema econômico.

Dessa forma, Leite (1989) afirma a importância de incluir o geógrafo nos órgãos de planejamentos regionais ou nacionais. Igualmente, as Secretarias de Planejamento Estaduais devem incluí-lo em suas equipes, pois, dada a sua importância na elaboração dos diagnósticos territoriais, para inclui-los nos planejamentos regionais e regionais.

Todos esses exemplos vêm comprovar a importância da utilização da ciência geográfica nos trabalhos de planejamento, pois o geógrafo procura antes compreender e explicar o espaço geográfico com todos os elementos que o constituem, sejam físicos, bióticos ou humanos, distinguindo os espaços humanizados dos domínios naturais, base para qualquer entendimento sobre o território. Distingue, no entanto, que a supremacia humana sobre a natureza advém de seu grau de civilização e cultura e não da quantidade de habitantes ou de comunidades que se distribuem pelo território. Assim, é grande a ajuda que a Geografia pode oferecer aos economistas, aos agrônomos, aos administradores do planejamento e do desenvolvimento regional, visto que o geógrafo é um especialista de síntese, podendo exercer um trabalho de coordenação entre vários especialistas no planejamento regional.

.

3 ESPAÇO E TERRITÓRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Esta terceira seção, titulada “Espaço e Território na Ciência Geográfica”, tem por objetivo discutir os conceitos espaço e território no âmbito da ciência geográfica e diferenciar as principais linhas teórico-conceituais em que o conceito é ou pode ser utilizado, mostrando sempre a diferenciação e a transformação do conceito de território em função das questões priorizadas pelo pesquisador.

Diante do exposto, esta seção apresenta um paralelo das discussões realizadas por alguns importantes pensadores que se dedicam e/ou se dedicaram ao estudo desses conceitos; buscou desenvolver uma análise da evolução histórica dos conceitos de espaço geográfico e território, apresentando suas várias concepções vinculadas às diferentes correntes do pensamento geográfico até os dias atuais, quando retornaram de forma significativa pelo uso crescente, não somente pela Geografia, como também em diversos ramos das ciências humanas. Em seguida, será identificada e caracterizada cada linha teórico – conceitual da abordagem territorial.

3.1 O conceito de espaço no âmbito das escolas do pensamento geográfico

A realidade é um fenômeno extremamente complexo. Nossos sentidos nos permitem compreendê-la em alguns de seus aspectos. Assim, os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela. Porém o ser humano, através da cultura, tem acesso a uma extensão maior da realidade graças à cultura, que serve como um instrumento para orientar a organização das experiências individuais e coletivas. Dessa forma, toda cultura, por menos elaborada que seja, possui uma estrutura de classificação da realidade, tanto da real, quanto da cultural e social (DURKHEIM; MAUSS, 1973).

Vários autores clássicos das Ciências Sociais, dentre os quais Durkheim, Marx, Weber e Persons, concordam que, com o desenvolvimento histórico, as sociedades e as culturas foram progressivamente se tornando diferenciadas, e essa diferenciação foi como um processo dialético que amplia as possibilidades de classificação e de composição de uma variação de visões sobre a realidade (MARCELINO, 2010).

As diferenciações, ao mesmo tempo em que geram uma autonomia entre as esferas, ou instâncias, da vida humana, fragmentando o que antes estava integrado, também criam uma maior interdependência entre elas, levando a uma multiplicação de fenômenos sociais e culturais coexistentes de classificação da realidade. Esses fenômenos sociais não são produtos de indivíduos isolados, são socialmente produzidos e se constituem de representações. Entretanto, as representações não estão uniformemente distribuídas pelo corpo social e um objeto pode ter representações variadas, dependendo do tipo de socialização que seu observador vivenciou (DURKHEIM, 1989).

A ciência possui uma peculiaridade que a distingue dos demais esquemas de classificação de conhecimento do mundo, que é a impessoalidade e a objetividade das suas representações, que, por isso, são denominados conceitos. De acordo com Durkheim (1989), um conceito é definido pelas suas características, primeiramente, a sua imutabilidade, a sua resistência a mudanças, a sua fixação e cristalização. Em segundo lugar, o fato de ser universalizável: um conceito nunca é de um homem só, mas é comum a outros homens. Desse modo, o conceito é uma obra de toda uma comunidade, sendo representações coletivas a cada civilização que, por sua vez, tem seu sistema organizado de conceitos que as caracterizam.

Segundo Marcelino (2010), um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem, este percorre um caminho, que por vezes pode sofrer influências as quais, consequentemente, poderão se imiscuir no entendimento de seus conteúdos e aplicabilidade. Assim sendo, os conceitos são construções lógicas que estão em constantes reformulações, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade concreta da vida.

Segundo Saquet (2010), não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles; também afirma que todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfose; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades e des-continuidades (descontinuidade–continuidade–descontinuidade), num único movimento; o novo contém, pois o velho.

Assim, o conceito é um tipo especial de representação, construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade; está

sendo conceituado a testes empíricos, uma média aceitável e construído metodologicamente com base em um conjunto de representações que pré - informam o produtor do conceito e que levam a empreender a pesquisa e conceituar um aspecto determinado da realidade.

Portanto, compreendemos o conceito como uma construção social que representa algum aspecto da realidade e, para tanto, é preciso uma história das ciências e das técnicas para seu entendimento. Dessa forma, de modo sistemático, empreendemos algumas reflexões sobre os conceitos “Espaço e Território”, realizando algumas interlocuções com a literatura da história da evolução do pensamento geográfico, operacionalizando a partir do positivismo, do marxismo e de um sistema de conceitos, que começam a construir a cultura do nosso tempo através da compreensão da dialética.

Como toda ciência, a Geografia possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizar a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo conforme a Geografia, a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das Ciências Sociais. Como ciência social, a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade. No entanto, tal ciência é objetivada e representada via cinco conceitos-chave (espaço, território, paisagem, região e lugar) que guardam em si forte grau de parentesco (CORRÊA, 1995).

Cada um dos conceitos-chave acima citados tem sido objeto de amplo debate, tanto interno, como externo à Geografia, envolvendo, assim, não geógrafos. Nesse sentido, vamos debater os conceitos de espaço e suas várias acepções que se modificam no decorrer da evolução do pensamento geográfico. Consideraremos, inicialmente, como o espaço foi concebido na Geografia Tradicional, seguindo-se após a sua concepção na Geografia, que emergiu da denominada revolução Teorética-Quantitativa denominada Geografia Pragmática. Em sequência, considerar-se-á o conceito de espaço, no âmbito da Geografia fundada no materialismo histórico e dialético e, finalmente, como os geógrafos humanistas e culturais abordam o espaço, caracterizando a Geografia Crítica, que prevalece no contexto atual.

De acordo com Andrade (1987), uma das primeiras referências e definição de espaço foi realizada por Aristóteles, na qual o espaço era a inexistência do vazio e o lugar como posição de um corpo entre outros corpos. Com a citada definição, Aristóteles trata o espaço como uma área preenchida de corpos, neste caso, sua

visão despreza a necessidade do homem como componente. Para Aristóteles não basta que essa área esteja preenchida, é necessário que haja um referencial, outro corpo que dê ao primeiro uma localização.

Avançando um pouco no tempo, Immanuel Kant, no século XVIII, deu importância às formas de sentido como instrumento de percepção. Segundo Andrade (1987), de acordo com Kant, o ser humano percebe todas as coisas dotadas de dimensões, ou seja, como realidades espaciais. O espaço não é algo passível de percepção, mas o que permite haver percepção. Nesta concepção, o autor percebe que Kant separa o espaço e os demais elementos; o primeiro é um "pano de fundo" para se fixarem os corpos. Conforme Andrade (1987), as considerações apresentadas por Kant foram importantes no avanço dos estudos regionais. Contudo são limitadas no tocante ao espaço, pois não o veem como algo constituído de significado ou de estrutura própria.

A Geografia Tradicional, que se iniciou em meados de 1870 e teve término em meados de 1950, aproximadamente, não teve no espaço um conceito chave para os estudos geográficos da época. Mesmo assim, se mostra presente de forma implícita nas obras de Friedrich Ratzel e de Richard Hartshorne (CORRÊA, 1995).

De acordo com Moraes (2007), o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer as naturais, quer as socialmente produzidas. Com tal, o domínio do espaço transforma-se em elemento crucial na história do homem. Ratzel desenvolveu assim dois conceitos fundamentais em sua Antropogeográfica[2]. Trata-se do conceito de território e de espaço vital, ambos com fortes raízes na ecologia. Para Ratzel, o território está vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo, enquanto o espaço vital expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais. Assim sendo, o espaço vital:

> Representaria uma proporção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais (MORAES, 2007, p. 70).

[2] O principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denomina-se Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia Humana; pode-se dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

O espaço, na visão de Hartshorne, é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. É um quadro de referência que não deriva da experiência, sendo apenas intuitivamente utilizado na experiência. Trata-se de uma visão Kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. A Geografia constituir-se-ia na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, havendo uma associação entre a concepção de espaço e a visão ideográfica da realidade, na qual, em uma dada área, estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais.

De acordo com Corrêa (1997), o espaço absoluto de Hartshorne é um local de combinação única (unicidade) em relação à qual não se poderiam conceber generalizações: nenhuma lei universal precisa ser considerada senão a lei geral da Geografia de que todas as suas áreas são únicas.

A Geografia Teorética – Quantitativa (Pragmática), que data entre 1950 – 1970, tratou o espaço geográfico como conceito chave da disciplina; pode-se citar que foi a primeira vez que o conceito de espaço geográfico foi trabalhado. Segundo Moraes (2007), nesta escola o espaço é considerado sob duas formas que não são mutuamente excludentes. De um lado a planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial. Segundo Corrêa (1997), a planície isotrópica é uma:

> Construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e á cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana: há uma uniformidade densidade demográfica, de renda e de padrão cultural que se caracteriza, ente outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação. A circulação nesta planície é possível em todas as direções (CORRÊA, 1997, p. 21).

Sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. Assim, o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial, que é vista como expressando um equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção (CORRÊA, 1997).

Na planície isotrópica, a variável mais importante é a distância. Nesse sentido, Corrêa (1997) cita que o espaço relativo apontado por Harvey é entendido a partir de relações entre objetos, relações estas que implicam em custos, dinheiro,

tempo e energia para se vencer a fricção imposta pela distância. O autor cita que é no espaço relativo que se obtêm rendas diferenciais e que desempenham papel fundamental na determinação do uso da terra.

É preciso considerar o que significou para a Geografia a concepção de espaço que os geógrafos pragmáticos nela introduziram. Trata-se de uma visão limitada de espaço, pois, de um lado, privilegia-se em excesso a distância, vista como variável independente e, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. Privilegia-se um presente eterno e, subjacente, encontra-se a noção paradigmática de equilíbrio (espacial), cara ao pensamento burguês.

Corrêa (1997) entende que as representações matricial e topológica devem se constituir em meios operacionais que permitam extrair um conhecimento sobre localizações, fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo, neste sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a historicidade dos fenômenos sociais, possa ajudar na compreensão da organização espacial.

Na década de 1970, houve o surgimento da escola denominada Geografia Crítica, fundada no materialismo histórico e na dialética. Trata-se de um movimento que procurou romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, de outro, com a Geografia Teorética - Quantitativa (MORAES, 2007). No âmbito dos debates, o espaço reaparece como o conceito-chave, principalmente no âmbito da teoria marxista. Isso se deve, em grande parte, à intensificação das contradições sociais e espaciais, tanto nos países centrais como nos periféricos, devido à crise geral do capitalismo durante a década de 1960. Tal crise transformou o espaço por ele produzido em receptáculo de múltiplas contradições espaciais, que suscitaria na necessidade de se exercer maior controle sobre a reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais.

De acordo com Santos (1990), o espaço aparece efetivamente na análise marxista a partir de Henri Lefévere. Em seu livro “Espacio y Política” , ele argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das

proporções, nem como produto da sociedade, ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuando, objetivado, portanto funcional. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre (2006), o espaço é mais que isso: engloba essa concepção e a ultrapassa. O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção. O autor afirma que:

> Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto, uma coisa ou umas coleções de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) e produção (LEFÉVERE, 2006, p 26)

Essa concepção de espaço marca profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e o dialético como paradigma. O espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. Outro grande geógrafo que foi muito importante na conceitualização de espaço nesta escola foi Milton Santos. Ele estabeleceu o conceito de formação-espacial e afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer ao espaço e também que modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependentes.

Conforme Corrêa (2005), o mérito da conceitualização de Milton Santos da formação sócio espacial está no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através do espaço que ela produz, e o espaço só é inteligível através da sociedade. A natureza e o significado do espaço aparecem em diversos estudos de Milton Santos, quando aborda o papel das formas e interações espaciais, os fixos e os fluxos a que ele se refere.

Outra contribuição significativa de Milton Santos foi quando estabeleceu as categorias de análise do espaço, as quais devem ser consideradas a partir de suas relações dialéticas. São quatro as categorias de análise do espaço. A “forma” é o aspecto visível, exterior de um objeto, por exemplo: casa, bairro, cidade e rede urbana. A “função” implica um papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a

relação entre forma e função é direta, na qual a forma é criada para desempenhar uma função. A “estrutura” é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. O “processo” é a estrutura em seu movimento de transformação ao longo do tempo.

A escola Geográfica Humanística e Cultural se consolidou a partir de 1970 e baseia-se nos sentimentos espaciais e na percepção vista como significação e tem como filosofia norteadora a Fenomenologia. Nesse paradigma, a categoria mais utilizada tem sido lugar, mas o espaço também é considerado, principalmente como espaço vivido e como espaço percebido.

Para Corrêa (2005), a escola humanista e cultural é assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da integibilidade do mundo real.

Assim sendo, vamos compreender como foi construído o conceito espaço geográfico, e de que forma se tornou o objeto de estudo da ciência geográfica, bem como suas dimensões, que podem ser estudadas e analisadas no contexto natural, econômico e social da sociedade contemporânea.

3.2 Processos de construção do objeto de estudo da Geografia: O espaço geográfico

A palavra espaço é de uso corrente, sendo utilizada tanto no dia a dia como nas diversas ciências. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio, por exemplo, a palavra espaço é descrita segundo 12 acepções distintas e números qualificativos. Entre os astrônomos, matemáticos, economistas, sociólogos, psicólogos e outros, utiliza-se, respectivamente, as expressões espaço sideral, espaço topológico, espaço econômico e espaço pessoal.

A expressão espaço aparece vaga ou associada a uma porção da superfície da terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência a simples localização. Segundo Corrêa (2005), adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas: global, continental, regional, da cidade, do campo, do bairro, da casa e de um cômodo no seu interior.

Afinal, que espaço a ciência geográfica estuda dentro dessa diversidade e ampliação do conceito? No âmbito da Geografia, os geógrafos estudam e pesquisam o conceito de espaço geográfico, balizador da ciência Geografia. Como é construído esse conceito? Segundo Suertegaray (2005), o espaço geográfico é construído a partir do conceito de espaço natural.

De acordo com Andrade (1985), o espaço natural é aquele que resultou da própria evolução das condições naturais, sem que tenha havido interferência da ação do homem. A noção de espaço natural identifica-se com a de meio natural; o espaço natural resulta de um equilíbrio entre a ação dos elementos da natureza – estrutura geológica, relevo, clima, vegetação e hidrografia – onde desenvolve o meio biológico, a vida vegetal e animal. Ela dá origem aos ecossistemas dos ecologistas.

Andrade (1985) afirma que, sabendo-se a ubiquidade do homem e sua ação inteligente sobre o meio ambiente, organizando-o de acordo com os seus interesses, temos que admitir que as áreas ocupadas pelo espaço natural na superfície da terra são diminutas, havendo alguns trechos da floresta equatorial, dos desertos, das florestas frias e das calotas polares, que tendem a se reduzir cada vez mais, à proporção que o homem, munido de técnicas cada vez mais avançadas, expande a sua área de dominação sobre a superfície do planeta.

Suertegaray (2005) destaca que, nos tempos primitivos, entre os povos atrasados tecnologicamente, a adaptação do homem às condições naturais era feita de tal forma, que tanto ele quanto os animais, dependiam inteiramente das condições naturais e só vagarosamente iam transformando o espaço natural em espaço geográfico.

Andrade (1985) ressalta que o espaço geográfico é o produto da ação do homem, transformando o espaço natural e modificando a própria natureza e, ao contrário do espaço natural, é um produto sem ação do homem. Sendo assim, Carlos (2007) afirma que o espaço geográfico deve ser concebido enquanto produto do processo de trabalho da sociedade, destacando-se como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de tudo, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade. Nesse contexto, o homem tem um papel central na medida em que é sujeito, cuja humanidade é construída ao longo do processo histórico e afirma que:

> O espaço não é humano porque o homem habita, mas porque o constrói e reproduz, tornando o objeto sobre o qual recai o trabalho em algo que lhe é próprio. Por outro lado, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade. É assim um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnicas cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz (CARLOS, 2007,p. 15)

Dessa forma, existe uma relação dialética entre sociedade e espaço; é a ação consciente, que transforma a natureza em espaço geográfico e, ao produzi-lo, produz o homem e as relações com outros homens. Assim entendido, não se pode afirmar que o espaço geográfico sempre existiu, nem que sua criação esteja vinculada ao aparecimento do homem sobre a terra; ao contrário, sua existência vincula-se a uma organização social e à existência de uma organização planejada: uma atividade criadora a partir de um caráter intencional e voluntário e, com isso, capaz de transformar a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo.

A ação do trabalho do homem não ocorre de forma uniforme no espaço e no tempo. Ela se faz de forma mais intensa em determinados momentos históricos e nas áreas onde se pode empregar uma tecnologia mais avançada ou em que se dispõe de mais capital. Sendo assim, Andrade (1985) mostra a importância de uma visão do processo histórico na análise do espaço geográfico, levando-se em conta tanto o nível de desenvolvimento, quanto os sistemas econômicos e sociais dominantes; ele é produzido visando alcançar determinados fins, aqueles que interessam ao sistema ou à formação econômica-social dominante.

Nessa construção do conceito de espaço geográfico, a Geografia realiza uma conjunção do natural e do homem, transformando o espaço geográfico em um conceito que expressa a articulação entre Natureza e Sociedade, ou seja, constituiu-se um objeto de interfaces entre as ciências naturais e sociais. Dessa forma:

> O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1991, p. 51).

Trata-se, nesse caso, de uma concepção de natureza denominada de natureza artificial ou tecnificada. Para Santos (1999), o período atual, denominado de “Técnico Científico Informacional”, não nos permite pensar a natureza como primariamente natural, ou melhor, como decorrente de processos que advêm exclusivamente de sua auto-organização.

A presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto à natureza, promoveu e promove profundas transformações na natureza, formando os objetos que configuram o espaço geográfico. Estes objetos, em conjunto com as ações, formam o espaço geográfico. De acordo com Santos (2014), os objetos são:

> Tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. São exemplos cidades, barragens, estradas, plantações, florestas (SANTOS, 2014, p. 70)

Os objetos devem existir como sistemas e não como coleções; eles são úteis aos grupos humanos, podendo ser simbólicos ou funcionais e só têm sentido se associados às ações e vice-versa. A ação é um fato humano, pois depende do objetivo e da finalidade com a qual é praticada, e nisso o homem é único. “As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições.” (Santos, 2014, p.82). As necessidades naturais ou criadas são origem das ações, as quais levam às funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos inseridos no espaço geográfico. Assim sendo, o espaço geográfico deve ser:

> Considerado como um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento (SANTOS, 2014, P. 31).

O conceito de espaço geográfico contribuiu para o avanço da ciência geográfica por englobar simultaneamente o concreto e abstrato a partir de uma abordagem relacional. De acordo com Mendonça (2001), tal concepção busca fundir as vertentes geográficas que compreendem o espaço estritamente como elementos

naturais (Geografia Física) e aquelas que buscam explicações exclusivamente sociais e econômicas (Geografia Humana). Sendo assim, Dollfus (1991, p. 29) afirma que “o espaço geográfico se faz e evolui a partir de conjuntos de relações, mas essas relações se estabelecem em um quadro concreto, aquele da superfície da Terra.” Tanto as relações sociais quanto os elementos físicos são importantes na análise geográfica do espaço.

Outro aspecto importante que confere geograficidade ao conceito de espaço geográfico é a diferenciação espacial, ou seja, o espaço é formado por um conjunto de lugares diferentes, resultado de interações particulares entre objetos e relações. A compreensão das causas, características e consequências dessa diferenciação é um dos principais elementos que contribuem para o estudo do espaço geográfico (DOLLFUS, 1991)

Através dessa diferenciação do espaço geográfico, Suertegaray (2005) se utiliza da expressão uno e múltiplo. A autora considera que o espaço geográfico pode ser compreendido como uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos adotados pelos geógrafos em suas análises. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem. Significa dizer que podemos ler o espaço através de conceitos, que Suertegaray (2005) considera operacionais (território, paisagem, região, lugar, ambiente e redes) na medida em que permitem focar o espaço geográfico sob uma perspectiva. Cada conceito expressa a possibilidade de diferentes leituras do espaço geográfico, pois o espaço geográfico é:

> Dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, por exemplo, o girar do círculo (das cores). No movimento tem-se o branco (o espaço geográfico com presença de cores-multicores), no repouso tem-se a presença de cores, individualmente definidas, cada cor representa, em meu imaginário, um conceito diferente. O território (vermelho), região (amarelo), lugar (azul), ambiente (verde) etc. O disco em movimento, os giros expressam a ideia: um todo uno, múltiplo e complexo. Esta representação é elaborada no sentido de expressar a concepção de que: o espaço e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecemos que cada um dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios e/ou regiões que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis (SUERTEGARAY, 2005, p. 50)

As concepções apresentadas nesta seção contribuirão para a estruturação teórica e para as análises na pesquisa. O espaço geográfico, conceito amplo, como já afirmamos, requer para sua análise outros conceitos ou categorias analíticas, os

quais alguns já foram relacionados e definidos. O território é um dos conceitos que auxiliam na análise do espaço geográfico, pois é mais operacionalizável. Ele também é amplo e diverso e, em alguns casos, muito semelhante ao conceito de espaço geográfico. Por isso, em nossa pesquisa, consideramos que os conceitos de espaço geográfico e território são indissociáveis na análise espacial. Na próxima seção, apresentamos nossas considerações sobre o conceito de território e a sua indissociabilidade do espaço geográfico.

3.3 Território: Uma nova forma de análise espacial

A origem do termo território e o seu emprego nas ciências não advém dos estudos geográficos, tampouco das ciências humanas e sociais, e sim das ciências da natureza, em especial da Biologia e da Zoologia e, a partir dos estudos ligados à Etologia, é que tal conceito será vinculado (PERICO, 2009).

Porém, na atualidade, não se pode desconsiderar que o uso conceitual da categoria território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, uma vez que para o território se constitui um dos conceitos–chave, portanto sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas (SUERTEGARAY, 2005).

O intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitarem em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou em ambos ao mesmo tempo (SAQUET, 2010)

Dessa maneira, o conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. Haesbaert (2004) mostra essas variações de interpretações, começando com a Geografia, que dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou a base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo. Como demostra Haesbaert (2012):

> Um território no sentido etológico é entendido como o ambiente de um grupo (...) que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização. Exatamente do mesmo modo o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço de vida ou seus hábitos) pode ser visto como um território, no sentido psicológico, no qual a pessoa age ou ao qual recorre (GUNZEL, s/d, apud HAESBAERT, 2012, p. 38).

Partindo da Etologia, em que subvaloriza as bases materiais, objetivas, da constituição do território, Haesbaert (2012) propõe a construção de um território psicológico, mostrando a variação do conceito no campo das ciências. Haesbaert (2006) afirma que essa polissemia de significados não acaba quando o conceito de território adentra no campo da Geografia e descreve seis definições para território, tendo como base o dicionário Les mots de la Géograhia, organizado por Roger Brunet. Em uma delas o território refere-se:

> "A malha de gestão do espaço", de apropriação ainda não plenamente realizada; outra fala de espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo "jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva", aludindo ainda a um caráter inato ou natural da territorialidade humana; por fim, um sentido figurado, metafórico, e um sentido fraco, como sinônimo de espaço qualquer. Uma outra definição é a que evoca a distinção entre rede linear e território, areal (de área), na verdade duas faces de um mesmo todo, pois o espaço geográfico é sempre areal ou zonal e linear ou reticular, o território sendo feito de lugares, que são interligados (BRUNET, 1993, apud HAESBAERT, 2012, p. 40).

Assim, o conceito território é amplo, sendo discutido/pesquisado nas Ciências Sociais com diferentes enfoques, dependendo do interesse e do objeto de estudo do pesquisado. Haesbaert (2012) resgata o significado da palavra território, para iniciar a discussão da essência do seu significado no âmbito da ciência geográfica, relatando que:

> Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra* e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* (...) como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa (...) (HAESBAERT, 2012, p. 43).

Porém, este conceito, pensado no interior das ciências modernas, está associado essencialmente a duas correntes filosóficas significativamente difundidas entre os ramos do conhecimento que se desenvolveram ao longo dos séculos XVIII e XIX: o naturalismo e a política ênfase nas relações de poder.

Conforme Saquet (2010), as relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características da cada sociedade. Envolvem relações (i) materiais, tanto geopolítica quanto econômica e culturalmente. Segundo Saquet (2010), Gottmann, em suas reflexões sobre o significado do território, historicamente determinado, afirma que o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização; assim, o território tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e b) servir como um trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidades requerem uma organização interna do território, bem como relações externas, de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e grupos sociais dominantes.

Para Jean Gottmann, a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas inerentes à época: dominação de uma determinada área de terras, como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza, que tinham soberania territorial. A partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas, que reforçam a noção de soberania como um atributo dos Estados ou reinos (SAQUET, 2010).

Dessa maneira, a soberania era tratada como uma questão de jurisprudência, sendo que o significado do território estava, agora, fundado na teoria de Platão, especialmente no que se refere à República e a Polis. Ainda no século XVI, há difusão de ideias de Machiavelli, que influenciaram nas teorias de repartição política dos lugares e na formação de Estados, marcando uma nova fase no pensamento político europeu sobre desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional. Outro fator importante desse período histórico, ressaltado por Jean Gottmann, com implicações fundamentais na compreensão do conceito de território, foi o descobrimento e a ocupação do chamado Novo Mundo, que correspondia, para a classe dominante de alguns países europeus, a novos territórios para dominação e exploração (SAQUET; SOUZA, 2009).

O território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas. Essa mudança de concepção, no real, é derivada da expansão marítima/ comercial/política no nível internacional. Dessa forma: “Os mercantilistas dão muita atenção para o uso do território (...) de fato, (...) a soberania abria portas para a liberdade de competição

com mais oportunidades" (Saquet, 2010, p. 28). O território é experimentado para além do habitat do homem, como oportunidades de atividades econômicas, principalmente no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Saquet (2010) detalha um pouco da descrição e argumentação de Niccolò Machiavelli (1469-1527), italiano de Firenze, que tanto influenciou na experiência do território. Na sua obra "O Príncipe", faz uma descrição detalhada sobre as formas, a constituição, a conquista e o governo de principados, que podiam ser hereditários ou novos; os novos podiam ser inteiramente novos ou anexados e um hereditário de um príncipe. Sua obra é um marco, entre outros aspectos, por sua contribuição à compreensão das relações de poder, socialmente instituídas e efetivadas na vida cotidiana. Ensina como conquistar os principados e como se manter no poder, relações que ainda estão muito presentes na dinâmica de dominação social.

De acordo com Saquet (2010), Machiavelli, em seus estudos, evidencia o poder como relação de dominação: como ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas. Em sua descrição, estão presentes elementos que fazem pensar num entendimento múltiplo da sociedade, elencando componentes que dizem respeito tanto à ciranda mercantil, em expansão na época, como à reprodução da dominação política e cultural. A autoridade (o príncipe) deve se fazer chefe dos fracos e enfraquecer os poderosos num determinado território (área com montes, vales, planícies, rios, pântanos, habitantes...), com ou sem força (guerra).

Desse modo, Machiavelli define o território como uma área controlada e fortificada, que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido na apropriação e dominação do território. Entre os elementos de sua narrativa estão as relações de dominação de homens por outros homens no processo de conquista e de permanência no comando de um principado ou área/território. E essa é uma formulação que se fará presente no período que o sucedeu e está na base da expansão do MCP, especialmente, a partir dos séculos XVIII e XIX, com a formação de Estados-Nacionais, com o colonialismo e o imperialismo.

Segundo Saquet (2010), é nesse movimento que se instituem as ciências, novas práticas de apropriação e dominação territorial que ocorreram no século XVIII, com as revoluções americana e francesa; uma definitiva e decisiva ligação entre soberania territorial e população nacional, porque se reforça um complexo sistema

de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional, cada vez mais integrado ao sistema internacional.

E é no século XVIII, em meio a esse processo, especialmente na segunda metade, que se substantiva o caráter oficial da Geografia ligado, ao mesmo tempo, ao Estado e ao pensamento burguês da época. Parte-se do pressuposto de que existem divisões e quadros naturais na superfície terrestre e que cabe à Geografia descrever suas características, sendo uma Geografia que identifica o objeto de seu estudo, não com o território, mas com a superfície terrestre e suas regiões naturais, como entidades que existem antes do Estado e independentemente de cada forma de domínio (SAQUET, 2010).

Tradicionalmente nas Ciências Sociais, sobretudo na história do pensamento geográfico, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX. A maioria dos estudos sobre o conceito de território sempre foi realizada na escala do território nacional e/ou Estado-Nação. Essa ideia de uma área sob domínio de uma nação ou onde uma nação possui soberania em relação a outras nações, no sentido político e jurídico, ainda hoje permeia o significado de território e tem raízes, sobretudo, na constituição dos Estados modernos europeus a partir do Renascimento (Souza, 1995).

Nesse contexto histórico de consolidação dos modernos Estados-nações, o conceito de território passa a ter relevância para as ciências, destacando a ciência geográfica no século XIX, de maneira especial na Alemanha, com Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel, conjugam-se as condições (i)materiais para o fortalecimento da Geografia moderna, articulada aos interesses do Estado e às aspirações da classe burguesa. Segundo Saquet (2010), muitos trabalhos realizados a respeito do conceito de território são contemporâneos à própria sistematização e legitimação da Geografia como disciplina escolar acadêmica, sobretudo na Alemanha e na França do Século XIX. Assim sendo, Suertegaray (2005), afirma que a:

> Geografia vem contribuir política e ideologicamente com o surgimento, nessas nações europeias, da " (...) necessidade socioestrutural de construir, por intermédio da escolarização maciça, a consciência nacional e o sentimento de pertencimento territorial (SUERTEGARAY, 2005, p. 52).

É nessa perspectiva que são desenvolvidas as obras seminais de geógrafos como Friedrich Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território. Desse modo, o território foi inserido nas discussões geográficas a partir Friedrich Ratzel (PERICO, 2009). Nesse contexto, o autor se apropria de procedimentos e conceitos de ciências naturais, como a biologia, na qual o conceito de território era entendido como área de proteção de animais, os quais tentam permanecer em seus territórios. Tal proteção era instintiva, de controle de sua produção animal no processo de seleção natural, o que corresponde, evidentemente a uma concepção naturalista de território, que significa, etnologicamente, um ambiente onde há interações de um grupo ou bando com uma certa área, num sentido locacional.

De acordo com Saquet (2010), Ratzel, preocupado com a consolidação e expansão do Estado alemão, efetua uma abordagem geopolítica, entendendo o território como área e recursos naturais (solo, clima, água...). Nesse sentido, examina quatro formas de influência da natureza sobre o homem: 1 – Como indivíduo, com corpo e espírito; 2 – acelerando ou dificultando a expansão de grupos éticos; 3 – impondo condições geográficas que favorecem a miscigenação ou o isolamento e 4 – influenciando na constituição social de cada povo, como recurso natural.

Segundo Moraes (2007), para Ratzel, o território é o espaço com seus elementos naturais e humanos, apropriado e ocupado por um grupo social ou pelo Estado. Ele explica a relação entre território e Estado afirmando que:

> (...) quando uma sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado (...) o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas (MORAES, 2007, p. 70).

A sociedade se transforma em Estado para garantir a posse e a proteção dos recursos de que necessita, como o solo, a água e os alimentos. Ratzel naturaliza o povo e o território, ligando-os ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionado, entre outros fatores, ao crescimento espacial dos Estados. Segundo Saquet (2010), o território ora aparece:

> Como sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado-Nação e dominação; é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma

> organização social para sua defesa, sendo que esse Estado e o território tem limites e fronteiras maleáveis. Há expedições de conquista de Estados, ultrapassando as fronteiras pré-estabelecidas (SAQUET, 2010 a, p. 31).

O território, portanto, é entendido como substrato/palco para efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados. Justificando essas colocações, segundo Moraes (2007), Ratzel elabora o conceito de espaço vital que:

> Representaria uma porção de equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais (MORAES, 2007, p. 70).

Nessa perspectiva, o território expressa a conjunção de um povo (vivo) e uma terra (estática), ou, como Perico (2009) destacou, o território configurado em determinada parcela da superfície terrestre apropriado por um grupo humano, visto que o espaço vital mostra a necessidade territorial de uma sociedade, que tem em vista seus equipamentos tecnológicos, sua população e seus recursos naturais disponíveis. Tendo o Estado por referência, com suas subdivisões ou contradições internas, o território constitui sua expressão legal e moral, o que justifica sua defesa, assim como a conquista de novos territórios. Por isso, faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista de território, herdada da ciência biológica, apesar do esforço em produzir uma geografia das relações e de trabalhar a relação entre diferentes ciências.

De acordo com Andrade (1987), as ideias de Ratzel foram logo aceitas pelo Estado Alemão, pois surgiram como características expansionistas evidentes. Os conceitos ratzelianos de território deram suporte à constituição da geopolítica. Assim, o discurso naturalista de Ratzel, próprio da corrente determinista que se consolidava na época da Geografia Tradicional, passou a buscar uma unidade cultural para a recém criada nação Alemã e a servir aos anseios expansionistas territoriais dessa nação.

Terra (2009) lembra que na própria concepção de território, postulado e difundido pelos cientistas da Geografia Tradicional, o mesmo era caracterizado como uma área delimitável da terra, como o palco onde se realiza as ações dos seres humanos. Perico (2009) mostra que a principal reação às ideias ratzelianas foram da Geografia francesa, em especial com os trabalhos de Paul Vidal de La

Blache, que elaborou o conceito de região, definida como “uma área com propriedades homogêneas que a diferencia de áreas adjacentes” (PERICO, 2009,p. 55).

O desenvolvimento do conceito região consagrou a perspectiva da Geografia Regional, com a tendência da perspectiva possibilista desenvolvida pela Geografia Francesa com aporte de amplo alcance acadêmico e político, dando sustentação às intervenções estatais. Para Perico (2009), o conceito de região ganhou força em relação ao conceito de território devido à rápida apropriação das teorias ratzelianas pelos nazistas, o que contribuiu para o seu desprestígio no âmbito da ciência geográfica.

Com o surgimento da escola Possibilista Francesa e durante o período em que se destacaram a chamada Geografia Pragmática ou Geografia Quantitativa e a Geografia Cultural, o conceito de território foi praticamente esquecido em favor dos conceitos de paisagem e organização espacial. Assim sendo, avançou-se muito pouco em relação às bases teórico e metodológico do conceito de território no âmbito da Geografia (TERRA, 2009).

De acordo com Saquet (2010a), o conceito de território é retornado no centro das atenções da Geografia, com um debate teórico metodológico crítico, a partir de 1950, através do movimento de renovação dessa ciência. Nesse movimento de renovação da Geografia, estão os nomes de estudiosos como Pierre George, Pierre Monbeig, Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quiani, Giuseppe Demanteeis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Jean Gottmann, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Correia, entre outros e outros das ciências sociais que influenciaram a Geografia. Nem todos dão centralidade ao conceito de território em suas abordagens, mas há os pioneiros, como Jean Gottmann, G. Demanteeis, M . Quiani e C. Raffestin. Esses autores contrapuseram-se àquela concepção da terra como fato natural, o conceito de território compreendido como fato social e político.

Esse movimento de renovação na produção do conhecimento geográfico foi acompanhado pelas seguintes transformações socioespaciais que ocorrem no mundo a partir da década de 1960: Expansão do capitalismo, degradação ambiental, processo de industrialização em países subdesenvolvidos, expansão urbana, mecanização do campo. Ainda o desenvolvimento do modo de produção capitalista havia superado seu estágio concorrencial, entrando na era monopolista (trustes,

monopólios, grande capital, liberalismo econômico, revolução tecnológica), o espaço terrestre se globalizara nos fluxos e nas relações econômicas e o acirramento das desigualdades sociais (MORAES, 2007).

De acordo com Lacoste (1993), o progresso da ciência e a preocupação com problemas sociais e ambientais levaram ao desmoronamento de uma Geografia, havendo uma conjunção de componentes (i)materiais que condiciona a emergência de novos elementos na reflexão geográfica a partir, principalmente, de atitudes antipositivistas presentes, através de obras que favoreciam a fenomenologia ou do materialismo histórico e dialético. Diante disso, entram no debate os conceitos como: paisagem, espaço, lugar e território, entre outros, na tentativa de se produzir uma explicação geográfica coerente com a nova complexidade socioespacial.

Com o surgimento da Geografia Crítica, a partir de 1970, tendo como base o materialismo histórico e dialético, o conceito de território foi rediscutido com base na proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Ou seja, surge na Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, assim como a reorganização territorial do espaço mundial. Processos aumentaram e se intensificaram no final do século XX, em decorrência da atual fase de expansão do capitalismo, chamada globalização econômica. Fase esta que se caracteriza pela flexibilização da produção em escala mundial e, consequentemente, pela intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações entre os mais diferentes pontos do planeta (SANTOS, 2008).

Na perspectiva da Geografia Crítica, as novas e as antigas configurações territoriais decorrem da forma como os agentes que estão no poder apropriam-se do espaço, por meio das relações sociais de produção, ou seja, por meio das relações orientadas pelo modo de produção vigente na época. Dessa forma, o território que surge não tem nada a ver com o conteúdo geopolítico da definição de Estado-Nação que lhe conferiu originalmente o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (MORAES, 2007)

O retorno do território, como enfatizou Santos (2008), está relacionado às mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista. Trata-se dos efeitos mais gerais de reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam, mas também recompõem e afetam os territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço

determinado. Nesse sentido, o conceito de território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território, ou seja, o conceito de território que ressurge na Geografia em uma conjuntura marcada por um processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional. Trata-se de efeitos e dos condicionantes impostos pela globalização na construção territorial. Desta forma, Santos; Silveira (2008), apontam a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território e destacam a necessidade de uma periodização ao analisar um território, pois:

> Os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de usos, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (...) que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e da herança (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20).

O território (território usado) para Santos; Silveira (2008) é visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

Já Saquet (2010), destaca que a partir da Geografia Crítica, foi possível identificar quatro tendências ou perspectivas do conceito de território em diferentes países, que se sucedem no tempo histórico e coexistem em algumas situações, momentos e períodos:

1 – Uma eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas;

2 – Pautada na dimensão geopolítica do território;

3 – Ênfase nas dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia;

4 – Voltada ao debate sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar.

Dessa maneira, o conceito de território volta a ser debatido incluindo uma visão espacial ou simbólica, atribuindo a ele uma visão mais ampla. Assim, é superado o conceito clássico de território relacionado ao nível nacional, limitado às fronteiras e tendo o Estado como uma única fonte de poder no controle espacial. Atualmente, os estudos tendem a dar maior peso às relações sociopolíticas, que se estabelecem na apropriação, configuração e controle do território. Essa nova perspectiva a respeito do território trouxe contribuições para o campo da Geografia e para outras áreas, como a História, a Sociologia e a Antropologia, que o tomaram como base analítica de diferentes grupos sociais para entender diversas formas de territorialidade e seus processos de mudança. Dessa forma, Saquet (2010) afirma que:

> É preciso de sutileza e habilidades para estudar o território, pois cada sociedade produz seu(s) território (s) e territorialidade (s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas. Desta forma, entender o território apenas como produto de centralidade e autoridades, é uma forma reducionista. É preciso superar as concepções simplistas que correspondem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e aprender a complexidade e a unidade do mundo da vida, de maneira (i) material, isto é, as interações no e com o lugar, objetivo e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2010, p. 24)

Através das indicações de Saquet (2010), o conceito de território atualmente significa natureza e sociedade: economia, politica e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais.

3.4 Linhas teórico-conceituais da abordagem territorial

Afinal, que território pretendemos pesquisar? Se a dinâmica territorial existe, ela está se referindo sempre a uma problemática territorial – e, consequentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, as transformações territoriais estão ligadas à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais - o território, nesse caso, é, sobretudo, um território político. Para outros, as transformações territoriais estão ligadas à hibridização cultural, que, por sua vez, impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico ou um espaço de referência para a construção de identidades.

Dependendo da concepção de território, muda-se, consequentemente, a forma de se analisar e de se compreender a dinâmica territorial. Assim, podemos perceber a enorme polissemia que acompanha a sua utilização entre autores que a discutem. Muitos autores deixam explícito o conceito de território o qual estão pesquisando. Dessa forma, pesquisas realizadas por Haesbaert em (2006), (2010) e (2012) sobre a discussão territorial, o autor agrupou as concepções de território em quatros vertentes básicas:

Politica (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólica-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Naturalista que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Haesbaert (2012) reconhece que hoje vivenciamos um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitas, por exemplo, as que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o imaginário geográfico que não apenas move como integra ou é parte indissociável dessas relações.

3.5 Territórios nas perspectivas materialistas

Se compreendermos o território como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não um simples instrumento de análise, no sentido epistemológico, como recurso conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador, tradicionalmente teremos duas possibilidades, veiculadas por aqueles que priorizam seu caráter de realidade físico-material ou realidade "ideal", no sentido de mundo das ideias. Para muitos, pode parecer um contrassenso falar em "concepção idealista de território", tamanha a carga de materialidade que parece estar "naturalmente" incorporada, mas também encontramos geógrafos que defendem o território definindo, em primeiro lugar, pela consciência ou "valor" territorial, no sentido simbólico (HAESBAERT, 2012).

Dentro do par materialismo-idealismo, a vertente predominante é aquela que vê o território numa ***perspectiva materialista,*** ainda que não obrigatoriamente "determinada" pelas relações econômicas ou de produção. Isso se deve ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, a terra. Como demostra Haesbaert (2012):

> A palavra território, territorium em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi, como o pedação de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição política-administrativa (...) jus terrendi se confundia com o direito de aterrorizar (...) o território estaria ligado à etimologia popular que mescla "terra" e "térreo", domínio de terra e terror (...) lugar de onde as pessoas são expulsas ou adveridas para não entrar (HAESBAERT, 2012, p. 43).

Essa analogia apresentada sobre a palavra território propagou-se inclusive a nível acadêmico, através de dois sentidos: um, predominantemente, dizendo respeito a terra e, portanto, como materialidade, outro, minoritário, referindo-se aos sentimentos que o "território" inspira (por exemplo, de medo, para quem dele é excluído, de satisfação, para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam). As posições materialistas apresentam dois extremos, as concepções "**naturalistas**", que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, a concepção "**social**", aqueles que, como muitos marxistas, consideraram a base material, em especial as "relações de produção" como o fundamento para compreender a organização do território.

A seguir, destacaremos, na forma de três itens distintos, as concepções que denominaremos de naturalistas, de base econômica e jurídico-política de território, mesmo sabendo que se tratam de divisões arbitrárias e que, em alguns momentos, especialmente no caso da última concepção, também dialogam diretamente com o campo simbólico.

3.5.1 As concepções naturalistas

A definição naturalista de território é possível de conceber no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais (o território restrito ao mundo animal ou entendido dentro de um comportamento natural dos homens), ou ainda na relação da sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da dinâmica – ou mesmo o poder – natural do mundo) (HAESBAERT, 2012).

De acordo com Haesbaert (2012), a concepção mais primitiva de território é abordada por Di Méo, que define o território como um espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger. Para a Etologia,

> O território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), á exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (DI MÉO, 1998 apud HAESBAERT, 2012, p. 45).

Os estudos referentes à territorialidade animal são relativamente no âmbito da Etologia. Trabalhos clássicos lançaram o debate a partir do estudo do território tendo

por base pássaros. Esses trabalhos discutiam a amplitude da concepção e as dificuldades de estendê-la, de uma forma padrão, para o mundo animal no seu conjunto. Entretanto, mesmo com tal dificuldade de generalização para o próprio mundo dos animais, muitas foram as extrapolações feitas para o campo humano ou social. Haesbaert (2012) destaca que Howard afirmava que não poderiam existir territórios sem algum tipo de limite (ou fronteira), que por sua vez não poderia existir sem algum tipo de disputa, de forma comparativa ao que ocorre no mundo dos homens.

Entretanto, Haesbaert (2012) destaca que a territorialidade se aplica a comportamentos em escalas diferentes, desde interações entre dois povos até choques entre nações, e afirma que a territorialidade comportamental humana é:

> Principalmente um fenômeno de ecologia com um núcleo instintivo, manifestando enquanto espaços mais ou menos exclusivos, aos quais indivíduos ou grupos de seres humanos estão ligados emocionalmente e que, pela possível evitação de outros, são distinguidos por meio de imites, marcas ou outros tipos de estruturação com manifestações de adesão, movimentos ou agressividade (MALMBERG, 1980 apud HAESBAERT, 2012,p. 46).

O autor pontua que o aspecto cotidiano do território e mais o de uso dos recursos são importantes na configuração territorial e destaca que é interessante perceber que, entre os animais, o território pode ser uma questão de controle não só de espaço, mas também do tempo. Haesbaert (2012) comentando a relação do controle espaço tempo, afirma que:

> A distribuição de animais de uma certa espécie sobre o biótipo disponível pode ser afetada não apenas por uma organização de espaço mas também por uma organização do tempo. Entre gatos domésticos que vivem livres em zona rural, muitos indivíduos podem fazer uso da mesma área de caça sem nunca entrar em conflitos, pela sua utilização de acordo com um horário (HAESBAERT, 2012, p. 47).

Mesmo entre animais governados pelo espaço (como alguns mamíferos), a área de caça não deve ser imaginada como uma propriedade determinada por confins geográficos; ela é determinada pelo fato de que em cada indivíduo a preparação para lutar é maior no lugar mais familiar, isto é, no meio do seu território. Quanto mais afastado de seu núcleo territorial de segurança, mais o animal evita a luta, por se sentir mais inseguro.

Embora as analogias com o contexto social sejam sempre perigosas, Haesbaert (2012) cita exemplos pelo fato de que, através deles, é possível reconhecer a não-exclusividade de algumas propriedades, que muitos consideram prerrogativas da territorialidade humana. Mesmo que se trate de mera coincidência, sem nenhuma possibilidade de estabelecer correlações com o comportamento humano, essas características mostram que algumas de nossas constatações para a territorialidade humana não são privilégio da sociedade. A partir de vários estudos, clássicos ou mais recentes, sobre territorialidade animal, o autor constata que no território animal:

- Em termos temporais, pode ser ciclos ou temporários;
- No que se refere a suas fronteiras ou limites, pode ser gradual a partir de um núcleo central de domínio do grupo e possuir diversas formas de demarcação, com delimitações nem sempre claras ou rígidas[3];
- A diversidade de comportamento territorial é a norma, existindo inclusive aqueles que os etologistas denominam “animais não territoriais”, no sentido de que vagam mais ou menos de forma nômade, por exemplo, grandes ungulados, abelhas de chão e muitos outros (HAESBAERT, 2012. p. 48)

Apesar de todas as possibilidades de encontrar analogias, as discussões dos geógrafos sobre território pouco ou nada abordam sobre territorialidade animal. Isso é mais surpreendente quando lembramos que um dos debates centrais imputados ao geógrafo é o da relação sociedade-natureza. Entretanto, Haesbaert (2012) alerta sobre as abordagens que excluem completamente a discussão sobre a relação sociedade-natureza e mergulham no antropocentrismo, diante de alguns fenômenos, como os conflitos pelo domínio de recursos (como o petróleo, as terras agricultáveis e, em alguns casos, ainda que de forma mais indireta, a própria água). Assim, mais do que nunca, separar natureza e sociedade, comportamento biológico e comportamento social, é, no mínimo, temerário.

[3] Segundo Kruuk (2002) apud Haesbaert, 2012, p. 48, algumas fronteiras são na verdade áreas em disputa constante, outras, bem definidas cercas ou caminhos. Para prevenir-se da violência em seus territórios, muitos animais, como os carnívoros, utilizam sistemas de sinalização muito diversificados, através de gestos ou marcas: levantar a perna, arrastar o traseiro, esfregar as bochechas, arranhar o chão ou uma árvore (...). Urina, fezes, glândulas anais ... roçar contra objetos ou no chão, ou coçar-se (...) os limites mais do que marcados no solo, podem ser resultantes móveis de uma balança de poder.

Fugindo do tão criticado “determinismo ambiental” ou geográfico, tornou-se muito comum, mesmo entre os geógrafos, negligenciar a relação sociedade e natureza na definição do espaço geográfico ou de território, por força de uma visão antropocêntrica de mundo, menosprezando a dinâmica da natureza que, dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade.

O autor discute a possibilidade de haver uma espécie de “desterritorialização natural” da sociedade, na medida em que fenômenos naturais como vulcanismo e terremotos são responsáveis por mudanças radicais na organização de muitos territórios. As erupções de um vulcão no Congo, obrigando dezenas de milhares de pessoas a abandonarem a cidade de Goma, como também na ilha Stromboli, na Itália, são alguns exemplos desse processo. Mesmo sabendo que os efeitos desta “desterritorialização” são variáveis de acordo com as condições sociais e tecnológicas das sociedades, não há dúvida de que temos outra “força”, não-humana, interferindo na construção de territórios.

No decorrer da discussão, Haesbaert (2012) discorda do termo desterritorialização, em sentido estrito, para caracterizar esses processos, pois o autor não considera a existência de territórios naturais, desvinculados de relações sociais, embora não possamos ignorar esse tipo de intervenção, pelo simples fato de que o homem, por mais que tenha desenvolvido seu aparato técnico de domínio das condições naturais, não conseguiu exercer efetivo controle sobre uma série de fenômenos ligados diretamente à dinâmica da natureza e, com sua ação, provocou reações completamente imprevisíveis.

Além disso, se levarmos em conta a discutível tese de autores que ampliam de tal forma a noção de poder que este acaba ultrapassando os limites da sociedade, é possível extrapolar dizendo que o território, mesmo na leitura mais difundida nas Ciências Sociais, privilegia sua vinculação na relação de poder, e também incorpora uma dimensão natural em sua constituição[4],ou, pelo menos, a

[4] Reconhecer a importância de uma dimensão natural na composição de territórios não significa, portanto, concordar com a posição de autores que chegam a estender a noção de poder para a esfera da natureza. Para Blackburn, 1992 apud Haesbaert (2012, p. 54), o “poder “ pode ser atribuído a propriedades da natureza tanto quanto da propriedade da espécie humana, tais como o poder múltiplo do meio ambiente sobre as comunidades humanas. De fato, a emergência de nossa espécie e da própria evolução da vida atestou o poder da seleção natural. “ Poder”, num sentido geral, pode ser provisoriamente definido como a habilidade de criar, destruir, consumir, preservar ou reparar. Os poderes produtivos acessíveis à sociedade, que para Marx são sinônimos de forças produtivas, desembocam sobre a natureza, como a fertilidade natural do solo e a procriatividade do

capacidade de as relações sociais de poder se imporem sobre a dinâmica da natureza.

Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão “natural”, que, em alguns casos, ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. A questão central, portanto, como destaca Haesbaert (2012) não é questionar a existência de visões naturalistas (como as noções de território aqui discutidas), mas como desenvolver instrumentos conceituais para repensá-la dentro desse complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando.

3.5.2 A concepção de base econômica

A análise da dimensão material, realizada por Haesbaert (2012), envolve a concepção naturalista do território, dominante na Etologia e em algumas perspectivas das Ciências Sociais, e amplia-se entre várias ciências que vão da Ciência Política à própria Antropologia. Muitos antropólogos, mesmo priorizando o mundo simbólico, ao se reportarem à dimensão material, trabalham a categoria de território, vendo-o fundamentalmente nessa perspectiva. Muitas vezes, são autores influenciados pelo marxismo, como é o caso de Maurice Godelier, que em seu livro O Ideal e o Material: Pensamento, Economias, Sociedades, define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos:

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984 apud HAESBAERT, 2012, p. 56).

Nessa citação, podemos verificar uma forte referência à natureza, fato muito presente no trabalho de antropólogos e historiadores que enfocam o território e os processos de territorialização. Eles reportam-se à análise de sociedades tradicionais, como a sociedade indígena, que economicamente depende muito mais

---

mundo animal. Os poderes destrutivos da natureza incluem a entropia, terremotos e relâmpagos; seus poderes preservadores e restauradores abrangem sistemas de imunidade biológica, coberturas florestais e lava solidificada. É numa tensão criativa com esses poderes fundamentais de transformação e preservação que a história humana tem de criar, destruir, consumir ou preservar coisas, tais como independência e autoridade na esfera política, riqueza na economia, ou poder na esfera militar, através da intervenção nesses poderes da natureza.

das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Por isso, a importância dada ao território como fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso.

Haesbaert (2006) afirma que alguns antropólogos, em trabalhos recentes, ainda mantêm essa ideia de território de fundo econômico-materialista como área "defendida" em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo. Entretanto, na maior parte dos lugares, estão bem distantes de uma concepção de território como "fonte de recursos" ou como simples "apropriação da natureza" em sentido estrito. Isso não significa, contudo, que essas características estejam superadas.

Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, Haesbaert (2012) afirma que sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo, por exemplo, em áreas nas quais alguns fenômenos naturais (vulcanismo, abalos sísmicos, furacões) exercem profundas influências na vida social. Além disso, o agravamento das questões ambientais certamente levará a uma valorização cada vez maior de controle de recursos, como a água ou os solos agricultáveis, o que pode gerar novos conflitos pelo domínio territorial, iguais ao que vêm ocorrendo em diversas regiões como o vale do Nilo, o Sahel e a bacia do Tigre e do Eufrates.

Entre os geógrafos, podemos encontrar abordagens que privilegiam a dimensão econômica na construção do conceito de território. No Brasil, a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente é aquela defendida pelo geógrafo Milton Santos, em que o "uso" (econômico) é o definidor por excelência do território. Na defesa de uma abordagem geográfica integradora e totalizante, Santos (2008) utiliza a expressão "território usado" como correlato direto de "espaço geográfico", objeto da ciência geográfica:

> O território usado constitui-se como um todo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (...) o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS, 2008, p 21)

Numa distinção entre território como recurso e território como abrigo, Santos (2008) afirma que, enquanto para os atores hegemônicos o território usado é um

recurso, garantia de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonizados, trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recria estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Ao definir o espaço geográfico como sinônimo de território (território usado), como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos e Silveira (2008) explicitam a base materialista de fundamentação econômica de sua pesquisa. Apesar de criticarem as limitações da abordagem analítica em torno da dialética das forças de produção e das relações de produção, eles associam, ainda de forma simplória, sistemas de objetos com um conjunto de forças produtivas e sistemas de ações com um conjunto de reações sociais de produção.

De acordo com Haesbaert (2012), o estudo das categorias analíticas internas realizado por Milton Santos, como também a noção de espaço, supõe como primeiro processo básico o estudo das técnicas, e mesmo como reconhecimento, ao lado da tecnoesfera, de uma psicoesfera ligada ao reino das ideias, crenças, paixões. A grande ênfase à funcionalização e ao conteúdo técnico dos territórios permite incorporar a leitura de território feita por Milton Santos numa perspectiva econômica, que destaca o processo des-re-territorialização não apenas na sua perspectiva político e cultural, mas também numa relação indissociável entre política-cultural e processos econômicos, especialmente a dinâmica capitalista do meio técnico-científico informacional.

3.5.3 A perspectiva jurídico-política de território

Pela amplitude da temática espacial, certos conceitos na Geografia acabam priorizando um determinado tipo de questão e uma específica dimensão social, por exemplo, o tratamento de questões econômico-políticas através do conceito de região, ou de problemáticas do campo das representações culturais do espaço pelo conceito de paisagem. Nesse sentido, não é equivocado afirmar que, mesmo em meio a uma enorme diversidade de perspectivas, o território vai ganhar ampla tradição no campo das questões políticas.

Pela importância desta abordagem, iremos tratá-la aqui num item à parte dentro das posições materialistas, mesmo sabendo que muitos enfoques não se restringem ao campo da materialidade das relações sociais. No âmbito da Geografia

Política, território e mesmo territorialidade são tidos como conceitos fundamentais. O vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. O autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel. Segundo Moraes (2007), na concepção de Ratzel, o território é um espaço qualificado pelo predomínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um âmbito espacial. Segundo ele, no mundo moderno constitui áreas de dominação estatal e, mais recentemente, estatal nacional. Assim, Para Ratzel:

> Embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (...). Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (MORAES, 2007, p. 74).

Por outro lado, Haesbaert (2012), com base na obre de Freund (1977), ao analisar a sociologia de Max Weber, afirma, de uma maneira ainda mais ampla (que associa território e atividade política em sentido amplo), que:

> A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. (...) as fronteiras (...) podem ser variáveis, entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento, não se poderia falar de política. (...) Pode-se, pois, definir a política como a atividade que reivindica para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, que é a manifestação concreta e empírica do poderio. (...) Esse poderio e esse domínio, segundo Max Weber, só se tornam político quando a vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, com vistas a realizar um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento (FREUND, 1977 apud HAESBAERT, 2012, p. 63)

Embora tenham sua origem etimológica associada à ideia de apropriação ou mesmo de dominação (política) do espaço pelos homens, território e territorialidade tiveram suas bases conceituais elaboradas pela primeira vez no campo da Etologia. Na verdade, podemos considerar que, em geral, ao longo dos séculos XIX e XX, os debates acadêmicos sobre a territorialidade na Biologia e nas Ciências Sociais ocorrem paralelos. Em alguns momentos, de forma bastante sutil ou muito enfática, dependendo do contexto histórico, político e ideológico, essas propostas se cruzaram, seja no sentido de fazer valer, unilateralmente, os paradigmas da

territorialidade animal sobre a humana, seja para fazer prevalecer o sentido social, humano, da territorialidade (como na grande maioria dos estudos desenvolvidos nas Ciências Sociais) (HAESBAERT, 2012).

Desse modo, a distância entre uma visão naturalista de território e uma abordagem política nem sempre foi claramente estabelecida. Correntes teóricas materialistas fundamentadas em analogias com as Ciências Biológicas fizeram pontes, às vezes inusitadas, entre as construções política e biológica de território. Ao reivindicar para a sociedade o direito “natural” a um espaço ou mesmo à propriedade privada da terra, tornando um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao “espaço vital” sem o qual não se daria o progresso social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político – principalmente o território do Estado – em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especialmente animal (HAESBAERT, 2012).

De acordo com Haesbaert (2012), esse elo é indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política do espaço, que o território se define na concepção de Ratzel. Essa concepção acaba se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como fonte de recursos para a produção da sociedade, pois é também com base nessa disponibilidade de recursos, que Ratzel vai construir seu conceito. O “espaço vital” seria assim o espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos de correspondência com as dimensões do agrupamento humano nele existentes.

Outro geógrafo que marcou o debate da Geografia Política e sua concepção de território foi Jean Gottman. Para o autor, no mundo compartimentado da Geografia, “a unidade política é o território”. Há uma ampliação do conceito que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado nação, estendendo-se para o “conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime”. Em qualquer caso, trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e “uma entidade jurídico - administrativo do território” em que permanece sua característica fundamental (SAQUET, 2010).

Apesar desse enfoque centrado nas entidades “compartimentadas“ concretas da Geografia, ou melhor, na ideia de território como “compartimento”, Gottman também incorpora uma dimensão mais idealista ao procurar entender os territórios,

notadamente os estatais, ao mesmo tempo em torno do que ele denomina “sistema de movimento” ou circulação e “sistemas de resistência ao movimento” ou “iconografias”. Segundo Saquet (2010), os sistemas de movimento, mais concretos, estariam ligados a “tudo o que chamamos de circulação no espaço”, enquanto os sistemas de resistência ao movimento seriam “mais abstratos do que materiais”, uma série de símbolo os quais o autor denomina de “Iconografias”. Havendo uma vinculação entre o mundo material e ideal, encontramos também o território ligado à ideia de movimento, e não apenas de fixação, enraizamento e estabilidade.

A relação entre território e defesa, que se encontra nas origens do termo e que se difundiu também por meio da concepção de territorialidade, não é uma característica ultrapassada, presente em diversas concepções contemporâneas, especialmente a neo - realismo na análise das relações internacionais. Cox (2002) apud Haesbaert (2012, p. 68), por exemplo, conceitua territórios como “espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território”.

Vindo até autores mais recentes, mas já tornados clássicos, como Claude Raffestin e Robert Sack, parece haver um consenso de que a dimensão política, para além de sua perspectiva jurídica e estatal, é que melhor responde pela conceituação de território. Dada a importância desse caráter político, e a partir do amplo sentido relacional que assumimos para o poder (o que inclui o poder simbólico), dedicaremos um item especifico, logo adiante, para a análise do território na concepção de Sack e Raffestin.

3.6 Território nas perspectivas idealistas

Haesbaert (2012) inicia o debate sobre o território nas perspectivas idealistas com um exemplo de uma sociedade indígena. Para o autor, a sociedade indígena constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, especialmente os recursos naturais, que fazem parte como referenciais espaciais na vida dos índios, como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo enquanto tal.

Segundo Haesbaert (2012), a conceituação de território na perspectiva materialista de Maurice Godelier (1984) apresenta importantes nuanças,

reivindicando também a incorporação de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois:

> (...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GOLDELIER 1984 apud HAESBAERT, 2012, p. 69)

Referências muito mais enfáticas a esses "poderes invisíveis", que fazem parte do território aparecem ao longo das últimas décadas em vários trabalhos da Antropologia. Hall ─ considerado o primeiro antropólogo que empreendeu um estudo sistemático sobre o tema da territorialidade ─, por exemplo, em seu conhecido livro A Dimensão Oculta, afirma que o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve (HAESBAERT, 2012).

Segundo Haesbaert (2012), um dos trabalhos que abordou o debate direto sobre o território na Antropologia foi "Antropologia Del Território", de José Luis García, escrito ainda em 1976. Defendendo que o território na Antropologia não tem por que coincidir com outras concepções, como a de território político ou "legal" e território geográfico. Completa ele:

> Se o território é suscetível de um estudo antropológico, e não meramente geográfico ou ecológico, é precisamente porque existem indícios para crer no caráter subjetivo do mesmo, ou, dito de outra forma, porque (...) entre o meio físico e o homem se interpõe uma ideia, uma concepção determinada (GARCIA, 1976 apud HAESBAERT, 2012, p 70)

De acordo com Haesbaert (2012), Garcia cita o possibilismo geográfico de Vidal de La Blache, e a "morfologia social" de Marcel Mauss (em que as condições do meio são mero "substrato da vida social" e os índios do Brasil central em Levi Strauss (cujo medo da seca seria muito mais uma criação de seus mitos do que da seca real a que estavam sujeitos) para sustentar sua tese de que não são as características físicas do território que determinam a criação de significados, sua "semantização". Dito de outra forma, afirma ele a semantização do território pode explicar-se parcialmente a partir do meio, mas a investigação do meio físico nunca nos permitirá concluir que deve dar-se um tipo determinado de semantização.

O território “semantizado” para Garcia significa, em sentido amplo, um território “socializado e culturalizado”, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado e destaca que:

> É precisamente este significado ou “ideia” que se interpõe entre o meio natural e a atividade humana que, com relação ao território tratamos de analisar (...). O estudo da territorialidade se converte assim em uma análise da atividade humana no que diz respeito à semantização do espaço territorial (GARCIA, 1976 apud HAESBAERT, 2012, p. 70).

A Geografia, como seria de se esperar, ao contrário da Antropologia, tende a enfatizar muito mais a dimensão material do território. Mesmo assim, encontramos alguns autores que enfatizam a perspectiva ideal-simbólica do território. Entre eles estão os geógrafos franceses Bonnemaison e Cambrezy. Segundo Haesbaert (2012), para Bonnemaison e Cambrezy, a lógica territorial cartesiana moderna, pautada no quebra-cabeça dos Estados nações, que não admite sobreposições e dá pouca ênfase aos fluxos, ao movimento, é suplantada hoje pela “lógica culturalista, ou, se preferimos, pós-moderna. Nesta perspectiva, o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica”.

Para Bonnemaison e Cambrezy, há um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território. Embora não seja uma simples questão de mudança de escala, também há uma revalorização da dimensão local. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. A abordagem utilitarista de território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois “a existência”, e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida. Assim, Bonnemaison e Cambrezy afirmam:

> O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (BONNEMAISON; CAMBREZY. 1996 apud HAESBAERT, 2012, p. 72).

Nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades “primitivas” de caçadores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação/pertencimento. Tal princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela da identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

De acordo com Haesbaert (2012), Bonnemaison e Cambrezy enfatizam que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território fonte de recursos, o espaço era “ocupado” de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólica - religiosa:

> Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca como signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBREZY. 1996 apud HAESBAERT, 2012, p. 73).

Embora se refiram, sobretudo, às sociedades tradicionais, Bonnemaison e Cambrezy deixam claro a primazia que concedem à natureza simbólica das relações sociais na sua definição “pós-moderna” de território. A força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos (HAESBAERT, 2012).

Um aspecto importante a ser lembrado neste debate é que mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além de acepção genérica ou sentido lato, em que é vista como a simples “qualidade de ser território”, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2012)

Ao falar de territorialidade, está dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial. Dessa maneira, o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.

3.7 Território numa perspectiva integradora

Haesbaert (2012) traz outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura do território que não pode ser considerado nem natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O autor destaca que o privilégio a uma dessas dimensões ocorre principalmente em função dos recortes disciplinares e das problemáticas que cada um deles pretende responder.

Assim, se a Etologia tende a colocar a questão de por que muitos animais se comportam “territorialmente”, a Ciência Politica procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder, e a Antropologia trata da questão da criação de símbolos através do território. Então caberia à Geografia privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão “integradora” de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais em que o espaço se manifesta.

Uma das questões mais sérias é que, ao contrário da região na versão de Vidal de La Blache do início do século XX, dificilmente encontramos hoje um espaço capaz de “integrar” de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômica, politica, cultural, natural. Nessa perspectiva, Haesbaert (2012) apresenta duas possibilidades de compreender o território: na primeira possibilidade, admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria. Na segunda possibilidade, trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integra nossa vida econômica, política e cultural.

Partindo de um ponto de vista mais pragmático, Haesbaert (2012) afirma que as questões ligadas ao controle “ordenamento” e gestão do território, em que se inserem também as chamadas questões ambientais, tem sido cada vez mais centrais para alimentar esse debate. Elas ajudam a repensar o conceito de território. A implantação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais claro a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro

lugar, seu caráter politico – no jogo entre os “macropoderes” políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações: em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões. Sendo assim, Haesbaert (2012) sintetiza em três perspectivas:

> A – Uma, mais tradicional, que reivindica o território como sendo uma área de feições ou, pelo menos, de relações de poder relativamente homogêneas, onde as formas da territorialização como “controle do acesso” de uma área. Seriam fundamentais, seja para usufruir de seus recursos, sejam para controlar fluxos, especialmente fluxos de pessoas e bens. B – Outra que, ao contrário da visão mais estável de território implícita em definição (...) que promove uma releitura com base no território como rede, centrado no movimento e na conexão (que inclui a conexão em diferentes escalas). C – Uma terceira que, ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista de território (...) trabalha com a ideia de território com um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômicas, políticas e cultural) (HAESBAERT , 2012, p. 77).

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Esse sentido relacional do território está presente também, de alguma forma, na abordagem mais materialista em que as formas de propriedade de um território são, ao mesmo tempo, uma relação no interior da cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a compõem.

De acordo com Haesbaert (2012), é importante contextualizar historicamente o “território” o qual pretendemos pesquisar. Se a leitura for de base integradora, o território será representado pelo conjunto de experiências, relações de domínio na apropriação do espaço que se diferem ao longo do tempo, através das atividades econômicas, do poder político e da cultura.

Conforme Haesbaert (2012), atualmente poderíamos afirmar que a “experiência integrada” do espaço (mas nunca total, como na antiga conjugação íntima entre espaço econômico, politico e cultural num espaço contínuo e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) através de múltiplas escalas, as quais, muitas vezes, se estendem do local ao global. Não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes

pontos ou áreas; antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios-zona”, que mais dificilmente admitiam sobreposições, enquanto hoje temos o domínio dos “territórios-rede”, especialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si.

Entretanto, seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode verificar nas próprias abordagens “unidimensionais” presentes na obra de Haesbaert (2012). Fica evidente a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço comum híbrido-híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço, podendo o território ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-politicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

4 A REDESCOBERTA DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: METAMORFOSE, MOVIMENTO E PROCESSUALIDADE TERRITORIAIS

O território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida. Dessa forma, a quarta seção, titulada "A redescoberta do território no contexto da ciência geográfica e nas ciências sociais: Metamorfose, movimento e processualidade territoriais", tem por objetivo caracterizar as distintas abordagens e concepções do conceito território e seus principais componentes, como produto de mudanças que ocorreram na Geografia, na Filosofia e nas Ciências Sociais e no real, tendo como base os estudos territoriais realizados por Jean Gottman, Giuseppe Dematteis, Arnaldo Bagnasco, Roberto David Sack, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Claude Raffestin.

4.1 Ampliando o conceito de território através Jean Gottmann

"O território é compreendido como lugar de proteção, segurança e oportunidades " Jean Gottmann[5]

Um salto qualitativo, referente às concepções renovadas de território, ocorre com as pesquisas e reflexões de Jean Gottmann, a partir de sua formação na escola francesa, de derivação vidaliana que Gottmann estabeleceu relações mais intensas e duráveis, como pesquisador de estudos da Geografia Humana (SAQUET, 2010).

Com sua transferência aos EUA, em 1941, Jean Gottmann teve importante relação com Isaiah Bowman, na universidade Jonhs Hopkin. Nesse processo, fez vários estudos regionais sobre a Rússia, França, Alemanha, Síria, Líbano, EUA etc., experimentando e evidenciando aspectos relativos à pesquisa científica em Geografia Humana, em 60 anos de atividade e com mais de 400 títulos publicados. Uma de suas principais obras é La politique des États et Leur Géographie, publicada

[5] Jean Gottmann nasceu em 1915 em Kharkov, na Rússia, estudou na França e ensinou em universidades Norte- Americanas a partir de 1943 é, sem dúvida, um dos principais precursores da abordagem territorial entre os anos 1950-1980, com uma larga influência em estudos urbanos, teórico – conceituais, geopolíticos etc...

em 1952, ampliando o conceito de território em relação à abordagem feita por Ratzel, para além do Estado-Nação ou suporte de ações dos homens. As ideias sobre:

> A centralidade urbana, a importância de uma geografia da circulação (...), iconografias regionais, a megalópoles; sobre os significados do território, centro, periferia e as diásporas estão, certamente, entre as maiores contribuições que Gottmann deixa para a geografia (SAQUET, 2010, p, 46)

De acordo com Saquet e Souza (2009), Gottmann, ao descobrir a filosofia de Henri Bergson, atribui uma dimensão dinâmica à análise geográfica: temas como circulação assumem grande relevância, por exemplo, através da compreensão do Carrefour como um lugar de fluxos. Outro aspecto central e inovativo, para a geografia de sua época, foi a dedicação ao entendimento de fatores psicológicos (espirituais). Dessa forma, Jean Gottmann elabora uma abordagem histórica e cultural, com elementos (i) materiais do território.

São os fatores espirituais que conduzem Gottmann, por exemplo, a caracterizar regiões culturais na Europa e ao conceito de iconografia, pois a iconografia identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade de outra limítrofe em um território denso e variamente povoado como o europeu, sendo um produto da história da comunidade e se manifesta nas tradições locais e na variedade das paisagens culturais e econômicas. A iconografia pode conter combinações de elementos culturais, econômicos e políticos, constituídos historicamente. Para Gottmann, a religião, a linguagem e a história são consideradas integradas com os sistemas materiais na compreensão do território.

Saquet; Souza (2009), em seguida Gottmann, insere o componente ambiente (contexto físico), indicando uma abordagem renovada e múltipla do território e afirma que a circulação favorece a abertura de espaços, enquanto que as iconografias são definidas por símbolos (religiosos, políticos e sociais), que representam determinados grupos sociais, funcionam como um sistema de resistência à circulação e à mudança e são controladas, ao mesmo tempo, pelo poder político. Tanto a circulação como as iconografias ocorrem no nível supranacional e em regiões internas aos Estados ou impérios ou cidades fortificadas.

Nessa dinâmica, os objetivos podem ser administrativos e econômicos, sendo que a definição de iconografias pode gerar situações estabilizadoras, diferentemente

da circulação que representa a mudança social e tem na cidade seu locus principal. De acordo com Gottmann, quando uma comunidade se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer a sua iconografia, a sua identidade, como forma de resistência e reforço da coesão interna, através de um sistema de símbolos. Assim, se formam os regionalismos e, possivelmente, novas nações. Como a iconografia significa coesão e unidade, ela está relacionada com a circulação, que corresponde à força motriz da mudança, através dos fluxos:

> A circulação permite, assim organizar o espaço e é no curso destes processos que o espaço se diferencia (...) a circulação, especialmente, através das estradas, é determinante na organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes centros. E essas redes são fundamentais na formação e coesão do território (SAQUET, 2010, p. 47)

As redes são atuantes, juntamente com as iconografias, na compartimentação política do espaço e na definição de territórios. A circulação garante a fluidez e a unidade numa certa compartimentação e, a iconografia, a resistência e a estabilidade política. Desta forma, Saquet (2010) afirma que o princípio de fluidez se torna central na abordagem de Jean Gottmann, como circulação, movimento perpétuo que se decompõe com outros movimentos, particulares, ligando diferentes países e cidades. Essas circulações acontecem entre:

> Homens, mercadorias e ideias, que envolve edificações (estações ferroviárias, portos, estradas, aeroportos...) e o fator psicológico, como principal determinante do consumo e da mobilidade de indivíduos (SAQUET, 2010, p. 48)

Gottmann destaca o fator espiritual na sua leitura do território, com base para o dinamismo da Geografia Humana (econômica, política e social), sendo que essa combinação entre componentes materiais e espirituais da vida estabelece cruzamentos, lugares, um sistema de relações, redes. Sendo assim, o território apresenta características psicológicas e materiais, efetivadas por aspirações de indivíduos e ações do Estado, com a iconografia representando o refúgio e segurança e, a circulação, a busca de oportunidades.

Dessa forma, Jean Gottmann compreende o território como lugar de proteção, segurança e oportunidades integrando os fatores naturais na organização do espaço, o que normalmente é negligenciado quando se trata de sua contribuição na Geografia. Sinaliza uma abordagem que reconhece as dimensões sociais do território e o ambiente natural, destacando que o território é resultado das ações dos

homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente (SAQUET, 2010).

Segundo Saquet; Souza (2009), Jean Gottmann sinaliza para uma abordagem múltipla do território, considerando suas dimensões da economia, da cultura e da geopolítica, destacando o caráter político-administrativo, ligado ao Estado-Nação, o uso do espaço e a fluidez do mundo moderno. Além disso, o território, como conceito, tem componentes materiais e psicológicos, ligados à vida social de grupos separados e interdependentes que organizam o espaço e estão em movimento, superando os limites e as fronteiras. Caracterizando uma compreensão relacional e a indicação de aspectos (i) materiais na constituição do território.

Gottmann (2012) destaca que o conceito de território é mutável, e o define como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é continuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão.

4.2 A abordagem do território em Giuseppe Dematteis

“ o território deve ser entendido como resultado da dinâmica socioespacial: a identidade, as relações de poder e as redes de circulação e comunicação”

Giuseppe Dematteis[6]

No nível internacional, outra obra clássica e de referência no que se refere à discussão territorial, é a de Giuseppe Dematteis, que apresenta uma reflexão no plano europeu, uma das primeiras e mais coerentes tentativas de centralizar na Nova Geografia Humana os conceitos de representação e práticas. Para Dematteis, segundo Saquet (2010), a Geografia:

> Não é representação da terra, mas das estruturas materiais da socialização (comunicação-produção), isto é, do território. O espaço geográfico é um

[6] Professor de Geografia Urbana Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Turín Itália. Seus temas de investigações tem sido o desenvolvimento urbano local e sustentabilidade, fundada no pensamento do modelo de autorganização.

> meio com o qual representamos as nossas relações com o resto da sociedade e do mundo, dando-lhe um significado (...) em termos da territorialidade, como forma particular de experiência que nos permite se identificar, em uma trama de relações (SAQUET, 2010, p, 80)

Espaço e território são seus conceitos principais e não são separados. A Geografia é entendida como uma maneira de representação do território. Para Giupseppe Dematteis, historicamente acontece um processo de apropriação da terra, que pressupõe uma complexa combinação de fatos sociais, técnicos, cultuais, econômicos e políticos, que correspondem às condições territoriais inerentes a um conjunto de lugares e relações entre esses lugares. Dessa maneira, Dematteis revela os traços principais da abordagem e do conceito de território, centrados nas dimensões sociais, ou seja, nas dinâmicas da economia, da política e da cultura. Compreende o território como campo de domínio, de controle, efetivado tanto por grandes multinacionais como pela Igreja Católica, por grupos políticos e por pequenos agricultores.

Para Dematteis, o território da sociedade humana é um produto da socialização, sendo fundado em comportamentos humanos opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, ou seja, as formas de socialização em uma dada formação territorial. Em sua abordagem, considera as mudanças, as contradições e processualidade histórica e destaca:

> Na história dos homens a superação sempre foi fonte de contradições, tensões, conflitos internos, crises e mudanças: e esta é uma característica fundamental no conceito de território (...) a terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação (SAQUET, 2010, p. 81).

Dessa forma, para Dematteis, o território não indica uma realidade natural. Para isso, ele utiliza o conceito de terra, sendo o território uma realidade material e técnica, resultado de uma concepção materialista compreendendo o território ligado ao que denomina de espaço-ambiente material modelado pelas forças políticas e do mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos. Sucintamente o território, na sua essência, não é nem máquina, nem capital, é o contrário, é o lugar substantivado por essas relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente. Nessa trama, há interações entre a terra e o território, o que indica

uma proposição múltipla considerando, principalmente, as relações economia-política-natureza (SAQUET; SOUZA, 2009).

Nesse sentido, é possível ver o território e representa-lo através das imagens que podem ser compreendidas como paisagens. O espaço geográfico é uma representação das relações territoriais. Sendo as representações e o estudo da vida cotidiana uma forma de trabalhar a Geografia, através da interação terra-território, é possível se apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global. Dematteis (2006) afirma que deve pensar o território:

> Como médio de las dinâmicas de socialización equivale a decir que la territorialidade es em esencia um fenómeno social. Ella examina los indivíduos singulares, pero em cuanto componentes de grupos. Qué grupos? Hoy, ante todo, la humanidade entera, como conjunto interactivo de los habitantes del território-planeta. Sin embargo, entre este nível global y el de los indivíduos singulares, las relaciones sociales mediadas por el território se articun em agregados intermédios de distinto nível territorial. Dicha articulación es territorial em el sentido de que está em relación com la variación de las propriedades de los lugares y las regiones, y esto hace posibles las múltiples formas de territorialidade distintas em el tempo y em el espcaio (DEMATTEIS, 2006, p, 58)

SAQUET (2010) afirma que com Dematteis acontece um salto de qualidade centrado no conceito de território, importante marco no movimento de reelaboração da Geografia utilizando o conceito de território, sendo esse conceito compreendido como produto social, lugar de vida e de relações. Dematteis estuda o território através de uma exemplificação denominada “Casa Rural”, evidenciando as relações sociais, entre os homens, como condicionante de suas formas e organização interna. A Casa Rural sofre influência de distintos âmbitos territoriais: da família, da vizinhança, da comunidade e da sociedade urbana.

As condições subjetivas e econômicas estão ligadas e o território se efetiva de maneira sobreposta do centro rural compacto, no qual se sobrepõem relações comunitárias com as vizinhanças e a família, passa-se gradualmente à pequena vila, à pequena comunidade, onde o fator técnica-econômico se equilibra com o psicológico-social. Segundo Saquet (2010), a Casa Rural é produto dessas múltiplas relações que se efetuam nos níveis da família, da comunidade e com a cidade, integrando a família a outras famílias e/ou a grupos sociais e sendo das relações que se estabelecem entre esses grupos que surgem as habitações. Sendo assim:

> a família organiza a casa de acordo com as características de seu grupo social: a sala, a cozinha etc; as relações de vizinhança influenciam na organização da casa; a comunidade exerce influência com vistas a uma coesão (unidade) do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural (SAQUET, 2010, p. 50)

Por fim, Dematteis (2006) evidencia as regras de cada grupo social, escritas ou não, e as redes (ferrovias, estradas, rádio, TV, mobilidade de trabalhadores) formadas na circulação mercantil, integrando distintas famílias e grupos sociais. Em sua concepção, constam os elementos basilares do território, entendido como resultado da dinâmica socioespacial: a identidade, as relações de poder e as redes de circulação e comunicação. Essa abordagem é exemplificada por Dematteis, ou seja, os homens vivendo em sociedade, territorializam suas atividades, nas quais há reciprocidade e coexistência, respectivamente, nas relações espaciais (em rede) e de diferenciação territorial.

Nesse movimento, a natureza também está presente, como fator de diferenciação, juntamente com o processo histórico, que deixa formas no território, sendo a realidade geográfica do território entendida como rede de relações entre todos fenômenos coexistentes e como resultado de um processo histórico de humanização do ambiente natural, havendo uma clara conjugação da relação espaço-tempo na compreensão do território.

Saquet; Souza (2009) destacam que, na concepção de Dematteis, o território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementariedade; processualidade histórica e relacional, sendo o território entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas), como espaço aberto em constante transformação. Saquet (2010) também destaca outras contribuições importantes de Giuseppe Dematteis na concepção de território as quais residem na utilização de conceitos, tais como: a) tempos, entendidos como períodos e ritmos distintos, entre a natureza e a sociedade. Exemplos: cada lugar tem seu tempo de mudanças; b) articulação territorial e, c) produção territorialmente difusa (pode se falar em industrialização e urbanização territorialmente difusa).

De forma geral, Giuseppe Dematteis realiza uma abordagem relacional, considerando interações territoriais (transescalares) entre diferentes lugares e pessoas, sinalizando para uma compreensão (i) material do território e da

territorialidade humana, a partir desses fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos. Os primeiros correspondem à identidade, às relações entre grupos familiares e, os segundos, às técnicas e à circulação mercantil. Saquet (2010) destaca que as reflexões de Dematteis antecedem a publicação de uma das principais obras de Raffestin Por uma Geografia do Poder e de David Sack Human Territoriality, consideradas as duas obras basilares e clássicos que orientam duas vertentes distintas, teórica e metodologicamente, sobre o território e territorialidade.

4.3 O território na concepção Arnaldo Bagnasco

"*O território significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem agregações territoriais, por mudanças/inovações e por permanências sociais*"

Arnaldo Bagnasco[7]

Na sociologia, a obra de Arnaldo Bagnasco, titulada "Problematiche dello sviluppo e articolazione dell analisi:un paradigma per analisi trrotoriale", vai impulsionar estudos de caráter territorial, tanto nessa ciência como na Geografia e na Economia. Esse autor elabora uma perspectiva sociológico-geográfica, delineando aspectos centrais da relação espaço-tempo no processo de territorialização do desenvolvimento econômico.

Saquet (2010) destaca o pioneirismo em estudos territoriais, a partir de estudos dos distritos industriais italianos através da categoria "formação territorial". A obra "Ter Italie" marca profundamente a literatura italiana, com uma nova tendência e abordagem que superam o dualismo e revelam diferentes formas e articulações sociais do desenvolvimento no território.

[7] Sociologo italiano. Ex-professor de Sociologia Econômica nas universidades de Florença (1973-1979) e Nápoles (1980-1982), em 1982 assumiu a cadeira de Sociologia Urbana da Universidade de Torino (Faculdade de Ciência Política), mantido por 14 anos; ensina Sociologia da Faculdade de Letras e Filosofia de Turim desde 1996. Analisou as dinâmicas sociais no trabalho no mercado e tem escrito em sua maioria em sociologia econômica; entre as publicações mais conhecidas são mencionados Tre Italie - A questão do desenvolvimento territorial italiana (1977), na Itália, em tempos de mudança política (1996), Cidades na Europa contemporânea (2000, Cidades na Europa contemporânea, com P. A Gale`s) e Notebook sociológico (2012).

É uma preocupação de explicar a gênese e o desenvolvimento dos distritos industriais ou sistemas produtivos locais, considerando aspectos para além da formação e atuação do Estado, como ciranda mercantil, questões identitária locais e outros componentes pertinentes ao desenvolvimento. Segundo Saquet (2010), em Ter Italie, Arnaldo Bagnasco, na tentativa de superar as abordagens economicistas, incorpora componentes da teoria Weberiana, ampliando e tornando complexa a compreensão de processos sociais através de interação entre as dimensões da economia, da política e da cultura.

A partir de sua proposta de estudo da problemática territorial do desenvolvimento, consegue mostrar características dos territórios, das conexões que existem entre esses e da processualidade histórica. Historicamente definidas, as articulações territoriais se substantivam econômica, política e culturalmente, nos níveis interno e externo do território. Desse modo, sinaliza para uma abordagem múltipla do conceito e de uma certa formação territorial, neo-weberiana, como ele própria denomina. Dessa forma, Bagnasco compreende o território como:

> Uma área, com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas (...) essas conexões entre diferentes áreas/territórios é uma contribuição muito importante, assumindo o caráter de articulação territorial de diferentes classes sociais (SAQUET, 2010, p 73)

Porém, Arnaldo Bagnasco, coerentemente, também aborda elementos culturais da constituição dos territórios e de suas articulações na dinâmica societárias. Essas partes territoriais têm características específicas que diferenciam umas das outras, produto da dinâmica socioeconômica e estão em interação. Uma formação social também é territorial, fruto de combinação que expressam mudanças e permanências econômicas (E), políticas (P) e culturais (C) em uma área, as quais acontecem no tempo e no espaço. Nesta, os atores sociais mantêm relações com os de outras áreas, o que denomina de articulação territorial, conexão entre diferentes áreas/territórios (SAQUET, 2005)

Segundo Heidrich (2010), Arnaldo Bagnasco constrói sua argumentação a partir de evidências empíricas e identifica quatro mecanismos principais de regulação econômica, presentes na territorialização: a) a reciprocidade entre indivíduos ou instituições;b) o mercado, criador de relações e ações sociais; c) a organização, interna e externa, de cada empresa e, d) a política, como forma de

intervenção e tutelamento de interesses de determinados grupos sócias. Fica claro, dessa maneira, sua abordagem processual (trabalho com fases) e relacional e ênfase para os fatores econômicos e políticos. Sendo assim, o território, para Arnaldo Bagnasco, além de área e formas espaciais, significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem agregações territoriais, por mudanças/inovações e por permanências sociais.

4.4 O território na perspectiva de Robert David Sack

" Para haver um território é preciso haver uma delimitação de área, um controle e uma forma de poder, e os resultados de controle de poder dependem de quem está controlando"

Robert David Sack[8]

A literatura produzida por Robert David Sack na temática território e territorialidade é indispensável para entender e correlacionar a teoria com os eventos e acontecimentos da vida, já que se entende que território e territorialidade acontecem em inúmeras situações e contextos vividos, que se estende dos contextos gerais e das escalas "maiores" e mais complexas até as relações em contextos e escalas "menores" com as do cotidiano (PLEIN, et al 2009).

De acordo com Saquet (2010), o território, para Sack, é um produto da organização social, e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. Os conceitos principais de Sack são: espaço geográfico, território e territorialidade.

Robert D. Sack argumenta em favor da territorialidade humana, como denomina as relações sociais, de poder, que ocorrem tanto no nível pessoal, de grupo como no internacional. Essa territorialidade é central em sua abordagem e supõe o controle sobre uma área ou espaço: é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas. Há motivações geográficas e

[8] Robert David Sack, nasceu na Filadélfia (EUA) em 1939. PhD pela Universidade de Minnesota de Wisconsin – Madison. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: teoria geográfica, filosofia e história da geografia, espaço e lugar, geografia, modernidade e justiça, geografia cultural e geografia política. (PLEIN, et al 2009).

sociais, e o controle depende de quem está influenciando quem, da delimitação e do contexto do lugar, espaço e tempo. A territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar, havendo uma interconexão geográfica primária do poder social (PLEIN, et al 2009).

O território, dessa maneira, é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. Segundo Saquet (2010), para Sack, a definição de territorialidade contém três facetas interligadas:

a) A classificação ou definição de áreas;
b) A comunicação (equivalem as redes);
c) Uma forma de controle social (relação de poder).

Primeiro, a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área. Quando alguém diz, por exemplo, que essa sala é dele, ou é de seu limite, ou que você não pode tocar em alguma coisa fora da sala, ele está usando área para classificar ou afirmar coisas para uma categoria tal como dele e não sua. Ele precisa definir ou enumerar os tipos de coisas que são dele e não suas (SACK, 1986).

Segundo Sack (1986), a territorialidade deve conter uma forma de comunicação. Isso pode envolver uma marca ou sinal, como é comum encontrar em uma trilha. Ou uma pessoa poder criar uma trilha através de um gesto, tal como apontador: Uma fronteira territorial poder ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre direção no espaço e uma declaração sobre posse e exclusão.

Em terceiro lugar, cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa de reforçar o controle sobre o acesso à área e às coisas dentro dela, ou à coisa fora dela por restringi-las de dentro. Essas facetas são o núcleo da territorialidade, que contém outras combinações. Sendo assim, a territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos históricos – sociais, nos quais se definem as estratégias e os efeitos territoriais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas. A territorialidade como um componente do poder não significa somente criação e manutenção da ordem, mas é um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados (SACK, 1986).

Dessa forma, territorialidade, para Sack (1986), é uma estratégia geográfica potente para controlar as pessoas e as coisas, pelo controle de área. É o poder de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, fenômenos, delimitando e efetivando o controle de uma área. As territorialidades podem envolver vários grupos através de redes, nós, que se intercalam e sobrepõem um sobre o outro, formando uma grande cadeia processual do território. As territorialidades, assim como o território, acontecem tanto em situações complexas ou cotidianas, como ocorrem em inúmeros contextos sociais, situações e relações.

4.5 – A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari

"Devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas no processo de reterritorialização"

Deleuze e Guattari[9]

A relação entre Deleuze – Guattari e a Geografia pode ser vista em duas perspectivas: a primeira, através da presença de questões ou de uma abordagem geográfica no próprio interior da obra desses autores, a segunda, o discurso geográfico que se utiliza da filosofia de Deleuze e Guattari. Diante disso, um conjunto de questões diz respeito à própria construção teórica da Geografia, que pode ser substancialmente enriquecida pelo debate sobre a desterritorialização nessa perspectiva (HAESBAERT, 2012).

A Geografia encontra-se amplamente presente no trabalho de Deleuze e Guattari. Machado (1990) dá ênfase à "geograficidade" da genealogia deleuzeana afirmando:

[9] Gilles Deleuze (1925 -1995), filósofo, e Félix Guattari (1930 -1992), psicanalista, produziram uma vasta obra literária no campo das ciências humanas e sociais. São considerados os pensadores mais radicais a partir da segunda metade do século XX no entendimento da constituição dos sujeitos e na formação do território. A partir de 1970, suas obras influenciaram e continuam sendo utilizadas como referência em diversas áreas do conhecimento como arquitetura, história, ensino de línguas, cinema, artes, literaturas, psicologia, geografia, entre outros. São reconhecidos por serem criadores de conceitos que lhes permitiam efetuar uma original análise filosófica e social. Os principais conceitos que criaram foram: esquizo-análise, máquinas desejantes. Corpo sem órgãos, territorialização, desterritorialização e reterritorialização entre outros. Para Deleuze e Guattari interessava pôr o pensamento em movimento, fazendo-o escapar de qualquer paralisação, e engendrar continuamente um pensar diferente (SAQUET e SOUZA, 2009)

> Sua característica mais elementar é o fato de ela se propor mais como uma geografia do que propriamente como uma história, no sentido em que, para ela, o pensamento, não apenas e fundamentalmente do ponto de vista do conteúdo, mas de sua própria forma, em vez de constituir sistemas fechados, pressupõe eixos e orientações pelos quais se desenvolve. O que acarreta a exigência de considera-lo não como uma história linear e progressiva, mas privilegiando a constituição de espaços, de tipos (MACHADO, 1990, p. 9).

De acordo com Machado (1990), Deleuze e Guattari propõem uma “Geografia do pensamento”, baseada em dois espaços heterogêneos e antagônicos, propriedade não apenas da Filosofia, mas do pensamento em geral. Deleuze chega até mesmo “a utilizar a expressão dualidade primordial” para situar a relação entre dois tipos de espaço: o espaço liso (vetorial, projetivo, topológico) e o espaço estriado (métrico).

De acordo com Haesbaert (2012), uma das principais dificuldades em se trabalhar com um conceito na obra de Deleuze e Guattari, seja ele a desterritorialização ou rizoma, é que o conceito para eles é fugido, literalmente “rizomático” e múltiplo (articulação, corte e superposição), fazendo sempre referência a outros conceitos (tanto em seu passado quanto em seu presente e em seu devir). Mas, o que é mais relevante, o conceito é criado e pensado pela filosofia, não se trata do conceito cientifico, tal como o desdobramento nas Ciências Sociais:

> O conceito é o encontro, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, por que é ela que os cria, e não acessa de cria-las. O conceito é evidentemente conhecimento, mas conhecimento de si, e o que ele conhece é puro acontecimento, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. Destacar sempre um acontecimento das coisas e dos seres é a tarefa da filosofia quando cria conceitos, entidades. Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimento (DELEUZE; GUATTARI, 1992,p, 47)

Pode-se alegar que há um potencial idealista nessa proposição (o conceito como conhecimento, mas conhecimento do conhecimento). Mas Deleuze e Guattari ressaltam que não se trata de separar o conteúdo da expressão, a natureza da história, o material do imaterial. Dessa maneira, a filosofia de Deleuze e Guattari é denominada, pelos próprios autores, de uma “teoria das multiplicidades”. Essas multiplicidades são a própria realidade, superando, assim, as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Embora os autores

reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades”, estas “não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”. Seu modelo de realização, portanto, não é a hierarquização da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma.

De acordo com Saquet; Souza (2009), Deleuze e Guattari constroem o seu pensamento através do modelo do “rizoma”. O rizoma é uma proposta de construção de pensamento na qual os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades.

Essa proposta rizomática do pensamento busca se contrapor, mas sem negar, o pensamento arborescente. Conforme Deleuze; Guattari (1992), o pensamento arborescente, ou simplesmente em árvore, é aquele que opera por hierarquização e pela centralidade, ou seja, estabelece um centro de origem (uma genealogia). Sendo assim,

> Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lô. E muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. (...). Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 22)

A árvore remete-se a centros de poder, a hierarquia, a estruturas e a relações binárias e biunívocas. Os autores afirmam que a lógica binária e as relações biunívocas que dominam ainda é a psicanálise (...), a linguística e o estruturalismo, e até mesmo a informática. Instituições e aparelhos de poder como o Estado, a escola e a fábrica também se organizam de forma arborescente.

Matte e Mosquer (2009) destacam que Deleuze e Guattari irão chamar a atenção entre o rizoma e a árvore. Apesar de criticar a árvore, os autores afirmam que existe uma relação entre os dois, que um transpassa o outro, modificando mutuamente a sua natureza. Isso significa dizer que, mesmo no rizoma, podem existir segmentos que vão endurecer e tornarem-se árvore, ao mesmo tempo no

rizoma; já na árvore pode se dar a constituição de um rizoma. Os autores vão afirmar, por exemplo, que as sociedades primitivas têm núcleos de dureza, de arborização, que tanto antecipam o Estado quanto o conjugam. Inversamente, nossas sociedades continuam banhando um tecido flexível sem o qual os segmentos duros não vingariam.

Haesbaert (2012) destaca que, na obra de Deleuze e Guattari (1995), as sociedades primitivas remetem-se ao rizoma; no entanto, percebe-se que elas próprias têm arborescência dentro de si, ao passo que as sociedades capitalistas, identificadas mais com a arborescência, necessitam do rizoma (o tecido flexível) para existirem. Os autores também procuram pensar e criar por rizoma, buscando os encontros, os agenciamentos e os acontecimentos. Por agenciamentos, Modanese (2009) refere-se a uma noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica quanto social, maquínica, gnosiológica e imaginária.

De acordo com Haesbaert (2012), pensar esses agenciamentos propostos por Deleuze e Guattari é, sem dúvidas, pensar em uma Geografia das multiplicidades e das simultaneidades como condições para a própria história. Não há história possível sem esses encontros, sem esses agenciamentos. Dessa forma, para discutirmos a desterritorialização, a reterritorialização e o território, precisamos primeiro articular os conceitos que nos permitem pensar essas questões. O primeiro conceito fundamental para discutir as questões propostas é o conceito de território. Assim, em seguida, iremos caracterizar o conceito de território na concepção de Deleuze e Guattari.

4.5.1 O conceito de território e seus componentes

De acordo com Haesbaert (2012), através de Deleuze e Guattari é possível fazer uma leitura social desde o desejo, fazer a passagem do desejo político, nos quadros dos modos de subjetivação. Eles propõem pensar o desejo como um construtivismo, renunciando ao par sujeito-objeto (aquele que deseja e aquilo que é desejado). O desejo seria maquínico[10], produtivo e construtivo. Nunca desejamos só

[10] Em relação à máquina/maquínico, Deleuze e Guattari afirmam que as máquinas, consideradas em suas evoluções históricas, constituem um phylum comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecerem novas linhas de potencialidades (...), no sentido lato, (isto é, não só as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregações ou por agenciamentos. Uma máquina técnica,

uma coisa, desejamos sempre um conjunto de coisas, por exemplo: uma mulher não deseja apenas um vestido, mas deseja também pessoas olhando para ela, deseja uma festa onde possa usar o vestido, deseja uma cor, uma textura; um músico não deseja apenas um bom instrumento, ele quer harmonia, sonoridade, uma plateia, um lugar etc. Portanto, o desejo vem sempre agenciado. Nessa concepção, o desejo cria territórios, pois ele faz uma série de agenciamentos.

Para Deleuze e Guattari o território é um agenciamento. Os agenciamentos extrapolam o espaço geográfico; por esse motivo, o conceito de território dos autores é extremamente amplo, pois, como tudo pode ser agenciado, tudo pode ser também desterritorializado e reterritorializado. Como se dá, então, a construção do território? De acordo com Matte; Mosquer (2009), se a criação do território se dá através de agenciamentos, devemos reconhecer em primeiro lugar que estes são de dois tipos: agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejo).

Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito a um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade. Haesbaert (2012) lembra que, tal como na não dicotomização geográfica entre natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidade. O agenciamento maquínico de corpos e essa relação que se constrói entre os corpos:

> um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas. Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou as tornam possíveis (DELUZE; GUATTARI, 1992, p, 31)

Outro exemplo citado por Deleuze e Guattari e que nos ajuda a pensar o agenciamento é o agenciamento feudal, que considera as misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suserano, do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro é tudo um agenciamento maquínico. Por

---

por exemplo, numa usina, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina etc. O desejo é maquínico porque ele produz, é criativo, agencia elementos. Não podemos reduzir essa concepção de desejo ao simples maquinismo, como uma herança de algum tipo de racionalismo ou como uma metáfora de apologia ao mecânico como algo superior ao humano. (MODANESE, 2009)

outro lado, os agenciamentos coletivos remetem aos enunciados, a um regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua. Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (HAESBAERT, 2012)

Haesbaert (2012) chama atenção para não reduzir o estado de corpos aos enunciados coletivos e relata que Deleuze e Guattari deixam muito claro que os agenciamentos maquínicos de corpos (conteúdo) têm uma forma, assim como os agenciamentos coletivos de enunciação (expressão) também têm uma forma, logo, não podemos dizer que os agenciamentos coletivos são a expressão dos agenciamentos maquínicos de corpos. “Não há essa relação de reduzir um ao outro, ou uma relação dicotômica entre “regime de signos” e “ estatuto de estados de coisas” . Os autores afirmam que existe uma relação entre os dois agenciamentos, os dois percorrem um ao outro, os dois agenciamentos intervêm um no outro, é um movimento recíproco e não hierárquico que acontece quando os agenciamentos coletivos de enunciação fixam atributos aos corpos de forma a recortá-los, ressaltá-los, precipitá-los e retardá-los.

De acordo com Deleuze; Guattari (1992), com esse movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui; eles exemplificam, demonstrando que uma aula é um território, porque, para construí-la, é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos: a mão cria um território na ferramenta, a boca cria um território no seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo – desejo entendido, em sua obra, como uma força criadora produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento.

De acordo com Haesbaert (2012), através da concepção de Deleuze e Guattari, podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação. Os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos de enunciação são apenas dois dos quatro componentes do território. Os outros componentes são a desterritorialização e reterritorialização. Esse ponto é fundamental na obra de Deleuze e Guattari, eles

colocam que os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização.

3.5.2 Desterritorialização e reterritorialização: a criação e o abandono de território

> O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassem os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que o levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI; ROLNIK apud HAESBAERT, 2012, p, 127).

De acordo com Deleuze; Guattari (1992), a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é uma operação da linha de fuga" e a reterritorialização é o movimento de construção do território; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação. Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. Esse movimento concomitante de desterritorialização e reterritorialização está expresso no "primeiro teorema" da desterritorialização ou "proposição maquínica":

> Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga, ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorialização horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio (DELEUZE; GUATTARI, 1996 apud HAESBAERT, 2012, p. 128).

Outra característica importante da desterritorialização aparece no segundo teorema, ao se questionar a relação comumente feita entre desterritorialização e velocidade:

> Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge aqui um segundo

> sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima (...). Em regra geral, as desterritorializações relativas (transcodificação) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta (DELEUZE; GUATTARI, 1996 apud HAESBAERT, 2012, p. 129).

A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio socius. Essa desterritorialização é abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento. No entanto, os dois processos se relacionam, um perpassa o outro. Além disso, devemos ressaltar novamente que para os dois movimentos existem também movimentos de reterritorialização relativa e reterritorialização absoluta.

Primeiro abordaremos de maneira mais sucinta a desterritorialização absoluta, já que, como será observado, a desterritorialização relativa é que adquire maior preocupação do geógrafo. De acordo com Haesbaert (2012), o termo absoluto proposto por Deleuze e Guattari é um atributo que vai diferenciar a natureza desse tipo de desterritorialização; ele não marca uma superioridade ou uma dependência da desterritorialização relativa em relação à absoluta, ao contrário, os dois movimentos perpassam um ao outro.

A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze; Guattari (1992), o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isso quer dizer que o pensamento só é possível na criação e, para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização.

Deleuze; Guattari (1992) afirmam que pensar não é nem um fio estendido entre o sujeito e o objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra. Os autores propõem pensar os encontros, os agenciamentos que se dão entre os fluxos e as intensidades de desejo do socius e como eles se inscrevem na própria terra. De outra forma, os autores afirmam que, para que o pensamento exista, é necessário um solo, um meio. Esse solo, esse meio, é a própria terra.

A terra é a grande desterritorializada, pois a terra “pertence ao Cosmo”, por onde os fluxos e as intensidades vão percorrer e se fixar. No entanto, não podemos nos esquecer do primeiro teorema da desterritorialização: nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Essa reterritorialização se dá de duas formas: na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano da imanência de um pensamento. Segundo Deleuze e Guattari, a desterritorialização é absoluta quando a terra entra no puro plano de imanência de um pensamento – ser, de um pensamento – natureza com movimentos infinitos (DELEUZE; GUATTARI, 1992)

Após a exposição e a análise de duas organizações sociais diferentes, em que os processos de desterritorialização e reterritorialização possuem naturezas e agenciamentos diferentes, podemos agora nos deter em exemplos mais concretos da desterritorialização e reterritorialização nas sociedades capitalistas. Conforme Haesbaert (2012) destaca, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio socius. Isso significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas.

No cotidiano, a dinâmica mais comum é passarmos de um território a outro. É uma des-reterritorialização cotidiana, na qual se abandona, mas não se destrói o território abandonado. Haesbaert (2012) traz o exemplo do operário de uma fábrica de automóveis. No decorrer do dia, ele atravessa basicamente dois territórios - maquínicos: o território familiar e o território do trabalho. Em cada um deles existem agenciamentos coletivos de enunciação muito distintos. Na família, os corpos estão dispostos na figura do Pai, da Mãe e do Filho. Um triângulo hierárquico, imerso na castração, o filho sendo subordinado ao pai; esquadrinhado e decalcado na cama e nos braços da mãe: o regime alimentar e o regime sexual a que Deleuze e Guattari se referiram antes são agenciamentos que compõem a família – vergonha do corpo, sexualidade oprimida, hora do jantar, todos juntos na mesa. Na fábrica, os corpos são outros, os agenciamentos coletivos de enunciação são outros. E um corpo técnico - científico, um aparato disciplinar, controle do tempo e do corpo, hierarquia de funções: são enunciados diferentes – é a cor verde para aumentar a produção, é a sirene que avisa a hora de parar o trabalho.

Outro exemplo mostrando por Haesbaert (2012) sobre esse processo é realizado pelo boia-fria, morador de periferias urbanas: esse trabalhador está em constante processo de desterritorialização e reterritorialização. Enquanto a época da colheita não chega, ele habita a periferia urbana e está imerso em um imenso conjunto de agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teria enquanto trabalhador rural assalariado. Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Na periferia ele pode construir uma série de territórios e passar por cada um deles no decorrer do dia, como o operário da fábrica. É evidente que seus territórios serão outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe o seu território de morador, onde ele conhece os códigos territoriais e as relações de poder que compreendem a sua "comunidade". Existe o território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar que o do operário fabril. Em um dia ele é pedreiro, no outro porteiro, segurança. Quando chega a época da colheita, ele se desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana.

Através desses exemplos, Haesbaert (2012) afirma que devemos promover o encontro entre desterritorialização absoluta e desterritorialização relativa, pois ambas perpassam uma a outra; afirma também que o pensamento necessita de um meio – a própria terra. Resta que a desterritorialização absoluta só pode ser pensada segundo certas relações, por determinar, com as desterritorializações relativas, não somente cósmicas, mas geográficas, históricas e psicossociais. Para o pensamento existir, é necessário um encontro dos agenciamentos absolutos e relativos.

De forma geral, o território em Deleuze e Guattari aparece com a ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação; natureza não transformada e a desterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento. Também há uma preocupação central com o imaginário e com o movimento. Na desterritorialização, tanto a pata como o galho são tirados do lugar de origem, são metamorfoseados socialmente. A mão não é mais a pata e nem o bastão, o galho, ambos já têm outros significados. Ratificam a atenção à obra de Deleuze e Guattari (1992, p. 36) em que afirmam que, em relação à "desterritorialização e à reterritorialização, não se pode mesmo dizer o que é o primeiro, e todo território

supõe talvez uma desterritorialização prévia, ou, então, tudo ocorre ao mesmo tempo". Dessa maneira, Deleuze e Guattari são importantes na leitura do território, pois auxiliam a pensar o movimento e a unidade que existe, no real, entre os processos de desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), pois:

> O território não é apenas compreendido como uma construção social, mas natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão desses elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território. Nesta nova territorialização ou reterritorialização permanecem elementos do antigo território cujo papel é manter a ligação que ocorre no processo conhecido TDR, ou seja, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (...) Esse processo é permanente e simultâneo, um está no outro, e serve para explicar o movimento, a fragmentação, a contradição e a unidade que existe e, ao mesmo tempo, para explicar o real e entender o território constituído (MODANESE, 2009, p, 20).

Esses processos de ler o movimento do território (TDR), propostos por Deleuze e Guattari, são processos simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo. Saquet (2010) destaca que no território de Deleuze e Guattari há ligação, mudança, movimento e, na desterritorialização, desligamento, mudança, rompimento, transformação, movimento, havendo uma preocupação com o vivido e destaca que o próprio pensamento se desteritorializa e se reterritorializa, desliga-se e se religa ao lugar. O território também significa pensamento, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais e psicossociais; desterritorialização e reterritorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspirará outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de T-D-R e à manifestação simbólico-culturais e políticas efetivas na vida cotidiana.

4.6 Contribuições de Claude Raffestin para uma concepção renovada dos conceitos de território e territorialidade.

" O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço (...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si"

Claude Raffestin[11]

O conceito de território, ao longo da história do pensamento geográfico, teve momentos de maior e de menor expressividade, passando por diversas modificações, de acordo com os métodos utilizados pelos pesquisadores. Também já vimos que esse conceito foi trabalhado em outras ciências sociais e naturais.

Na geografia, o território foi utilizado primeiramente por Friedrich Ratzel, um dos principais cientistas da escola alemã, quando criou uma série de conceitos para explicar o que denominou de geografia politica. Conforme Moraes (2007), para Ratzel, o território é a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade. Sua territorialidade estaria associada a uma identidade especifica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só poderiam ser modificadas com o uso da força.

As escolas que, posteriormente, criaram suas geografias políticas seguiram o fundamento da geografia política alemã e não contestaram o fato de o Estado ser apresentado como único detentor do poder. Assim, para Raffestin (1993), a

[11] Claude Raffestin, nascido na França em 1936, cresceu e envolveu-se com a Geografia da Suíça. Foi professor de Geografia Humana na Universidade de Genebra. Baseado nas concepções de Foucault sobre o poder, Raffestin escreveu uma de suas mais importantes obras, intitulada "Por Uma Geografia do Poder", livro este fundamental para se compreenderem as relações de Poder dentro da visão Geográfica, assim como para se compreender o "Território". Raffestin considera as relações de poder que formam o "Território" e a população aparece como o próprio fundamento do poder e, assim, rompe com a geografia política clássica. Sua influência no Brasil é muito grande, apesar de apenas uma obra sua ter sido traduzida para o português, o livro Por uma geografia do poder, lançado no Brasil em 1993.

Geografia, no século XX, foi uma geografia do Estado, sendo uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado.

Com base nesse panorama da ciência geográfica, a partir da década de 1950, começam a surgir grupos de pesquisadores com o intuito de renovar a abordagem positivista e neopositivista da Geografia. Nesse movimento, em 1970, o geógrafo Claude Raffestin inicia sua trajetória na Geografia, dedicando-se, especialmente, às questões do território, afirmando que uma verdadeira Geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes (RAFFESTIN, 1993)

Claude Raffestin, nascido na França, em 1936, cresceu e envolveu-se com a Geografia na Suíça. Sua influência na Geografia brasileira é muito grande, apesar de apenas uma obra sua ter sido traduzida para o português, o livro “Por uma Geografia do Poder”, lançado no Brasil em 1993. Segundo Saquet (2010), Claude Raffestin faz parte da escola francesa, juntamente com G. Deleuze e F. Guattari, M. Foucault e H. Lefebvre, que participaram igualmente da renovação da abordagem geográfica e territorial.

Em “Por uma Geografia do Poder”, Raffestin critica a geografia política clássica criada por Ratzel, pois esta se refere à concepção de uma Geografia do Estado, na qual toda forma de poder advém do Estado. Para Raffestin (1993), é necessário desfazer essa confusão, pois, ou o Estado é o único a deter o poder, ou o Estado detém o poder; para C. Raffestin há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a desordem. Sendo assim:

> O poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou (...) para desorganizar (RAFFESTIN, 1993, p, 18).

Raffestin (1993) em sua obra utiliza o referencial de Michel Foucault, que entende o poder como multidimensional, já que a atuação do Estado encontra-se com outras dimensões do poder, incluindo as práticas e relações cotidianas da sociedade. Nesse sentido, Raffestin constrói uma abordagem relacional na qual o território é formado pelas relações de poder multidimensional e a territorialidade é o produto dessas relações. Dessa forma,

> A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído, nem adquirido, mas simplesmente exercido (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Assim, Claude Raffestin apresenta a construção da abordagem relacional do conceito território, destacando “o poder” como elemento fundamental no entendimento do território e no processo Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização (TDR).

3.6.1 As dimensões sociais

A Geografia, desde Ratzel, volta-se para a análise da forma de organização do Estado, deixando de examinar as outras organizações dotadas de poder político. Para sair desse paradoxo, Raffestin (1993) desenvolveu alguns elementos para estudo da problemática relacional a fim de tornar inteligível, não somente as formas investidas de poder, mas também, as relações que determinam essa forma.

“A existência é tecida por relações, é um vasto complexo relacional” (RAFFESTIN, 1993, p, 31). A problemática relacional proposta está fundamentada numa Geografia triangular – querer existir, saber existir, poder existir – bem diferente da problemática morfofuncional – querer ver, saber, poder ver. A primeira causa inquietação sociais, uma “participação”, e não somente de testemunha, utilizando uma concepção de projeto e não objeto.

As relações, na maior parte do tempo, são multilaterais, porém, devido à sua complexidade, torna-se difícil um maior aprofundamento teórico, causando certo comodismo, fazendo com que primeiro sejam descritas as relações bilaterais. Para Raffestin, a noção de troca de mercadorias poderia ter sido usada para construir uma teoria de relações, pois:

> Os trocadores trazem uma realidade orgânica: seus corpos, suas mãos. Além de seus instrumentos e produtos. Entram em contato. Esse contato, que traz uma informação a cada um das partes, os modifica. Há junção de uma energia orgânica e de uma energia informacional (LEFEBVRE apud RAFFESTIN, 1993, p. 32).

A troca material está inserida na categoria mais geral da relação, já que toda relação é coextensiva e cofundadora de toda relação social. Por exemplo: o contrato de trabalho tem apenas a aparência de ser bilateral; a relação entre o vendedor de trabalho e o comprador reproduz a organização estatal, que está presente nas regras, leis e códigos que regulamentam a venda e a compra do trabalho; ocorre também a reprodução da força sindical. A comunicação é estabelecida na troca entre o salário do demandante e o trabalho do trabalhador (GALVÃO; FRANÇA; BRAGA, 2009).

Essa descrição demostra apenas a face funcional e não processual, pois, no contrato, estão mascaradas as condições em que certa quantidade de dinheiro ou de bens é liberada, encobrindo o poder ou a capacidade de poder do trabalhador e do contratante.

Apesar de o autor realizar uma incursão do domínio econômico, não significa que a concepção seja econômica, já que todo conteúdo da relação é político. Utilizando o sentido etimológico da palavra economia, a distribuição dos bens e dos serviços entre os seres humanos deveria ocorrer de forma igual e harmoniosa.

> Então, não se trata mais de uma economia, mas de uma política cujas finalidades não são a expressão de uma necessidade endógena que implica a permanência de uma estrutura, mas a expressão de uma vontade exógena que determina as finalidades das partes da estrutura que se devem manter (RAFFESTIN, 1993, p, 34).

Para o desenvolvimento das partes dessa estrutura, os homens diferenciam o espaço e o tempo social, possibilitando o abuso de poder de uma relação ao outro, tornando o valor de uso e de troca equivalentes. O espaço e tempo são fundamentais para compreender as relações de poder já que eles apresentam-se como suportes, recursos e trunfos.

> (...) Não há uma homogeneidade do espaço, mas uma heterogeneidade de tempos e espaços em cada unidade espacial de análise (...). No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, onde as partes relacionam-se desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre lugares, atividades e pessoas, no interior de uma sociedade cada vez mais mundializada. Os tempos são múltiplos. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. Aliás, é das desigualdades socioeconômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte (SAQUET, 2010, p, 152).

Apesar de a sociedade estar cada vez mais mundializada/globalizada, não há uma homogeneidade de tempos e espaços: as relações entre as unidades que formam a totalidade dão origem a um desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferenciado de tempos; as inovações e o desenvolvimento não atingem instantaneamente todos os lugares.

Segundo Raffestin (1993), apesar de as ações serem registradas no tempo absoluto, o seu ritmo é definido por tempos relativos conforme cada estrutura particular. Assim, o mais importante é o tempo social da ação. Nesse campo relacional atuam as relações dessimétricas e simétricas.

> Teoricamente, a simetria, pela existência de uma equivalência real, impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento de uma outra; impede também a destruição de uma organização ou de uma estrutura por outra (...); a dissimetria, por equivalência forçada, favorece o crescimento de uma estrutura em detrimento de outra e, num extremo, a destruição de uma estrutura por outra (RAFFESTIN, 1993, p. 36).

Desse modo, nas relações dessimétricas, não há um reconhecimento das necessidades de outra estrutura, enquanto nas relações simétricas ocorre o reconhecimento das necessidades de outra estrutura. A essência das relações entre dois polos pode ser determinista ou aleatória. Relações deterministas ocorrem nos sistemas físicos, existindo uma dependência entre dois sistemas. As aleatórias acontecem quando um sistema é autônomo com relação ao outro. Assim sendo, as relações politicas serão sempre aleatórias, pois, por mais que se inscreva uma situação trágica, sempre haverá um grau de autonomia.

Essas relações apresentadas são constituídas por elementos. São os atores ou conjunto de suas intenções ou finalidades. O poder não está presente, apenas aparentemente, visto que ele faz parte de todo processo relacional. Conforme Raffestin (1993), para a Geografia Política Clássica, o Estado é uma organização como qualquer outra, simplesmente está investido de um peso enorme. Ele recorta o espaço em malhas, pois quer encontrar a malha mais adequada. Mas o Estado não é a única organização. Ao mesmo tempo, outras organizações, como uma rede de marcados, também canalizam, bloqueiam, domesticam, introduzem numa rede, numa malha, criam espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto.

Essas ações das organizações são objetivadas em função da destruição, desintegração de outras estruturas/organizações. Apenas o conteúdo dessas relações dessimétricas é econômico. As relações entre duas organizações

econômicas, duas empresas, só são econômicas por seu conteúdo, mas, de fato, são relações fortemente politicas, pelo conflito de poderes direta e indiretamente. Para concretização dessas relações de poder, dois tipos de atores desempenham articulações, os atores sintagmáticos e paradigmáticos:

> O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para "produzir", *lato sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência, quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. (...) Um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41).

Raffestin (1993) cita como exemplo de ator paradigmático a população da Bélgica e da Itália, que tem em comum o fato da habitarem uma porção da terra; assim, pela circunstância desse aspecto em comum, pode nascer uma organização ou várias organizações. As intenções das organizações e do Estado podem ser simples ou complexas e, algumas vezes, as finalidades estão dissimuladas (da verdadeira realidade).

Para a realização dos objetivos, tanto do Estado como das organizações, é preciso uma estratégia, que é consequência da combinação de um conjunto de elementos a serem convocados para se chegar aos objetivos. O conceito dessas estratégicas é diferente do conceito de estratégicas de guerra; essas estratégias, apesar de, em algumas circunstâncias, destruírem o adversário e seus recursos, querem controlar o seu adversário. A palavra estratégia, na teoria de jogos, adquiriu uma aplicação particular, no sentido de uma descrição completa do comportamento que teremos em presença de cada circunstância possível, já em termos militares, a estratégia é o uso do engajamento para fins de guerra (RAFFESTIN, 1993).

De acordo com Raffestin (1993), as estratégias, tanto as militares como as de jogos, têm em comum a energia (potencial que possibilita o deslocamento ou a modificação da matéria) e a informação (forma ou ordem detectada em toda matéria ou energia). A transmissão de informação demanda um custo de energia. Como a dominação de um território depende da circulação de informação, a amplitude dessa dominação vai depender da quantidade de energia que existe à disposição. Segundo Raffestin, a circulação da informação estabelece uma comunicação que ocorre num campo de poder e todo poder é desempenhado no campo da comunicação.

Raffestin (1993), na sua discussão sobre o território, utiliza alguns pensamentos de Foucault para explicar a multidimensionalidade das relações de forças que formam o poder e as modificações ocorridas nas formas de poder. Segundo o autor, é difícil definir a palavra poder, é preciso aproximar-se paulatinamente. A imprecisão dá-se pelo fato de que existe o poder e o Poder.

Por muito tempo, o poder oferecia o privilégio ao soberano sobre o direito à vida e à morte: ele poderia dispor da vida dos seus escravos e filhos. Depois, já não era permitido ao soberano o poder sobre a vida de forma direta. Apenas, no caso de ter a sua própria vida ameaçada por inimigos, poderia pedir aos seus súditos que entrassem em guerra para defendê-lo. Nessa sociedade, o poder era o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida, culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la (FOUCAULT, 1998).

Esses mecanismos de poder passaram por profundas modificações desde a época clássica. Esse tipo de poder passou a ser somente mais um componente entre as outras formas de:

> Incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las (FOUCAULT, 1998, p, 148).

As guerras não são mais em defesa de um soberano, mas em função da sobrevivência de todos. Ou, ao menos, de uma parte, pois, segundo Raffestin (1993), há o desenvolvimento de uma subestrutura em detrimento de uma estrutura global. Na medida em que as tecnologias de guerra desenvolvem o seu poder de destruição, mais se iniciam conflitos pela sobrevivência. O Poder tem agora a função de gerir a vida, atendendo às suas necessidades com a missão de esquivar a sociedade da morte. Logo, é na vida e no seu processo de desenvolvimento que o poder situa seus pontos de fixação; a morte passa a ser o momento limite, em que o controle escapa.

Segundo Foucault (1998), a partir do século XVII, o poder sobre a vida passa a se desenvolver de duas formas principais: uma seria o corpo como máquina, o seu adestramento, a sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. A segunda forma, desenvolvida na metade do século XVIII, possibilita ao poder

estabelecer as disciplinas do corpo e as regulações da população, para a sujeição dos mesmos. Esse polo de poder:

> (...) centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível da saúde, duração da vida, a longevidade, como todas as condições que podem fazê-los variar (FOUCAULT, 1998, p. 152).

Esse bio-poder utiliza a instituição como o exército e a escola para exercer a disciplina. E, por meio da demografia, estimativa da população, estabelece as regulações da população. Dessa forma, o bio-poder ajusta os corpos e insere-os nos sistemas produtivos, tornando-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Essas abstrações das formas de poder tornam, em muitos casos, difícil a sua identificação.

O Poder com letra maiúscula é a soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder com letra minúscula, aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. O Poder é mais fácil de ser observado, ele é visível, maciço, identificável. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois polos, fazendo face ou confrontando-se um com o outro.

> Sendo coextensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural, etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. (...) A energia com a informação se forma, se acumula, se combina e circula (RAFFESTIN, 1993, p, 54).

O poder é resultado da combinação alterável de energia e informação. Essa combinação resulta em poderes com forte componente energético como o poder “remunerado”, que está estabelecido no domínio dos recursos materiais, salário, gratificações; o poder com intenso componente informacional é fundado sobre a manipulação de recursos simbólicos, religião, etc. (RAFFESTIN, 1993).

O poder gera transmutação. A energia pode transformar-se em informação (saber). A informação pode admitir a liberação de energia (força). “Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural. Pela inovação social e cultural, transformam seu meio social” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Conclui o

autor que o poder enraíza-se no trabalho, é a energia informada, uma força dirigida, orientada, canalizada por um saber:

> As organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizam a primeira fissura social. Desde então a energia assim liberada pôde ser combinada com uma outra informação e esta, resultando de uma acumulação anterior, pôde ser combinada com outras energias. Isso significa que o trabalho deixou de ser uma entidade com duas faces, pois as duas faces foram “deslocadas”, “destacadas” (RAFFESTIN, 1993, p. 57).

A destruição da unidade trabalho torna os seus produtos cristalizados, apropriados por uma organização que se aproveita do seu poder para estabelecer as suas relações com os consumidores. Raffestin (1993) destaca que a violência é uma forma extrema e brutal do poder; Souza (2005) não concorda com esse pensamento, pois, para ele, o poder e a violência contrapõem-se: onde um atua de forma absoluta o outro não existe. Quando o poder começa a sair das mãos, recorre-se à violência para assegurá-lo.

Para que o poder exerça seu controle e dominação sobre os homens e as coisas, ele se utiliza de três trunfos. A população, em primeiro lugar, porque ela é a ascendência do poder, é o componente dinâmico do qual resulta a ação. Já o território “é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). E, em terceiro, os recursos, os quais definem os horizontes realizáveis da ação, condicionam e atingem a ação.

Numa relação, um dos trunfos pode ser privilegiado, mas geralmente eles são mobilizados, ao mesmo tempo, em diversos graus. Por exemplo, quando dois Estados disputam um território, não é apenas uma porção do território que está sendo disputado, também os recursos e a população, que estão sobre esse território; a disputa é determinada como um jogo de soma nula, em que uns ganham e outros perdem.

No entanto, os trunfos raramente são únicos; o mais frequente é o jogo de soma não nula. Assim, quando duas empresas concorrem por um mesmo mercado e estabelecem acordos para repartição, nem ganham e nem perdem tudo. Portanto, as disputas pelos trunfos através dos jogos de soma nula e não nula acontecem no campo do poder, através das relações simétricas e dessimétricas. Eles proporcionam ganhos/custos, podendo ocorrer transformações destrutivas ao longo

das estruturas, ameaçando as trocas dos atores que assumem custos maiores que os ganhos. Quando as trocas de informações são contrabalançadas, o resultado é um sistema relacional equilibrado no território (RAFFESTIN, 1993).

Desse modo, o poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade. Sendo assim:

> O poder não é alguma coisa que se adquire (...); o poder se exerce a partir de inumeráveis pontos e no jogo de relações desiguais e móveis (...); as relações de poder não estão em posição de exterioridade com relação a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas são imanentes; (...) têm, onde estão presentes, um papel diretamente produtivo. (...). O poder vem de baixo, (...) é preciso imaginar que as relações de força que se formam e operam nos aparatos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos que percorrem o conjunto da sociedade (...). As relações de poder são, contemporaneamente, intencionais e não subjetivas (...). Onde há poder há resistência (...). Isto significa o caráter estritamente relacional das relações de poder (...). Estes pontos de resistência estão presentes na trama do poder (...) (FOUCAULT, 1978 *apud* SAQUET, 2010, p. 32).

Assim, o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; são relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem outros processos da vida cotidiana, e neles estão envolvidas, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental, porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. O território, nessa multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir das territorialidades plurais, complexas e em unidade.

Diante do exposto, as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território: “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). E são essas relações que cristalizam o território e as territorialidades, tornando o território a cena do poder e o lugar de todas as relações.

3.6.2 A concepção de território e territorialidade de Claude Raffestin

Claude Raffestin (1993) foi um dos autores pioneiros na abordagem do conceito de território, uma concepção renovada, que dá destaque ao seu caráter político. Para entendermos um pouco mais sobre sua obra, não podemos deixar de lado suas bases filosóficas. Em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, ele demonstra sua habilidade ao utilizar-se de diferentes vertentes e posições com H. Lefebvre, G. Deleuze, F. Guattari, E. Soja, M. Foucault, K. Marx, F, Chesnais, entre outros, fazendo uma reflexão geral com caráter híbrido. Sendo assim, Galvão; França; Braga, (2009) organizaram um quadro 02 abaixo, demostrando alguns conceitos e autores utilizados por Raffestin, os quais contribuem para compreender o território.

Quadro 02 – Conceitos e autores citados por Raffestin

AUTORES	CONCEITOS	DEFINIÇÃO
H. LEFEBVRE	Espaço	“O espaço é político”
E. SOJA	Territorialidade	“Fenômeno de comportamento associado à organização do espaço e esferas de influências ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente por seus ocupantes ou pelo que os definem”.
H. LEFEBVRE	Poder	“Por consistir em atos de decisões, ele se representa mal. É presente ou não, atual – em ato – ou não”.
FOUCAULT	Poder	“Poder - conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” Poder “como dados iniciais, a

		soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação: essas não são mais que formas terminais".
STOURDZE	Redes de circulação	" A circulação imprime sua ordem". " A circulação é a imagem do poder". "A circulação é sinal de potência".
CHESNAIS	Redes de circulação	"É o resultado da manifestação das coações ao mesmo tempo técnicas e econômicas"

Fonte: GALVÃO; FRANÇA; BRAGA, (2009).

Em Raffestin, há uma preocupação referente a alguns conceitos da Geografia, chamando a atenção para vários deles largamente utilizados sem muita coerência e distinção, como é o caso dos conceitos de espaço e território. Segundo Raffestin (1993), o espaço é como se fosse uma matéria-prima, anterior ao território, ou seja, a partir dele e de ações de apropriação, conduzidas por atores, ocorre a territorialização do espaço, ou seja, o espaço é tornado produto. No espaço, modificado pelo trabalho, revelam-se as relações de poder. Para Raffestin, o território é:

> Uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para fazer uma representação moderna do espaço, Raffestin (1993) destaca a superfície ou plano, linha ou reta e o ponto como elementos essenciais:

> É da combinação desses elementos que resultam as imagens ou as representações do espaço. A eficácia deste sistema sêmico reside também no fato de que se trata de um puro jogo estrutural que transcende os objetos representados, mas que preserva seus contatos, suas relações (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Os pontos podem representar a localização de propriedades, localidades, outros atores, ou seja, os objetivos que interessam ao ator que está representado, ocorrendo, dessa forma, uma representação egocêntrica.

> Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Há uma ruptura entre a imagem territorial projetada e o território real, pois a imagem nunca é transcrita tal e qual a partir do plano. Somando-se a isso, surge um novo problema, pois existem muitos atores; haverá novas representações, mesmo que os objetivos sejam equivalentes. Institui-se, então, uma relação entre os atores, uma relação de poder.

As relações sociais, exercidas pelos atores, geram a territorialidade que, segundo Raffestin (1993), é difícil conceituar, pois ela tem a sua origem nos naturalistas, os quais, em seus estudos, trabalhavam mais com a territorialidade animal. Para ele, a territorialidade compreende algo mais amplo:

> Reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nas ciências do homem, ela foi elaborada por aqueles que estudam as relações como espaço ou o território, porém não houve grande esforço para a compreensão da territorialidade humana. De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade não é só o modelo de espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território.

> (...) a vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originaram num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (...) tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação. Processos que precisam de energia e de informação (...) Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário, são dissimétricas (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Todas as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, a qual se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única.

4.6.3 Malhas, nós e redes sobre os territórios

Ao pensar o território, Raffestin (1993) elaborou o sistema territorial, o qual se tornou um conceito importante para a compreensão do território e da sua dinâmica, podendo ser chamado de “essencial visível” das práticas espaciais, em que os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios.

> Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. (...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originaram as relações de poder: Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

O sistema é construído pelos atores e por suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através das ligações em redes.

> Os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Assim, as diferentes imagens produzidas em cada território revelam as relações de produção e as relações de poder, sendo possível chegar até a estrutura desse território através das imagens e representações. As tessituras estabelecem limites, se não físicos, de objetivos comuns e de identidade entre o grupo e o espaço, manifestando um poder em determinada área. Esses limites, porém, podem não ser areais, visto que as tessituras não precisam ser necessariamente de origem

política, podem ser “a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva” (RAFFESTIN, 1993, p. 154). Dessa forma, as tessituras comunicam-se, interligam-se.

As malhas não são, portanto, homogêneas; todavia, possuem diversos elementos que se complementam. Dentre esses elementos, podemos apresentar os pontos, ou nós, que são os centros de poder e de referência; as aglomerações de diversas escalas, de indivíduos ou grupos. Em uma tessitura, porém, podemos afirmar que os nós são interdependentes e, portanto, precisam relacionar-se, comunicar-se.

Assim, os cortes e recortes das tessituras e as ligações entre os nós são explicados através do conceito de rede, que tem centralidade na abordagem de Raffestin. A rede é compreendida através da complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, como fluxos materiais e imateriais que acontecem simultaneamente, porém, não se confundem.

Por exemplo, sobre algo que circula e comunica, Raffestin (1993) cita o dinheiro, pois é, ao mesmo tempo, “energia cristalizada” e informação. “O signo monetário é fascinante, na medida em que sua circulação, muito estritamente controlada, organiza e desorganiza, estrutura e desestrutura os territórios, em todas as escalas (RAFFESTIN, 1993, p. 217). Para Raffestin (1993), as redes são fios seguros de uma rede flexível à medida que esta se molda conforme as situações concretas.

> A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Raffestin (1993) assinala que o ideal do poder é agir em tempo real, detendo-se na circulação, visto que a tecnologia moderna dissociou a circulação e a comunicação; pois, se a circulação ficou mais rápida, a comunicação é, atualmente, quase imediata. “Se a distância da circulação e a distância da comunicação tendessem para a igualdade, o poder não estaria longe de se absoluto”. Assim, Raffestin (1993) apresenta o sistema territorial, tanto como meio, quanto como fim, subentendendo o território tal qual uma organização territorial detentora de uma ideologia. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas

por códigos. O sistema territorial, portanto, pode ser decifrado, a partir das combinações estratégicas realizadas entre atores, ao mesmo tempo produto e meio de produção.

3.6.4 Processo Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização (TDR)

A discussão acerca do Processo T-D-R é iniciada a partir do momento em que os “geo” filósofos Deleuze e Guattari discutem, de maneira mais aprofundada, sobre a concepção dos termos desterritorialização e reterritorialização. Esses autores destacam que tudo que se desterritorializa tende a se reterritorializar. Sendo a primeira a destruição do território, enquanto que a segunda se refere ao novo território que surge a partir de sua desterritorialização (HAESBAERT, 2012).

Posteriormente, Claude Raffestin denomina a tríade de T-D-R, a qual se refere ao território apropriado (territorialização), modificado/destruído (desterritorialização) e transformado, apresentando novas características socioespaciais (reterritorialização) (SAQUET, 2010). Dessa maneira, Raffestin (1993) concebe o território como algo posterior ao espaço, o que significa entender que as múltiplas relações que se desenvolvem no espaço se objetivam na sua territorialização.

O território deve ser entendido como o produto histórico de processos coevolutivos de longa duração entre assentamentos humanos e ambiente, entre natureza e cultura e, portanto, com êxito na transformação do ambiente por obra de sucessivos e extratificados ciclos de territorialização. Por conseguinte, o território é um produto antrópico e, portanto, não existe na natureza, é uma construção histórica cuja massa aumenta no decorrer do tempo (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) aborda o território a partir da projeção do trabalho humano sobre determinado espaço físico. Ele o definiu como espaço, onde o trabalho é projetado desde a energia à informação e, em decorrência, revela relações marcadas pelo poder, sendo que o território apoia-se no espaço, mas não é o espaço, mas constitui parte do espaço.

Raffestin (1993) afirma que todo o trabalho sobre o espaço pode ser compreendido como ação territorial. Esta na verdade deve apresentar três características precisas que simultaneamente qualificam a própria ação: 1 - realizar um processo de transformação *material* do espaço, através do uso do solo e da

disseminação de objetos, que seja progressivamente orientada à liberação das restrições do espaço físico; 2 - o processo de transformação material apresenta sempre um aspecto simbólic*o*: o homem não pode transformar fisicamente um espaço sem carregá-lo de símbolos; 3 - além disso, não se pode territorializar o espaço sem carregá-lo de informações e construir formas de troca, cooperação e comunicação mais complexa do que o simples nível etológico, sendo este o aspecto imaterial da ação territorial.

A ação territorial nos seus três aspectos indissolúveis, entre eles — material, simbólico e imaterial — realiza-se por meio de atos territorializantes e se concretiza através do processo de territorialização. Saquet (2010), tendo como base a leitura de Raffestin (1984), identifica três processos para ordenar as ações do homem no processo de territorialização: a dominação, a reificação e a estruturação.

A dominação é o primeiro ato realizado por quem cria um território. Dar um nome implica o conceito de lugar, dado que o nome possui em si informações importantes sobre o território, é uma abreviação de descrição, um aglomerado de conceitos e determina o controle simbólico sobre o ambiente.

A reificação é a segunda fase do processo de territorialização apresentado por Saquet (2010). Consiste na capacidade do ator de governar praticamente a forma geográfica do universo social no qual está imerso. Ela apresenta uma dupla ordem: quando se refere ao espaço, consiste na transformação de uma materialidade natural em uma materialidade construída, quando, ao contrário, se refere ao território, consiste na transformação de uma materialidade construída em outra. Dessa forma, a reificação é sempre um ato social transformativo, com o qual o homem interfere nas dinâmicas da matéria, transformando a paisagem e realizando a passagem velha a uma nova ordem.

A terceira fase do processo de territorialização identificado por Saquet (2010), com base em Raffestin (1984), é a estruturação, entendida como a expressão e o suporte de controle sensitivo que desprega geograficamente, manifestando-se como pré-ordenamento convencional e processual da massa territorial. A estrutura é, portanto, territorial e, a fim de que possa sobreviver em um ambiente mutável, deve ter uma grande variedade e velocidade de resposta às perturbações impostas. Diante desse objetivo, a estruturação tende a conservar no interno das formações sociais a máxima diferenciação, da qual possam emergir as possibilidades combinatórias e as virtualidades inovativas que substanciam a complexidade. Desse

modo, a estrutura não somente é capaz de defender-se das perturbações, mas possui ainda a propriedade de integrar as perturbações, transformando-as em fatores de organização.

O território está em constante transformação, através do processo Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização (processo TDR) ampliado por Raffestin (1993) em consonância com Deleuze e Guattari[12]. “O primeiro termo do processo, a territorialização, ocorre quando um estado é completo, ou seja, uma territorialidade, um conjunto codificado de relações. Na realidade, esse estado é na verdade um equilíbrio estável, enquanto é suficiente uma variação na informação recebida para que ele mude, ou ainda, as relações no interior do sistema modifiquem-se. A desterritorialização é,

> Em um primeiro sentido, o abandono do território, mas pode ser também interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A desterritorialização corresponde a uma crise, vale dizer ao desaparecimento dos limites. (...) A reterritorialização (...) pode ocorrer sobre qualquer coisa além do espaço, da propriedade, do dinheiro, (...) corresponde ao estabelecimento de um novo equilíbrio e de um novo ciclo de territorialização (RAFFESTIN, 1993 p.78).

De acordo com Raffestin (1993), cada ciclo de territorialização, com exceção do primeiro, estabelece-se sobre um território já construído, reificado, que vem interpretado pelos atores do processo, os quais depositam as suas sabedorias ambientais, retirando o que vem considerado superado e utilizando/valorizando o que vem, ao contrário, considerado útil/importante para o funcionamento do sistema. Saquet (2010), com base em Raffestin, afirma que a interação entre os sucessivos ciclos de territorialização determina a massa territorial, a qual oferece importantes indicações sobre o valor do patrimônio territorial e as suas possibilidades de usos futuros.

A desterritorialização, a segunda fase do processo TDR, ocorre com a interrupção do processo de construção dos lugares, com a separação entre natureza e cultura, com o não respeito das identidades dos lugares e com a utilização do território como simples suporte das atividades econômicas que resultam, assim, padronizadas, iguais em qualquer ponto da superfície terrestre. Raffestin (1993) afirma que a desterritorialização representa fluxo, rompimento de fronteiras,

[12] O processo TDR com base na concepção de Deleuze e Guattari foi discutido na seção anterior.

relações, deslocalizações, movimento, o que revela uma concepção eminentemente areal do território.

Saquet (2004), com base em Raffestin (1984) e (2003), cita outras duas formas possíveis de identificação do processo de desterritorialização: a descontextualização, que evidencia os aspectos morfológicos da destruição das identidades paisagísticas operadas pela ruptura, nas modalidades insediativas, da relação ativa entre comunidades assentadas e ambiente; e o degrado, que coloca a ênfase sobre a ruptura de equilíbrios ambientais, devido ao excesso de carga antrópica sobre o ambiente e a dissipação e destruição de recursos não renováveis.

Sendo assim, o avançamento desse processo pode ser interrompido somente por novas formas de desenvolvimento produzidas pelas necessidades induzidas dos atores sociais. O problema que se coloca é aquele de promover o início do processo de reterritorialização, baseando-se em uma reaproximação entre natureza e cultura, sociedade assentada e ambiente. Um passo importante nesta direção, destaca Raffestin, é aquele da individuação da identidade territorial, através da leitura dos processos de formação do território na longa duração para reinterpretar invariações, permanências, sedimentos materiais e cognitivos em relação aos quais se produzem novos atos territorializantes (HAESBAERT, 2012).

Saquet (2010), com base em Raffestin (1993), lembra que devemos pensar o movimento e a unidade que existe, no real, entre os processos de desterritorialização e reterritorialização. Ele afirma que esses processos são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo, através das forças naturais, econômicas, políticas e culturais, que vão constituir novas territorialidades, no mesmo local. Nesse processo, há mudanças e permanências conjugadas, isto é, descontinuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos e culturais, que faziam parte dos atores sociais envolvidos. Saquet (2010) chama atenção para a necessidade de se contextualizarem os processos de desterritorialização e reterritorialização em cada período e lugar, num constante movimento, concomitante e complementar ao afirmar que:

> A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pelas relações Econômicas – Políticas -

> Culturais (EPC), sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2010. p. 128)

Saquet (2010), com base em Raffestin (1984), destaca que o processo TDR ocorre em virtude principalmente do fator econômico e destaca que o próprio mercado é um lugar de emissão de símbolos, sinais, códigos. Estes estão presentes na dinâmica econômica, nas informações e comunicações, nos preços. O processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um espaço temporalizado em razão dessas informações que circulam e comunicam. Também há fatores culturais que condicionam a TDR.

Raffestin (1993) sinaliza, portanto, para a relação economia - cultura nas determinações da TDR (...), a territorialização implica (...) um conjunto codificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A reterritorialização (...) pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, da propriedade, do dinheiro etc.

TDR é um processo de relações sociais, de perda e de reconstrução de relações. A desterritorialização significa a perda do território, de limites e de fronteiras, possivelmente, definidos pela atuação do Estado. Ao mesmo tempo, o espaço temporalizado contém produções, inovações e informações e é comandado pelo processo TDR: significa movimento. É o ciclo dinamizado pelas informações, que condiciona as estruturas territoriais e afirma que a produção do território combina, sempre, malhas, nós e redes, como uma forma de cada sociedade construir a sua autonomia. E esse é um aspecto inovativo, direcionado à conquista da autonomia, juntamente com sua indicação da (i) materialidade da territorialidade: historicamente, as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, materiais e imateriais.

5 UMA PROPOSTA TEÓRICO–METODOLÓGICA PARA A LEITURA E COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO E DA DINÂMICA DO TERRITÓRIO

Essa quinta seção, titulada “Uma proposta teórico-metodológica para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica do território”, tem por objetivo, como o próprio nome sugere, apresentar a proposta teórico–metodológica para leitura e compressão da produção e da dinâmica dos territórios, a qual elaboramos tomando como referência teórica a produção da Ciência Geográfica e das Ciências Sociais das seções 2, 3, e 4. A proposta aqui elaborada está dividida em três momentos: 1º Momento - apresenta um quadro identificando os autores e os conceitos/elementos teóricos para a leitura e compressão dos territórios; 2º Momento – apresentam as 21 questões elaboradas, tendo por base os conceitos e elementos apresentados no 1º momento, uma vez que as respostas dessas questões servirão para compreender a produção e a dinâmica territorial; 3° Momento – apresenta uma sequência metodológica em pequena escala, para direcionar o pesquisador no desenvolver da pesquisa empírica do espaço a ser analisado e compreendido.

5.1 Proposta Teórico-Metodológica para Leitura e Compreensão da Produção e da Dinâmica Territorial

A partir do levantamento bibliográfico dos capítulos anteriores, elaboramos o quadro 03, que sintetiza a constelação de conceitos na qual se encontra o conceito de território: espaço geográfico, espaço vivido, lugar, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, acompanhado das abordagens que possibilitam suas leituras de acordo com a concepção da abordagem territorial de cada autor e ano da obra pesquisada.

Acreditamos que, antes de se buscar definir o conceito que irá orientar a pesquisa, faz-se necessário identificar o que cada conceito revela para a leitura do objeto do estudo que se pretende realizar, as diversas dimensões que devem ser consideradas nessa leitura: natural, social, política, econômica e cultural. Esse é o primeiro passo da proposta teórico-metodológica que defendemos nesta tese.

Quadro 03 - Proposta teórica sequencial para leitura e compreensão territorial

AUTORES	OBRAS PESQUISADAS	CONCEITOS E ELEMENTOS COMPREENSIVOS PARA A LEITURA DO TERRITÓRIO
COMPREENSÃO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO		
Manuel Correia de Andrade	Geografia Econômica (1985)	O espaço geográfico é o produto da ação do homem, transformando o espaço natural e modificando a própria natureza e, ao contrário do espaço natural, é um produto da ação da natureza.
Ana Fani A. Carlos	Espaço e Indústria (2007)	O espaço geográfico deve ser concebido enquanto produto do processo de trabalho da sociedade, destacando como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de tudo, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade.
Milton Santos	A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (1999). Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia (2014).	O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Estabeleceu as quatros categorias de análise do espaço geográfico. A “forma” é o aspecto visível, exterior de um objeto, por exemplo: casa, bairro, cidade e rede urbana. A “função” implica

		um papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a relação entre forma e função é direta, na qual a forma é criada para desempenhar uma função. A “estrutura” é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. O “processo” é a estrutura em seu movimento de transformação ao longo do tempo.
Dirce Maria Antunes Suertegaray	Notas sobre epistemologia da Geografia (2005).	O espaço geográfico pode ser compreendido como uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos adotados pelos geógrafos em suas análises. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem. Significa dizer que podemos ler o espaço através de conceitos operacionais (paisagem, região, território, lugar, ambiente e redes) na medida em que permitem focar o espaço geográfico sob uma perspectiva.
COMPREENSÃO DE ESPAÇO VIVENCIADO		
Yi-Fu Tuan	Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente (1980). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência (1983).	Buscaria entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como esse processo se reflete na ação sobre o espaço. Valorização subjetiva do território. A consciência do espaço vivenciado
COMPREENSÃO DE LUGAR		
Yi-Fu Tuan	Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente	O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado e no qual está integrado.

	(1980). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência (1983).	Os sentimentos e afeições; é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem". O lugar é aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas. O elo afetivo entre a pessoa/ lugar e quadro físico. Relacionar de maneira holística o ser humano e o ambiente.
COMPREENSÃO DE TERRITÓRIO		
Rogério Haesbaert	O Mito da Desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade (2012). Territórios Alternativos (2006).	O território diz respeito à produção humana. Cada área enfoca o território em uma determinada perspectiva: GEOGRAFIA - Tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (relação sociedade e natureza). CIÊNCIA POLÍTICA - Enfatiza sua construção a partir das relações de poder (ligada à concepção de Estado). ECONOMIA - Prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto força produtiva). ANTROPOLOGIA - Destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais. SOCIOLOGIA - Estuda a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo. Psicologia,- Incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. A discussão territorial é agrupada

		em quatro vertentes básicas: **Politica** (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólica-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho. **Naturalista** que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e

		natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. Propõe uma leitura do território numa perspectiva integradora aquela que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estreitamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território é definido antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. É importante contextualizar historicamente o “território” o qual pretende pesquisar.
Jean Gottmann	A evolução do conceito de território (2012).	O território é fruto de repartição e de organização. Compreende o território, como lugar de proteção, segurança e oportunidades integrando os fatores naturais na organização do espaço. O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente. O território é compreendido como lugar de proteção, segurança e oportunidades. Compartimentação e uso político

		do espaço. Resultado da circulação e da iconografia. Ênfase para soberania dos Estados (segurança) e para a interdependência em nível regional, nacional e internacional (oportunidades)
Giuseppe Dematteis	Em la encrucijada de la territorialidade urbana (2006).	Compreende o território como campo de domínio, de controle, efetivado tanto por grandes multinacionais como pela igreja católica, por grupos políticos e por pequenos agricultores. Conceito de território compreendido como produto social, lugar de vida e de relações. O território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, politicas e economicamente; significa relações sociais e complementariedade; processualidade histórica e relacional, sendo o território entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas), como espaço aberto em constante transformação. Utiliza os conceitos, tais como: a) tempos, entendidos como períodos e ritmos distintos, entre natureza e a sociedade. Exemplos: cada lugar tem seu tempo de mudanças; b) articulação territorial e, c) produção territorialmente difusa na Compreensão do território.

		Produto histórico de relações econômicas, políticas e culturais na natureza, envolvendo o poder, as desigualdades, as identidades e as redes (transescalaridade e fluxos). Campo de domínio efetivado por diferentes instituições. Espaço de organização política visando à autonomia e ao desenvolvimento local. Lugar de vida, relações sociais e patrimônio da humanidade.
Arnaldo Bagnasco	Ter Italie: La problemática territoriale dello svilupp italiano. 1997.	O território é uma área com características econômicas, políticas e culturais, na qual seus agentes sociais mantêm relações com os de outras áreas. Essas conexões entre diferentes áreas/territórios é uma contribuição muito importante, assumindo o caráter de articulação territorial de diferentes classes sociais. O território significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem agregações territoriais, por mudanças/inovações e por permanências sociais. O território é fruto de combinação que expressam mudanças e permanências econômicas (E), políticas (P) e culturais (C) em uma área que acontecem no tempo e no espaço. Área com características específicas: econômicas, políticas e culturais. Articulações territoriais entre as classes sociais.

		Construído espaço – temporalmente.
Robert David Sack	Human Territoriality (1986).	O território é um produto da organização social. O território é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. Os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas.
Deleuze e Guattari	O que é filosofia? (1992).	O território é construído através do desejo dos seres humanos. O desejo cria territórios, pois ele faz uma série de agenciamento. O conceito de território diz respeito ao pensamento e ao desejo – desejo entendido como uma força criadora produtiva. Articulação entre desejo e pensamento. O território é um agenciamento. A criação do território se dá através de agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos (ou de desejo). O território é compreendido como movimento, fluxo na rotação do

		capital. Relações de poder. Transformações sociais e TDR
Claude Raffestin	Por uma geografia do Poder (1993). Uma concepção de território, territorialidade e paisagem (2010).	O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. O território é construído por vários atores/sujeitos. È um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território é uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. O território deve ser entendido como o produto histórico de processos coevolutivos de longa duração entre assentamentos humanos e ambiente, entre natureza e cultura e, portanto, com êxito na transformação do ambiente por obra de sucessivos e estratificados ciclos de territorialização. O território é um produto antrópico e, portanto, não existe na natureza, é uma construção histórica cuja massa aumenta no decorrer do tempo. O território é construído pelo processo denominado de ação territorial nos seus três aspectos indissolúveis, entre eles – material, simbólico e imaterial. O território contém signos da vida

		quotidiana: redes de circulação e comunicação; tessituras e nós. O território é caracterizado por relações de poder: Poder X poder. O território é produto histórico, relacional e material produto e condição do processo TDR.
Santos e Silveira	O Brasil: território e sociedade do século XXI (2008)	Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Necessidade de uma periodização/ciclos ao analisar um território
Saquet	Abordagens e concepções de território (2010). A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais (2005). Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais (2009) Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos (2009)	O território significa natureza e sociedade: economia, politica e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Identifica quatro tendências ou perspectivas do conceito de território: 1 – Uma eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das

		relações de produção e das forças produtivas; 2 – Pautada na dimensão geopolítica do território; 3 – Ênfase nas dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia; 4 – Voltada ao debate sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar.
COMPREENSÃO DE TERRITORIALIDADE		
Robert David Sack	Human Territoriality (1986).	A territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. A territorialidade está intimamente relacionada ao como às pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar, havendo uma interconexão geográfica primária do poder social. A territorialidade contém três facetas interligadas: A classificação ou definição de áreas; a comunicação (equivalem às redes) e uma forma de controle social (relação de poder). A territorialidade é uma estratégia geográfica potente para controlar as pessoas e as coisas, pelo controle de área. É o poder de um individuo ou grupo social de

		influenciar, controlar pessoas, fenômenos, delimitando e efetivando o controle de uma área.
Claude Raffestin	Por uma geografia do Poder (1993). Uma concepção de território, territorialidade e paisagem (2010).	Fenômeno de comportamento associado à organização do espaço. Todo o produto do trabalho sobre o espaço pode ser compreendido como territorialidade que abrange três aspectos indissolúveis: material, simbólico e imaterial. Identifica três processos para ordenar as ações do homem no processo de territorialização: a dominação, a reificação e a estruturação.
COMPREENSÃO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO		
Deleuze e Guattari	O que é filosofia? (1992).	A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é uma operação da linha de fuga. . Os agenciamentos se desterritorializam. Desterritorialização ocorre em velocidades diferentes. A desterritorialização deve ser compreendida através de duas formas: a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta. A desterritorialização relativa diz respeito ao próprio socius.. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento. A existência de relação entre a desterritorialização relativa e a

		desterritorialização absoluta. A desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação de algo novo. O pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isso quer dizer que o pensamento só é possível na criação e, para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro.
Claude Raffestin	Por uma geografia do Poder (1993). Uma concepção de território, territorialidade e paisagem (2010).	A desterritorialização ocorre com a interrupção do processo de construção dos lugares, com a separação entre natureza e cultura, com o não respeito das identidades dos lugares e com a utilização do território como simples suporte das atividades econômicas que resultam, assim, padronizadas, iguais em qualquer ponto da superfície terrestre. A desterritorialização representa fluxo, rompimento de fronteiras, relações, deslocalizações, movimento, o que revela uma concepção eminentemente areal do território. O processo de desterritorialização ocorre de duas formas: descontextualização e o degrado. Descontextualização que evidencia os aspectos morfológicos da destruição das identidades paisagísticas operadas pela ruptura, nas modalidades insediativas, da relação ativa entre comunidades assentadas e ambiente; e o degrado, que coloca a ênfase sobre a ruptura de equilíbrios ambientais, devido ao excesso de carga antrópica sobre o ambiente

		e a dissipação e destruição de recursos não renováveis. A desterritorialização significa a perda do território, de limites e de fronteiras, possivelmente, definidos pela atuação do Estado.
COMPREENSÃO DE RETERRITORIALIZAÇÃO		
Deleuze e Guattari	O que é filosofia?(1992).	A reterritorialização é o movimento de construção de um novo território. A desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. No processo de reterritorialização, novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos na produção territorial. Pensar o movimento e a unidade que existe, no real, entre os processos de desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). O território não é apenas compreendido como uma construção social, mas natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão desses elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território. Nesta nova territorialização ou reterritorialização permanecem elementos do antigo território cujo papel é manter a ligação que ocorre no processo conhecido TDR, ou seja, territorialização, desterritorialização e

		reterritorialização.
Claude Raffestin	Por uma geografia do Poder (1993). Uma concepção de território, territorialidade e paisagem (2010).	Novas formas de desenvolvimento produzidas pelas necessidades induzidas dos atores sociais. Reaproximação entre natureza e cultura, sociedade assentada e ambiente. Produção de novos atos territorializantes em ciclos. Processos de desterritorialização e reterritorialização são simultâneos. No processo de reterritorialização há mudanças e permanências conjugadas, isto é, descontinuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos e culturais, que faziam parte dos atores sociais envolvidos.

Fonte: Organizado por Fabiano Custódio de Oliveira, 2016.

O que podemos concluir com a compreensão do que os conceitos revelam?

Em primeiro lugar, que os conceitos espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. Utilizando-os indiferentemente, os geógrafos e os pesquisadores das Ciências Sociais introduziram em suas análises algumas confusões notáveis. No quadro, fica claro que o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço.

Em segundo lugar, que se propõe que o território é gerado a partir do espaço como resultado de uma ação conduzida por um (s) ator (es) que realiza (m) um programa em qualquer nível, apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, por exemplo, de atividades agrícolas.

Em terceiro lugar, que o território é também um lugar e um espaço vivenciado, o qual tem uma territorialidade. Traduzindo: o território é o resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço através do seu desejo. O mesmo oferece oportunidades, segurança e proteção através das relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais ali existentes, que envolvem relações de poderes internos e externos, como conexões e articulações entre diferentes áreas e territórios, de acordo com a dinâmica socioespacial entre diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, na qual se sucedem, ao longo do processo histórico, diversas transformações, no ambiente, por atos e ciclos de territorialidade, como a dominação, a reificação e a estruturação, compreendido e visualizado ao longo do seu processo histórico realizado pelas relações antrópicas.

Por fim, que o território pode ser desterritorializado e reterritorializado. Ou seja, a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território anterior, iniciando esse processo através das ações dos atores que ali estão por diversos motivos: naturais, econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais realizam mudanças na configuração territorial, ocorrendo a interrupção de diversas atividades ali existentes e representando um rompimento das relações através da descontextualização com a destruição da paisagem e com o degrado dos recursos naturais que ocorrem em ritmos diferentes.

Dessa forma, os atores que evidenciam esse processo utilizam o pensamento, criando e edificando algo novo para sobreviver, rompendo com o território existente, criando um novo, iniciando, assim, a reterritorialização – que é o movimento da construção de um novo território – como novas formas de desenvolvimento produzidos pelas necessidades dos atores sociais, com novos atos territorializantes. Nesse processo, há mudanças e permanências conjugadas, isto é, descontinuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos, sociais e culturais, que fazem parte dos atores envolvidos.

Com base nessa compreensão do território, podemos afirmar que o segundo passo para compreender sua produção e dinâmica consiste em responder o roteiro das seguintes questões:

ROTEIRO DE QUESTÕES

1 - Quais foram as ações no espaço natural, realizadas pela ação do homem que constituíram o território que pretendo pesquisar? Que ações foram realizadas pelos homens, demarcando e organizando o espaço que resultou na formação do território que pretendo pesquisar? Quais foram as relações de trabalho estabelecidas em sua construção? Qual a forma, função, estrutura, processo (história) desse território?

2 – Como o território está organizado juridicamente?

3 - Quais são os atores/sujeitos que constituem esse território?

4 - Como os atores/sujeitos percebem o território por eles ocupado e transformado?

5 - Que elementos naturais e culturais fazem parte e constituem o arranjo territorial?

6 – Quais as relações de poder que interferiram ou interferem na constituição e na dinâmica desse território? Em que resultou o controle e a delimitação desse território?

7 – Quais são as influências externas (Política, Econômica, Social e Cultural) na construção e transformação desse território?

8 – Existem conflitos nesse território? Quais são? Por que eles existem?

9 – Que planejamento os atores/sujeitos realizaram/realizam na organização do território?

10 – Houve mudanças nesse território? Quais foram? Em que períodos?

11 – O que acarretaram essas mudanças na vida dos atores/sujeitos que vivem nesse território?

12 - A configuração territorial permanece a mesma ou mudou?

13 - Que fatores naturais, políticos, econômicos, sociais, culturais influenciaram na mudança da configuração territorial?

14 - As mudanças ocorreram em todo território? Por quê?

15 – Que atores/sujeitos estavam inseridos no processo de transformação territorial?

16 – Quais foram os aspectos visíveis, materiais, imateriais que foram mudados ao longo do processo da dinâmica territorial da área pesquisada?

17 – O que o território e seus atores perderam com as mudanças ocorridas no território (perdas materiais e imateriais)?

18 - Quais foram as novas funções, atividades, relações de trabalho, produções, identidades incorporadas ao território no processo de sua construção e consolidação?

19 – Quais foram os elementos do processo inicial da construção territorial que permaneceram na configuração atual do território?

20 - Qual a dimensão simbólica do território?

21 - Quais são as necessidades (presentes e futuras) que os diferentes atores/sujeitos almejam para a consolidação e gestão desse território ao longo da sua existência?

Para compreender um território, a partir das perguntas acima apresentadas, estruturamos um modelo teórico-metodológico, em pequena escala, para direcionar o pesquisador no momento da pesquisa empírica do território escolhido pelo mesmo. A seguir, explicitaremos esse modelo de forma detalhada, os seis (06) momentos:

1 – LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - Ao escolher o espaço geográfico/ território para pesquisa: território tem que ser especificado/definir sua extensão/profundidade e áreas do conhecimento que pretende analisar e indicar o contexto histórico e geográfico em cujos limites ele se localiza.

2– CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - Dentro do contexto da produção do espaço geográfico/território, o pesquisador deve identificar o(s) território (s) que foi (foram) se constituindo ao longo do tempo. Esse território deve ser localizado e visualizado através de mapas nas diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, sempre mostrando as relações politicas, econômicas, sociais e culturais que esse território estabelece internamente e com demais territórios em outros contextos e distâncias.

3 – COMPREENSÃO DA PRODUÇÃO TERRITORIAL – O pesquisador deve construir a história do processo da ocupação e construção do território, mostrando as edificações, delimitações territoriais, seus atores, conflitos e os arranjos paisagísticos. Para construir esse processo histórico, este deve pesquisar em livros, dissertações e teses, que já tiveram esse território como fonte de pesquisa. Também é necessária a entrevista com pessoas que participaram do processo inicial da construção territorial. As imagens fotográficas são um recurso que pode ser utilizado para retratar e visualizar as fases inicias do processo de construção, como também de outras fases que demostram a sua consolidação ao longo do tempo do território.

4 – OBSERVAÇÃO DIRETA DO TERRITÓRIO - Consiste em o pesquisador coletar os dados a partir da observação e do registro de forma direta no território pesquisado. Nesse momento, o pesquisador deve observar os seguintes elementos territoriais: acesso, infraestrutura, arranjos espaciais naturais e culturais; identificar os atores/sujeitos atuais que vivem nesse território e sua relação com o mesmo; utilizar máquina fotográfica para registrar os arranjos naturais e culturais que caracterizam/simbolizam esse território.

5 – COLETA DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE O TERRITÓRIO - A coleta de dados pode se adquirida através de duas formas: 1 - pesquisa na literatura, dissertações e teses que tiveram o território escolhido como objeto de pesquisas realizadas anteriormente, sendo uma fonte de coletas de gráficos, tabelas, figuras, fotografias que retratam esse território. 2 – a pesquisa de campo no território realizada pelo próprio pesquisador ou equipe. Essa segunda modalidade de coleta deve ser dividida em duas etapas: a realização de entrevista com os atores/sujeitos que atuam na produção e na dinâmica territorial local que está sendo pesquisada. Todavia, a entrevista com os atores/sujeitos que atuam no território deve ser realizada após o reconhecimento preliminar do território. Nesse reconhecimento, os atores foram identificados. Sendo assim, o pesquisador, nessa nova etapa, deve elaborar um ou mais roteiros de perguntas diferentes, (dependendo dos diferentes atores que atuam no território) como perguntas mistas (questões objetivas e subjetivas). As questões devem ser elaboradas com o objetivo de compreender a dinâmica territorial escolhida, levando em conta sua dimensão natural, econômica, politica, social, cultural, material e imaterial. Na elaboração das

questões, o pesquisador deve ficar atento aos conceitos e às perguntas sobre seu território indicado anteriormente, pois o mesmo possibilita variações de indagações sobre a produção territorial.

6 – A PERIODIZAÇÃO – Com todos os dados coletados, para facilitar a compreensão da dinâmica territorial, o pesquisador, de acordo com o território escolhido, deverá periodizar, isto é, deverá analisar o território em períodos estabelecidos por: anos, décadas, ciclos. Essa periodização facilitará a leitura das transformações e das permanências dos processos de Territorialização - Desterritorialização – Reterritorialização, em diferentes períodos ou ciclos que ocorreram ou ocorrem no território, mostrando os fatos naturais, históricos, econômicos, políticos, culturais e as representações simbólicas individuais e coletivas que impulsionam ou impulsionaram na fase inicial de sua produção, como também em todo processo de consolidação.

Essa proposta teórico-metodológica volta-se para a leitura e a compreensão da produção e da dinâmica de territórios ou, em outras palavras, às suas descrições em qualquer escala espacial ou temporal. De modo específico, a proposta teórico-metodológica elaborada à luz da temática da Geografia pretende analisar o território em torno do açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente como “Boqueirão”, fruto do processo histórico de transformação do espaço (antropização) a partir de 06 etapas metodológicas indicadas para o caso especifico desse referencial empírico.

6 A CONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA, "O BOQUEIRÃO" NO ÂMBITO COMPREENSIVO DA PRODUÇÃO E DA DINÂMICA TERRITORIAL – TESTANDO A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Esta sexta seção, titulada "A construção e transformação do território agrário do açude Epitácio Pessoa, "o Boqueirão" no âmbito compreensivo da produção e da dinâmica territorial – testando a proposta teórico-metodológica", tem por objetivo, exemplificar, a proposta teórico-metodológica para leitura e compressão dos territórios elaborada e apresentada na seção anterior.

A proposta foi testada no território agrário em torno do açude Epitácio Pessoa – PB, conhecido popularmente como "Boqueirão". Dessa maneira, para exemplificar o teste da proposta, a seção inicia mostrando o primeiro ciclo da dinâmica territorial com a construção do açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" no âmbito do processo da produção territorial, demostrando o processo de produção nesse território e sua dinâmica no processo da tríade TDR (Territorialização – Desterritorialização-Reterritorialização) apresentando na proposta teórico-metodológica.

Para exemplificar, de forma didática a produção e a dinâmica territorial onde foi construído o açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão", dividimos em cincos fases (Períodos): primeira fase – Processo de Territorialização: a formação da Vila de Carnoió e o início da atividade agrícola (1970 – 1730), segunda fase – Processo de Desterritorialização: a construção do Açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1945 a 1959), terceira fase - Processo de Reterritorialização: a ocupação do entorno do açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1959 a 1990), quarta fase – Segundo Processo de Desterritorialização: a proibição da irrigação em torno do açude "O Boqueirão"(1990 a 2000) e a quinta fase - Segundo Processo de Reterritorialização em torno do açude " o Boqueirão" (2001 a 2010).

Cada fase foi subdividida em itens diferentes que apresentam as formas como os atores se relacionaram com esse território no decorrer do tempo. Para exemplificar a produção e a dinâmica territorial, foram utilizadas fotografias, tabelas e gráficos que retratam e ilustram essa dinâmica territorial. Os dados exemplificados foram coletados nas pesquisas de Almeida (1981), Melo (1985), Rego (2001), PRODER (1997), Oliveira (2004) e (2007), Brito (2008), entre outros.

6.1 Primeira Fase – Processo de Territorialização: a formação da Vila de Carnoió e o início da atividade agrícola (1970 – 1730)

Raffestin (1993) concebe o território como algo posterior ao espaço, o que significa entender que as múltiplas relações que se desenvolvem no espaço se objetivam na sua territorialização. O fato de se territorializar uma relação social ou um fenômeno significa tornar-se território.

O território deve ser entendido como o produto histórico de processos coevolutivos de longa duração entre edificações humanas e ambiente, entre natureza e cultura e, portanto, com êxito da transformação do ambiente por obra de sucessivos e estratificados ciclos de territorialização. Dessa forma, o território é um produto antrópico; ele, portanto, não existe na natureza, é uma construção histórica cuja massa aumenta no decorrer do tempo (RAFFESTIN, 1993).

Dematteis (2006) destaca que o território é organizado pela sociedade, que transforma (humaniza) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementariedade, processualidade histórica e relacional, sendo o território entendido para além de área, superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas), como espaço aberto em constante transformação. O autor utiliza conceitos, tais como: a) tempos, entendidos como períodos e ritmos distintos, entre natureza e a sociedade. Exemplos: cada lugar tem seu tempo de mudanças; b) articulação territorial e, c) produção territorialmente difusa na compreensão do território.

Para Sack (1986), o território é um produto da organização social compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. Assim sendo, os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando, quem é para quais propostas. Com base nisso, Saquet (2010) destaca que:

> O território significa natureza e sociedade: economia, politica e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e

> do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns (SAQUET, 2010, 48)

Haesbaert (2012) propõe uma leitura do território numa perspectiva integradora, aquela que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estreitamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só pode ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza).

Dentro dessa perspectiva integradora, o território construído em torno do açude Epitácio Pessoa será compreendido a partir da projeção do trabalho humano sobre determinado espaço natural local em que foi construído o açude; será definido como território onde o trabalho foi projetado desde a energia à informação, em decorrência da sua diversificação de relações marcadas pelo poder e construções entre diferentes atores internos e externos.

Através dessa perspectiva integradora do território, compreendemos que a construção do açude Epitácio Pessoa está inserida no contexto do processo da produção territorial do município de Boqueirão – PB. Isso se dá porque esse processo, de acordo com Melo (1994), foi iniciado com a conquista do Sertão da Paraíba, compreendida entre 1670 e 1730, a qual originou vários municípios paraibanos, entre eles Boqueirão. Essa conquista estava associada à marcha para ocupação territorial do interior desconhecido, formada por expedições denominadas Entradas e Bandeiras, as quais tinham por objetivo a posse da terra e o aprisionamento dos índios da região. A família Oliveira Lêdo era a responsável por essas expedições, tornando-se conhecida como entradistas; as expedições eram lideradas pelo patriarca do grupo, Antônio de Oliveira Lêdo. Seguindo o rio Paraíba, a bandeira da família Oliveira Lêdo deparou-se com a Serra do Carnoió, como o Boqueirão[13], local ideal para construir currais para a criação do gado bovino e implantação de uma aldeia, originando a cidade de Boqueirão.

De acordo com Mello (1994), a economia da vila de Carnoió, hoje denominado de Boqueirão, perpassou os séculos XVIII a XX com a atividade criatória associada às culturas de subsistência, que foram estabelecidas não por

[13] Segundo Guerra (2005). Termo regional usado no Nordeste do Brasil para aberturas ou gargantas estreitas cortadas, por vezes em serra por onde passa o rio.

vocação, mas sim por necessidades; as culturas consistiam de pequenas plantações de milho, feijão e mandioca, que se adaptavam à condição semiárida. A agricultura foi desenvolvida em pequenas áreas perto dos currais, devido tanto à distância da Vila ao litoral quanto ao alto preço pelos quais os gêneros alimentícios eram vendidos. O autor destaca que:

> Os pequenos campos cultivados eram limitados por cercas que impediam a passagem dos animais de pequeno e grande porte. Os locais mais úmidos, como o leito do rio Paraíba e seus afluentes, eram aqueles mais propícios para as culturas alimentares, pois à medida que as águas baixavam, deixavam descobertas as áreas úmidas, dando origem assim ao cultivo de vazante de produtos como mandioca, milho, feijão, algodão e poucas hortaliças. O próprio vaqueiro, juntamente com sua família, passava a dedicar-se à agricultura para o autoconsumo, através de pequenas roças associadas à palma forrageira, cultivada para a alimentação do gado (OLIVEIRA, 2007, p. 42)

O baixo nível de tecnologia das forças de produção impossibilitou o desenvolvimento do povoado de Carnoió, permanecendo como Vila, subordinado ao município de Cabaceiras. Nesse contexto, podemos identificar a transformação do espaço natural/geográfico em território, uma vez que foram iniciados pela família Oliveira Lêdo a criação de gado e o desenvolvimento a agricultura de subsistência, iniciando assim a modelação e a delimitação do espaço geográfico, ou seja o território, pois:

> (...) o território é algo posterior ao espaço, o que significa entender que as múltiplas relações que se desenvolvem no espaço se objetivam na sua territorialização. O fato de se territorializar uma relação social ou um fenômeno, ou seja, torna-se território (RAFFESTIN, 1993. p.143).

O espaço é como se fosse uma matéria-prima, anterior ao território, ou seja, a partir dele e de ações de apropriação, conduzidas por atores, ocorre a territorialização do espaço, ou seja, o espaço é tornado produto. No espaço, modificado pelo trabalho, revelam-se as relações de poder. Para Raffestin (1993), o território é:

> Uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

As relações sociais, exercidas pelos atores, como a construção de casas, construções de currais para a atividade criatória, com o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência ali desenvolvida, como também e as relações cotidianas/ sociais/econômicas e culturais entre as famílias geraram a territorialidade. Pois, como Raffestin (1993) destaca, a territorialidade não é só o modelo de espaço, mas também as características dos indivíduos e dos grupos que constituem um território.

> (...) a vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originaram num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (...) tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação. Processos que precisam de energia e de informação (...) Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário, são dissimétricas (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Todas as escalas sociais e espaciais representam uma territorialidade, a qual se manifesta no conjunto da produção, da troca e do consumo das coisas, relações sociais e familiares, e, portanto, cada território possui sua territorialidade única. Como destaca SACK (1986), territorialidade está intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar, havendo uma interconexão geográfica primária do poder social.

Dessa forma, verificamos que existe uma relação dialética entre sociedade/espaço/território no processo de Territorialização (T) na configuração espacial discutida por Raffestin (1993), pois foi a ação do ser humano consciente/planejada que transformou o espaço em território; apresentando suas territorialidades, ao produzi-lo, produziu as relações sociais, tornando-o um território apropriado. Assim entendido, não se pode afirmar que o território sempre existiu, nem que sua criação esteja vinculada ao aparecimento do homem sobre a terra; ao contrário, sua apropriação vincula-se a uma organização social e à existência de uma organização planejada, como ocorreu nesse território através de uma atividade criadora a partir de um caráter intencional e voluntário e, com isso, capaz de transformar a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo de relações sociais/econômicas e culturais. Assim ocorreu no território de Boqueirão, com a construção das primeiras casas e currais utilizados na atividade criatória e a agricultura de subsistência ali desenvolvida pela família Oliveira Lêdo.

6.2 Segunda Fase – Processo de Desterritorialização: a construção do Açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1945 a 1959)

"O Boqueirão"

> Os engenheiros das obras contra as secas acabam de realizar um feito sensacional: transformaram um bicho de sete cabeças em manso carneiro criado para montaria de menino. O rio Paraíba, o terrível, o que nunca respeitou o homem ribeirinho, o que devorava lavouras e afogava rebanhos, não faz mais medo a ninguém. É, hoje em dia, um rio como os outros, a correr tranqüilamente em leito menor, sem aquelas arrogâncias de mata-mouros. O Paraíba fez misérias pelas várzeas, arrasando partidos de cana, invadindo casas como cangaceiros que tivesse vindo de terras sertanejas para implantar o terror. Lembro-me de suas façanhas como de fatos decisivos de minha infância. Era o rio que em certos momentos passava a ser uma calamidade pública. Terras comidas, engenhos atrasados como brinquedos, pontes arrancadas. Pois, bem este monstro acaba de ser domado pela engenharia brasileira. Os técnicos das obras contra as secas amarram argolas nas ventas do urso feroz e ele agora dança ao compasso das máquinas que taparam o boqueirão de Cabaceiras[...] (REGO, 2001, p.53)

No semiárido brasileiro, as redes de abastecimento público de água são supridas quase em sua totalidade por mananciais superficiais, cuja oferta de água depende quase que exclusivamente da reposição dos estoques hídricos que escoam nos rios durante os curtos períodos chuvosos para suprir as demandas nos períodos de estiagem. Carneiro (2005) identifica essas características quando afirma:

> A rede de drenagem do semiárido nordestino tem como principal característica o grande número de rios intermitentes, isto é, que apresentam escoamento superficial apenas nos períodos chuvosos, passando a maior parte do ano totalmente seco, comprometendo o abastecimento de água (CARNEIRO, 2005, p. 19).

Sendo uma região de elevada escassez hídrica, torna-se necessária a acumulação das águas. Historicamente, a opção mais utilizada pelas políticas públicas para atender às necessidades hídricas e mitigar os problemas de estiagens prolongadas foi o sistema de armazenamento em açudes. Por essa razão, o semiárido nordestino é a região com o maior número de açudes construídos no Brasil (SILVA, 2005)

A política de construção de açudes nessa região teve início no século XIX. Contudo, as ocorrências de secas, conforme Aivargonzalez (1984), são anteriores a esse período. Foi a partir da ocupação territorial e do processo de colonização que

as secas foram se tornando uma “marca” da região e, com o adensamento populacional, estas deixaram de ser apenas um fator climático para se transformarem em um fator econômico e, sobretudo, social.

De acordo com Aivargonzalez (1984), durante o primeiro século da colonização portuguesa, tem-se conhecimento de dois relatos de ocorrência de secas. Segundo o autor, o primeiro registro foi feito pelo padre jesuíta Fernão Cardin, em 1583 e, o segundo, em 1587. No século seguinte, foram registradas secas nos seguintes períodos:

– Século XVII: 1603, 1609,1614, 1645, 1652 e 1692 - (AIVARGONZALEZ ,1984)
– Século XVIII: 1710/11, 1724/27, 1744/45, 1777/78 e 1790/93 – (OLIVEIRA, 1997)
– Século XIX: 1803-04, 1809-1810, 1824-1825, 1844-45, 1877-79 e 1888-89 - . (SILVA, 2005)
– Século XX: 1900, 1903-04, 1915, 1919, 1931-32, 1942 e 1951-53, 1958, 1966, 1970, 1976, 1979-83, 1993, 1998-99 . (SILVA, 2005)

Ao longo dos anos, as secas e a consequente falta d’água na região Nordeste foram agravando as tragédias enfrentadas pela população, pois, com o passar do tempo, a ocupação humana nessa área foi se tornando cada vez maior. Esse aumento do registro de secas não significa necessariamente um aumento efetivo, pois os critérios para “registro de secas” sempre foram variados ao longo dos séculos, principalmente no início da colonização, quando sua indicação era “registrada” em publicações e relatos sem caráter científico.

No sentido de organização de um sistema central e coordenador das obras contra as secas, foram tomadas providências federais que resultaram no Decreto nº 7.619 de 21/10/1909, criando a INOCS[14] que, posteriormente, através do Decreto nº 13.687, passaria a ser chamado de IFOCS[15] , antes de assumir a denominação atual de DNOCS[16], que lhe foi conferida em 1945 pelo Decreto-Lei nº 8.846, com a concepção de combate à seca através de obras, principalmente a partir da construção de açudes. A Lei n° 4229 de 01/06/1963 transformou o DNOCS em autarquia federal. As atribuições do DNOCS, desde a criação da Inspetoria Federal

[14]Inspetoria Nacional de Obras Contra a Seca, responsável pelos estudos, onde predominaram os levantamentos e reconhecimentos de áreas, de suas potencialidades de recursos naturais (SILVA, 2005)
[15] Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, responsável pela atividade de implantação de infraestrutura, caracterizada pela construção de estradas, poços, eletrificação, campos de pouso, açudes poços e canais (SILVA, 2005)
[16] Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, responsável pelo desenvolvimento de atividades de aproveitamento hídrico, com ênfase espacial na construção de açudes para abastecimento, piscicultura e irrigação. (SILVA, 2005).

de Obras Contra a Seca, sempre fizeram jus à expressão “Obras Contra as Secas”, mudando apenas, no decorrer do tempo, a abrangência, a especificidade e o alcance social dessas obras.

De acordo com SILVA (2005), até 1920 o DNOCS havia construído 61 açudes na região semiárida, aumentando esse número para 96 em 1930. Com o estabelecimento dos programas básicos de açudagem pública, através do Decreto nº 19.726 de 20 de fevereiro de 1931, as construções de açudes pelo mesmo órgão se intensificaram. Entre 1940 e 1981, o número de açudes públicos aumentou para 263. Nos anos 1990, já eram 290, entre grandes e médios açudes, sob jurisdição federal. Hoje existem milhares de açudes na região, entre grandes e pequenos, públicos e privados. Na Paraíba, o DNOCS construiu 42 açudes, dentre os quais o Epitácio Pessoa, mais conhecido por açude de Boqueirão.

Conforme Rego (2001), a construção do açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente como “Boqueirão[17]” (mapa 1), localizado entre os municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, deu-se através das políticas do Estado de combate às secas, com o objetivo de solucionar o problema da falta d’água na região Nordeste, como já foi tratado anteriormente.

A construção do açude de Boqueirão já era planejada pelo historiador campinense Irineu Joffily, desde o século XIX, com o objetivo de perenizar o rio Paraíba e principalmente solucionar o problema do abastecimento d’água para o consumo da população urbana de Campina Grande.

Conforme o Programa de Emprego e Renda - PRODER (1997), no final da década de 1940 e início da década de 1950, Campina Grande, maior e mais desenvolvida cidade do interior do Nordeste, vivenciava um colapso no seu abastecimento d’água, devido à insuficiência do volume d’água do açude Vaca Brava, situado no Brejo paraibano entre os municípios de Areia e Remígio. A falta d’água impedia a cidade de oferecer a infraestrutura necessária para atender aos moradores e desenvolver a indústria na região da Borborema.

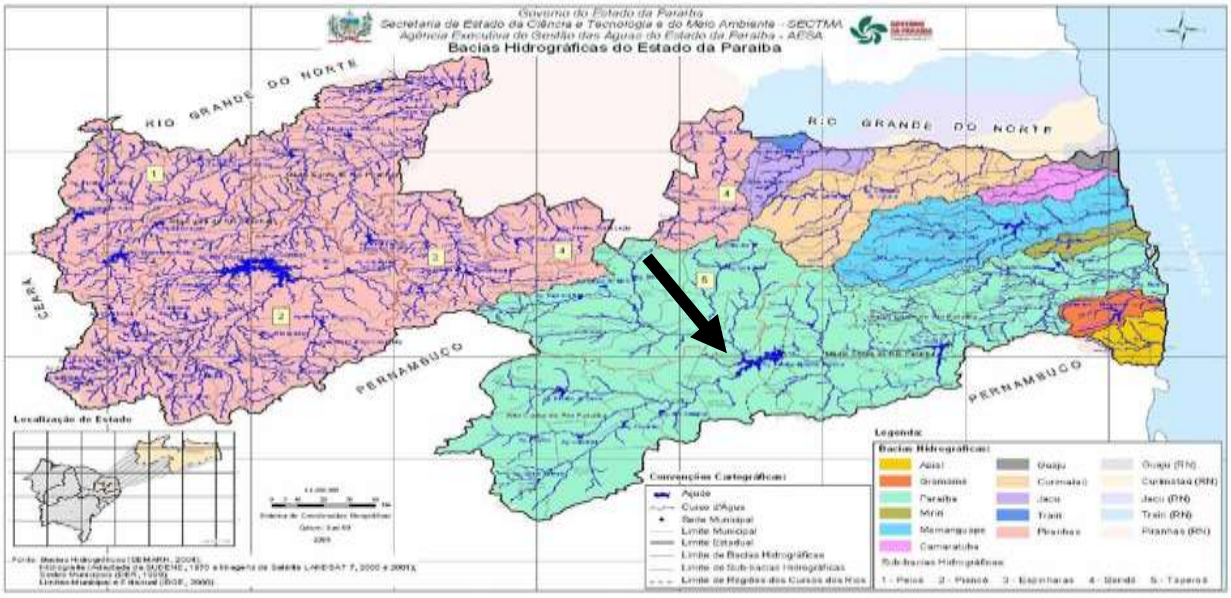
Ainda conforme o PRODER (1997), em busca de solução para o problema, a burguesia campinense, em meados da década de 1940, aliou-se à Igreja Católica

[17] O nome Boqueirão vem do fato que o Rio Paraíba faz um grande corte na Serra do Carnoió, formando um "Boqueirão". O nome oficial do açude é uma homenagem ao único presidente do país nascido na Paraíba, Epitácio Pessoa. No seu governo, o programa de construção de barragens foi intensificado, através do seu Ministério de Viação e Obras Públicas, cujo ministro era José Américo de Almeida, também paraibano, entusiasta do programa de açudagem.

que, nesta época, tinha muita influência na política e na sociedade local. Tal influência pode ser comprovada pela realização, em Campina Grande, do I Encontro dos Bispos do Nordeste. Nesse encontro, o tema central discutido foi a problemática do abastecimento d'água no Nordeste e, em especial, em Campina Grande.

O encontro resultou na redação de um documento que requeria ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, soluções imediatas ao problema, alegando que a falta d'água no município de Campina Grande estava impossibilitando o desenvolvimento da indústria e causando correntes migratórias para o Sul do país. Como nem o município nem o estado dispunham de recursos para a construção de grandes obras em curto prazo, foi solicitado ao governo federal que solucionasse o problema do abastecimento d'água em Campina Grande através da construção do açude de Boqueirão, no rio Paraíba. Tais reivindicações foram rapidamente aceitas pelo governo federal já que coincidiam com o objetivo principal do seu governo que era o de promover o desenvolvimento da indústria. Assim, a burguesia e a Igreja conseguiram o apoio total do governo federal para a concretização de tal pleito (REGO, 2001).

Mapa 01 - Localização do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão)



FONTE: AESA, 2015.

Conforme o DNOCS (2015), o levantamento topográfico da bacia hidráulica do açude de Boqueirão teve início em 1948. A geologia do local é representada por migmatitos gnáissicos, fundamentalmente xistosos, pertencentes ao embasamento

cristalino que apresentam pequenos dobramentos, evidenciando assim a atuação dos esforços tectônicos. Entrecortando essa rocha, ocorre na ombreira direita dois diques de material quartzo-feldspato. A rocha se apresenta pouco a medianamente alterada, muito fraturada e com grande número de fraturas abertas. Após o estudo da área, coube ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a elaboração do projeto e a construção do açude Epitácio Pessoa, o “Boqueirão”. As obras foram iniciadas em 1951, através da barragem do leito do rio Paraíba, na Serra de Carnoió (figura 1).

Segundo Souza (1979), foram iniciadas obras de construções de açudes no Nordeste pelo DNOCS, política implantada pelo governo federal, para solucionar as secas do Nordeste e acumular água nas décadas de 1930 a 1960, entre eles o de Boqueirão, barrando o leito do rio Paraíba, na Serra do Carnoió, fato que Almeida (1981, p.11) destaca “Basta impedir a fuga dos rios torrenciais, fechando as gargantas para se alcançar uma solução mais econômica”.

Figura 01 - Inicio da construção do açude Epitácio Pessoa – Década de 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Com o inicio da construção do açude, iniciou-se, na Vila de Boqueirão, um processo de desterritorialização, a partir das atividades agropecuárias ali desenvolvidas, provocando mudanças sócio-espaciais e econômicas no território, as quais repercutem até o presente. Segundo uma moradora de Boqueirão - Maria

Isabel de Oliveira, na década de 1940, a tranquila vila de Carnoió contava apenas com uma rua principal à margem do rio Paraíba, outras bem menores em torno da igreja católica e um pequeno comércio de gêneros de primeiras necessidades. Entretanto, a vila foi crescendo a partir do início da construção do açude Epitácio Pessoa, em 1951, provocando alterações no território ali construído

A Vila de Carnoió se transformou num ponto de convergências de milhares de operários e técnicos vindos de muitos lugares, gerando uma circulação de homens e máquinas na vila. Os trabalhadores recrutados para a construção do açude desenvolveram a obra em ritmo acelerado, com o apoio da sociedade local e da equipe técnica, liderada pelo engenheiro Anastácio Honório Maia. Cerca de 3.000 operários (figuras 02, 03, 04, 05, 06 e 07), com regime de trabalho em tempo integral, inclusive aos domingos e feriados, dedicaram todos os esforços para conclusão da obra do açude que barrava o rio Paraíba.

Figura 02 - Trabalhadores na construção do açude Epitácio Pessoa - 1950



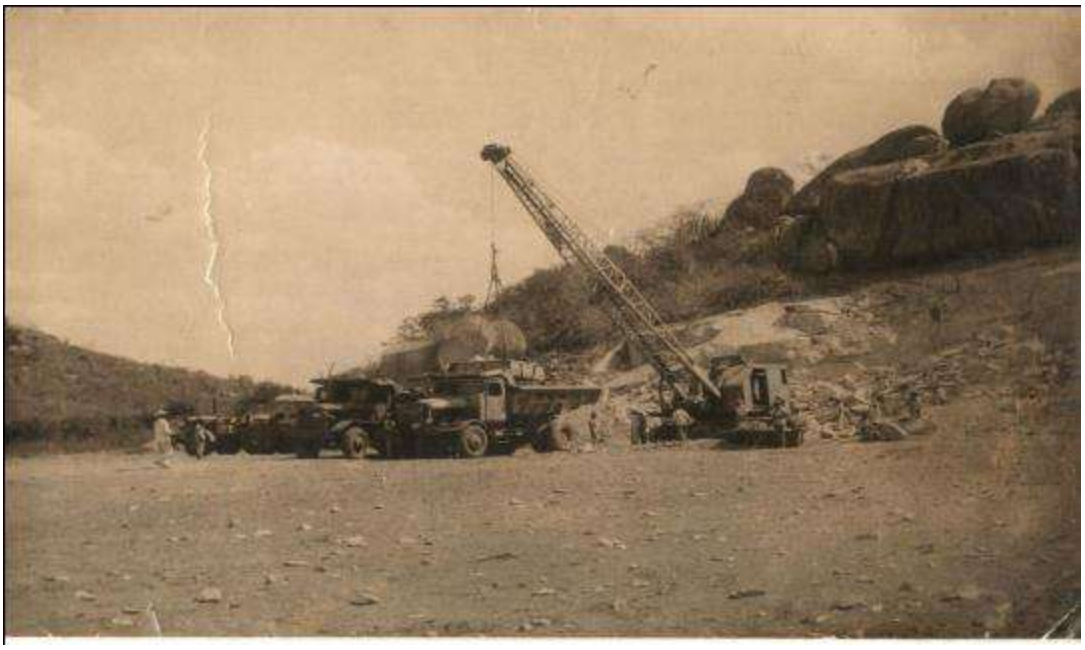
Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Foto 03 - Operários na construção do açude Epitácio Pessoa - 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015

Figura 04 - Máquinas utilizadas na construção do açude Epitácio Pessoa – 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Figura 05 - Máquinas utilizadas na construção do açude Epitácio Pessoa – 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Figura 06 - Máquinas utilizadas na construção do açude Epitácio Pessoa - 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Figura 07 - Visita do Ministro de Aviação José Américo de Almeida - 1950



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

A construção do açude durou cinco anos. Nesse período, a tranquilidade da Vila foi quebrada, os moradores passaram a conviver com novos costumes, linguagens e horários, fatos que provocaram mudanças no seu dia a dia. Aumentava a população da vila, consequentemente e formavam-se novas ruas, desenvolvia-se o comércio e novas profissões passaram a surgir, de acordo com as necessidades dos operários da obra, dando à Vila um aspecto urbano. Assim, com o decorrer e finalização da construção do açude Epitácio Pessoa, o território estava em constante transformação. Essas transformações que ocorrem no âmbito da dinâmica territorial são explicadas pelo processo de Desterritorialização. Esse processo é estudado dentro da tríade Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização (Processo TDR), processo este ampliado por Raffestin (1993), em consonância com Deleuze e Guattari[18]. De acordo com Raffestin (1993), o primeiro termo do processo, a Territorialização (T), ocorre quando um estado é completo, ou seja, uma territorialidade, um conjunto codificado de relações. Na realidade, esse estado é na verdade um equilíbrio estável, enquanto é suficiente uma variação na informação recebida para que ele mude, ou ainda, as relações no interior do sistema modifiquem-se. Nesse contexto se deu a construção do açude Epitácio Pessoa nesse território já construído. Sendo assim, a desterritorialização é,

[18] O processo TDR com base na concepção de Deleuze e Guattari foi discutido na quarta seção.

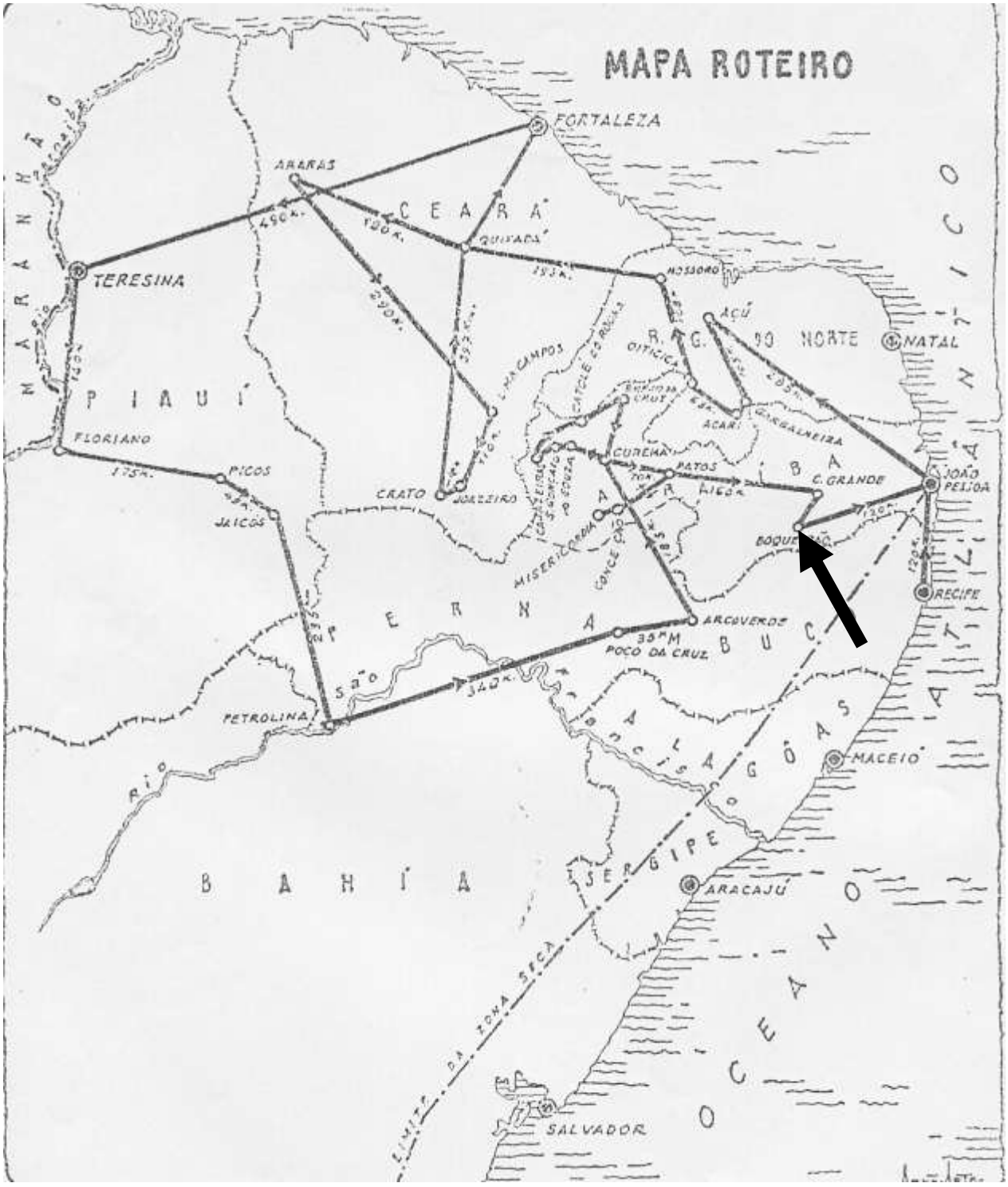
> Em um primeiro sentido, o abandono do território, mas pode ser também interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A desterritorialização corresponde a uma crise, vale dizer ao desaparecimento dos limites. (...) A desterritorialização (...) pode ocorrer sobre qualquer coisa além do espaço, da propriedade, do dinheiro, (...) corresponde ao estabelecimento de um novo equilíbrio e de um novo ciclo de territorialização (RAFFESTIN, 1993 p.78).

Na zona rural, o processo de desterritorialização aconteceu diferente. Os proprietários das terras inundadas com as águas represadas que tinham influência política e econômica na Vila foram indenizados pelo governo federal, enquanto os demais foram expulsos ou se proletarizaram, o que evidenciava o fato de que a construção do açude tinha como objetivo abastecer a cidade de Campina Grande e não beneficiar a população local (REGO, 2001).

Diante das transformações ocorridas tanto na Vila de Carnoió, como também na zona rural, em função da construção do açude Epitácio Pessoa, é identificado o 1º processo de desterritorialização nesse território, conforme destacam Raffestin (1993), Haesbaert (2012) e Saquet (2010). Para a população, o território, antes da construção do açude, apresentava, como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação, sem haver uma mudança tão evidente das relações econômicas, sociais, políticas e culturais ali existentes e que ocorreram logo após o início da obra.

Vale destacar que, durante a construção do açude, a obra recebeu a visita do Ministro de Aviação José Américo de Almeida, acompanhado do diretor do DNOCS, o senhor Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, e de engenheiros de outras obras que estavam em uma inspeção no Nordeste. Durante dez dias, eles visitaram as áreas mais castigadas pela seca e as obras realizadas pelo DNOCS no Nordeste brasileiro, entre elas “ O Boqueirão”, conforme demonstrado no mapa 2 pelo esboço cartográfico. Segundo Almeida (1981), durante as visitas, a equipe realizou importantes reuniões com os representantes políticos locais, para discutirem o andamento das obras.

Mapa 02 – Trajeto Realizado Durante a Visita do Ministro de Aviação José Américo de Almeida no Período da Construção do Açude Epitácio Pessoa.



FONTE: ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. 2. ed. [s.d]. Co-edição da fundação Casa de José Américo e da Fundação Guimarães Duque. Coleção Mossoroense. Volume CLXXVIII, 1981. p. 9. **Adaptação**: de Fabiano Custódio

Segundo Rego (2001), o açude de Boqueirão foi inaugurado em 16 de Janeiro de 1957. Na solenidade, estavam presentes o Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Ministro de Aviação e Obras Públicas, Comandante Lúcio Meira e o diretor do DNOCS, Engenheiro José Cândido Parente Pessoa (figuras 08, 09 e 10). Esse acontecimento foi marcado na memória dos que participaram do evento, como uma moradora relata a Melo (1985) "*foi uma festa grande, muita gente, políticos, teve missa, cantadores de viola, até pastoril teve, muitos foguetões, mataram muitos bois para alimentar o povo que estava presente na festa, eu logo cedo, dava banho nos meninos no rio, arrumava todos e levava para a festa na rua, o povo daqui tava feliz, iam ganhar terra plantar e também tinha muita água no açude, tanta água que durante a festa o povo passeava de canoa no açude e tomava banho"*.

A festa de inauguração durou três dias. Na ocasião, o escritor José Lins do Rego escreveu um poema "O Boqueirão" em homenagem aos operários e à engenharia brasileira, que construíram a obra.

Figura 08 - Barragem do açude concluída - 1957



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Figura 09 - Placa de Inauguração do açude Epitácio Pessoa – 1957



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

Figura 10 - Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira Inauguração do açude Epitácio Pessoa – 1957



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015.

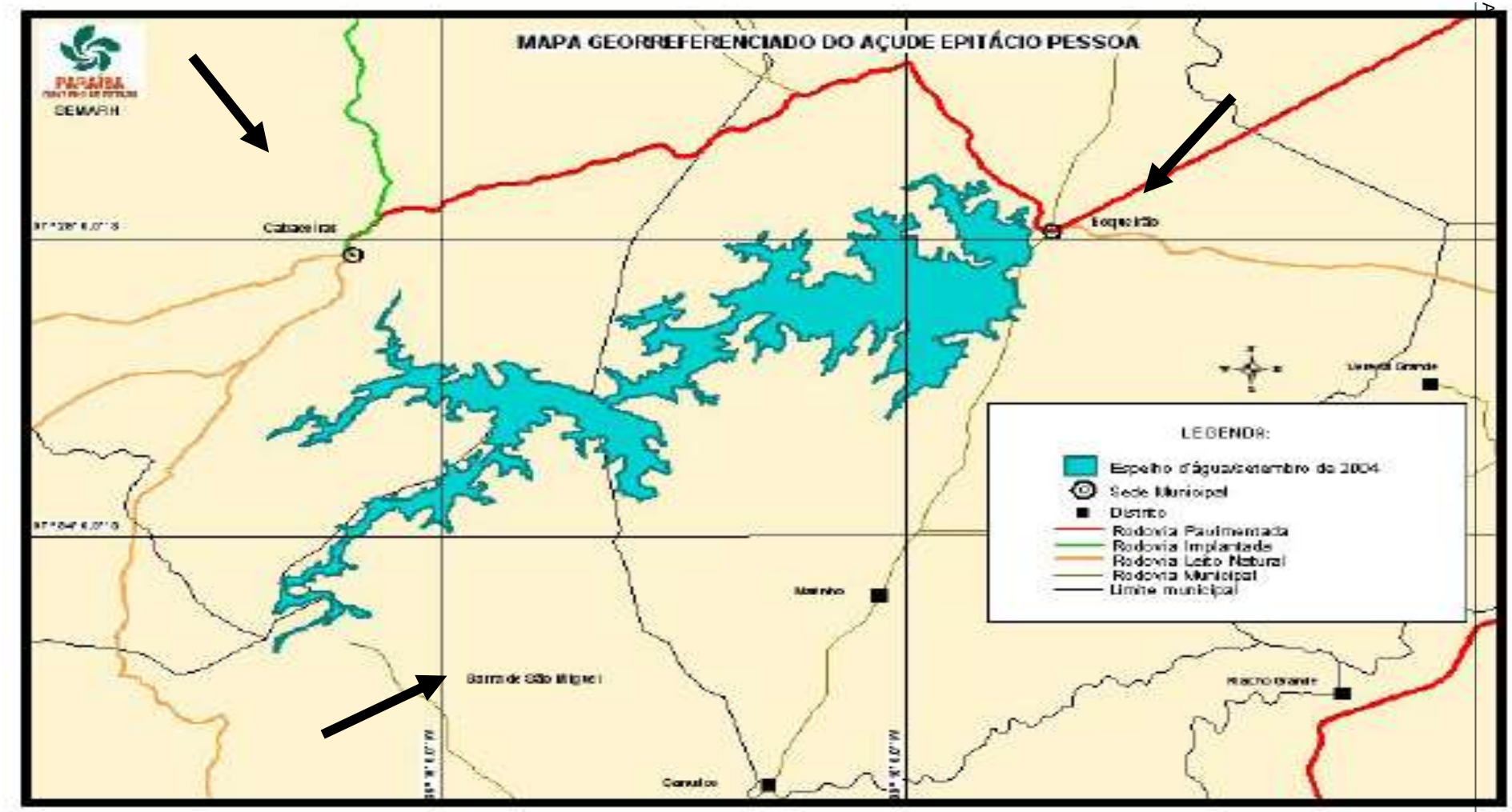
O açude Epitácio Pessoa (figura 11) está localizado na mesorregião da Borborema, na microrregião do Cariri Paraibano, na bacia hidrográfica do rio Paraíba. O lago por ele formado abrange uma área de 2.680 ha. Sua bacia hidrográfica cobre uma área de 12.410 km² e sua extensão adentra os municípios de Barra de São Miguel e Cabaceiras, como mostra o mapa 03. A capacidade inicial de acumulação desse reservatório era de 535.680.000 m³ de água com o nível máximo d'água 381,36 m². A seguir, o quadro 4 demonstra os principais dados técnicos do açude no período da sua construção (DNOCS, 2006).

Figura 11 - Açude Epitácio Pessoa – O Boqueirão



Fonte: AESA, 2015.

Mapa 03 - Abrangência do açude Epitácio Pessoa



Fonte: www.paraiba.gov.br – SEMAH. **Adaptação**: Fabiano Custódio de Oliveira – 2015.

QUADRO 04 – Características técnicas do açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão-PB.

CARACTERÍSTICA TÉCNICAS			
CAPACIDADE	535.680.000m²	Largura da Soleira	200m/80m
LOCALIZAÇÃO	Boqueirão-PB	Lâmina Máxima	3m
SISTEMA/SUBSISTEMA	Paraíba	Descarga Máxima	2.610m³/s
RIO BARRADO	Paraíba	Revanche	5m
ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA	12.410km²	Cota da Soleira	387,36/379,36
ÁREA DA BACIA HIDRAÚLICA	2.680ha.	Volume da Escavação	57.700m²
PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL	661 mm	**Tomada D'água**	
VOLUME MORTO	35.000.000m²	Tipo	Em Túnel
NÍVEL D'ÁGUA MÁXIMO	381,36	Comprimento	210m
PROJETO	DNOCS	Dimensão da Seção	Semicircular em raio=3,758m, contendo 2 tubos com=0,75m
CONSTRUÇÃO	DNOCS	Descarga Regularizada	2,24m²/s
BARRAGEM		Altura da Torre	32m
TIPO	Terra Homogênea	Dissipação a Jusante	Caixa Dissipadora
ALTURA MÁXIMA COM FUNDAÇÃO	55,70	**Barragem Auxiliar**	
EXTENSÃO PELO COROAMENTO	347m	Tipo	Terra Homogênea
LARGURA DO COROAMENTO	8m	Altura Máxima com Fundação	7,50m
COTA DO COROAMENTO	383,36	Extensão Pelo Coroamento	275m
VOLUME TOTAL DO MACIÇO	1.069.000m²	Largura do Coroamento	4m
VERTEDOURO			
TIPO	Soleira livre		

Fonte: file://D:/AÇUDEBOQUEIRÃODECABACEIRAS.htm. **Adaptação**: Fabiano Custódio

Conforme Rego (2001), na elaboração do projeto feito pelo DNOCS ficou estabelecido que fosse construído um túnel com duas saídas, uma para transportar água para Campina Grande e outra para o rio Paraíba, para ser perenizado (figuras 12 e 13). Esta última saída devia-se à existência de várias localidades que utilizavam as águas do rio para o abastecimento de água, como Barra de Santana, Itabaiana e Cruz do Espírito Santo.

Figura 12 - Adutoras para abastecimento de Campina Grande



Fonte: Brito, 2008.

Figuras 13 – Adutora utilizada para perenizar o rio Paraíba



Fonte: Acervo Fotográfico – DNOCS – Boqueirão – 2015

Com a evolução da vila de Boqueirão de Cabaceiras, propiciada pela construção do açude, sua projeção a nível local e regional aumentou. Diante disso, a população passou a reivindicar aos órgãos competentes do estado a sua emancipação política de Cabaceiras, fato que se concretizou por força da lei

estadual n° 2078, de 30 de abril de 1959, tendo a instalação da sede do município se realizado em 30 de novembro do mesmo ano. A partir de então, a vila de Boqueirão de Cabaceiras passou a ser chamada de Boqueirão. Após a emancipação, as autoridades trataram de proporcionar as condições mínimas para o desenvolvimento da nova cidade, dotando o município de serviços como escola, mercado, farmácia etc. (PRODER, 1997).

Anos após a construção do açude público Epitácio Pessoa, ou seja, em 1963, veio o primeiro transbordamento “Sangria”. O acontecimento foi festejado por toda região, como também por todos aqueles que contribuíram para sua construção, pois ali estava uma grande obra idealizada durante o século XIX, pelo historiador campinense Irineu Joffily. Tal acontecimento iria transformar e desenvolver a região, através das atividades agrícolas, que atrairiam pessoas para as terras irrigadas pelas águas do açude com vistas a exploração dos recursos hídricos; tal fato foi mencionado por Almeida (1981, p 20): “as grandes áreas irrigadas serão logo ocupadas pela colonização”, explicando a ocupação das terras próximas ao açude para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

No que se refere ao açude, o DNOCS ficou responsável pela administração da barragem e das áreas irrigadas, as quais foram destinadas a agricultores de baixa renda, sendo o DNOCS o cedente, e o camponês o concessionário das terras. As unidades de produção (os lotes) arrendadas pelo DNOCS possuem uma faixa seca e outra úmida (vazante). Na faixa seca, fica localizada a casa, os cercados para criação de animais de pequeno e médio porte, até mesmo algumas cabeças de gado bovino, além de pequenas áreas com pastagens de palma forrageira para alimentação desses animais. Na vazante, normalmente planta-se feijão, batata doce, milho, entre outros produtos.

A ação do trabalho do homem no processo da dinâmica territorial de Boqueirão não ocorreu de forma uniforme no espaço e no tempo como podemos observar no decorrer no processo histórico de sua formação. Ela se fez de forma mais intensa em determinados momentos históricos e nas áreas onde se pode empregar uma tecnologia mais avançada ou nas quais se dispõe de mais capital, como por exemplo, ao longo período da construção do Açude Epitácio Pessoa (1945 a 1959). Sendo assim, Santos; Silveira (2008) mostram a importância de uma visão do processo histórico na análise do território,

levando-se em conta tanto o nível de desenvolvimento quanto os sistemas econômicos e sociais dominantes; ele é produzido visando alcançar determinados fins, aqueles que interessam ao sistema ou à formação econômica-social dominante.

6.3 Terceira Fase - Processo de Reterritorialização: a ocupação do entorno do açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão" (1959 a 1990)

O território em torno do açude Epitácio Pessoa deve ser entendido como o produto histórico de processos coevolutivos com êxito na transformação do ambiente por obra de sucessivos e estratificados ciclos de territorialização. Dessa forma, Saquet (2010) lembra que devemos pensar o movimento e a unidade que existe, no real, entre os processos de desterritorialização e reterritorialização, ao afirmar que esses processos são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo, através das forças naturais, econômicas, políticas e culturais, que vão constituir novas territorialidades, no mesmo local.

Nesse processo, como destaca Raffestin (1993), há mudanças e permanências, conjugadas, isto é, dês-continuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos e culturais, que faziam parte dos atores sociais envolvidos. Saquet (2010) chama atenção para a necessidade de contextualizar os processos de Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização em cada período e lugar, num constante movimento, que é concomitante e complementar ao afirmar que:

> A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2010. p. 128)

A contribuição desses processos está na identificação das relações virtuosas nos territórios, historicamente existentes, que possam servir de exemplo ou sugerir a promoção de novos atos territorializantes capazes de dar início a um novo ciclo de territorialização baseado sobre novas formas. Deleuze; Guattari (1995) afirmam que o processo de reterritorialização é um movimento de construção de um novo território. Nesse contexto, pode ser compreendido o processo de reterritorialização logo após a construção do açude Epitácio Pessoa em 1959 e se estende até 1990, período este que apresenta nesse território novos atos territorializantes.

Raffestin (1993) afirma que todo o trabalho sobre o espaço pode ser compreendido como ação territorial no processo de reterritorialização. Este na verdade deve apresentar três características precisas que simultaneamente qualificam a própria ação: 1 - realizar um processo de transformação *material* do espaço, através do uso do solo e da disseminação de objetos, que seja progressivamente orientada à liberação das restrições do espaço físico. 2 - o processo de transformação material apresenta sempre um aspecto *simbólico*: o homem não pode transformar fisicamente um espaço sem carregá-lo de símbolos. 3 - além disso, não se pode territorializar o espaço sem carregá-lo de informações e construir formas de troca, cooperação e comunicação mais complexa do que o simples nível etológico, sendo este o aspecto *imaterial* da ação territorial.

A ação territorial nos seus três aspectos indissolúveis: material, simbólico e imaterial, realiza-se por meio de atos territorializantes e se concretiza através de novos processos de territorialização. De acordo com Sack (1986), a territorialização corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. Essas relações estão intimamente relacionadas a como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar, havendo uma interconexão geográfica primária do poder social.

Raffestin (1993) identifica três processos para ordenar as ações do homem no processo de territorialização: a dominação, a reificação e a estruturação. A dominação é o primeiro ato realizado por quem cria um novo território. Dar um nome implica o conceito de lugar, dado que o nome possui

em si informações importantes sobre o território, é uma abreviação de descrição, um aglomerado de conceitos e determina o controle simbólico sobre o ambiente.

Podemos encontrar na reterritorialização em torno do açude de Boqueirão os processos da ação territorial analisados por Raffestin (1993), Sack (1986), Haesbaert (2012), Dematteis (2006) e Saquet (2010). Na análise das obras desses autores, podemos destacar a transformação do território pelo trabalho do homem através da ação do Estado com a construção do Açude Epitácio Pessoa, “O Boqueirão”, realizado pelo DNOCS entre 1951 -1956. Através do açude, iniciou-se o desenvolvimento da atividade agrícola irrigada, nas unidades de produção arrendadas a agricultores de baixa renda pelo DNOCS, na qual começou a transformação do material do território, através do uso do solo e da água para se produzirem as culturas agrícolas irrigadas para o autoconsumo (milho, feijão, fava, batata doce, macaxeira e algumas hortaliças), como também aquelas destinadas à comercialização (tomate, pimentão, repolho etc.).

Entretanto, Oliveira (2007) ressalta que o início da atividade agrícola em Boqueirão deve ser compreendido com a chegada dos Oliveiras Lêdo ao Sertão. Estes desenvolveram uma agricultura de autoconsumo associada à criação do gado, sendo a produção de alimentos destinada apenas para o autoconsumo do lugar. Com a construção do açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente como “Boqueirão”, realizada pelo DNOCS entre os anos de 1951-1956, foi possível, através do represamento das águas do rio Paraíba, o desenvolvimento da atividade agrícola irrigada no município. Assim, entre 1960-1970, os produtores locais – camponeses e pequenos capitalistas – deram início a uma nova agricultura destinada ao comércio, passando a dedicar-se a culturas como o feijão, milho, repolho, pimentão, banana e principalmente o tomate, o que possibilitou um aumento na produção agrícola do município, atraindo várias pessoas dos municípios vizinhos para dedicarem-se à atividade agrícola em Boqueirão.

Desse modo, identificamos as três fases da ação territorial a partir da construção do açude Epitácio Pessoa com o processo de reterritorialização que Raffestin (1993) indica: a dominação, a reificação e a estruturação.

6.3.1. A dominação: divisão das terras em torno do açude pelo DNOCS (final da década de 1950)

A dominação pode ser identificada a partir do momento em que o DNOCS dividiu as terras em torno do açude em 277 unidades de produção, cujo tamanho varia de 0,0 hectares, ou seja, os camponeses que só exploram as áreas de vazante até 30 hectares. Os lotes que variam de 1,0 a 30 hectares (quadro 05) são os que apresentam maior área cultivada, principalmente através da produção do tomate e do pimentão.

Quadro 05 - Distribuição dos arrendatários do DNOCS, em função do tamanho do lote.

Área do Lote (Hectare)	Número de Arrendatários
00*	18
01	115
02	83
03	26
04	16
05	03
06	02
07	02
08	04
09	01
10	01
11	01
16	02
18	01
28	01
30	01
Total	Total
634	277

Fonte: DNOCS, 2015.

Os camponeses e pequenos capitalistas presentes nas comunidades em torno do açude de Boqueirão trabalharam em suas unidades ao longo do tempo da produção territorial em torno do açude Epitácio Pessoa. Parte dos chefes das famílias ali localizadas iniciou a atividade agrícola logo após a construção do açude, entre 1959 a 1964. Estes constituíram famílias, que passaram a residir em torno do açude e a desenvolver atividades agrícolas

irrigadas em suas unidades de produção, fato que, aos poucos, foi dando origem a uma nova configuração do território em torno do açude.

Oliveira (2007), ao apresentar a tabela 1, destaca que cerca de 91,3% (191) dos entrevistados que estavam nas unidades de produção e trabalhavam nas atividades agrícolas desenvolvidas em torno do açude de Boqueirão trabalhavam com suas famílias nas unidades produtivas há mais de quinze anos, sempre diversificando a produção e alterando as culturas agrícolas. Destas famílias, cerca de 20,5% (43) começaram a desenvolver as atividades agrícolas nas unidades de produção cedidas pelo DNOCS no final da década de 1959, logo após a construção do açude, estando as mesmas presentes desde o início do desenvolvimento da agricultura irrigada às margens do Boqueirão.

Tabela 01 – Tempo de atividade agrícola desenvolvida em torno do açude de Boqueirão

Anos de trabalho na atividade agrícola	**Nº de Entrevistados**	**Porcentagem (%)**
01 a 05	0	0
06 a 10	18	8.7
11 a 15	26	12.4
16 a 20	32	15.4
21 a 25	15	7.2
26 a 30	24	11.4
31 a 35	34	16.2
36 a 40	43	20.5
41 +	17	8.2
Total	209	100

Fonte: Oliveira, 2007.

De acordo com os camponeses, através do trabalho na agricultura, sustentaram suas famílias, sendo que muitos dos seus filhos aprenderam a desenvolver as técnicas utilizadas nessas atividades, encontram–se casados e com família constituída, continuam trabalhando na agricultura, alguns nas unidades produtivas de seus pais e outros em suas próprias unidades produtivas. Esse processo de recriação da produção camponesa é estudado por autores como Chayanov (1981), Shanin (s.d), Oliveira (1996) e Martins (1995), entre outros (OLIVEIRA, 2007).

Nessas unidades de produção localizadas às margens do açude, se deu início, no final da década de 1950, à agricultura irrigada, com áreas destinadas a culturas para o autoconsumo (milho, feijão, fava, batata doce e algumas hortaliças) e áreas destinadas à produção da agricultura comercial de ciclo curto (tomate, pimentão, repolho etc.). A concessão das unidades de produção aos camponeses e pequenos capitalistas feita pelo DNOCS em torno do açude de Boqueirão foi concretizada através de um contrato de arrendamento, realizado entre DNOCS e camponeses e pequenos capitalistas.

Essas unidades de produção ocupam um total de 2.680 hectares, os quais estão divididas em 37 comunidades que abrangem os municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de são Miguel (mapas 04 e 05).

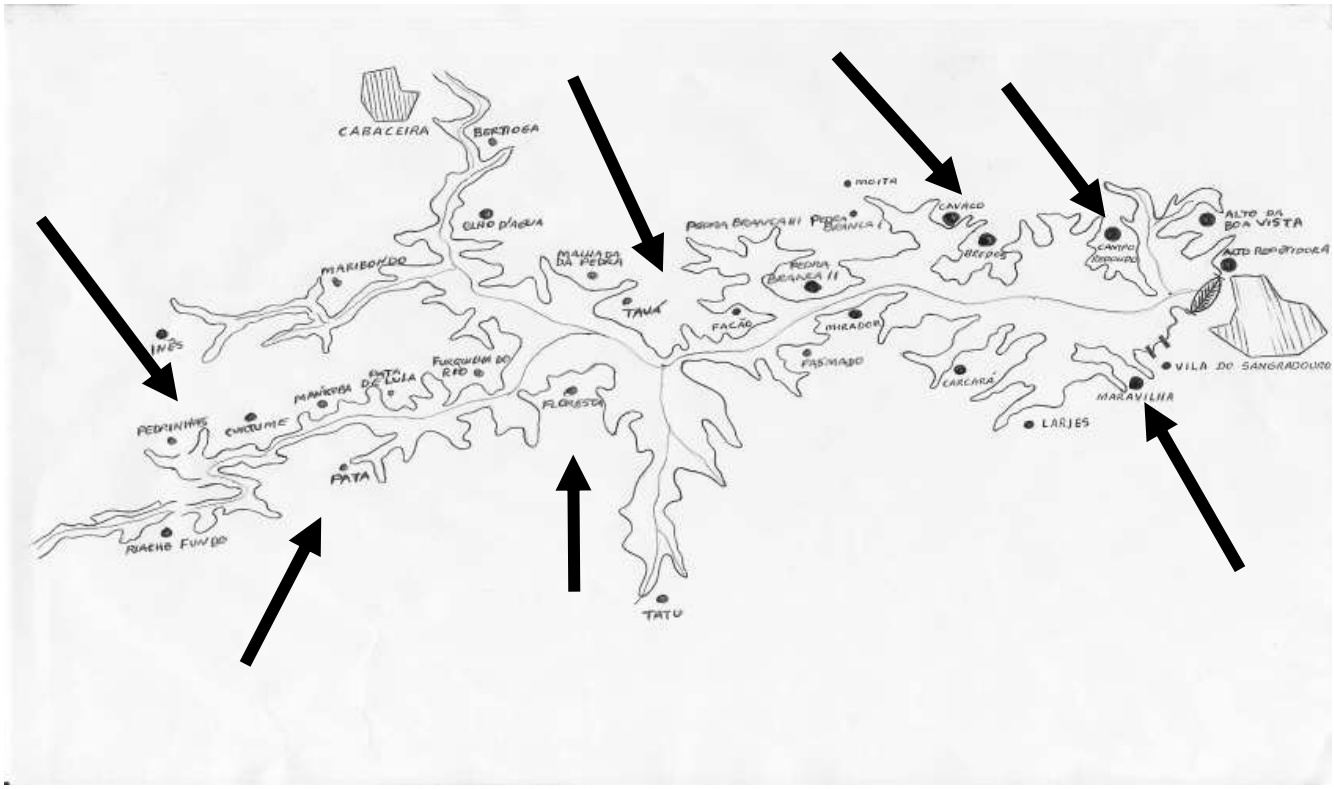
– **Boqueirão**: Alto da Repetidora, Alto da Bela Vista, Campo Redondo, Bredos, Cavaco, Bento, Algodões, Moita, Lages, Pedra Branca I, Pedra Branca II e Pedra Branca III, Vila do Sangradouro, Maravilha, Lages, Urubu, Carcará, Mirador, Pasmado e Tatu.
– **Cabaceiras**: Facão, Tauá, Malhada da Pedra, Olho D'água, Bertioga, Inês, Cacimba, Maribondo, Forquilha, Pata de Loló, Cortume, Maniçoba e Pedrinha.
– **Barra de São Miguel**: Floresta, Pata de Lula, Morro do Urubu e Riacho Fundo.

Cada comunidade tem seu nome, por exemplo: Campo Redondo, Floresta, Bredos, Moita. Esses nomes possuem informações importantes ambientais e sobre o solo do território que foi construído através do trabalho realizado pelas atividades agrícolas ali desenvolvidas pelos agricultores.

As terras localizadas 30 hectares acima da faixa úmida do açude não pertencem ao DNOCS[19]. Nestas localidades estão situados os pequenos produtores capitalistas, proprietários de terras que desenvolvem a agricultura comercial e a pecuária. Partes destas terras são destinadas ao arrendamento para os camponeses que não possuem terras próprias ou concedidas pelo DNOCS para cultivá-las. O valor do arrendamento em terras de propriedade privada em 2006 variava de R$ 450,00 a R$ 500,00/hectare, dependendo da localização do terreno, do fornecimento d'água e do acesso às estradas.

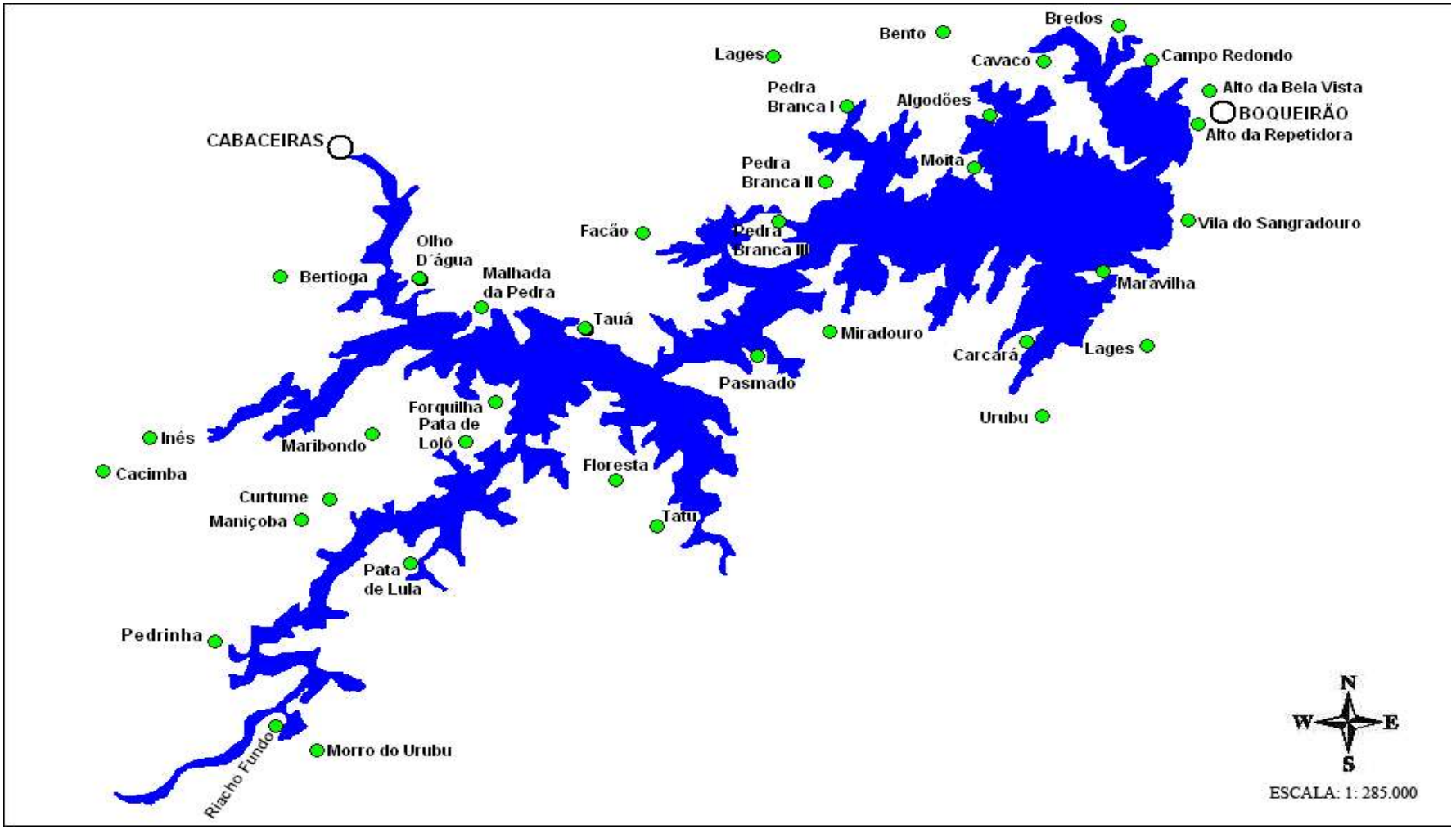
[19] De acordo com o Posto de Operações do DNOCS em Boqueirão.

Mapa 04 – Localização das comunidades em torno do açude de Boqueirão



Fonte: Oliveira , 2015.

Mapa 05 – Comunidades em torno do açude Epitácio Pessoa



Fonte: Brito, 2008.

6.3.2 A reificação: o início da atividade agrícola irrigada (1970 a 1990)

A reificação é a segunda fase do processo de reterritorialização proposto por Raffestin (1993). Ela consiste na capacidade do ator de governar praticamente a forma geográfica do universo social no qual está imerso e apresenta uma dupla ordem: quando se refere ao espaço, consiste na transformação de uma materialidade natural em uma materialidade construída e, quando se refere ao território, consiste na transformação de uma materialidade construída em outra. Dessa maneira, a reificação é sempre um ato social transformativo, com o qual o homem interfere nas dinâmicas da matéria, transformando a paisagem e levando a passagem de uma velha ordem a uma nova.

A reificação no processo de reterritorialização em torno do açude de Boqueirão acontece no momento em que os agricultores iniciam a transformação na paisagem construída, através do uso do solo e das águas represadas pelo açude na produção agrícola irrigada. Ela também acontece na modificação das técnicas e métodos utilizados na atividade agrícola com a utilização crescente de insumos químicos, tratores, agrotóxicos, sementes industrializadas, priorizando a produção de algumas culturas em relação outros, como o tomate, entre as décadas de 1970 a 1990.

A partir de 1960, os principais produtos cultivados foram tomate, pimentão, feijão, repolho, milho, banana, entre outros. A agricultura de autoconsumo foi, aos poucos, sendo substituída por uma agricultura comercial, destinada ao fornecimento de produtos agrícolas ao mercado de Boqueirão e de outras cidades vizinhas, transformando assim a economia agrícola local (DANTAS, 1995).

Em 1970, passou-se a priorizar o cultivo do tomate em detrimento das outras culturas, devido à maior aceitação que o produto possuía no mercado, fruto das políticas públicas de incentivo ao processo de industrialização da agricultura brasileira. Conforme Melo (1985), entre 1970-1980 o tomate cultivado em torno do açude de Boqueirão era a cultura de maior relevância, por possibilitar ao agricultor um grande retorno financeiro, fato que permanece ocorrendo ainda nos dias atuais.

O tomate é um fruto comestível, originário das regiões andinas do Peru, México, Bolívia, Equador, sul da Colômbia e norte do Chile, tendo sido domesticado

pelos mexicanos. Quando os espanhóis chegaram à América, o tomate já era utilizado no México e em vários outros locais da América Central e do Sul, sendo denominado pelos indígenas mexicanos de "*Tomati"* ou "*Jitomati"*. No século XVI, foi levado para o Sul da Europa pelos exploradores espanhóis, onde passou a ser cultivado. Seu consumo difundiu-se e ampliou-se durante o século XIX para o Oriente Médio, África, Ásia e também para os Estados Unidos e Canadá, através dos portugueses e espanhóis (OLIVEIRA, 2007).

Cientificamente, o tomate é conhecido por *lycopersicon esculentum Mill* ou *Salanum Lycopersicon,* da família da Solonáceas, da qual fazem parte também a batata, a berinjela, a pimenta e o pimentão, entre outras hortaliças (Dusi, 2004). O tomate é uma das hortaliças mais difundidas em todo o mundo e sua demanda aumenta continuamente. A elevada produção do tomate em 2008, entre os países no mundo, pode ser verificada na tabela 02. Conforme Dusi (2010), essa produção elevada deve-se principalmente ao aumento do rendimento proporcionado pela sua comercialização.

Tabela 02 – Principais países produtores do tomate e produção em toneladas.

Países	**Produção do tomate (toneladas) em 2008**
China	33.811.702
Estados Unidos	12.575.900
Turquia	10.985.400
Índia	10.260.600
Itália	5.976.912
Irã	5.000.000
Egito	4.204.039
Brasil	3.867.655
Espanha	3.847.800
Outros	36.116.482
Total	126.646.490

Fonte: FAO 2005. In: http//www.infoagro.com/hortaliças/tomate.htm. **Org:** Fabiano Custódio de Oliveira, 2015.

No Brasil, a cultura do tomate apresentou em 2008 uma produção de 3.867.655 toneladas. Sua produção encontra-se concentrada nos estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, que juntos respondem por 80% do volume de toneladas produzido e comercializado no Brasil (IBGE, 2008). A produção do tomate no Nordeste é representada pelos estados da Bahia e Pernambuco, que apresentam, respectivamente, as seguintes produções: 256.158 e160.688 (IBGE, 2008), conforme pode ser observado na tabela 03.

Tabela 3 - Produção do tomate nas regiões/ Estados do Brasil - 2008

Região	Quantidade Produzida em Toneladas
Goiás	1.148.695
São Paulo	770.804
Minas Gerais	463.371
Paraná	289.630
Bahia	256.158
Rio de Janeiro	208.185
Pernambuco	160.688
Espirito Santo	120.531
Santa Catarina	117.892
Rio Grande do Sul	110.595
Outros	220.925
Total	**3.867.655**

Fonte: FAO 2005. Org: Fabiano Custódio. 2015

Podemos encontrar o cultivo do tomate no Nordeste nos Brejos naturais, nas proximidades do rio São Francisco e nas margens dos açudes construídos pelo poder público, inclusive no semiárido, constituindo áreas verdes, como demonstrados por Andrade (2005, p. 41):

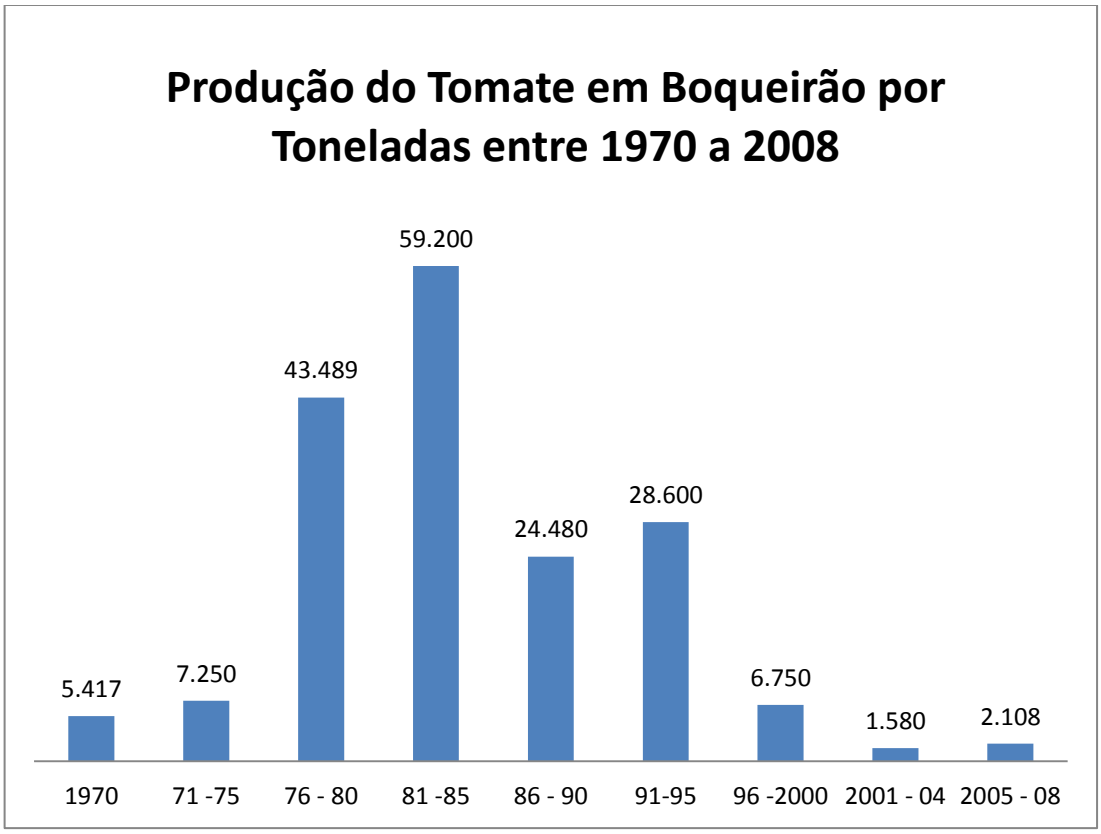
> Ao lado dos Brejos naturais, [...] são encontradas no Sertão áreas verdes, cultivadas intensamente, graças à ação do homem. Estas áreas, que formam verdadeiros “Brejos” artificiais, são representadas pelas baixadas próximo ao rio São Francisco e seus afluentes perene-correntes ou mesmo temporários, onde o homem desenvolve a agricultura irrigada, bastante diversificada, da Cebola, Alho, Tomate, Melão, Uva, etc.; e pelas terras a jusante dos açudes construídos pelo poder público onde também se faz uma agricultura irrigada, sobretudo do Tomate e da Banana.

Conforme Moreira; Targino (1997, p. 149), até 1970 a produção do tomate no estado da Paraíba era pequena. Só a partir de 1970 essa cultura expandiu-se, principalmente nos perímetros irrigados do Cariri em torno dos açudes *Estevão Marinho* e adjacências, em Prata, *Ouro Velho,* em Sumé e também em torno do açude *Epitácio Pessoa,* em Boqueirão, possibilitando, este último, a produção do tomate nos municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel.

A quantidade produzida de tomate em Boqueirão entre 1970-2004 oscilou bastante, aumentando gradativamente sua produção entre 1970, 1975, 1980 até 1985, onde obteve sua maior produção, chegando a 59.200 toneladas. Entre 1986-1990 houve uma diminuição, chegando a produção a atingir 26.480 toneladas, havendo uma pequena ascensão entre 1991-1995, atingindo 28.600 toneladas. Após esses anos, houve uma diminuição constante na produção do tomate, apresentando

entre 1996-2000 uma produção de 6.750 toneladas, entre 2001-2004 uma produção de 1.580, chegando entre 2005-2008 a atingir apenas uma produção de 2.108 toneladas, conforme demonstrado no gráfico 01.

Gráfico 01



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. 1970 – 2008. Org: Fabiano Custódio- 2016

Segundo Moreira; Targino (1997), a cultura do tomate apresenta algumas especificidades no Cariri paraibano. Ela é cultivada em pequenas unidades produtivas, absorvendo tanto a mão-de-obra familiar quanto, a assalariada. Por tratar-se de uma cultura que requer trabalho intensivo durante sua produção, é necessário um grande contingente de trabalhadores em todas as etapas do processo produtivo.

Segundo o IBGE, em 2008, o Estado da Paraíba apresentou uma produção de 16.136 toneladas do tomate, distribuída principalmente entre os municípios paraibanos que formam as microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental; entre esses munícipios está Boqueirão. A prioridade dada a essa atividade agrícola em relação

as outras em torno do açude Epitácio Pessoa, é explicado por Melo (1985), que destaca que, em 1970, foi priorizado o cultivo do tomate em detrimento das outras culturas, devido à maior aceitação que o produto possuía no mercado, fruto das políticas públicas de incentivo ao processo de industrialização da agricultura brasileira.

Miranda (1991) afirma que, durante muito tempo, o "atraso" constatado na agricultura era visto como um obstáculo ao crescimento industrial, constatação esta que motivou propostas políticas de transformação da estrutura agrária (reforma agrária), como pré-condição para que se pudesse verificar a expansão do capitalismo na agricultura

De acordo com Melo (1985), a integração da agricultura com a indústria remonta às origens da colonização do Brasil. A partir dos engenhos do açúcar, a produção agrícola de exportação era, em diversos graus, processada dentro do país. No entanto, depois das décadas de 1950 e 1960, assistimos a uma modernização na agricultura brasileira que se reflete numa profunda modificação da base técnico-econômica da agricultura sem, contudo, alterar as condições socioeconômicas existentes. Segundo Moreira (1988, p. 14), o:

> [...] processo de industrialização da agricultura brasileira teve início na década de 1950 com a introdução de um novo padrão tecnológico fundado na importação de meios de produção. Neste período, as facilidades e o estímulo dado pelo Estado e por empresas norte-americanas proporcionaram um crescimento interno dos índices de tratorização. Esta fase culminará no final da década de 50 com a implantação no Brasil da primeira indústria de tratores. A partir de então tem início um processo de substituição de importações, com a implantação no país dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura apoiados pelo estado. Todavia, só a partir da segunda metade da década de 60 é que o processo de industrialização da agricultura brasileira tomou impulso. Esta coincide com o momento em que as forças sociais que se manifestavam em favor da reestruturação da propriedade da terra pelo caminho de reforma agrária são derrotadas pelo Estado autoritário que tomou o poder em 1964.

As transformações na base técnica se evidenciavam na utilização crescente de insumos químicos, máquinas, sementes melhoradas etc. Com a modernização, o capital comercial deixa de responder de forma preponderante pela determinação do processo de produção na agricultura, papel agora desempenhado pelo capital industrial (MIRANDA, 1991).

A renovação tecnológica e o aumento da produtividade na agricultura só foram possíveis a partir do estabelecimento de uma estratégia deliberada por parte

do Estado, de solidarizar interesses urbanos e rurais, que se manifestou de maneira mais evidente através de sua política de crédito rural criada em 1964. O crédito rural transformou-se num dos importantes elementos do processo de modernização da agricultura brasileira. Com ele, fixaram-se os vínculos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria nacional (MIRANDA, 1991).

Conforme Moreira (1988), o sistema bancário institucionalizado toma o lugar das fontes tradicionais de financiamento, ligadas ao capital comercial. O crédito subsidiado fornecido pela rede bancária transforma-se na mola mestra do processo de modernização agrícola. O crédito agrícola foi, sem dúvida, o maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola.

Conforme Melo (1985), no Nordeste, entre 1945 e 1985, modificou-se a escala da produção industrial, graças à aplicação dos vultosos capitais industriais no setor. Inserindo-se na sistemática do modelo brasileiro, esses capitais eram constituídos por investimentos estatais, aplicados diretamente na produção de energia hidroelétrica e na exploração de petróleo. Registrava-se o investimento de capitais privados nacionais no Sudeste e no Nordeste.

A introdução, na região Nordeste, de capitais do Sudeste e do estrangeiro se fez através da implantação de novas atividades industriais, como através da aquisição de indústrias já existentes associando-se a grupos econômicos locais, ou ainda, através da concorrência e da destruição dos grupos locais menos estruturados, tomando-lhes o mercado para, em seguida, explorá-los. Consoante Melo (1985), merecem destaque as tradicionais indústrias Peixe, sediadas em Pesqueira-PE, com filiais na região sudeste do Brasil, que controlam grandes parcelas do mercado nacional de doces (goiabas e banana) e extrato de tomate.

A atuação oficial do Estado, feita através da concessão do crédito agrícola a juros inferiores à inflação, beneficiava as indústrias que atuavam na área, uma vez que levavam os camponeses a cultivarem os produtos que as mesmas consumiam. Tal fato pode ser observado de maneira acentuada na década de 1970 com a produção do tomate em Boqueirão, através da atuação da Indústria Peixe, que comprava e comercializava o tomate produzido em Boqueirão e Sumé, no estado da Paraíba (MELO, 1985).

O financiamento da cultura do tomate em Sumé-PB tinha vínculo com o abastecimento da indústria Peixe, em Pesqueira-PE. Realizava-se um contrato através da cooperativa, de modo que os colonos tivessem acesso ao crédito. Enquanto isso, em Boqueirão, os camponeses que produziam o tomate tinham acesso ao crédito, mas não recebiam sequer a garantia de preços mínimos, pois não havia uma cooperativa que gerenciasse a comercialização do tomate com a Indústria e nem um contrato individual entre o camponês e a Indústria (MELO, 1985).

A agricultura modernizada passou a constituir-se, por um lado, em mercado consumidor para a indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas e, por outro, em fornecedora de produtos para o processamento e beneficiamento industrial, por exemplo, o tomate. Assim, a influência da modernização/industrialização da agricultura brasileira e o grande retorno financeiro no final da produção impulsionaram a propagação da cultura do tomate em torno do açude de Boqueirão, modificando o espaço no Cariri paraibano, em geral, e de Boqueirão em particular (MELO, 1985).

Impulsionadas pelo retorno econômico, as grandes plantações do tomate atravessaram os limites do município, chegando a Barra de São Miguel e Cabaceiras, com maior intensidade em 1980. Todas essas culturas deram origem a uma nova organização no território agrário (figura 14), formado por campos isolados que comprovam a utilização econômica das terras da Caatinga.

Figura 14 – As plantações do tomate no município de Boqueirão



Fonte: DNOCS., 2005.

A escolha do cultivo do tomate realizada pelos agricultores em torno do açude Epitácio Pessoa pode ser compreendida na reflexão da produção territorial realizada por Deleuze; Guattari (1995). Para estes autores, o território é fruto de um desejo, que é produtivo e construtivo, formado por uma série de agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de corpos que extrapolam o território geográfico. De acordo com Deleuze; Guattari (1995):

> Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos (...). Por outro lado, os agenciamentos coletivos remetem aos enunciados, a um regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua. Os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, pois a sua produção só pode se efetivar no próprio socius, já que dizem respeito a um regime de signos compartilhados, à linguagem, a um estado de palavras e símbolos (Deleuze; Guattari, 1995, p. 30)

Os agenciamentos maquínicos de corpos são evidenciados na produção territorial pelas relações de produção estabelecidas (entre camponeses, trabalhadores assalariados e temporários, atravessadores e outros atores nas atividades agrícolas ali desenvolvidas). No cultivo do tomate, identificamos os seguintes agenciamentos maquínicos de corpos: A escolha da área, produção de mudas, o plantio no local definitivo, os tratos culturais (desbota, amarração, xaxá, adubação, limpas e capinas), controle de pragas e doenças, colheita e comercialização (figuras 15, 16 e 17) e o grande retorno financeiro para o camponês e agricultor no final da colheita.

Figura 15 - Sementeira



Fonte: Fabiano Custódio. Maio de 2004.

Figura 16 - Amarração em vara e arame



Fonte: Fabiano Custódio. Julho de 2006.

Figura 17 - Seleção do tomate comercialização - Comunidade Cavaco**.**



Fonte: Fabiano Custódio. Maio 2005

Em relação aos agenciamentos coletivos, identificamos a influência (externa) da indústria na expansão da produção do tomate local (interna), através da influência no oferecimento para a comercialização do produto ali cultivado; o acesso ao credito oferecido pelos bancos, especificamente para o cultivo desse cultura

agrícola (atuação do Estado); a expansão dos métodos de irrigação e os tratos do manejo do tomateiro, que são realizados da mesma forma, nas mais diversas escalas espaciais (internacional, nacional e regional) , os quais estabeleceram e influenciaram a produção local em torno do açude Epitácio Pessoa.

Sobre as características da produção local do tomate, Melo (1985) identifica que o tomate cultivado em Boqueirão é do tipo “mesa”, cultivado durante todo o ano e destinado à comercialização. Os campos de tomate abrangiam pequenas unidades produtivas que variavam de 0,0 a 30 hectares, verificando a presença de arrendatários para a sua exploração[20]. Tal produção só foi possível devido à implantação e operação da irrigação pelos camponeses e pequenos capitalistas locais a partir de 1960, havendo um aumento na área irrigada entre 1970-1985.

Desde 1970, a irrigação passou a ser cada vez mais usada por aqueles que produziam tomate em Boqueirão. Conforme Wintheres; Vipond (1987), podemos definir a irrigação como sendo uma prática agrícola que permite abastecer as plantas d’água regularmente. Associada às demais práticas agrícolas, torna-se um fator de garantia da produção agrícola e uma segurança para a colheita.

Conforme Melo (1985), em Boqueirão a irrigação era considerada ineficiente. A maioria das unidades produtivas utilizavam a irrigação do tipo superficial, baseada em sistemas de sulcos por gravidade e inundações em faixas laterais, com elevados níveis de perda d’água (figura 18). Mesmo assim, esse tipo de irrigação proporcionou condições para o cultivo nas terras em torno do açude, tanto do tomate quanto de outras culturas, como pimentão, feijão, banana, maracujá, feijão, repolho e outros.

[20] Conforme mencionado no capitulo anterior, os lotes variam de 0,0 hectares, ou seja, os agricultores que só exploram as áreas de vazante, até 30 hectares. Os lotes que variam de 1,0 a 30 hectares são os que apresentam maior área cultivada, através da produção do tomate e do pimentão.

Figura 18 - Faixas do solo, por onde ocorre a irrigação por inundação



Fonte: Fabiano Custódio. Maio 2004.

Para Deleuze; Guattari (1995), existe uma relação entre os dois agenciamentos (coletivos de enunciação e maquínicos de corpos), os dois percorrem um ao outro, os dois agenciamentos intervêm um no outro, é um movimento recíproco que, exemplificando com a produção do tomate, identifica-se que esses processos fizeram e fazem parte da dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa.

Através dessas modificações no território, podemos caracterizar diferentes atos sociais indicados por Raffestin (1993), Sack (1986), Haesbaert (2012), Dematteis (2006) e Saquet (2010), inseridos na proposta teórica elaborada, com a qual o homem interfere nas dinâmicas da matéria, transformando a paisagem e realizando a passagem da velha à nova ordem através do trabalho na atividade agrícola.

6.3.3. A estruturação: as mudanças ocorridas nas unidades de produção (1970 a 1990)

A terceira fase do processo de reterritorialização identificado por Raffestin (1993) é a estruturação, entendida como a expressão e o suporte de controle sensitivo que desprega geograficamente, manifestando-se como pré-ordenamento convencional e processual da massa territorial. A estrutura é, portanto, territorial e, a fim de que possa sobreviver em um ambiente mutável, deve ter uma grande variedade e velocidade de resposta às perturbações impostas.

Diante desse objetivo, a estruturação tende a conservar no interno das formações sociais a máxima diferenciação, da qual possa emergir as possibilidades combinatórias e as virtualidades inovativas que substanciam a complexidade. Desse modo, a estrutura não somente é capaz de defender-se das perturbações, mas possui ainda a propriedade de integrá-las, transformando-as em fatores de organização.

A estruturação, a terceira fase no processo de reterritorialização, pode ser compreendida no território em torno do açude Epitácio Pessoa com as mudanças que ocorreram nas unidades de produção, sendo um ambiente mutável, que foi capaz de defender-se das perturbações, como a expansão de determinadas culturas agrícolas em relação à outra, por exemplo, a produção do tomate, a falta de crédito agrícola, a infestação de pragas, a diminuição ou aumento dos lucros obtidos na comercialização do produto. Desse modo, encontramos em torno do açude de Boqueirão a interligação dos processos na ação territorial indicado por Raffestin (1993) e discutido nas pesquisas de Sack (1986), Haesbaert (2012), Deleuze e Guattari (1995), Dematteis (2006) e Saquet (2010).

A acumulação dos atos territorializantes no processo de reterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa deu origem a 37 comunidades. Ambientes dotados de identidade, personalidade e individualidades paisagísticas, através das atividades agrícolas ali cultivadas, dos quais cada comunidade se diferencia, pois seus moradores se especializaram em determinado tipo de cultura agrícola, apresentando semelhanças e diferenciações entre elas.

Com a pesquisa de campo realizada por Oliveira (2004 e 2007), foi identificada uma boa utilização da terra para o conjunto dos entrevistados. Todas as unidades de produção eram utilizadas para o cultivo de diversas culturas, sobretudo no que se refere às culturas temporárias.

As principais culturas presentes nas comunidades eram: tomate, pimentão, feijão verde, repolho, banana, cebola, maracujá, batata doce, macaxeira, alface, coentro e milho. Todas as unidades produtivas localizadas nas comunidades utilizavam equipamentos para irrigação. Das unidades produtivas pesquisadas, em maior número os entrevistados utilizavam a irrigação por inundação das faixas laterais e apenas alguns utilizavam o método de irrigação por gotejamento.

Os instrumentos de trabalho mais utilizados dentro das unidades de produção pelos entrevistados eram: enxada, enxadeco, picareta, pulverizadores de costas, equipamentos utilizados na irrigação, como motores-bombas elétricas e as encanações. Cerca de 124 das 209 unidades de produção pesquisadas utilizavam o trator. Em relação à utilização do trator nas unidades de produção em torno do açude Epitácio Pessoa, utilizado para a preparação do solo antes de iniciar o plantio da cultura, apenas 124 das 209 unidades de produção pesquisadas utilizavam o trator.

Destas, 73 unidades utilizavam o trator cedido gratuitamente pelas Prefeituras de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, dependendo da localização da comunidade; 51 unidades alugavam os tratores dos fazendeiros que os possuíam para a preparação do solo antes de iniciar o plantio da cultura. Os entrevistados que alugavam os tratores o faziam devido ao grande tempo de espera para uso do trator cedido pela prefeitura.

De acordo com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Boqueirão, Paulo da Mata, o tempo de espera era em média de 30 dias, porque a procura do serviço era constante e havia um único trator na prefeitura. Além disso, esse trator atendia apenas duas unidades de produção por dia, e, algumas vezes, ia para o conserto na oficina. Ademais, quando as peças utilizadas na máquina não eram encontradas em Campina Grande, o tempo de permanência na oficina atrasava ainda mais os tratos culturais para o início do plantio em torno do açude de Boqueirão. Por conseguinte, alguns entrevistados, para não perderem o período do plantio, alugavam o trator dos fazendeiros que o possuíam. O preço era cobrado por hora utilizada e cada hora custava cerca de R$ 150,00, sendo que em média o trator permanecia nas unidades de produção cerca de cinco horas, o que comporta um custo total de R$ 750,00. As demais unidades que não utilizavam o trator alegavam que isso se devia ao pequeno tamanho das unidades e às dificuldades de acesso, uma vez que elas são cercadas por outras unidades e não possuem uma entrada que possibilite a entrada do trator para a realização do revolvimento da terra.

No que se refere à condição familiar, em geral os entrevistados são casados e moram nas unidades de produção com suas famílias, compostas em média por seis ou sete pessoas. Os filhos dos entrevistados trabalhavam um horário do dia com a família na unidade de produção e estudavam em outro horário nas escolas presentes na própria comunidade – como no caso das comunidades Cavaco e Facão, que possuem uma escola municipal com sede na comunidade, com cursos

até o quinto ano do ensino fundamental – ou se deslocavam diariamente para a cidade de origem, como o que acontece na comunidade do Campo Redondo, onde os filhos dos entrevistados frequentavam a escola no município de Boqueirão nos turnos tarde e noite, pois não existe escola na comunidade. Nas comunidades com escola apenas para o Ensino Fundamental I, os filhos dos entrevistados, para completarem seus estudos, tinham que deslocar-se para as sedes dos municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel nos turnos tarde e noite, para concluírem o ensino fundamental II e o ensino médio nas escolas municipais e estaduais.

Nas comunidades Maravilha e Pata não existiam escolas. Tal fato faz com que as crianças e jovens frequentassem as escolas localizadas nas comunidades vizinhas. É o caso, por exemplo, da comunidade Maravilha, vizinha à comunidade Sangradouro, que possui escola, e da Comunidade Pata, vizinha à comunidade Floresta. A comunidade Floresta é a única que possui escola que oferece do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio. Nas demais comunidades, ao completarem o ensino fundamental I, é necessário deslocar-se para municípios sedes nos turnos, manhã tarde e noite. O transporte dos estudantes era feito através de carros (caminhonetes, caminhões e “paus de arara”) cedidos pela prefeitura, mas que não respeitam as normas de segurança.

Sobre os aspectos físicos das comunidades pesquisadas, foi observado que o relevo das unidades de produção é plano ou ligeiramente acidentado e a fertilidade natural dos solos no geral é considerada boa pelos entrevistados (camponeses). Há, porém, várias unidades de produção com terras cansadas e, consequentemente, baixa fertilidade do solo, em função da exploração contínua ao longo dos anos, sem orientação técnica.

Das comunidades pesquisadas, apenas na comunidade do Campo Redondo, algumas casas possuíam o fornecimento de água tratada, fato que se deve à proximidade da comunidade com a sede do município de Boqueirão. Nas demais Comunidades, as casas não possuem água encanada ou tratada. Os entrevistados que residem nessas comunidades utilizam a água do açude para o consumo humano e doméstico e/ou utilizam a água das cisternas de placas construídas com recursos próprios ou através de programas sociais do governo federal (figura 19). Todas as unidades de produção pesquisadas possuem luz elétrica fornecidas pela ENERGISA.

Figura 19 – Cisternas de placas – Comunidade Facão



Fonte: Fabiano Custódio. Novembro de 2006.

De acordo com Oliveira (2007), cerca de 70% dos entrevistados nas comunidades em torno do açude Epitácio Pessoa eram provenientes de algumas cidades vizinhas, como Queimadas, Aroeira, Fagundes, Umbuzeiro; do sertão do estado, como Sousa, e da Zona da Mata de Pernambuco. Alguns afirmam que seus pais chegaram a Boqueirão de Cabaceiras para trabalhar na construção do açude, entre 1950 e 1960, ocasião em que adquiriram as unidades de terras em torno do açude através do arrendamento realizado pelo DNOCS e passaram a dedicar-se à agricultura.

Outros foram atraídos pela oferta de trabalho na atividade agrícola, devido à ampla divulgação através dos meios de comunicações do estado. Conforme o camponês João Cordeiro da Silva da comunidade Campo Redondo — na década de 1970, seu pai João Batista da Silva decidiu sair com sua família do engenho João Alfredo, situado na Zona da Mata de Pernambuco, para trabalhar na agricultura em Boqueirão. Segundo ele, o seu pai queria ensinar a seus filhos a trabalharem com a terra, pois no engenho em que trabalhavam não tinham o direito a cultivarem feijão, milho e tomate, apenas a trabalhar na cana-de-açúcar. Queria que seus filhos tivessem sua própria terra para trabalharem. Através desse depoimento, identificamos a forte herança da terra e sua identidade ligada ao trabalho agrícola, conforme presente no trabalho de Almeida (2003), no qual a autora trabalha a herança da terra como muito mais que a transmissão do patrimônio, mas como *habitus*, ou seja, um conhecimento adquirido e passado de geração em geração por

sua família. Foi essa herança da terra através da atividade agrícola que impulsionou a busca de um pedaço de chão para trabalhar com seus filhos. Conforme Almeida (2003), baseada em Martins (1995), a classe camponesa é identificada a partir da identidade com a ***terra de trabalho*** em oposição à terra capitalista como ***terra de negócio***.

A identidade da produção camponesa nas unidades de produção em torno do açude de Boqueirão se faz possível pelo sentido do que a terra possuía para os camponeses entrevistados, ou seja, a partir da concepção da terra como ***terra de trabalho***, onde se trabalhava para garantir a reprodução. Essa relação do camponês com a terra constitui uma ordem moral camponesa que contrapõe-se à ordem econômica da sociedade moderna, como Almeida (2003) aborda em seu trabalho:

> O campesinato possui uma ordem moral que se opõe às sociedades modernas regidas por uma ordem econômica, centrada no indivíduo e no mercado. Por outro lado, a constituição desta ordem moral camponesa tem sentido fundamental, na articulação da terra, da família e do trabalho, situação que expressa uma relação entre os homens e deles com a natureza (ALMEIDA, 2003, p. 302).

Essa identidade com a terra, que encontramos nas unidades de produção na comunidade em estudo é, portanto, uma identidade de defesa, própria do *habitus* camponês. Desse modo, é ao mesmo tempo uma identidade nova e velha porque resgata a identidade inicial da relação do trabalho da família com a terra, ou seja, de camponeses que se inserem no mercado pelo seu produto comercializado e têm com ele um saber integral, um domínio do processo de trabalho que é passado de pai para filho, adicionando novos elementos na forma de desenvolver a atividade agrícola (ALMEIDA, 2003, p. 203).

A relação descrita acima, entre agricultor, terra, trabalho e relação familiar com o meio, mostra a presença do conceito de lugar inserido nesse território, uma vez que Yi-Fu Tuan (1980 e 1983) demostra que o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado e no qual está integrado, cultivando sentimentos e afeições, sendo o centro de significância ou um foco de ação emocional do ser humano. Os lugares formados no território construído em torno do açude Epitácio Pessoa tem significância afetiva para os agricultores e familiares que residem e cultivam para sua sobrevivência, estreitando um elo afetivo entre a pessoa/ lugar e

quadro físico, apresentando um relacionamento de maneira holística entre o ser humano e o ambiente.

No que se refere ao trabalho realizado no interior das unidades de produção, observamos que a família é responsável pelo trabalho agrícola desenvolvido dentro da unidade de produção. De forma geral, existe uma divisão das tarefas realizadas no interior das unidades de produção, sendo comum a mulher e os filhos a partir de 6 e 7 anos de idade desenvolverem algum tipo de atividade, principalmente aquelas que exigem menor esforço físico, conforme já foi descrito por importantes estudiosos do campesinato como Oliveira (1996), Shanin (s.d) e Chayanov (1981). As tarefas difíceis que devem ser realizadas durante o desenvolvimento do ciclo vegetativo das culturas existentes na unidade de produção ficam a cargo do(s) homem/ns da família e dos trabalhadores assalariados contratados temporariamente[21] (diaristas) que residem no bairro da Bela Vista, nas comunidades Sangradouro, Mirador e nas próprias comunidades.

As unidades de produção dos arrendatários das terras pertencentes ao DNOCS possuem, de forma geral, uma faixa seca e outra úmida (vazante). Na faixa seca fica localizada a casa, os cercados para a criação de animais de pequeno e médio porte e até mesmo algumas cabeças de bovinos, além de pequenas áreas com pastagens nativas ou artificiais para a alimentação desses animais. Nessas unidades, a faixa úmida é destinada às culturas de autoconsumo (macaxeira e batata doce), que dividem espaço da unidade com aquelas destinadas às culturas comerciais cultivadas na faixa seca (tomate, pimentão, feijão e repolho). A criação de aves é feita em cercados com pequeno número de animais (galinhas, patos, marrecos e perus).

Os animais são criados em espaços definidos (cercados), onde recebem alimentação (figuras 20 e 21). No entanto, os ovinos, caprinos e bovinos transitam e se alimentam dentro das unidades e nas imediações delas, com o pastoreio vigiado.

[21]A presença da mão-de-obra assalariada na produção camponesa nas comunidades em torno do açude de Boqueirão aparece como complemento da mão-de-obra familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços.

Figura 20 – Criação de ovelhas na comunidade Mirador



Fonte: Oliveira, 2007.

Figura 21 – Criação de bovinos na comunidade Cavaco



Fonte: Oliveira, 2007

Tanto os animais como seus derivados (leite e ovos) servem para o consumo da família e para a venda, como meio de obtenção de recursos que ficam acumulados como reserva. Para o autoconsumo, geralmente, são utilizadas as aves; os bovinos no geral não são consumidos e sim destinados à venda; a criação de

animais de médio porte tem caráter transitório. Normalmente os animais são vendidos para comprar gado ou para a aquisição de meios de produção utilizados na produção comercial.

Diferente da produção agrícola, os animais podem ser reservados e vendidos. Além do mais, se valorizam com o ganho de peso e não há dificuldades para vendê-los. A produção agrícola comercial e a criação são elementos essenciais na economia desses entrevistados. Portanto, não há oposição entre a produção comercial e criação e sim uma normal articulação que possibilita a reprodução da família nas comunidades.

Através dessa sucinta caracterização das comunidades pesquisadas, foram identificadas algumas semelhanças entre elas, como as principais culturas agrícolas desenvolvidas nas unidades produtivas — tomate, pimentão, repolho, feijão verde, macaxeira, batata-doce — e o predomínio do método de irrigação por inundação das faixas laterais; o uso de instrumentos de trabalho mais simples, como a enxada, o enxadeco e os pulverizadores de costas. No que se refere ao trabalho, ora ele era realizado pela família, que, também, serve-se da mão-de-obra assalariada para a realização de algumas etapas do processo produtivo, caracterizando a produção camponesa, ora era realizado predominantemente através do trabalhador assalariado, caracterizando, portanto, essa atividade agrícola que contém os seguintes atores: agricultores (camponeses), irrigantes (pequenos capitalistas) e trabalhadores assalariados na produção territorial em torno do açude Epitácio Pessoa , “ O Boqueirão”.

6.4 - Quarta Fase – Segundo Processo de Desterritorialização: a proibição da irrigação em torno do açude “O Boqueirão” (1990 a 2000)

O açude Epitácio Pessoa foi construído a princípio com os objetivos de perenizar o rio Paraíba e, principalmente de solucionar o problema do abastecimento d’água para o consumo da população urbana de Campina Grande, como também a geração de energia (jamais efetivada) e irrigação. Já no ano seguinte à sua inauguração, em função de uma crise de abastecimento em Campina Grande, foi construída a primeira adutora para atender o abastecimento urbano daquela cidade (figura 22). Esse fato já preconiza um futuro de conflitos e certifica a real intenção da construção do açude.

Figura 22 - Adutoras para o abastecimento de Campina Grande



Fonte: Brito, 2008.

Com o tempo, outros usos foram incorporados: perenização ou regularização de vazão do rio Paraíba (figura 23), desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas nas suas áreas lindeiras, destacando a produção do tomate, nas unidades de produção cedidas pelo DNOCS (figura 24), atividades pesqueiras (figura 25), dessedentação de animais (figura 24), práticas de esporte (figura 26) e lazer (figura 27), produzindo inúmeros problemas relativos às demandas, gerando conflitos em face da necessidade dos diferentes atores captarem água para uso e consumo desse reservatório, o qual, em função, sobretudo da ineficiência de gestão, apresenta limitações periódicas para atender a todas as solicitações.

Figura 23 - Perenização do rio Paraíba



Fonte: DNOCS, 2015.

Figura 24 – Atividade Agrícola



Fonte: Brito, 2008.

Figura 25 - Atividades Pesqueiras



Fonte: DNOCS, 2015

Figura 26 - Dessedentação de animais



Fonte: DNOCS, 2015.

Figura 27 – Práticas de esportes



Fonte: Brito, 2008.

Figura 28 – Área de Lazer 1



Fonte: Brito, 2008.

Figura 29 – Hotel Chique – Chique



Fonte: Brito, 2008.

Figura 30 - Palhoça nas Margens do Açude



Fonte: P.M.B, 2015.

Figura 31 – Balneário - Área de Lazer – Década de 1980



Fonte: P.M. B. Década de 1980**.**

A acumulação dos atos territorializantes pelos diferentes atores agricultores (camponeses), irrigantes (pequenos capitalistas), pescadores e o Estado transformou o território em torno do açude de Boqueirão, originando 37 comunidades. São ambientes dotados de identidade, personalidade e individualidades paisagísticas, através das atividades agrícolas ali cultivadas e de outras atividades (pesca, lazer...), dos quais cada comunidade se diferencia pelo arranjo paisagístico entre elas. Dessa forma, através dos exemplos descritos anteriormente, foram identificados e exemplificados atos de territorialização (dominação - reificação – estruturação) no processo de reterritorialização após a construção do açude Epitácio Pessoa, caracterizando, assim, a terceira fase do processo (TDR), elencado na nossa proposta teórica e metodológica para leitura e compreensão territorial, tendo como exemplificação empírica o território agrário em torno do açude de Boqueirão.

De acordo com Raffestin (1993), cada ciclo de territorialização, com exceção do primeiro, estabelece-se sobre um território já construído, reificado, que vem

interpretado pelos atores do processo, os quais depositam as suas sabedorias ambientais, retirando o que vem considerado superado e utilizando/valorizando o que vem, ao contrário, considerado útil/importante para o funcionamento do sistema. Saquet (2010), com base em Raffestin, afirma que a interação entre os sucessivos ciclos de territorialização determina a massa territorial, a qual oferece importantes indicações sobre o valor do patrimônio territorial e as suas possibilidades de usos futuros.

A desterritorialização, a segunda fase do processo TDR, ocorre com a interrupção do processo de produção dos lugares, com a separação entre natureza e cultura, com o não respeito das identidades dos lugares e com a utilização do território como simples suporte das atividades econômicas que resultam, assim, padronizadas, iguais em qualquer ponto da superfície terrestre. Raffestin (1993) afirma que a desterritorialização representa fluxo, rompimento de fronteiras, relações, deslocalizações, movimento, o que revela uma concepção eminentemente areal do território.

Saquet (2004), com base em Raffestin (1984 e 2003), cita outras duas formas possíveis de identificação do processo de desterritorialização: *a descontextualização*, que evidencia os aspectos morfológicos da destruição das identidades paisagísticas operadas pela ruptura, nas modalidades insediativas, da relação ativa entre comunidades construídas e ambientes; e o degrado, que coloca a ênfase sobre a ruptura de equilíbrios ambientais, devido ao excesso de carga antrópica sobre o ambiente e a dissipação e destruição de recursos não renováveis.

Devido à dinâmica intensa do território constituído pelo açude Epitácio Pessoa estar sempre se modificando/transformando, é identificado o segundo processo de desterritorialização, mais um ciclo de desterritorialização na tríade T-D-R de acordo com o período em que estamos analisando a dinâmica territorial.

O segundo processo de desterritorialização foi identificado em torno do açude Epitácio Pessoa, “O Boqueirão”, no período de 1990 a 2000, através da atividade agrícola ali desenvolvida e suas relações com a dinâmica territorial, pois os agricultores localizados em torno do açude de Boqueirão foram atraídos pela abundância da água acumulada no açude e pelo processo de arrendamento das terras públicas, iniciado pelo DNOCS após a conclusão da obra de construção do açude, em 1959.

Como mencionado anteriormente, logo após a construção do açude Epitácio Pessoa, na reterritorialização espacial, tiveram prioridade no processo de arrendamento das terras em torno do açude os trabalhadores diaristas temporários e os moradores com propriedades no local onde foi construído o açude, inclusive aqueles que tiveram suas terras inundadas e indenizadas com a construção do mesmo. Foi assim que se iniciou, entre 1960 e 1970, o processo de irrigação nas terras em torno do açude Epitácio Pessoa (DANTAS, 1995). A produção do tomate, pimentão, repolho, feijão verde e outras culturas agrícolas só foi possível devido à implantação e operação da irrigação pelos agricultores a partir de 1960, havendo um aumento na área de produção entre 1970 e 1985.

Desde 1970, a irrigação passou a ser cada vez mais usada pelos produtores. Melo (1985) destaca que, em torno do açude de Boqueirão, a irrigação sempre foi considerada ineficiente, porque a maioria das unidades produtivas utilizavam a irrigação do tipo superficial, baseada em sistemas de sulcos por gravidade e inundações em faixas laterais, com elevados níveis de perda d'água (figura 32). Mesmo assim, esse tipo de irrigação proporcionou condições para o cultivo nas terras em torno do açude, tanto do tomate quanto de outras culturas como pimentão, feijão, banana, maracujá, feijão, repolho e outros.

Figura 32 - Elevados níveis de perda d'água através da irrigação por inundação



Fonte: Oliveira, 2004.

Na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, eram utilizados dois métodos de irrigação superficial, através dos sulcos e por faixas. A opção por esse

método foi fruto das vantagens que ele proporciona como o baixo investimento inicial e a possibilidade do aproveitamento de toda infraestrutura da irrigação existente para obter duas ou mais colheitas no mesmo ano agrícola. Também a possibilidade de produzir culturas em sequência, sem necessidade de mudança na estrutura da irrigação da área, possivelmente influenciou na escolha do método.

De acordo com o DNOCS (2015), entre as décadas de 1980 e 1990, existiam 340 irrigantes que ocupavam uma área total de 798 hectares e utilizavam 297 motores-bombas, que tinham como finalidade captar a água do açude de Boqueirão e levá-la até as plantações, localizadas às margens do manancial. Essa utilização da água de forma indiscriminada despertou grande preocupação por parte do DNOCS, uma vez que a quantidade de água utilizada na irrigação estava aumentando, em função do desperdício causado pela falta de manutenção das encanações – muitas delas apresentavam várias perfurações que causavam perda d'água – utilizadas na irrigação da produção agrícola.

Tal desperdício d'água constitui-se em um dos fatores que contribuíram para que se chegasse ao baixo índice hídrico do açude de Boqueirão, ocorrido na segunda metade da década de 1990, fato que culminou na proibição da irrigação em torno do açude. Outro fator que também contribuiu para o baixo índice hídrico do açude foi o elevado índice de evaporação da água que ocorre no Cariri Oriental Paraibano. Muito embora não tenhamos realizado estudos para verificar o índice de evaporação da água especificamente no açude de Boqueirão, verificamos referências sobre o elevado índice de evaporação que ocorre no semiárido, na região Nordeste, que pode ser observado no trabalho de Carneiro (s.d.) sobre a água nos açudes da região Nordeste do país:

> Os problemas não decorrem propriamente da quantidade média da chuva, mas provém, a exemplo do que acontece no semiárido como um todo, da irregularidade e da má distribuição espacial das precipitações ao longo do tempo, bem como da ação do sol, que consegue evaporar 2.000 milímetros anuais ou 2,0 metros de altura de água dos açudes aqui localizados (CARNEIRO, s.d., p 78).

Some-se a esses fatores, a diminuição da afluência da bacia hidrográfica que abastece o açude de Boqueirão, ocorrida na década de 1990. Conforme o DNOCS (2015), a capacidade de afluência de sua bacia hidrográfica em invernos regulares é estimada em torno de 270 milhões de metros cúbicos, escoando pelos

rios Paraíba e Taperoá. Porém, a partir dos anos de 1970, privilegiando interesses econômicos e políticos de alguns grupos localizados no Cariri paraibano, foram construídos pelos governos Federal e Estadual, à montante dos rios Paraíba e Taperoá (bacia do Rio Paraíba), aproximadamente 21 barragens, entre as quais podem ser citadas a do Congo, Camalaú, Sumé, Taperoá e outras, comprometendo, em muito, a acumulação da água no açude de Boqueirão. As somas das capacidades de reserva de água acumulada desses açudes totalizam 210 milhões de metros cúbicos, restando, portanto, da bacia inicial de 270 milhões, apenas 60 milhões de metros cúbicos, os quais são escoados para dentro do açude Epitácio Pessoa durante os invernos regulares. Sendo assim, são necessários aproximadamente cinco meses para que o açude alcance a sua capacidade total, em anos de bons invernos.

Enfim, o aumento da demanda relativa ao abastecimento d'água para o consumo humano, fruto do aumento da população beneficiada pela água do açude, constitui-se em outro fator, igualmente importante, que contribuiu para o baixo índice hídrico do açude de Boqueirão. Na década de 1990, foram implantados dois sistemas adutores - Gravatá e Cariri -, responsáveis pelo transporte d'água do açude de Boqueirão para os municípios beneficiados. A adutora Gravatá fornece água para as cidades de: Campina Grande, que sozinha, na década de 1990, consumia por mês uma média de 2.462.548 m^3 de água; Caturité, que consumia 17.063 m^3 de água; Pocinhos, que consumia 31.950 m^3 de água; Queimadas, que consumia 127.063 m^3 de água; São José da Mata (pertencente ao sistema de Campina Grande), que consumia 50.394 m^3 de água e Barra de Santana, que consumia 13.271 m^3 de água. Ao todo, pois, são 2.712.289 m^3 de água transportada pela adutora Gravatá. Boqueirão, que é servido pela Adutora Cariri, consumia 98.697 m^3 de água. Outros 233.234 m^3 eram utilizados pelas demais cidades abastecidas pela adutora Cariri: Boa Vista, Cabaceiras, Cúbati, Juazeirinho, Olivedos, Pedra Lavrada, São Vicente do Seridó, Seridó e Soledade (CAGEPA, 2007)[22].

Como podemos observar, houve crescimento do consumo d'água, tanto em função do método de irrigação - superficial por faixas laterais -utilizados na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, quanto também pela evaporação da água na região, pelas construções das barragens à montante do açude de Boqueirão e

[22] Os valores apresentados são apenas referentes ao consumo humano na segunda metade da década de 1990.

pelo aumento do fornecimento d'água para o consumo humano. Todos esses fatores contribuíram simultaneamente para o baixo índice hídrico do açude de Boqueirão. Porém, a construção das barragens (aproximadamente vinte e uma) realizadas pelos governos Federal e Estadual à montante dos rios Paraíba e Taperoá e o aumento da demanda para o abastecimento d'água para o consumo humano, fruto do aumento da população beneficiada pela água do açude de Boqueirão, provocaram impactos bem maiores do que o desperdício causado pela irrigação na agricultura praticada às margens do açude.

Em função da problemática do baixo índice hídrico, vivenciada pelos agricultores (camponeses) e irrigantes (pequenos capitalistas) que desenvolviam as culturas agrícolas às margens do açude de Boqueirão, e pela população das cidades por ele abastecidas, foi iniciado, na segunda metade da década de 1990, um processo de discussão sobre a utilização da água do açude de Boqueirão envolvendo o DNOCS, a CAGEPA, os agricultores (camponeses), os pequenos produtores capitalistas e a imprensa campinense.

Com o passar dos anos, entre 1996 e 1997, a situação hídrica do açude de Boqueirão foi se agravando cada vez mais. Mesmo assim, as medidas urgentes para priorizar o destino da água não foram tomadas. Foi nesse quadro que passaram a surgir as especulações de que haveria a proibição da irrigação em torno do açude. Assim, iniciou-se a instauração, em junho de 1998, de um Inquérito Civil Público, com a finalidade de adotar medidas que visassem assegurar o fornecimento da água nos municípios de Campina Grande, Boqueirão, Caturité, Queimadas, Pocinhos e outros abastecidos pelo açude de Boqueirão (DNOCS, 2007).

Nesse mesmo mês, foi convocada uma reunião com técnicos da área, cujo resultado foi a elaboração de um relatório contendo recomendações e sugestões para a utilização da água do açude, concluindo que a reserva de água disponível deveria ser destinada única e exclusivamente ao consumo humano e animal. O documento foi encaminhado a diversas autoridades Federais, Estaduais e Municipais, a fim de que fossem tomadas providências quanto à proibição da utilização da água do açude nas irrigações desenvolvidas pelos camponeses e pequenos produtores capitalistas que estavam localizados acima dos 30 hectares das margens do açude (DNOCS, 2007).

Em outro laudo, divulgado em outubro de 1998 e elaborado por técnicos do DNOCS que – de acordo com a Ação Cautelar n° 570 CLASSE XII – estavam

compromissados em priorizar o abastecimento da cidade de Campina Grande, concluiu-se que o açude de Boqueirão encontrava-se com o menor nível da água dos últimos anos, atingindo a cota de 366,43m em 30/09/1998, aproximando-se da cota-limite de 362,00m, na qual ficaria inviabilizado o bombeamento d'água para o abastecimento humano (figura 33).

Baseado nesse laudo, em novembro de 1998, através de um decreto administrativo subscrito por diversas autoridades estaduais, federais e municipais, foi proibida e suspensa a irrigação localizada na bacia do açude de Boqueirão e começou-se a lacrar todos os motores bombas localizados em torno do açude de Boqueirão. Todavia, o acordo não prosperou, em face de estudos realizados pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA – que asseguravam a existência d'água até março do ano 2000. A partir daí, em face da nova posição do Governo do Estado em relação à irrigação no açude, o Superintendente do IBAMA decidiu parar de lacrar as bombas.

Figura 33 – Ponto Crítico do Açude Epitácio Pessoa



Fonte: Naldo Barbosa, 1998

Diante disso, tornava-se inviável o uso indiscriminado, bem como o desperdício da água em situações que não fossem exclusivamente para o consumo humano e de animais, conforme prioridades estabelecidas na Lei 9.433/97 (arts. 1°, III e 15, III). Assim, no dia 25/02/1999, o Ministério Público Estadual impetrou, junto ao Ministério Público Federal, uma Ação Cautelar (Ação n° 570) promovida contra o DNOCS, requerendo a seguinte determinação:

> a suspensão da irrigação a montante da bacia hidráulica do açude Presidente Epitácio Pessoa (Boqueirão), incluindo suas ilhas e suas margens, devendo ser consideradas como áreas de preservação ambiental, afim de que a água ali ainda armazenada seja usada para exclusivo consumo humano e animal, coibindo-se igualmente, a utilização de agrotóxicos e qualquer outros produtos ou práticas que impliquem em degradação, poluição e conspurcação das águas do manancial enfocado

A decisão judicial que atendeu ao pleito concedeu o pedido da concessão da liminar, decretando, a partir do dia 03/03/1999, a suspensão de qualquer irrigação a montante do açude Epitácio Pessoa e determinando que a água ali existente fosse usada exclusivamente para o consumo humano e animal. O secretário Gúbio Mariz, que respondia pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente na ocasião, deu um prazo de 48 horas para que os camponeses e pequenos capitalistas desativassem os motores-bombas em torno do açude.

Segundo o secretário, a água do açude deveria ser usada exclusivamente para o consumo humano e animal. O secretário argumentava que, por causa do baixo nível hídrico do reservatório, a continuação da irrigação poderia provocar um colapso no abastecimento d'água de várias cidades da região, a começar por Campina Grande, que tem a segunda maior população da Paraíba. Para o cumprimento da liminar, foi oficiado o apoio do 2º BPM, IBAMA, CAGEPA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. Para a operação, foram, conforme o IBAMA, duas equipes por terra e uma equipe por água, as quais se utilizaram, respectivamente, de dois veículos e um barco motorizado.

O II Batalhão de Polícia Militar da Paraíba realizou o patrulhamento em torno do açude, com a finalidade de prender todos aqueles que desrespeitassem a Ação Cautelar. Além disso, os mesmos estavam sujeitos a pagarem multas e responderem à processo penal por danos causados ao meio ambiente e às populações que precisam de água para beber.

A força-tarefa conseguiu que fossem desestabilizadas e lacradas todas as moto-bombas utilizadas para a irrigação nas margens do açude, conseguindo com isso alcançar o objetivo determinado pela liminar de suspender todo e qualquer tipo de irrigação em torno do açude. Essa decisão repercutiu, de imediato, nos municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, instalados na bacia hidrográfica do açude, e, sobretudo, nas 37 comunidades construídas nas lindeiras do reservatório, as quais desenvolviam culturas irrigadas utilizando-se exatamente da água do açude.

A partir de então, começaram na região os conflitos mais intensos pelo direito ao uso da água do açude, entre a população das cidades influentes situadas próximas ao reservatório e que necessitavam da água para o seu abastecimento humano, como Campina Grande, e os agricultores locais, que tinham na agricultura irrigada a única forma de sobrevivência, como também os demais atores: pescadores, donos de áreas de lazer, criadores de animais e praticantes de esportes.

Segundo Brito (2008), a posse ou o domínio das águas são fontes de conflitos. A palavra conflito, conforme Maltez (2004), vem do latim *conflictus*, originário do verbo *confligo, confligere*, choque entre duas coisas, embate de pessoas que lutam entre si. Na base, o radical grego flag que também aparece em flagelar é o embate violento entre duas forças contrárias. É um estado de coisas em que duas ou mais partes reclamam a posse do mesmo elemento, quando este não pode ser possuído simultaneamente pelas várias partes que o querem possuir.

Já Vianna (2005) define conflito como uma oposição ou embate entre diferenças, forças e interesses. Para o autor, o conflito indica que um ou mais atores sociais estão em disputa por um objetivo: controle de um território, de uma população ou de um recurso natural, como a água. Ressalta que conflito não é sinônimo de guerra, esse é um embate ou luta armada entre nações, grupos ou facções, com emprego de estratégia militar. Assim sendo, compreendemos que toda guerra foi iniciada por um conflito, mas que pode haver conflito sem que se chegue ao estado de guerra, a exemplo do que ocorre na dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa, conflitos entre vários atores pelo uso da água.

Para Vianna (2005), a “água” é um elemento físico-químico tal qual conhecemos na natureza, que cumpre funções biológicas e ambientais de suporte e meio para todos os seres vivos do planeta, mas é também um recurso natural

indispensável e insubstituível, estratégico para qualquer sociedade, independentemente do seu grau de desenvolvimento.

Brito (2008), em outra escala de análise, destaca que a água possui dimensões econômicas, politicas, sociais e de poder, como também, denota valores simbólicos presentes na cultura e religiões. Dessa forma, a água constitui:

> A fonte de abastecimento dos moradores, movimentam as turbinas que geram energia para as residências e a indústria, serve de matéria prima para as fábricas, irriga as produções agrícolas que alimentam as cidades, compõe a base para o lazer e recreação das populações, bem como para os empreendimentos turísticos e, quando não é fonte de dessedentação dos animais (BRITO, 2008, p 65)

Brito (2008) afirma que atualmente incidem sobre a água cada vez mais estratégias de poder, transformando-a em fonte de conflito, em curso ou potenciais. O autor salienta que a importância dos recursos hídricos em seus diversos usos, nas inúmeras atividades econômicas e sociais é por si conflituosa, caracterizando uma disputa de uso incentivado pelo modelo atual de desenvolvimento, baseado na exploração desenfreada de recursos naturais como forma de alicerçar a economia capitalista – crescimento rápido suportado por um constante aumento de produtividade e aplicação de novas tecnologias, não havendo chances à renovação desses recursos. Como consequência, há ocorrência de diversos problemas ambientais, dentre os quais os conflitos com a água.

Atualmente podem ser identificados, em diferentes partes do mundo, diversos conflitos ou guerras motivadas por razões que envolvem a água. O quadro 6, a seguir, apresenta alguns países que vivem essa situação e seus objetos de disputas.

Quadro 06 - Países em Situações de Conflito ou Guerra por Razões que Envolvem a Água.

PAÍSES	OBJETO DA DISPUTA
Israel X Palestina e Jordânia	Águas do Jordão e aquíferos aluvionais.
Egito X Sudão	Controle das vazões do rio Nilo.
Turquia X Iraque e Síria	Controle das vazões nos rios Tigre e Eufrates.
Irã X Iraque	Chat al arab (Foz do Tigre e do Eufrates)

Uganda, Burundi, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Zaire	Lago Vitória, demais lagos adjacentes e rios que os conectam.
Líbia X Chade	Exploração de aquíferos no Saara Central
Estados Unidos X México	Águas do rio Grande e aquíferos na fronteira
Estados Unidos X Canadá	Grandes Lagos e demais rios compartilhados.
Nepal X Índia X Bangladesh	Controle de cheias na bacia do Ganges.
Índia X Paquistão	Irrigação na bacia do rio Indo
África do Sul/Botsuana X Zimbábue/Zâmbia/Moçambique.	Transposição do rio Chobe para o rio Vaal
Tadjiquistão X Quirguistão X Uzbequistão	Mar de Aral e rios Amou Daria e Syr Daira.
Países da ex - Iugoslávia	Compartilhamento da bacia do rio Danúbio
Hungria X Eslováquia	Aproveitamento hidroelétrico no Danúbio.

Fonte: Brito, 2008.

O Brasil destaca-se por possuir a maior reserva de água doce disponível no mundo, estimada em 12% da reserva hídrica do planeta. Fatores naturais estão na origem dessa vasta ocorrência de água doce no país, dentre as quais. a elevada pluviometria. Mais de 90% do seu território recebe chuvas abundantes, entre 1.000 e 3.000 mm/ano: uma média alta em termos mundiais. Mesmo com um bom potencial hídrico, o Brasil, de acordo com Brito (2008), convive com relações de conflitos hídricos motivados por duas problemáticas:

> Um aspecto importante para se entender os conflitos por água no Brasil é que algumas regiões são afetadas por problemas de escassez, como é o caso do Semiárido nordestino, sujeito a secas periódicas, enquanto outras regiões são marcadas pelo intenso e cada vez mais crescente uso de água, a exemplo das regiões metropolitanas (...). Outro dado substancial para se entender os conflitos por água no Brasil e que os recursos hídricos do país não estão distribuídos de maneira equitativa em seu território, existindo uma grande discrepância na distribuição espacial da água doce: 70% desta está na região Norte; 15% nas regiões Sul e Sudeste e apena 3% no Nordeste (BRITO, 2008, p, 68)

A região Nordeste brasileira, além de apresentar o mais baixo percentual de água doce do país, tem grande parte do seu território localizado numa área de clima semiárido, cujas características físico-climáticas com regimes de chuvas escassas, irregulares, alto índica de evaporação e secas periódicas, comprometem seus recursos hídricos tanto superficiais como subterrâneos. Além disso, a região apresenta internamente uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos, uma vez que o rio São Francisco representa 70% de toda a oferta regional (BRITO, 2008).

No contexto atual, o semiárido nordestino brasileiro não foge à regra geral apresentada por Vianna (2005) em seus estudos, ou seja, a escassez de água tem conduzido diversos atores a entrarem em conflito pelo uso de recursos hídricos, tornando a água uma fonte de poder e disputa. De acordo com Brito (2008), um exemplo concreto dessa problemática é o que se dá em torno do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional[23].

Outros exemplos de conflitos pelo uso da água no Nordeste, menos polêmicos, mas não menos importantes, ocorrem na Paraíba. Um deles envolve a disputa pelo uso da água do açude público Epitácio Pessoa - “o Boqueirão”. Conflito este retratado por Carneiro (s.d.) ao analisar o conflito da água na Paraíba.

[23] De acordo com o site do Ministério da Integração Nacional, a obra atual prevê a construção de dois eixos principais: o Eixo Norte e o Eixo Leste, já em execução. Segundo o próprio Ministério da Integração Nacional, a integração será possível com a retirada contínua de 26,4 m³/s de água, o equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1850 m³/s) no trecho do rio onde se dará a captação. Nos anos em que o reservatório de Sobradinho estiver vertendo, o volume captado poderá ser ampliado para até 127 m³/s, contribuindo para o aumento da garantia da oferta de água para múltiplos usos. O Eixo Norte percorrerá cerca de 400 km, captando água no rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó – PE e conduzindo aos rios Salgado e Jaguaribe (CE), Apodi, (RN) e Piranhas-Açu (PB-RN). Ao cruzar o estado de Pernambuco este eixo disponibilizará água para atender as demandas de municípios inseridos em três sub-bacias do rio São Francisco: Brígida, Terra Nova e Pajeú. Projetado para uma capacidade máxima de 99 m³/s, esse Eixo operará com uma vazão contínua de 16,4 m³/s, destinada ao consumo humano. Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na bacia do São Francisco (Sobradinho vertendo), as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida. O Eixo Leste terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta – PE e percorrerá 220 km até o rio Paraíba (PB), após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco. Para este Eixo está prevista uma capacidade máxima de 28 m³/s, porém, funcionará com uma vazão contínua de 10 m³/s, disponibilizada para consumo humano. Periodicamente, em caso de sobras de água em Sobradinho e de necessidade nas regiões beneficiadas, o canal poderá funcionar com a vazão máxima, transferindo este excedente hídrico para reservatórios existentes nas bacias receptoras, a exemplo do Epitácio Pessoa – Boqueirão, localizado na Bacia do Rio Paraíba (PB).

> No caso específico do estado da Paraíba, estão ocorrendo conflitos visando à utilização das águas de diversos açudes. Entretanto, o de maior importância diz respeito ao uso das águas do açude público Epitácio Pessoa, localizado no município de Boqueirão, na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, que vem sendo disputado, principalmente para abastecimento das populações situadas na área de influência do reservatório, como também por agricultores (CARNEIRO, s.d., p.25).

O conflito existente nesse território pelo uso da água envolve atores locais, ou seja, aqueles que estão limítrofes à bacia hidráulica do açude (irrigantes, agricultores, pescadores etc.) e que são contra a decisão da liminar judicial que proibiu a irrigação em torno do açude; envolve também os atores públicos externos, cujo interessado, o Estado, representa, em tese, as comunidades urbanas instaladas à jusante do açude, sobretudo o município de Campina Grande, que utiliza a água do açude, através da CAGEPA, não apenas para o consumo humano, mas também para a produção de bens pelas indústrias (que têm elevado consumo de água), além do setor de serviços.

Nesse contexto, é possível identificar territórios diferenciados (os que estão em torno do açude e aqueles instalados à jusante, como destaque para Campina Grande) que lutam para ter acesso ao mesmo bem: as águas do açude. Este tipo de formação territorial é denominado por Torres (2007) de Hidroterritório, que expressa um fenômeno social onde o controle da água representa o domínio do território, trazendo à tona conflitos eminentemente hídricos.

Foi nesse quadro de conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa que surgiu, no município de Boqueirão, em novembro de 1998, o Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, formado por apenas 80 integrantes, entre camponeses e pequenos capitalistas locais, com o objetivo de reivindicar o direito de continuar desenvolvendo suas atividades agrícolas em sua unidade de produção, servindo-se para tal da irrigação[24].

Em entrevista realizada com o presidente do sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, o secretário Gúbio Mariz, que respondia pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente na ocasião, alegava estar apenas dando cumprimento à medida cautelar de Nº 570, classe XII, movida pelo Ministério Público contra o Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS, baseando-se na lei n° 9.433/97 9 arts.1, II e 15, III, que instituiu a política de recursos hídricos. Sendo assim, os camponeses e

[24] O Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão considera “irrigantes” todos os agricultores que trabalham na agricultura em torno do açude de Boqueirão.

pequenos capitalistas locais deveriam desativar todos os equipamentos que utilizavam para retirar a água do açude, sob a ameaça de terem apreendidos os motores-bombas e mangueiras de sucção, bem como de serem acusados de desrespeitarem as leis de proteção e preservação do meio ambiente.

Dessa forma, protestos foram organizados pelos camponeses e pequenos capitalistas de Boqueirão, fechando a rodovia Estadual 148, a principal via de acesso à cidade. Em seguida, os camponeses, pequenos capitalistas e a população civil do município saíram em passeata pelas principais ruas do município (figuras 34 e 35), reivindicando soluções imediatas para os desempregados da agricultura, bem como a revisão da decisão da Ação Cautelar que estabeleceu a proibição da irrigação em torno do açude.

Figura 34 – Mobilização da População Local Contra a Proibição da Irrigação



Fonte: Naldo Barbosa. Fevereiro de1999.

Figura 35 – Carreata Organizada pelo Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão



Fonte: Naldo Barbosa. Fevereiro 1999.

A mobilização contra a proibição do uso da água do açude para irrigação, organizada pelo Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão, logo após a Ação Cautelar do Ministério Público, marcou a união entre a cidade e o campo no município de Boqueirão. As ruas do município foram tomadas pelos camponeses, pequenos capitalistas, trabalhadores rurais, estudantes, comerciantes locais e pela população civil, na realização de caminhadas e atos públicos em frente aos prédios públicos do Município. Assim, a cidade tornou-se palco das reivindicações dos camponeses, pequenos capitalistas e trabalhadores rurais. Ao lado deles, comerciantes da cidade, estudantes e a população local marchavam pelos mesmos direitos. Essa união dialética entre a cidade e o campo é identificada não só no município de Boqueirão, como também no território brasileiro de um modo geral, uma das marcas do processo contraditório e desigual de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, como tem chamado a atenção Oliveira (2002, p. 104):

> [...] cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade em que a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, de um lado, a indústria, o comércio etc. do outro) vai sendo soldada pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (boia-fria do campo). Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Pode-se verificar também que a industrialização dos produtos

> agrícolas pode ser feita no campo com trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou no início de sua expansão; a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não só os assalariados no campo que lutam na cidade procurando obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda para buscar vantagens creditícias e/ou técnicas, de modo a manter as condições para continuarem camponeses, ou seja, continuarem produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela estas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão da grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, a presença de comerciantes da cidade, estudantes e a população local, ao lado dos camponeses, pequenos capitalistas e trabalhadores rurais, mostrou a força da população da cidade, que dependia direta ou indiretamente da atividade agrícola desenvolvida em torno do açude. Estimava-se que, em fevereiro de 1999, cinco mil pessoas dependiam direta ou indiretamente da agricultura irrigada no município de Boqueirão. Dessa forma, a proibição teve consequências diretas não só para os camponeses e pequenos capitalistas fixados às margens do açude, mas também para os trabalhadores rurais assalariados temporários que residiam no bairro Bela Vista, em Boqueirão, e que ficaram sem trabalho na atividade agrícola. Tal fato afetou também o comércio local, com reflexos negativos para a região, principalmente para o município, visto que muitos camponeses, pequenos capitalistas e trabalhadores rurais migraram para outros lugares ou começaram a desenvolver outras atividades para sobreviverem. Além disso, após a proibição da irrigação, a produção agrícola em torno do açude de Boqueirão diminuiu, baixando o poder aquisitivo das pessoas que trabalham nessa atividade, fato que afetou diretamente o comércio do município, através do fechamento de vários estabelecimentos comerciais logo após a proibição da irrigação.

No âmbito da dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa, encontramos diversas relações de forças que contribuem na sua configuração. Entre essas forças, podemos destacar a existência do **P**oder (letra maiúscula) e o **p**oder (letra minúscula) indicado e elencado Raffestin (1993) na nossa proposta. Nesse contexto, o **P**oder é o Estado representando nesse território pelos Ministérios Públicos: Estadual e Federal através da Ação Cautelar (Ação n° 570) promovida contra o DNOCS, a qual proibiu a atividade agrícola em torno do açude Epitácio Pessoa. Porém, esse Poder foi exercido de forma conjunta com o apoio do 2º

BPM, IBAMA, CAGEPA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. Essa atuação garantiu a soberania do Estado e a sujeição dos agricultores no primeiro momento nesse território.

Entretanto, o **p**oder (letra minúscula) é produzido nas relações sociais heterogêneas, que extrapolam a atuação do Estado e envolvem processos da vida cotidiana. Nesse contexto, o **p**oder foi organizado pelos agricultores e trabalhadores rurais que residiam e trabalhavam em torno do açude Epitácio Pessoa. Esse **p**oder é representado pelos sindicatos: sindicato dos Irrigantes de Boqueirão e o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão. Representantes desses sindicatos sempre estavam presentes nas discussões sobre o uso da água do açude, como também nos debates que envolviam a busca de projetos sociais para serem implantados em torno do açude, como a construção de cisternas de placas nas residências das unidades de produção em torno do açude Epitácio Pessoa.

Dentro desse contexto, ocorre o segundo processo de desterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa. A segunda fase do processo (TDR), destacada na nossa proposta teórica e metodológica, tendo por base teórico Deleuze, Guattari (1995), Haesbaert (2012) e Claude Raffestin (1993), é compreendida em torno do açude Epitácio Pessoa, “o Boqueirão”, no período de 1990 - 2000, conforme descrito anteriormente. Verificamos que, apesar da importância da agricultura irrigada para a produção agrícola, em torno do açude de Boqueirão, a irrigação era considerada ineficiente, pois Melo (1985) já verificava, na década de 1980, que a maioria das unidades de produção utilizava a irrigação do tipo superficial, baseada em sistemas de sulcos por gravidade e inundações em faixas laterais, com elevados níveis de perda d’água.

Como seria de se esperar, o aumento da demanda da água devido à utilização para irrigação, ao aumento no abastecimento da população que consome água do açude de Boqueirão de um lado e os baixos índices pluviométricos que atingiram o Cariri Oriental paraibano de outro, impossibilitaram o acúmulo de água no açude. De acordo com o DNOCS, (2007) desde 1986, a capacidade hídrica do açude era insuficiente para atender sua demanda, chegando sua capacidade, em 31 de dezembro de 1998, em 78,850,99 m², aproximadamente 17% de sua capacidade total.

A ameaça da proibição da irrigação em torno do açude depois da segunda metade da década de 1990 ocasionou o início do segundo processo de

desterritorialização naquele território, pois provocou queda na produção agrícola, um desequilíbrio na organização da produção e do trabalho nas culturas irrigadas em torno do açude, havendo redução no plantio de algumas culturas agrícolas e redução nos postos de trabalho (assalariados e temporários) nessas atividades. O segundo processo de desterritorialização se intensificou em fevereiro de 1999, através de uma medida cautelar de n. 570, classe XX, movida pelo Ministério Público contra o Departamento Nacional de Obras Contra Secas DNOCS, baseado-se na lei n° 9.433/97 (arts 1,III e 15 III). Tal medida proibiu toda e qualquer irrigação em torno do açude Epitácio Pessoa, “O Boqueirão”, a partir do dia 03 de março de 1999, e estabeleceu que a água existente no açude seria usada exclusivamente para o consumo humano e animal.

Vale ressaltar que os atores que não desenvolviam atividades agrícolas, como: os pecuaristas, pescadores e prestadores de serviços de lazer, não foram proibidos de utilizarem a água do açude, mesmo depois de impetrada a decisão judicial, por não interferir na disponibilidade hídrica do açude. Nesse período, segundo a CAGEPA, 17 municípios e 4 distritos eram abastecidos com as águas do açude Epitácio Pessoa, captadas através de sistemas adutores, conforme apresentado no quadro 07.

Quadro 07 – Sistema de adutores

SISTEMA DE ADUTORES	MUNICÍPIOS ABSTECIDOS
Cariri	Boqueirão, Cabaceiras, Boa Vista, Soledade, Juazeirinho, Cubati, Olivedos, Pedra Lavrada, Seridó.
Campina Grande	Campina Grande, Pocinhos, Lagoa Seca e Matinhas.
Outros sistemas	Queimadas, Caturité, Barra de Santana e Riacho de Santo Antônio

Fonte: CAGEPA, 2016.

A CAGEPA, durante esse período de crise, adotou políticas de racionamento para os municípios abastecidos pelo açude Epitácio Pessoa, como alternativa emergencial para tentar garantir o suprimento de água potável à população. Apesar de o açude Epitácio Pessoa abastecer 17 municípios, foi a importância de Campina

Grande[25] como polo político e econômico regional que impulsionou o Ministério Público a impetrar a Ação Cautelar, cujo pleito atendido determinou liminarmente que suas águas fossem utilizadas apenas para o consumo humano e animal. Tal decisão não comprometeu a cidade, que continuou dispondo da água daquele reservatório não apenas para o consumo humano, mas, sobretudo, para a manutenção de suas atividades econômicas, notadamente sua indústria e prestações de serviços, que não sofreram restrição alguma de abastecimento.

Através da proibição da irrigação, é possível compreender o segundo processo de desterritorialização em torno do açude, pois os agricultores ficaram impedidos de trabalhar em sua terra na unidade de produção, reduzindo a produção das culturas agrícolas irrigadas, deixando as famílias das unidades de produção desestruturadas economicamente, socialmente e psicologicamente, pois muitos membros da família (pai e filhos mais velhos) se deslocaram para outras regiões, tornando a migração uma alternativa de sobrevivência para algumas famílias.

Essa desestruturação nas famílias em torno do território do açude de Boqueirão, motivada pela impossibilidade de trabalhar na produção agrícola em suas unidades de produção, foi identificada por Oliveira (2004) nos seguintes depoimentos:

> *“ meu marido com mais dois filhos meus foram embora trabalhar em Assun – RN, aqui ninguém pode trabalhar mais, o IBAMA é direto vendo quem está pegando água para irrigar as plantas, eu fiquei com esse pequeno aqui, mas se Deus quiser vai chover muito, encher tudo e eles voltam” (Entrevistado 64)*
>
> *“ é muito triste não poder trabalhar mais, tive até que tomar remédio para a tristeza grande, ter terra, mas não poder plantar, chega a noite dá um desespero, choro tanto, sonho ver tudo isso cheio de plantações “ (Entrevistado 101)*
>
> “ fico pensando como meus filhos vão aprender lidar com a terra, essa terra era de pai, aprendi a plantar feijão, tomate, pimentão, tudo faço agora tô aqui sem fazer nada, os meninos foram embora para Bahia e mandam todo mês o dinheiro da feira” *(Entrevistado, 35)*
>
> *“ Pode andar por todo canto e veja não tem nada plantado, o povo indo embora para não morrer de fome, toda semana fazemos novena pedindo chuva a nossa senhora, porque se não tiver vamos ter que ir embora, não tem trabalho, os meninos e as meninas antes todo dia tinha um campo para trabalhar, aqui a gente plantava tudo, hoje tá assim a situação” (Entrevistado, 73).*

[25] A utilização das águas do açude Epitácio Pessoa dinamizava e dinamiza ainda as principais atividades econômicas de Campina Grande: as indústrias (em pleno funcionamento) só operam devido à utilização de suas águas; o mesmo ocorre com as atividades de comércio e serviços: lojas, hospitais, escolas etc.

Através das falas desses depoimentos, podemos verificar que houve uma nova reconfiguração paisagística territorial nos aspectos econômicos, sociais e afetivos. Dessa forma, aconteceu como Raffestin (1993) afirma “o degrado do território”, que acorre com a ruptura de equilíbrios ambientais, devido ao excesso de carga antrópica sobre o ambiente e a dissipação e destruição dos recursos não renováveis, no caso, do território em torno do açude Epitácio Pessoa, a água que era utilizada na irrigação das culturas agrícolas e no consumo humano.

Sendo assim, a continuidade desse processo pode ser interrompido somente por novas formas de desenvolvimento produzidas pelas necessidades induzidas dos atores sociais. O problema que se coloca é aquele de promover o início de um novo processo de reterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa, baseando-se em uma reaproximação entre natureza e cultura, sociedade assentada e ambiente. Um passo importante nessa direção, destaca Raffestin (1993), é aquele da individualização da identidade territorial, através da leitura dos processos de formação do território na longa duração para reinterpretar invariações, permanências, sedimentos materiais e cognitivos em relação aos quais produzem-se novos atos territorializantes.

6.5 Quinta fase - Segundo Processo de Reterritorialização em torno do açude “ o Boqueirão” (2001 a 2010)[26]

O território em torno do açude Epitácio Pessoa, entendido como o produto histórico de processos coevolutivos com êxito na transformação do ambiente por obra de sucessivos e estratificados ciclos de territorialização, foi constituído de novas territorialidades/transformações para a sua sobrevivência no decorrer da sua processualidade, havendo mudança e permanências, isto é, des-continuidades, produzindo novas configurações e reproduzindo velhos componentes econômicos, políticos e culturais que faziam parte das atividades ali existentes por diversos atores.

[26] As informações que estão neste item 5.5 foram baseadas nas pesquisas de campo realizados por OLIVEIRA (2004),(2007) e Brito (2008).

6.5.1 A dominação: a proibição da irrigação em torno do açude

Diante da proibição da irrigação em torno do açude Epitácio Pessoa, ocorre o processo de desterritorialização que foi logo acompanhado de um novo processo de reterritorialização, o segundo processo de reterritorialização na nossa análise. Entre 2001 e 2010 é identificado um movimento de produção de um novo território " reterritorialização" pelos atores presentes, pois o território deve ser compreendido:

> Como uma construção social, natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão destes elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território. Nesta nova territorialização ou reterritorialização permanecem elementos do antigo território cujo papel é manter a ligação que ocorre no processo conhecido como TDR, ou seja, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SAQUET; SOUZA, 2009. p. 19)

Esse processo é permanente e simultâneo, um está no outro, e serve para explicar o movimento, a fragmentação, a contradição e a unidade que existe e, ao mesmo tempo, para explicar o real e entender movimento de constituição do novo território em torno do açude Epitácio Pessoa.

6.5.2. A reificação: o desenvolvimento ilegal da atividade agrícola (2001 - 2003)

A reificação presente no segundo processo de reterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa iniciou-se entre os anos de 2001 e 2003, quando alguns camponeses não respeitaram a medida cautelar que proibiu a irrigação em torno do açude e continuaram a desenvolver as atividades agrícolas ilegalmente, ainda que de forma reduzida. Isso se deu pela necessidade de garantir a reprodução da família e pela não existência de outro emprego na região. Assim, alguns deles continuaram plantando, ainda que sempre com medo da fiscalização do IBAMA, como podemos identificar no depoimento de um camponês da Comunidade Mirador:

> *"Eu plantava, porque tinha que ganhar dinheiro para comer e dar de vestir aos meus filhos. Eu e outros amigos daqui pagávamos para um menino ficar em cima daquela pedra lá no alto em cima daquele serrote, quando ele avistava o IBAMA de dentro do açude com seus barcos fiscalizando, ele soltava foguetões e nós íamos tirar de dentro do açude o moto-bomba e os canos utilizadas na irrigação ou então quando a fiscalização vinha pela estrada o meu compadre que mora no Sangradouro (comunidade)*

> *telefonava para o posto daqui e a menina avisava à gente".* (Depoimento de um camponês da comunidade Mirador, em entrevista realizada em Setembro de 2006).
>
> " Não parei de plantar, porque não tinha emprego, como também essa terra é minha e tudo que tenho para meus filhos, todos trabalham comigo, ensinei a plantar cada planta de uma forma, todos eles sabem que com a água e a terra dá para viver" (Depoimento de um camponês da comunidade Tatu, em entrevista realizada em Setembro de 2006).
>
> "Meu amigo, a água aqui perto, eu ia deixar de plantar, trabalhava à noite com os meninos e plantava o básico para vender e comer" (Depoimento de um camponês da comunidade Pata, em entrevista realizada em Setembro de 2006).

Em 2004, ano considerado atípico pelos meteorologistas, choveu bastante em toda a região Nordeste e as chuvas que caíram na microrregião do Cariri Oriental paraibano fizeram com que em menos de um mês o açude de Boqueirão atingisse a sua capacidade máxima. Em 03 de fevereiro de 2004, o açude de Boqueirão "TRANSBORDOU" (figura 36).

Figura 36 – Transbordamento do açude Epitácio Pessoa



Fonte: Naldo Barbosa. Fevereiro de 2004.

Tal fato foi divulgado em vários meios de comunicação do estado e foi também motivo de vários festejos da população do município de Boqueirão e das

cidades vizinhas, os quais o açude abastece para o consumo humano, principalmente para os camponeses e pequenos capitalistas que residiam em torno do açude, como Oliveira (2007) destaca a seguir:

> " Só ***Deus para trazer a água, a água é vida, é tudo, aqui é tudo plantado ... tem água agora para tudo plantar, beber, pescar***" (Depoimento de um camponês da comunidade Bredos, em entrevista realizada em julho de 2006).
>
> ***"É uma alegria só do povo, agora com água no açude não falta trabalho, os plantadores todos voltaram a plantar, agora tudo verde, cheio de carro carregando feijão, pimentão, cebola, tomate***" (Depoimento de um camponês da comunidade Pedrinhas, em entrevista realizada em Setembro de 2006).
>
> ***"Graças a Deus tem água no açude e que não vendi de barato minha terra, como muitos vizinhos meus fizeram e foram embora. Hoje todos meus filhos trabalham, ganham seu dinheiro e vivem aqui perto de mim, voltaram para trabalhar na agricultura"*** (Depoimento de um camponês da comunidade Mirador, em entrevista realizada em Outubro de 2006).

Haesbaert (2006, p.172) destaca que sempre que houver uma identidade territorial haverá também uma identidade social, "[...] não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes." Parte dos agricultores externaram nos depoimentos a valorização da água para o território, pois a mesma, de forma conjunta com a terra, torna o território dinâmico, como vida, circulação, reprodução da família nas atividades agrícolas, sendo um elemento de valor para os atores que vivem e sobrevivem das atividades econômicas e sociais ali estabelecidas.

Segundo o DNOCS (2007), a capacidade do açude Epitácio Pessoa em 12 de julho de 2004 atingiu a cifra de 398.547,268 $m^{3,}$ aproximadamente 95,3% de sua capacidade (figura 37).

Figura 37 – A Fartura d'água no Açude Epitácio Pessoa



Fonte: Naldo Barbosa. Fevereiro de 2004.

Com o açude com quase 100% de capacidade hídrica, os camponeses e os pequenos capitalistas recomeçaram a desenvolver as atividades agrícolas, alguns inclusive chegaram a ampliá-las, ainda que de forma irregular, uma vez que a medida Cautelar do Ministério Público, que proíbe a irrigação em torno do açude não foi revogada. Porém, diante desse quadro, também a fiscalização por parte do IBAMA diminuiu no momento em que o açude atingiu sua capacidade máxima, fato que propiciou a retomada do crescimento da agricultura irrigada nas margens do açude.

As chuvas continuaram nos anos de 2005 e 2006, garantindo que o açude continuasse atingindo sua capacidade máxima. Dessa forma, a fiscalização em torno do açude, realizada pelas polícias militar, civil e pelo IBAMA, em cumprimento da Ação Cautelar, deixou de ser realizada. Sem a fiscalização, os camponeses e os pequenos capitalistas construíram novos arranjos territoriais nesse processo de reterritorialização, dependendo da cultura agrícola ali produzida.

6.5.3 A estruturação: a reconfiguração paisagística das atividades produtivas em torno do açude no processo de reterritorialização

No que se refere ao número de hectares dedicados à produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, antes e depois da proibição da irrigação, podemos verificar, de uma forma geral, uma diminuição das culturas comerciais e uma maior diversificação da produção a partir da opção por outras culturas da chamada economia do excedente.

Um dos principais produtos comerciais cultivados em torno do açude de Boqueirão, na década de 1980, era o tomate, cultura que passou a ser priorizada pelos camponeses e pequenos capitalistas a partir da década de 1970, devido à maior aceitação que o produto possuía no mercado, fato que possibilitava um maior retorno financeiro no final da produção.

Em relação à área total ocupada pela cultura do tomate nas comunidades pesquisadas, podemos verificar, na tabela 04, que antes da proibição da irrigação os entrevistados destinavam 547 hectares de suas terras a essa cultura[27], enquanto que depois da proibição da irrigação passaram a destinar apenas 218 hectares, tendo ocorrido uma redução de 329 hectares (60,2%) no número de hectares destinados a ela.

Conforme podemos verificar na tabela 04, antes da proibição da irrigação cerca de 51% (87) dos entrevistados destinavam uma área de dois hectares ao cultivo dessa cultura e depois da proibição da irrigação apenas 8,2% (14) dos entrevistados cultivavam dois hectares dela em torno do açude, registrando-se assim uma redução de 84,3% do número dos entrevistados que destinavam dois hectares ao cultivo do tomate.

27 Dados relativos à soma de todas as áreas cultivadas por essa cultura em todas as comunidades pesquisadas.

Tabela 04 – Número de hectares dedicados à produção do tomate e pimentão antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.

Números de Hectares	Culturas agrícolas Irrigadas							
	Tomate				Pimentão			
	Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação		Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação	
	Nº de entrevistados	%	N° de entrevistados	%	N° de entrevistados	%	N° de entrevistados	%
Não prod.	00	00	00	00	00	00	00	00
0.5	00	00	32	18.7	00	00	41	25.3
1.0	00	00	79	46.1	14	8.7	74	45.7
1.5	00	00	24	14	08	4.9	33	20.4
2.0	87	51	14	8.2	76	46.9	14	8.6
2.5	04	2.3	13	7.6	06	3.7	00	00
3.0	20	11.6	09	5.4	18	11.1	00	00
3.5	09	5.2	00	00	26	16	00	00
4.0	12	7.1	00	00	09	5.5	00	00
4.5	07	4.1	00	00	00	00	00	00
5.0	00	00	00	00	05	3.2	00	00
5.5	00	00	00	00	00	00	00	00
+ 6.	32	18.7	00	00	00	00	00	00
Total	171	100	171	100	162	100	162	100

Fonte: OLIVEIRA, (2007)

.

O mesmo fato ocorre com relação ao cultivo do pimentão. Enquanto, antes da proibição da irrigação, a área total ocupada pelo pimentão era de 399 ha, depois da proibição ela passou a ser de apenas 172 ha, ocorrendo uma diminuição de cerca de 227 hectares (56,9%) da área total ocupada por essa cultura em torno do açude de Boqueirão. Também é possível verificar na tabela 04 que, antes da proibição da irrigação, cerca de 46,9% (76) dos entrevistados destinavam dois hectares de sua unidade de produção para o cultivo do pimentão, enquanto que, depois que foi proibida a irrigação, apenas 8,6% (14) dos entrevistados continuam cultivando dois hectares, havendo, assim, uma redução de 81,6% do número de entrevistados que destinam essa área ao cultivo do pimentão.

Conforme os entrevistados, a proibição da irrigação, as pragas, o alto custo financeiro da cultura, as oscilações do preço das culturas do tomate e pimentão no mercado são os principais fatores que contribuíram para a redução da área cultivada das culturas do tomate e pimentão.

Ainda em relação à produção do tomate, através da tabela 05, verificamos que antes da proibição da irrigação, cerca de 94,2% (171) dos entrevistados produziam acima de 1.400 caixas de 30 kg por hectare cultivado, enquanto que depois da proibição da irrigação apenas cerca de 50,8% (88) deles continuaram

produzindo acima de 1.400 caixas de 30 Kg por hectare cultivado. Houve, portanto, uma redução de 51% (83) no número de entrevistados que produzem acima de 1400 caixas de 30kg por hectare depois que foi proibida a irrigação.

Tabela 05 – Produção do tomate em caixa/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.

Produção do tomate em caixa/ha	Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação	
	Nº de entrevistados	%	Nº de entrevistados	%
Não produzem	0	0	56	33.6
1 a 200	0	0	0	0
201 a 400	0	0	0	0
401 a 600	0	0	0	0
601 a 800	0	0	0	0
801 a 1000	0	0	27	15.6
1001 a 1200	0	0	0	0
1201 a 1400	10	6	0	0
1401 a 1600	38	22.2	28	16.2
1601 a 1800	37	21.6	34	19.6
1801 a 2000	86	50.2	26	15
Total	171	100	171	100

Fonte: OLIVEIRA, (2007)

Nessa mesma tabela 6, verificamos que, antes da proibição da irrigação, mais da metade dos entrevistados chegavam a atingir 2.000 caixas por hectare (50,2%), dependendo das condições climáticas e de realização dos tratos culturais necessários. No momento da pesquisa, apenas 25 entrevistados (15%) afirmaram ter atingido a produção de 2.000 caixas por hectare plantado dessa cultura. Essa redução na produtividade por hectare se deve, de acordo com os entrevistados, à proibição da irrigação, às pragas e à redução da área cultivada.

Fato semelhante acontece com a cultura do pimentão. Como mostra a tabela 06, antes da proibição da irrigação, cerca de 43,7% dos entrevistados em torno do açude de Boqueirão produziam 5.000 sacos de 25 a 30 kg por hectare cultivado, enquanto que depois da proibição apenas cerca de 29,9% dos entrevistados continuaram produzindo 5.000 sacos por hectare cultivado. Antes da proibição da irrigação, 20% dos entrevistados chegavam a atingir 6.000 sacos por hectare, dependendo das condições climáticas e de realização dos tratos culturais necessários a essa cultura. Depois da proibição da irrigação, apenas 12,8% dos entrevistados declararam ter atingido a produção de 6.000 sacos por hectare plantado dessa cultura.

Tabela 06 – Produção do pimentão em saco de 30 a 40 kg/ha antes e depois da proibição da irrigação.

Produção do pimentão em saco/ ha	Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação	
	Nº de entrevistados	%	Nº de entrevistados	%
Não produzem	00	00	36	22.2
1 a 500	00	00	00	00
501 a 1000	00	00	00	00
1001 a 1500	00	00	00	00
1501 a 2000	00	00	00	00
2001 a 2500	00	00	00	00
2501 a 3000	00	00	00	00
3001 a 3500	00	00	00	00
3501 a 4000	11	6.7	10	6
4001 a 4500	21	13	29	18
4501 a 5000	71	43.7	48	29.9
5001 a 5500	27	16.6	18	11.1
5501 a 6000	32	20	21	12.8
Total	162	100	162	100

Fonte: OLIVEIRA, (2007)

.

Conforme o camponês João Batista, da comunidade Cavaco, essa baixa na produtividade nas culturas do tomate e pimentão também é explicada pelo alto custo dos insumos. De acordo com ele, um litro de agrotóxico utilizado nessas culturas custava em média, no mercado, cerca de R$ 600,00 a R$ 800,00, ficando difícil arcar com tais despesas, sobretudo devido à já mencionada oscilação do preço dos produtos (tomate e pimentão) no mercado. Em relação à utilização dos agrotóxicos[28], mesmo sendo proibidos pelo DNOCS, os entrevistados das comunidades pesquisadas utilizavam esse recurso de forma indiscriminada em todas as culturas, com o intuito de acabar com as pragas que assolavam as culturas, e sem muita preocupação com as consequências sobre o meio ambiente.

Havia também, em torno do açude de Boqueirão, a redução do número de hectares destinados às culturas do repolho e da banana, conforme pode ser observado na tabela 07. No que se refere à área total ocupada pela cultura do repolho nas comunidades pesquisadas, a redução também é significativa: os 40 ha destinados a essa cultura antes da proibição da irrigação foram reduzidos a apenas

28 Sobre a utilização dos agrotóxicos, iremos detalhar mais na parte relativa às técnicas utilizadas entre os camponeses em Boqueirão.

19 ha, havendo uma redução de 21 hectares (52,5%) da área total ocupada pelo repolho nas comunidades pesquisadas.

Tabela 07 – Número de hectares dedicados à produção do repolho e da banana antes e depois da proibição da irrigação.

Números de Hectares	Culturas agrícolas Irrigadas							
	Repolho				Banana			
	Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação		Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação	
	Nº de camponeses	%	N° de camponeses	%	N° de camponeses	%	N° de camponeses	%
Não prod.	00	00	16	42.2	00	00	17	53.1
0.5	11	28.9	08	21	00	00	06	18.8
1.0	15	39.5	11	28.9	12	37.5	05	15.6
1.5	08	21	03	7.9	05	15.6	04	12.5
2.0	04	10.6	00	00	06	18.8	00	00
2.5	00	00	00	00	00	00	00	00
3.0	00	00	00	00	09	28.1	00	00
3.5	00	00	00	00	00	00	00	00
4.0	00	00	00	00	00	00	00	00
4.5	00	00	00	00	00	00	00	00
5.0	00	00	00	00	00	00	00	00
5.5	00	00	00	00	00	00	00	00
+ 6.0	00	00	00	00	00	00	00	00
.Total	38	100	38	100	32	100	32	100

Fonte: OLIVEIRA (2007)

Também no caso da cultura do repolho, como verificamos na tabela 07, antes da proibição da irrigação cerca de 39,5% (15) dos entrevistados reservavam um hectare para produzirem o repolho, enquanto que depois da proibição da irrigação apenas 28,9% (11) dos entrevistados destinam essa mesma área para o cultivo do repolho, tendo ocorrido aqui uma redução de 24,9.% no número de entrevistados que destinam um hectare para o cultivo do repolho.

Situação semelhante foi observada com a cultura da banana, que é cultivada em associação ao repolho, pimentão e feijão na fase inicial do seu ciclo produtivo. No que se refere à área total ocupada pela banana nas comunidades pesquisadas, antes da proibição da irrigação os entrevistados destinavam 58 ha para essa cultura e depois da proibição da irrigação passaram a destinar 14 hectares, havendo, assim, uma redução de 44 hectares (76,1%) na área ocupada pela produção da banana.

De acordo com o que pode ser observado na tabela 07, 37,5% dos entrevistados destinavam um ha à cultura da banana antes da proibição da irrigação e, depois que houve a proibição, apenas 15,6% dos entrevistados destina essa quantidade de

hectares para tal cultivo, havendo assim uma redução de 58,4% no número de entrevistados que destinam um ha a essa cultura.

Ainda com relação ao repolho, a redução do número de hectares destinados à sua produção ocasionou a redução de sua produtividade, como mostra a tabela 08. Antes da proibição da irrigação, cerca de 34,3% dos entrevistados em torno do açude de Boqueirão produziam 15.000kg por hectare cultivado, enquanto que atualmente nenhum entrevistado afirmou produzir essa quantidade em um ha. Atualmente, 17 entrevistados (44,8%) afirmaram atingir 11.000 Kg por hectare plantado dessa cultura, tendo ocorrido uma redução de 4.000 kg/ha em relação ao período antes da proibição da irrigação.

Tabela 08 – Produção do repolho em kg/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.

Produção do repolho/ ha	**Antes da proibição da irrigação**		**Depois da proibição da irrigação**	
	Nº de entrevistados	**%**	**Nº de entrevistados**	**%**
Não prod.	00	00	07	18.4
1 a 5000	00	00	00	00
5001 a 10.000	00	00	05	13.1
10.001 a 11.000	00	00	17	44.8
11.001 a 12.000	08	21	09	23.7
12.001 a 13.000	03	7.9	0	00
13.001 a 14.000	14	36.8	0	00
14.001 a 15.000	13	34.3	0	00
Total	**38**	**100**	**38**	**100**

Fonte: OLIVEIRA, (2007)

.

Segundo os camponeses e pequenos capitalistas que se dedicavam à agricultura em torno do açude de Boqueirão, a redução em números de hectares das culturas e, consequentemente, a redução da produtividade das culturas comerciais irrigadas em torno do açude de Boqueirão, se deu devido ao medo da fiscalização que ainda poderia ocorrer por parte do poder judiciário, já que a medida cautelar que decretou a proibição não foi revogada.

Os entrevistados temiam ficar no prejuízo, situação que já tinha acontecido em fevereiro de 1999, quando o então Secretário Gubio Mariz, responsável pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Paraíba, anunciou que, a partir de 03 março de 1999, seriam fechados todos os motores-bombas que irrigavam as culturas existentes em torno do açude, em decorrência da medida cautelar de Nº 570, classe XII, movida pelo Ministério Público contra o Departamento

de Obras Contra as Secas – DNOCS, baseando-se na lei nº 9.433/97 (arts. 1, III e 15, III), que estabeleceu que a água existente no açude seria usada exclusivamente para o consumo humano e animal.

Com o anúncio da proibição da irrigação pelo Secretário Gubio Mariz, os entrevistados tiveram que abandonar as culturas que necessitavam de uma maior quantidade de água para serem cultivadas, como a banana, ou colocar o gado para alimentar-se delas, ou ainda perderam-nas por falta d'água, fatos que explicam a redução da área ocupada pelas culturas tradicionalmente existentes em torno do açude. Porém, mesmo sendo proibida a irrigação, ela continua sendo realizada, ainda que em menor intensidade.

Por outro lado, enquanto algumas culturas tiveram suas áreas reduzidas, outras passaram a aumentar nas comunidades em torno do açude de Boqueirão, como é o caso do feijão verde (tabela 09). Antes da proibição da irrigação, cerca de 32 entrevistados (16,5%) destinavam um ha de sua unidade de produção à cultura. No momento da pesquisa, cerca de 76 deles (39,2%) destinam um ha para essa cultura, havendo assim um aumento de 44 (137,5%) entrevistados que destinam um ha de sua unidade à cultura do feijão verde.

Tabela 09 – Número de hectares dedicados à produção do feijão verde antes e depois da proibição da irrigação.

Números de Hectares	**Culturas agrícolas Irrigadas**			
	Feijão verde			
	Antes da proibição da irrigação		**Depois da proibição da irrigação**	
	Nº de entrevistados	%	**N° de entrevistados**	**%**
Não prod.	107	55.1	00	00
0.5	42	21.7	32	16.4
1.0	32	16.5	76	39.2
1.5	08	4.1	26	13.4
2.0	05	2.6	41	21.2
2.5	00	00	11	5.7
3.0	00	00	08	4.1
3.5	00	00	00	00
4.0	00	00	00	00
4.5	00	00	00	00
5.0	00	00	00	00
5.5	00	00	00	00
+ 6	00	00	00	00
Total	194	100	194	100

Fonte: OLIVEIRA (2007)

No que se refere à área total ocupada por essa cultura, ela passa de 75 ha antes da proibição da irrigação a 240 ha no momento da pesquisa, registrando-se um aumento de 165 hectares (220%). Segundo os camponeses, essa mudança aconteceu porque eles passaram cinco anos cultivando pouco devido à fiscalização ocasionada pela proibição da irrigação, não sendo possível acumular dinheiro e ter condições financeiras para arcar com as despesas de culturas como o tomate, pimentão e o repolho, que requerem mais dinheiro para o início do cultivo.

Segundo os entrevistados, o baixo desenvolvimento da cultura do feijão antes da proibição é explicado pelo fato de a cultura não proporcionar um alto retorno financeiro no final da sua produção, diferente das culturas comerciais por excelência como o tomate, o pimentão, o repolho e a banana. Conforme o camponês José Nilton Costa, da comunidade Maravilha: "*Só quem plantava feijão era quem não tinha condições de plantar outras culturas. Quem planta feijão só dá para sobreviver*". Esse argumento do camponês mostra o desinteresse por essa cultura que, antes da proibição da irrigação, era considerada por muitos deles "*planta de pobre*".

Como mostra a tabela 10, antes da proibição da irrigação, cerca de 33% (64) dos entrevistados em torno do açude de Boqueirão produziam o feijão verde, e destes, apenas 0,2% (04) chegavam a atingir 9.000 kg por hectare, dependendo das condições climáticas e de realização dos tratos culturais necessários, enquanto que 22,1% (43) dos entrevistados que cultivam o feijão verde afirmaram ter atingido 9.000 kg por hectare plantado dessa cultura, tendo ocorrido um aumento de 39 entrevistados (975%) que produzem 9.000kg/hectare. Além disso, 61,3% (119) dos entrevistados que cultivam o feijão verde produzem cerca de 10.000 kg por hectare. Esse aumento da produtividade é consequência do aumento da área destinada a essa cultura pelos entrevistados após a proibição da irrigação.

Tabela 10 – Produção do feijão verde em kg/ha antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão**.**

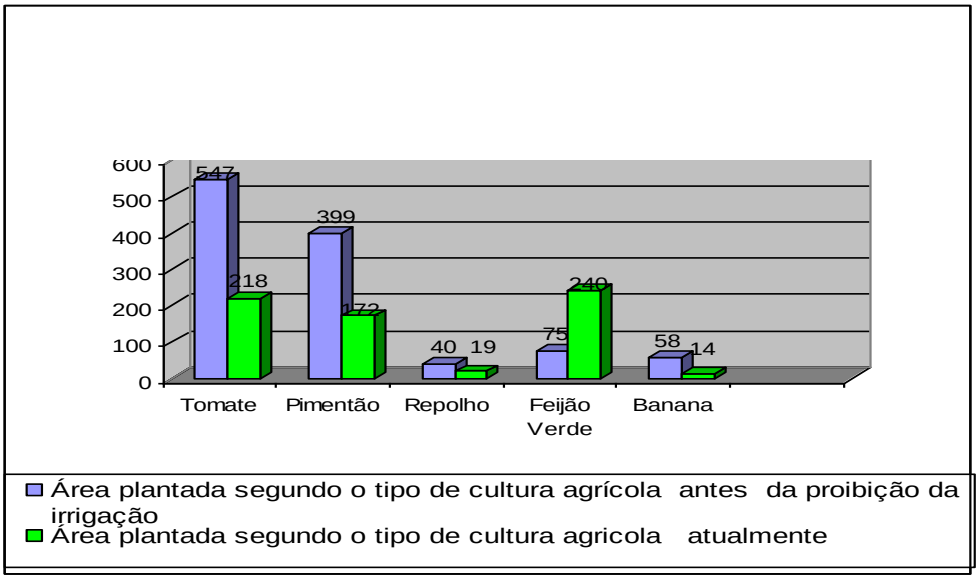
Produção do feijão verde kg/ha	**Antes da proibição da irrigação**		**Depois da proibição da irrigação**	
	Nº de entrevistados	**%**	**Nº de entrevistados**	**%**
Não produzem	52	26.8	00	00
1 a 1000	00	00	00	00
1001 a 2000	00	00	00	00
2001 a 3000	00	00	00	00
3001 a 4000	00	00	00	00

4001 a 5000	64	33	00	00
5001 a 6000	31	16	00	00
6001 a 7000	24	12.4	06	3.2
7001 a 8000	16	8.3	26	13.4
8001 a 9000	04	02	43	22.1
9001 a 10.000	03	1.5	119	61.3
Total	194	100	194	100

Fonte: OLIVEIRA (2007)

Como pode ser verificado, a proibição da irrigação causou uma reconfiguração paisagística das atividades produtivas em torno do açude. As principais culturas tradicionalmente cultivadas tiveram suas áreas reduzidas enquanto culturas até então pouco expressivas, mas de menor custo de produção, passaram a ganhar maior importância. Tal movimento de redução ou aumento do número de hectares destinados às principais culturas agrícolas antes e depois da proibição da irrigação nas comunidades estudadas em torno do açude de Boqueirão pode ser verificado através do gráfico 02. Merece destaque, como já mencionamos, a redução da área total ocupada pelas culturas comerciais tradicionalmente mais importantes da agricultura irrigada em torno do açude, como tomate (60,2%), pimentão (56,9%), banana (75,9%) e o repolho (52,5%) e o aumento da área total ocupada por culturas até então pouco expressivas em torno do açude, como o feijão verde (220%).

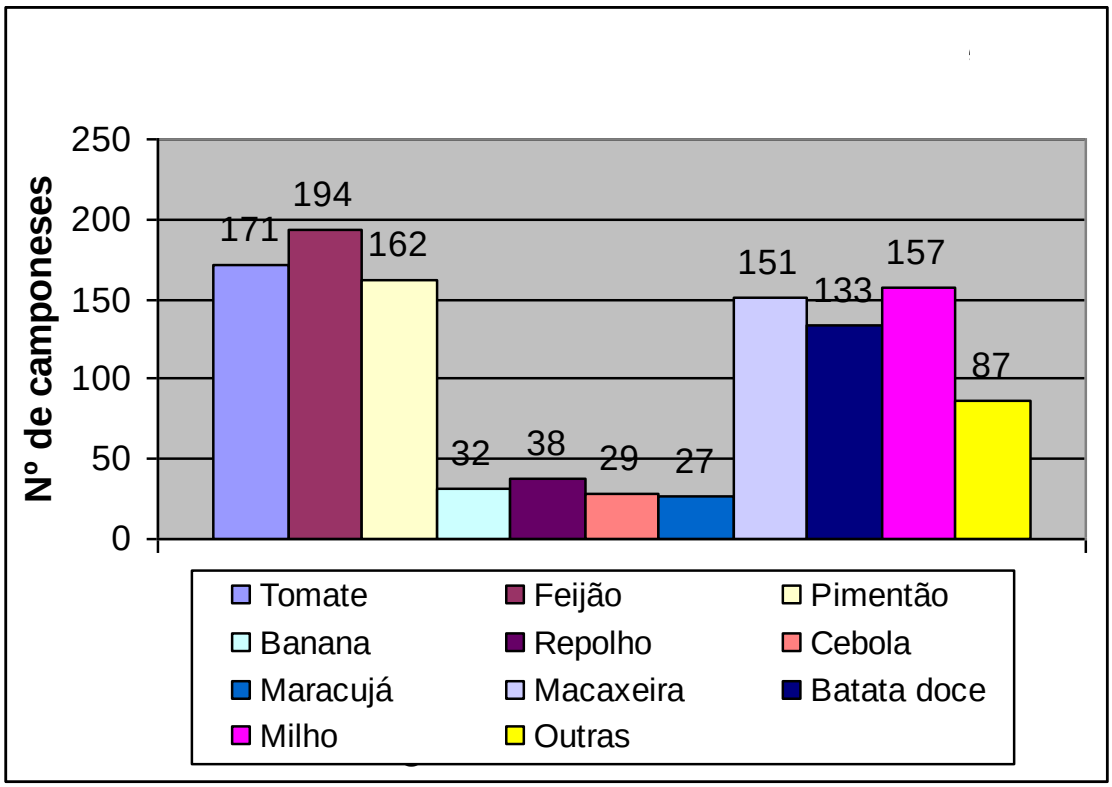
Gráfico 02 – Área plantada segundo o tipo de cultura irrigada antes da proibição da irrigação e atualmente.



Fonte: Oliveira (2007).

Em relação às culturas agrícolas desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, Oliveira (2007) verificou que existia a policultura, destacando-se com maior presença a produção do feijão, tomate, pimentão, milho, macaxeira, batata - doce, repolho, banana, maracujá, alface, coentro e cebola, a qual estava sendo cultivada pela primeira vez nas comunidades em torno do açude Epitácio Pessoa. Além dessas, existiam outras culturas agrícolas em menor quantidade, conforme pode ser observado no gráfico 03.

Gráfico 03 – Culturas agrícolas desenvolvidas em torno do açude de Boqueirão.



Fonte: Oliveira (2007).

Entre as culturas presentes nas comunidades pesquisadas em torno do açude de Boqueirão, foi observado que havia uma separação interna no que diz respeito ao destino final da produção. É comum as famílias nas suas unidades de produção, possuem um ou dois produtos agrícolas comerciais específicos (os mais comuns são: tomate, feijão verde, pimentão, repolho), dos quais consomem apenas o excedente ou refugo[29]. Em geral, as famílias dedicam-se a estas culturas para

29 Aqueles produtos que não apresentam qualidade para serem enviados ao mercado.

obterem os recursos necessários à aquisição dos gêneros de que necessitam e que não produzem, bem como para conseguir o dinheiro necessário para ser investido na produção agrícola. Os demais produtos cultivados são, via de regra, gêneros que se destinam ao consumo familiar (batata-doce, macaxeira, milho), e só serão comercializados no caso de haver excedente na produção, fato que caracteriza o que Martins (apud MARCOS, 1998) denomina “economia do excedente”.

A produção excedente das culturas destinadas ao consumo da família (batata-doce, macaxeira, milho) obtida nas comunidades pesquisadas é transformada em mercadoria e comercializada na feira local e em alguns restaurantes e bares de Boqueirão. A venda desses produtos garantia a reprodução da família no que diz respeito à satisfação das suas necessidades. Abaixo mostramos a policultura (figuras 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45) encontrada nesse processo de reterritorialização do espaço agrário em torno do açude Epitácio Pessoa, “o Boqueirão”.

Figura 38 - Policultura



Fonte: Oliveira (2007).

Figura 39 – Cultivo do Tomate



Fonte: Oliveira (2007)

Figura 40 – Cultivo do Repolho



Figura 41 – Cultivo do Feijão Verde



Figura 42 – Cultivo da Bananeira



Figura 43 – Cultivo da Macaxeira



Figura 44 – Cultivo da Cebola



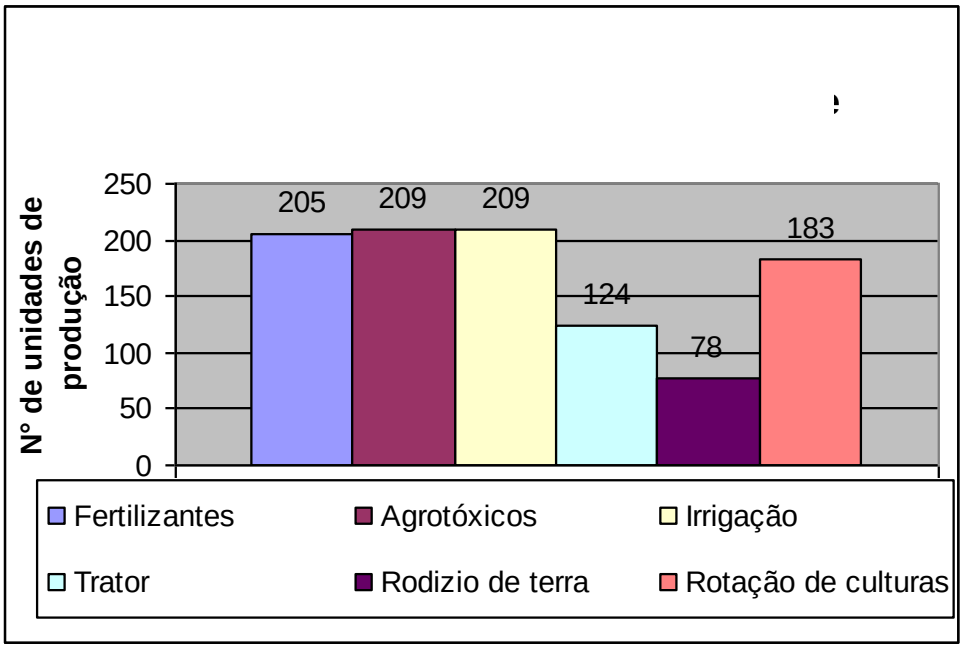
Figura 45 – Cultivo do Pimentão



Fonte: Oliveira, 2007.

Em relação às técnicas e insumos utilizados no desenvolvimento da agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão, de acordo com Oliveira (2007), os dados coletados na pesquisa, as técnicas mais presentes nos campos de tomate, pimentão, feijão verde e nas outras culturas agrícolas são a utilização dos fertilizantes, agrotóxicos, irrigação, trator, rotação de culturas e o rodízio de terras (gráfico 04).

Gráfico 04 – Técnicas e insumos utilizados na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão.



Fonte: OLIVEIRA (2007)

Fertilizantes

Todos declararam utilizar fertilizantes naturais ou químicos em suas culturas. Em relação à utilização de fertilizantes naturais, o “esterco” é o mais utilizado entre os entrevistados no momento da preparação da área em que vai ser estabelecida a produção agrícola. Geralmente revolvem a terra com profundidade de 25 a 30 cm e misturam o esterco à terra, utilizando-se de tratores ou apenas de enxada, nos casos em que os mesmos não têm acesso aos tratores.

Os fertilizantes químicos são utilizados de acordo com o desenvolvimento e necessidades das culturas agrícolas. Geralmente após 20 a 25 dias do plantio do tomate, pimentão ou repolho, os entrevistados e seus filhos realizam a primeira adubação de cobertura, utilizando 400 kg/hectare de Sulfato de Amônia e 200 kg/hectare de Cloreto de Potássio, distribuindo-se 30 gramas em torno de cada planta. Em seguida, dependendo da produção do tomate, pimentão ou repolho, são praticadas mais duas adubações, sempre a intervalos de 20 ou 25 dias. Para as demais adubações, a mistura é de 450 kg de Sulfato de Amônia, 750 kg de Superfosfato simples e 100 kg de Sulfato de Potássio, distribuindo-se 65 gramas dentro da cova feita ao lado ou na frente da planta.

Agrotóxicos

Em relação à utilização dos agrotóxicos, mesmo sendo proibidos pelo DNOCS, todos os entrevistados pesquisados em torno do açude de Boqueirão utilizavam esse recurso de forma indiscriminada em todas as culturas já citadas, com intuito de acabarem com as pragas que assolam as culturas. Conforme o DNOCS (2005), ao invés de ser chamado de defensivo agrícola ou de produtos fitossanitários, como querem alguns setores ligados ao ramo, a sociedade civil brasileira organizada, após grande mobilização, passou a adotar o termo mais popular “agrotóxico” para denominar os venenos que são utilizados na agricultura para o controle de pragas e doenças das plantas.

Segundo a lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, regulamentada através do decreto n° 98.816, de 11 de janeiro de 1990, os agrotóxicos são definidos no seu artigo 2°, inciso I como:

> Os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de

> florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento (DNOCS, 2005, p. 73).

Há décadas que os agrotóxicos estão presentes na agricultura em torno do açude de Boqueirão. Todavia, não se sabe ao certo se o seu uso, para garantir o aumento da produção agrícola no passado, vinha sendo realizado de forma significativa no controle de pragas e doenças. De certo se sabe que, mesmo utilizado de forma "adequada", os agrotóxicos deixam resíduos no solo, na água, no ar e nos alimentos, com possibilidades de implicação para a saúde humana (DNOCS, 2005).

Os agrotóxicos mais utilizados nas culturas agrícolas em torno do açude de Boqueirão eram: Nuvacon, Rhodiatox, Furadan, Tamarão, Folisuper, Vertimec e Metamidofós. Quanto à forma de aplicação dos agrotóxicos, à exceção de uma unidade de produção que utiliza um pulverizador elétrico, as demais declararam aplicá-los com pulverizadores de tipo costal. Tal método expõe bastante o aplicador à contaminação dérmica, caso este não esteja devidamente trajado para a operação de pulverização. Além disso, ocorre a inalação do produto, já que muitas vezes eles aplicam o agrotóxico contra o vento, recebendo todo o veneno que aplicam.

O manuseio do agrotóxico era realizado sem a menor preocupação de contaminação, pois os mesmos não tinham conhecimento/consciência do mal que eles causam à saúde de quem os utiliza e, por isso, aplicavam o veneno sem usar os equipamentos de proteção adequados e sem o acompanhamento de um profissional da área. É de fundamental importância a utilização do receituário agronômico que, de acordo com o técnico da EMATER, deve conter as seguintes informações:

> [...] nome do produto comercial que deverá ser utilizado; cultura e área onde será aplicado; dosagens de aplicação e quantidades totais a serem adquiridas; modalidade de aplicação, sendo que no caso de aplicação por via aérea devem ser registradas as instruções específicas; época de aplicação; intervalo de segurança (período de carência); preocupação de uso; primeiros socorros nos casos de acidentes; advertências relacionadas à produção do meio ambiente; instrução sobre a disposição final de resíduos e embalagens; orientação quanto ao manejo integrado de pragas; e, orientação quanto à utilização de equipamentos de proteção (EPI) (Técnico Genival Dantas, 2006).

Dos 209 entrevistados, apenas 26 afirmaram ter a presença de assistência técnica particular e, portanto, o receituário agronômico autorizando legalmente a utilização dos agrotóxicos. Porém, dessas 26 unidades de produção, apenas em duas delas os pulverizadores utilizavam os equipamentos de proteção individual (EPI) (figura 46).

Foto 46 – A utilização do equipamento de proteção individual (EPI)



Fonte: Oliveira (2007)

No que se refere à orientação específica, a maioria dos entrevistados pesquisados (183) declarou não receber nenhuma orientação específica. Em muitos casos, a orientação era dada pelo vendedor das lojas especializadas em produtos agrícolas localizadas nas cidades de Campina Grande e Boqueirão, que em sua maioria, não tem nenhum conhecimento teórico ou prático com o veneno que está vendendo, informando apenas as dicas contidas nas embalagens ao camponês. Como afirma um camponês que produz feijão verde:

> *"Quem diz o que eu devo usar na plantação é o vendedor de veneno. Ele lê a informação que tem na caixa e me ensina como fazer. O cuidado que ele diz para eu ter é de tomar leite depois que eu aplicar o veneno. Nunca fiquei doente, mais sei que posso ficar, ele é muito forte. Se eu não usar as pragas matam a plantação"* (camponês Manoel Cordeiro dos Santos – Bredos, 2006).

Era comum o camponês ter contato direto com os agrotóxicos, tendo a única preocupação de tomar leite para evitar intoxicação ou apenas amarrar um lenço no

rosto e pensar que, assim fazendo, estava protegido. Não há, pois, para eles, uma relação entre as dores de cabeça e vômitos após as aplicações e os efeitos do veneno sobre o organismo. Assim relata o camponês a seguir:

> *"Utilizo calça e camisa comprida, utilizo as minhas experiências de 17 anos de trabalho na agricultura, se estiver ventando muito não pulverizo. Os técnicos da EMATER nunca tiveram aqui. Às vezes me dá vontade de lançar tudo para fora da barriga (vomitar) e um pouco de dor de cabeça. O mais importante é que eu nunca neguei fogo"* (camponês- José Cosme Macedo – Carcará, 2006).

No que se refere à assistência técnica, de acordo com o técnico Genival Dantas, responsável pela EMATER da cidade de Boqueirão, a recomendação era dada a quem os procurava no escritório, uma vez que a irrigação em torno do açude estava proibida pela ação cautelar do Ministério Público, fato que impossibilita à EMATER, um órgão do Estado, prestar assistência técnica aos entrevistados que estão irrigando suas culturas ilegalmente.

Ao falar sobre o uso do agrotóxico, o técnico da EMATER informou que, muito embora a orientação seja para aplicar um litro de agrotóxico por hectare, é comum que os entrevistados usem dois ou três litros por hectare, pois eles arrombam os bicos dos pulverizadores. Segundo o técnico da EMATER, os produtores locais acreditam que para matar a praga não é pulverizar e sim dar um banho na cultura. Tal prática, além de implicar em desperdício de produto e dinheiro, acaba tornando as pragas mais comuns nas culturas — a exemplo a Larva Minadora (*Lirimyza spp*), conhecida como "mosca branca" — muito mais resistentes aos agrotóxicos utilizados. Agindo dessa maneira, estão causando um problema ambiental e pondo em risco a própria saúde e a de quem irá consumir o produto final, por efeito acumulativo do agrotóxico na parte vegetal comestível.

Ao serem perguntados onde são lavados os equipamentos utilizados na aplicação dos agrotóxicos, 34 entrevistados não responderam à questão, 127 responderam que lavam no campo e 48 lavam em casa. Nenhum deles afirmou lavar os equipamentos no açude de Boqueirão. Quanto ao destino das embalagens de agrotóxicos, 132 entrevistados não responderam à questão, 57 responderam que jogam as embalagens no campo (figura 47), 13 que enterram as embalagens e apenas sete devolvem as embalagens para as lojas em que compraram os

agrotóxicos. Nenhum camponês afirmou jogar as embalagens de agrotóxicos dentro do açude.

Figura 47 – Embalagens de agrotóxicos jogados no solo



Fonte: Oliveira, 2007

Figura 48 - Preparação do agrotóxico



Fonte: Brito (2008)

A deficiência na utilização dos agrotóxicos em torno do açude de Boqueirão, verificada nas comunidades pesquisadas, foi observada pelos seguintes fatos:

1. Ausência de receituário agronômico.
2. Ausência de uso de equipamentos de proteção individual (EPI'S).

3. Presença de crianças nas áreas de aplicação, diluição e estocagem de agrotóxicos.
4. Jornada contínua de trabalho sem a higienização recomendada dos equipamentos utilizados na pulverização, como bombas e tambores que diluem os agrotóxicos e pulverizadores.
5. Presença de animais nas áreas de aplicação.
6. Equipamentos de aplicação descalibrados e sem manutenção.
7. Descarte de embalagens irregulares que são jogadas nos campos e enterradas no solo. De acordo com a resolução Federal de n° 7.802, de 11 de Julho de 1989, as embalagens devem ser devolvidas ao local em que foram comprados os agrotóxicos.

Irrigação

Dos 209 entrevistados pesquisados, todos utilizam a irrigação. Essa técnica era utilizada de três formas em torno do açude de Boqueirão, através da irrigação superficial por inundação das faixas laterais, por gotejamento e por microaspersão. O método de irrigação superficial (figura 49) está presente em 156 entrevistados e consiste na distribuição da água através de pequenos canais ou sulcos, paralelos às fileiras das plantas.

Figura 49 – A irrigação superficial na cultura do Repolho



Fonte: Oliveira (2007)

Dentro das unidades de produção foi encontrada a irrigação superficial nas culturas da banana, repolho, feijão verde, tomate e pimentão. Em relação ao cultivo da banana, os entrevistados alegavam que essa cultura necessitava de muita água para o seu desenvolvimento, sendo insuficiente irrigar através dos métodos de gotejamento e microaspersão. Os métodos de irrigação por gotejamento e microaspersão foram encontrados em 53 unidades de produção. Esses métodos são associados nas plantações dentro das unidades.

Conforme o Programa Nacional de Irrigação - PRONI (1987), o gotejamento consiste em aplicar a água no solo de forma constante, lenta e a baixa pressão, através de pequenos componentes mecânicos, denominados gotejadores, localizados por toda a extensão do sistema de distribuição de água. Estes têm a função de umedecer o solo, permitindo assim que um reduzido volume de água seja fornecido à planta irrigada. Podemos observar a utilização desse método nas culturas do repolho (figura 50), tomate e pimentão.

Figura 50 – A irrigação por gotejamento na cultura do repolho



Fonte: Oliveira (2007)

A utilização da microaspersão é outro método semelhante ao do gotejamento (figura 51). A microaspersão permite uma aplicação de volumes de água maiores do que por gotejamento. A água é borrifada através de um microaspersor, que funciona como se fosse um pequeno spray. Esse método é utilizado nas culturas da goiaba, mamão, maracujá e feijão verde.

Figura 51 – Irrigação por microaspersão



Fonte: Brito (2008).

No que se refere aos métodos de irrigação por gotejamento e microaspersão utilizados, os entrevistados indicavam algumas vantagens e desvantagens na escolha desses métodos. Entre as vantagens, destacavam o controle rigoroso da quantidade de água a ser fornecida às plantas; a aplicação de pequenos volumes de água e, consequentemente, a redução do consumo de energia elétrica; a aplicação de água com elevada eficiência, resultando em economia; a redução de área de evaporação; considerável diminuição de crescimento de ervas daninhas; a possibilidade de se fornecerem fertilizantes através da água da irrigação; a utilização dos mesmos equipamentos (mangueiras, aspersores) em várias culturas e, principalmente, a redução da mão-de-obra destinada à irrigação. Entre os problemas encontrados por esses tipos de irrigação, destacavam os entupimentos dos gotejadores e o alto custo inicial dos equipamentos utilizados para a implantação da irrigação por gotejamento (valor que chega a R$ 3.000,00 por hectare), fato que tornava inviável para muitos a implantação da mesma, como é o caso das 156 unidades de produção que realizam a irrigação superficial em torno do açude de Boqueirão.

Trator

Em relação ao emprego do trator nas unidades de produção em torno do açude de Boqueirão, utilizado para a preparação do solo antes de iniciar o plantio da

cultura, apenas 124 dos 209 entrevistados declararam utilizá-lo. Destes, 73 utilizam o trator cedido gratuitamente pela Prefeitura Municipal e 51 alugam os tratores dos fazendeiros. 85 não utilizam o trator devido ao pequeno tamanho das unidades e ao difícil acesso às mesmas, uma vez que elas são cercadas e não possuem um acesso que possibilite a entrada do trator para a realização do revolvimento da terra, sendo esse trabalho realizado pela família ainda manualmente, através do uso da enxada.

Rotação das terras

No que se refere à rotação das terras, apenas em 78 unidades os entrevistados declararam realizá-la, enquanto que nas demais as terras são utilizadas continuamente. Conforme Andrade (1985), a rotação de terras é realizada quando a mesma é cultivada durante um ou dois anos e deixada em repouso durante um ano, podendo ser utilizada como pastagens. Em torno do açude de Boqueirão, essa técnica era desenvolvida pelos entrevistados que arrendam as terras localizadas 30 hectares acima da faixa úmida do açude de Boqueirão e que não pertencem ao DNOCS. Nessas localidades estão situados os pequenos produtores agrícolas proprietários de terras que desenvolvem a agricultura comercial e a pecuária. É comum os entrevistados cultivarem essas terras arrendadas no período de um ano e depois arrendarem terras localizadas em outras comunidades, motivados muitas vezes pela fertilidade da terra.

Rotação de culturas

Foi encontrada em 183 unidades de produção a “rotação de culturas”. Em um mesmo hectare são cultivadas culturas diversas como tomate, pimentão e repolho e, logo após o ciclo produtivo destas, são plantados o feijão verde e o milho, forma usada pelos entrevistados para fertilizar o solo e, em seguida, plantar novamente as culturas agrícolas anteriormente citadas.

Em relação à modernização da atividade agrícola nesse processo de reterritorialização, Oliveira (2007) verificou uma diferenciação entre as unidades de produção, como também em relações às comunidades entre si. Essa diferenciação

se dá devido existir a presença de agricultores mais capitalizados que investem na produção, comprando máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas e outros meios de produção e contratando trabalhadores assalariados para a realização dessas atividades.

Outro exemplo da modernização na Comunidade Cavaco foi identificado por Oliveira (2007) ao constatar a implantação de uma estufa (figura 52) destinada à produção de mudas de tomate, pimentão, repolho, mamão e outras para serem comercializadas entre os camponeses e pequenos capitalistas em torno do açude de Boqueirão. Essa estufa foi implantada pelo produtor Joselito Durval Almeida que, além de dedicar-se à atividade agrícola, também possuía uma loja comercial de produtos destinados à agricultura, tais como sementes, agrotóxicos e fertilizantes, sediada no município de Boqueirão. Além disso, ele era também o atual presidente do Sindicato dos Irrigantes e respondia no momento pela pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Boqueirão no que se refere aos assuntos ligados à agricultura. Em sua unidade de produção, eram desenvolvidas várias culturas agrícolas, ficando a realização das atividades sob a responsabilidade de seus irmãos e de um administrador, responsável pela distribuição das tarefas e controle da mão-de-obra assalariada temporária presente na unidade de produção. Contava também com o apoio de sua irmã agrônoma, a qual, além de servir à unidade produtiva de sua família, também prestava assistência às unidades vizinhas sem cobrar pelos seus serviços, indicando os tipos de agrotóxicos e fertilizantes que deveriam ser utilizados para determinada cultura, sugerindo a loja do irmão como referência para venda dos produtos indicados por ela.

A implantação da estufa na comunidade surgiu, de acordo com Joselito Durval Almeida, de uma necessidade não só sua, mas dos demais produtores em torno do açude de Boqueirão, pois todas as mudas de tomate, pimentão, mamão e outras eram compradas em Bom Jardim–PE e, muitas vezes, o atraso no transporte ou a não disponibilidade da muda necessária acabavam por atrasar o início do plantio, desestruturando todo o planejamento inicial. A implantação da estufa nessa comunidade facilitou a encomenda das mudas.

Figura 52 – Estufa para a produção de mudas na comunidade Cavaco



FONTE: Oliveira (2007).

A partir de então, os camponeses e pequenos capitalistas não só da comunidade Cavaco, mas de todas as comunidades localizadas em torno do açude de Boqueirão, passaram a dirigir-se à sua propriedade, onde podiam verificar as condições de cultivo das mesmas e, se fosse o caso, adquiri-las. Tal fato facilitou o transporte das mudas para os campos, reduzindo os custos na fase inicial do desenvolvimento da atividade agrícola, introduzindo, assim, nesse processo de reterritorialização, a comercialização de mudas, pois nas décadas de 1970, 1980 e 1990 os próprios agricultores produziam as mudas em suas unidades de produção. A produção da muda era feita em sementeiras próximas ao local do plantio definitivo, em solos bem drenados. As sementeiras apresentavam largura de 1 a 1,20 m, com comprimento de 20 metros e altura de 20 a 30 cm. A terra da sementeira era misturada com 4 a 5 kg de esterco de curral curtido por metro quadrado de sementeira (figura 53).

Figura 53 - Sementeira



Fonte: Oliveira (2004)

Para a semeadura, risca-se o leito da sementeira, com a profundidade de 2 cm e distância de 10 cm entre as linhas, utilizando-se uma quantidade de 300g de sementes por hectare. Após a semeadura, faz-se a cobertura com palhas até a germinação das sementes. Irriga-se diariamente com regador de crivo.

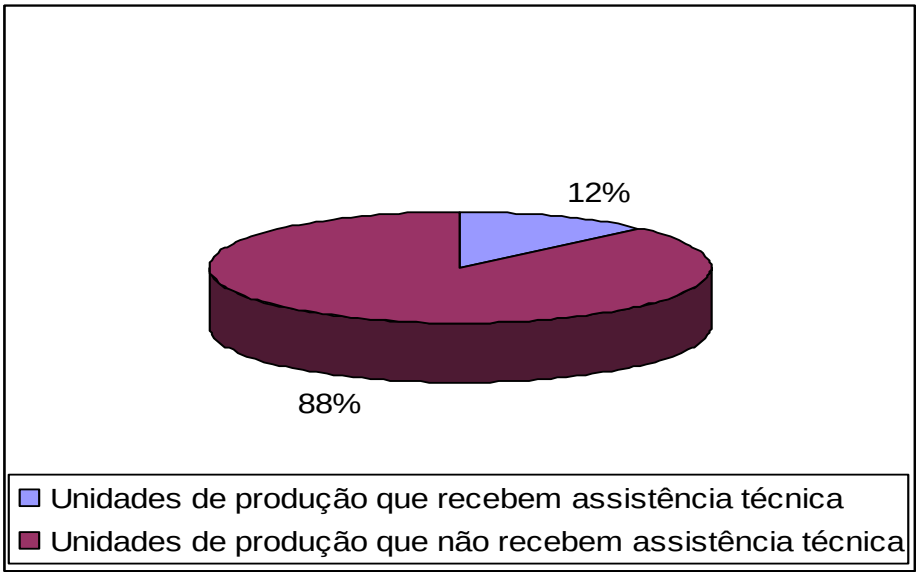
O senhor Joselito Durval Almeida teve um papel de grande relevância para a atividade agrícola, não só para a comunidade Cavaco, mas para todas as comunidades em torno do açude de Boqueirão, pois o mesmo foi um dos pioneiros na implantação da irrigação por gotejamento e microaspersão em torno do açude em 2004. Com a experiência bem sucedida nesse método de irrigar, os seus vizinhos começaram a visitar sua unidade de produção para verificar a forma de utilização desse método para que pudessem implantá-lo em suas unidades de produção.

Em relação à assistência técnica (gráfico 05), 26 entrevistados (12%) contavam com esse serviço em suas culturas agrícolas, dos quais seis eram técnicos agrícolas particulares que atuavam principalmente nos períodos de surgimento de pragas, insetos e doenças que podem causar perda da produção. Em duas unidades de produção, as culturas agrícolas ali desenvolvidas são acompanhadas pelos irmãos dos entrevistados que são agrônomos, e 18 unidades

contam apenas com a “assistência técnica” fornecida pelas lojas especializadas em produtos agrícolas localizadas nas cidades de Campina Grande e Boqueirão[30].

As demais 183 unidades pesquisadas (88%) não possuíam assistência técnica. De acordo com os entrevistados, isso ocorria porque eles não possuíam condições financeiras para pagar um agrônomo particular e os órgãos públicos como a EMATER e o DNOCS não forneciam esses serviços. Podemos observar, na cláusula terceira do contrato estabelecido entre os entrevistados que arrendam a terra e o DNOCS, que o mesmo obriga-se a orientar tecnicamente o concessionário de sua terra durante a vigência do contrato quanto à manutenção e conservação racional dos recursos naturais preexistentes, em uso e, principalmente, no que se refere à prática agrícola.

Gráfico 05 – Assistência técnica na agricultura em torno do açude de Boqueirão.



Fonte: Oliveira (2007)

. Consultando o DNOCS sobre a questão, fomos informados por Everaldo Jacobino de Moura, diretor do posto de operações do DNOCS de Boqueirão, que a prestação de assistência técnica aos arrendatários do DNOCS era fornecida a quem o procurava no posto de operações, visto que a extensão territorial do açude é muito

30 Essas lojas contam com a presença de um agrônomo que receita os agrotóxicos e fertilizantes e orienta sobre as formas de aplicações dos produtos e os cuidados na manipulação desses produtos.

grande, adentrando nas cidades de Cabaceiras e Barra de São Miguel, o que torna impossível o acompanhamento *in loco* das atividades agrícolas desenvolvidas em torno do mesmo.

De acordo com os entrevistados mais antigos que trabalham na agricultura em torno do açude de Boqueirão, a assistência técnica fornecida pela EMATER sempre foi ausente no campo, desde a década de 1970 até o presente momento. De acordo com o senhor José Pereira Cordeiro, que possui uma unidade de produção em torno do açude de Boqueirão, o escritório da EMATER foi instalado no município de Boqueirão em meados da década de 1970, mas sua ação no município era precária, existindo apenas um técnico para atender os serviços dos três maiores municípios que produziam as culturas irrigadas em torno de toda a extensão territorial do açude de Boqueirão, a saber, Cabaceiras, Barra de São Miguel e Boqueirão. Vale destacar que esse técnico tinha a função de orientar a criação de bovinos e caprinos na região, fato que impossibilitava a sua presença nos campos agrícolas.

No que se refere à assistência técnica prestada pela EMATER, conforme o técnico Genival Dantas, responsável pela EMATER na cidade de Boqueirão, também aqui a orientação era dada a quem o procura no escritório, uma vez que a irrigação em torno do açude está proibida pela ação cautelar do Ministério Público, a qual impossibilita a EMATER, um órgão do Estado, de prestar assistência técnica aos entrevistados que estão irrigando suas culturas ilegalmente, conforme já mencionamos anteriormente.

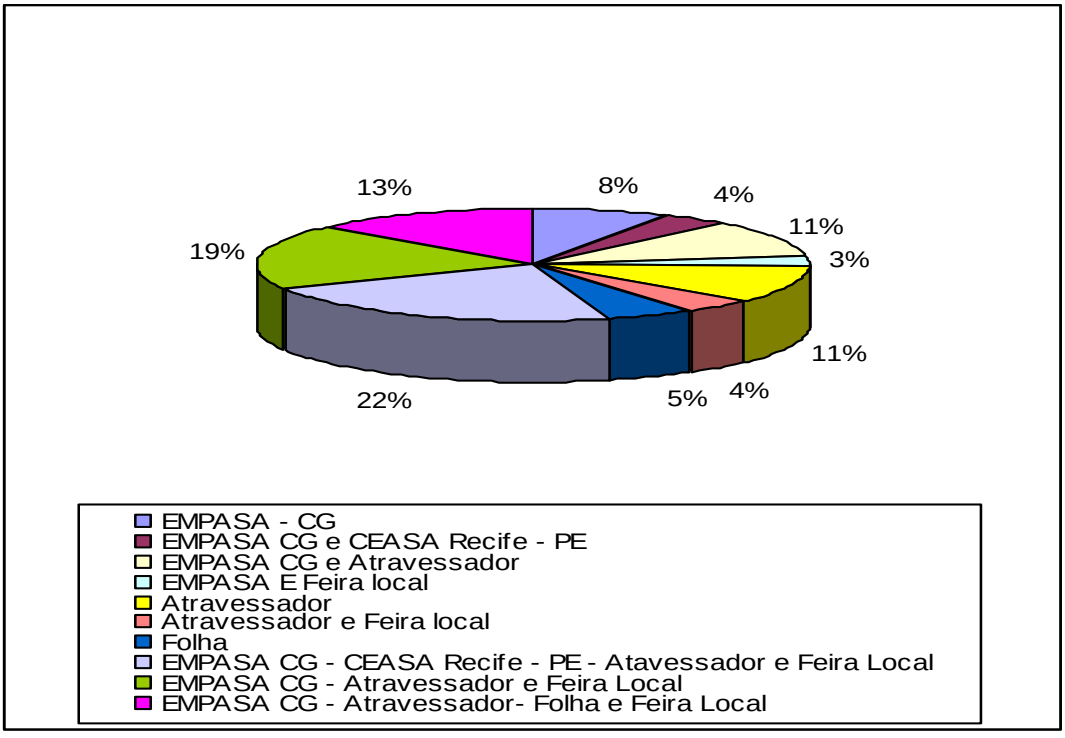
Em relação à comercialização das culturas agrícolas desenvolvidas em torno do açude de Boqueirão, há uma separação interna no que diz respeito ao destino final da produção, conforme observamos anteriormente. É comum as famílias, nas suas unidades de produção, possuírem um ou dois produtos agrícolas comerciais específicos (tomate, feijão verde, pimentão, repolho), do/s qual/is consome apenas o excedente ou refugo. Em geral, as famílias dedicam-se a essas culturas para obterem os recursos necessários à aquisição dos gêneros que não produzem e investir na produção agrícola. Os demais produtos cultivados são, via de regra, gêneros que se destinam ao consumo familiar (batata-doce, macaxeira, milho), e só serão comercializados no caso de haver excedente na produção (Marcos, 1998).

A comercialização dos produtos agrícolas desenvolvidos em torno do açude de Boqueirão era muito complexa, devido às dificuldades em ajustar a quantidade e

a qualidade obtidas às exigências do mercado. Isso ocorre porque muitos fatores são inconstantes, como condições meteorológicas, a propagação das pragas e outros fatores pertinentes à agricultura, fato que faz com que nem o volume do produto ofertado possa ser regulado, nem os preços de comercialização possam ser controlados. Vale lembrar que o produto, ao chegar ao mercado, está sujeito à lei da oferta e da procura, fato que deixa os preços em constantes oscilações (NASCIMENTO, 2002).

O escoamento da produção agrícola se dava através da comercialização, constituída pelas relações estabelecidas entre as unidades de produção e os comerciantes, visando à circulação (NASCIMENTO, 2002). De acordo com os dados coletados, em 22% (47) das unidades de produção, os entrevistados informaram que comercializavam sua produção agrícola na EMPASA de Campina Grande, na CEASA de Recife-PE, através dos intermediários (atravessadores) que existiam em torno do açude e na feira local da cidade (Gráfico 06).

Gráfico 06 – Local de comercialização da produção agrícola desenvolvida em torno do açude de Boqueirão.



Fonte: OLIVEIRA (2007)

Uma parte da produção agrícola das culturas destinadas à alimentação familiar, a exemplo, a macaxeira, a batata-doce e o coentro, entra no consumo direto dos entrevistados como meio de alimentação imediata, e a outra parte, o excedente, é normalmente transformado em mercadoria e é comercializado na feira local de Boqueirão e em alguns restaurantes e bares do município, para garantir a reprodução da família enquanto as demais culturas destinadas ao comércio não podem ser comercializadas.

A produção do tomate, pimentão, feijão verde, repolho e outras culturas agrícolas comerciais era, na maioria das vezes, comercializada nas próprias unidades de produção entre o camponês que produz e o intermediário/atravessador. Da unidade de produção, até chegar ao consumidor final, esses produtos agrícolas passavam por vários agentes da cadeia circulatória, principalmente pela ação do intermediário (atravessador).

A presença do atravessador na comercialização da produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, como já foi mencionado, era motivada, de acordo com os entrevistados, pela falta de crédito agrícola que os beneficiasse, uma vez que as etapas dos ciclos produtivos das culturas agrícolas ali existentes necessitavam de investimentos para a aquisição de fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos para irrigação, gastos com energia elétrica, mão-de-obra assalariada temporária, entre outros. Os entrevistados, não tendo condições financeiras para investir na produção agrícola, acabavam recorrendo ao atravessador, que fornecia sementes, agrotóxicos, insumos, transformando-se no financiador da produção, deixando-os, porém, impedidos de comercializar livremente os seus produtos no mercado.

Oliveira (2007) verificou que a maioria dos entrevistados que desenvolviam as atividades agrícolas na sua unidade de produção não considerava a venda ao atravessador como algo nocivo. Muitos deles preferiam vender sua produção direto ao atravessador, visto que o pagamento era sempre efetuado na hora da transação ou com pouco tempo de carência, deixando-os livres do pagamento das taxas exigidas pela EMPASA/Campina Grande e do custo do transporte dos produtos agrícolas. Outra vantagem apontada por eles para a venda de seus produtos no campo era o fato de que a colheita era realizada pelo próprio atravessador e seus trabalhadores, o que os desobrigava desse tipo de trabalho (e consequentemente de mais gastos).

No dia da colheita, os intermediários vinham com o transporte (caminhão ou caminhonete) para coletar a produção agrícola de diversas unidades de produção. Nessa ocasião, eram definidas as condições de pagamento, que geralmente ocorriam de duas maneiras:

1. Pagamento à vista, conforme o preço combinado entre o camponês e o atravessador.
2. Pagamento após a revenda aos atacadistas de destino, localizados na EMPASA e nas CEASAs. Nesses casos, os pagamentos demoram de dois a três dias e, dependendo das condições do mercado, o atravessador pode até diminuir o valor do pagamento combinado com o camponês no momento da comercialização da produção. Este acontecimento é conhecido entre os entrevistados por “rateio”.

Acertadas as condições de pagamento, esses atravessadores providenciavam a seleção (figura 54) e o acondicionamento dos produtos em embalagens apropriadas: o tomate é acondicionado em caixas plásticas com capacidade para 30kg e o pimentão e feijão verde em sacos que variam de 25kg a 30kg. Essa fase do escoamento é realizada pelos atravessadores. Os entrevistados identificaram vinte e três atravessadores atuando em torno do açude de Boqueirão. Desses, quinze residem em Boqueirão e oito em Campina Grande.

Figura 54 – Seleção do Tomate I e II



Fonte: Oliveira, 2004.

Do campo, essas mercadorias eram transportadas para a EMPASA/Campina Grande e para as CEASAs de João Pessoa, Natal e Recife, principais centros de convergência da produção agrícola, onde são adquiridas pelos atacadistas. Nascimento (2002) revela que os atacadistas de destino das culturas agrícolas se encontram no interior da própria EMPASA, instalados em boxes para o desenvolvimento pleno de suas atividades.

Apesar de as EMPASA's e CEASA's terem sido criadas para a comercialização da produção agrícola tanto no atacado quanto no varejo, o que se constata é a predominância de transações comerciais entre atacadistas dentro e fora do estado, em função da infraestrutura de comunicação que as EMPASA's e CEASA's dispõem. Os feirantes vão às EMPASA's e CEASA's e adquirem as mercadorias com prazos de dois a três dias, comprando pequenas quantidades. Em seguida, transportam para as feiras livres e mercados públicos para o consumo da população, com preços elevados em virtude dos custos de distribuição e das margens de lucro fixadas pelos comerciantes (atacadistas) localizados na EMPASA.

Havia alguns pequenos capitalistas que desenvolviam a agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão e que possuíam uma boa condição financeira e não necessitam da ajuda fornecida pelos atravessadores, permanecendo livres para escoar sua produção. Estes possuíam pequenos caminhões ou caminhonetas que utilizavam para transportar a produção do tomate, pimentão, feijão verde, repolho e outras culturas ali desenvolvidas para a EMPASA/Campina Grande e para a CEASA em Recife–PE, dando preferência ao melhor preço alcançado no momento da comercialização e, consequentemente, conseguindo melhores ganhos do que aqueles obtidos pelos entrevistados que produzem em torno do açude.

Ainda com relação ao escoamento da produção agrícola, quando ocorria a redução periódica da produção agrícola e nos casos em que os entrevistados não tinham nenhum vínculo financeiro com algum atravessador, uma alternativa era a união de quatro ou cinco camponeses que pagavam o frete do caminhão e o ICMS para vender a produção agrícola diretamente aos atacadistas de destino (comerciantes) instalados na EMPASA de Campina Grande. De acordo com os entrevistados, essas iniciativas se traduziam em algumas vantagens: o pagamento era à vista e os preços eram melhores, apesar das despesas, inclusive das taxas cobradas pela EMPASA em função das mercadorias e do tempo de permanência.

Tratava-se de uma situação passageira, pois quando a produção agrícola voltava a níveis normais, os entrevistados aos atravessadores. Isso porque as condições de comercialização por parte desses entrevistados eram extremamente limitadas diante da ação exercida pelos atravessadores e atacadistas (comerciantes) que controlavam a comercialização agrícola em torno do açude de Boqueirão.

Desse modo, os atravessadores acima citados captavam a produção agrícola desses entrevistados sem enfrentar os riscos e dificuldades inerentes a mesma. Os entrevistados, por sua vez, aceitavam os preços oferecidos, pois para eles o mercado era considerado uma força externa sobre a qual não tinham como influenciar na perspectiva de garantir seus próprios interesses.

No que se refere à renda anual declarada pelos entrevistados através da atividade agrícola, podemos observar na tabela 11 que houve uma redução no rendimento anual dos produtores. Antes da proibição da irrigação, cerca de 18,1% (38) dos entrevistados declararam ter um rendimento anual obtido através da atividade agrícola: mais de R$ 80.000,00. Porém, no momento da pesquisa, 39,2% (82) dos entrevistados afirmaram ter um rendimento anual em torno de R$ 25.000,00, havendo uma redução de cerca de R$ 60.000,00.

Tabela 11 – Renda anual declarada pelos entrevistados que produzem as culturas irrigadas antes e depois da proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão.

Renda Anual em R$	**Antes da proibição da irrigação**		**Depois da proibição da irrigação**	
	N° de entrevistados	**%**	**N° de entrevistados**	**%**
1.000 a 5.000	00	00	03	1.4
5.001 a 10.000	00	00	14	6.7
10.001 a 15.000	14	6.7	48	23
15.001 a 20.000	00	00	27	13
20.001 a 25.000	17	8.2	82	39.2
25.001 a 30.000	12	5.7	11	5.3
30.001 a 35.000	08	3.9	24	11.4
35.001 a 40.000	00	00	00	00
40.001 a 45.000	41	19.7	00	00
45.001 a 50.000	00	00	00	00
50.001 a 55.000	33	15.8	00	00
55.001 a 60.000	00	00	00	00
60.001 a 65.000	24	11.4	00	00
65.001 a 70.000	00	00	00	00
70.001 a 75.000	22	0.5	00	00
75.001 a 80.000	00	00	00	00
+ 80.001	38	18.1	00	00
Total	**209**	**100**	**209**	**100**

Fonte: OLIVEIRA (2007)

A tabela 11 mostra também que, no momento da pesquisa, cerca de 11,4% dos entrevistados chegava a obter cerca de R$ 35.000,00/ano. Segundo eles, essa redução de cerca de R$ 60.000,00 no rendimento anual foi fruto da diminuição da produção agrícola e dos lucros conseguidos no momento da comercialização pelos atravessadores. Além dos motivos citados, devemos salientar que muitos entrevistados omitiram sua renda anual durante a pesquisa ou declararam valores não reais, sendo, portanto, dados pouco confiáveis.

De qualquer forma, podemos observar que houve uma grande perda de poder aquisitivo, fato que se reflete diretamente na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, uma vez que, sem recursos, não é possível investir na produção agrícola, o que compromete a expansão agrícola em torno do açude de Boqueirão, reconfigurando o território.

A produção agrícola em torno do açude de Boqueirão necessitava de uma grande quantidade de mão-de-obra para a realização das diversas tarefas nas diferentes culturas já citadas. Tal mão-de-obra era formada por homens, mulheres, crianças e jovens (figura 55).

Figura 55 – A composição da mão-de-obra utilizada nas culturas agrícolas em torno do açude de Boqueirão



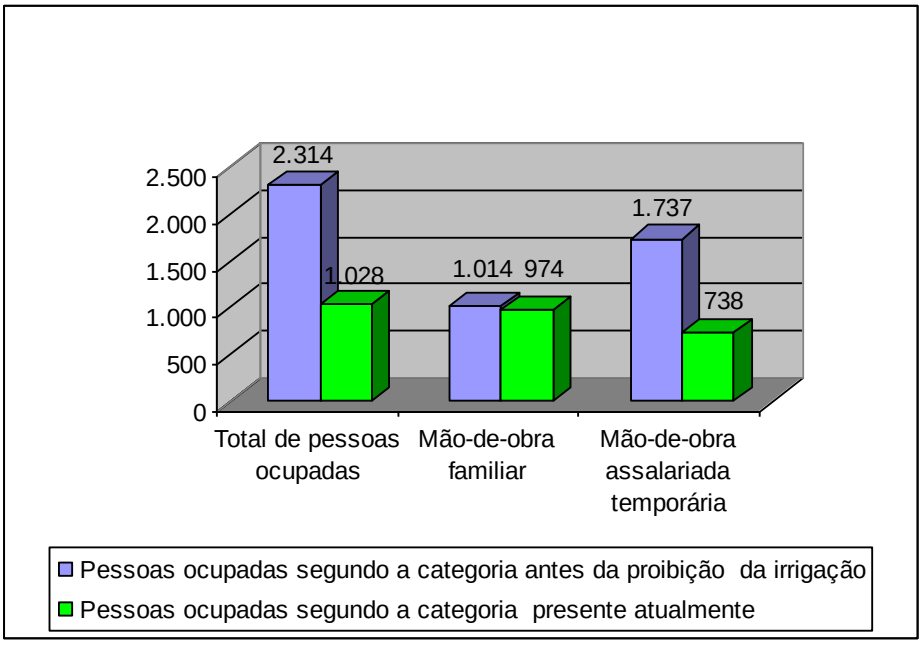
.

Fonte: Oliveira (2007).

Oliveira (2007) verificou uma redução na mão-de-obra que compõe a atividade agrícola em torno do açude de Boqueirão. Em relação ao total de pessoas

ocupadas na atividade agrícola antes da proibição da irrigação, estavam presentes 2.314 trabalhadores nas unidades produtivas e, no momento da pesquisa, estavam 1.028 trabalhadores, registrando-se uma redução de 1.286 trabalhadores (55,6%) (Gráfico 07).

Gráfico 07 – Pessoas ocupadas na produção agrícola em torno do acudo de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação



Fonte: Oliveira (2007)

Em relação à mão-de-obra familiar, foi observado que, antes da proibição da irrigação, essa mão-de-obra era composta por 1014 trabalhadores familiares e, no momento da pesquisa, era composta por 974 trabalhadores familiares, havendo, assim, uma redução de 60 trabalhadores familiares (4%) que formam a mão-de-obra familiar em torno do açude de Boqueirão. De maneira diferente, acontece a redução no número total de assalariados temporários. Antes da proibição da irrigação, os agricultores empregavam 1.737 trabalhadores assalariados temporários e, no momento da pesquisa, empregam 738, havendo, assim, uma redução de 999 trabalhadores assalariados temporários (57,6%) (Gráfico 07).

Ao compararmos os dados ilustrados no gráfico 06 sobre a mão-de-obra familiar e assalariada presentes neste espaço agrário, podemos verificar que houve um percentual mais elevado de força de trabalho familiar (57%), a qual estava inserida no processo produtivo em relação à força de trabalho assalariada (43%),

fato que revela tratar-se predominantemente de produção camponesa, caracterizada pelo predomínio da mão-de-obra familiar na unidade produtiva.

Antes da proibição da irrigação, cerca de 35,2% (74) dos entrevistados tinham em suas unidades de produção um total de 10 trabalhadores ocupados na atividade agrícola. Cerca de 11,2% (24) das unidades de produção chegavam a ter diariamente dentro de suas culturas cerca de 20 pessoas, mostrando assim a força da atividade agrícola na oferta de empregos para o município de Boqueirão (tabela 12).

Tabela 12 – Total de pessoas ocupadas na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação

Total de pessoas ocupadas na atividade agrícola	**Pessoas ocupadas**			
	Antes da proibição da irrigação		**Depois da proibição da irrigação**	
	N° de entrevistados	**%**	**N° de entrevistados**	%
01 a 02	00	00	41	19,7
03 a 04	00	00	96	45,9
05 a 06	41	19,4	33	15,7
07 a 08	43	20,5	21	10,0
09 a 10	74	35,2	10	4,8
11 a 12	11	5,3	08	3,9
13 a 14	05	2,4	00	00
15 a 16	01	0,4	00	00
17 a 18	02	0,9	00	00
19 a 20	24	11,2	00	00
21 a 22	00	00	00	00
23 a 24	00	00	00	00
25 - +	10	4,7	00	00
Total	209	100	209	100

Fonte: Oliveira (2007)

Depois da proibição da irrigação, conforme mostra a tabela 12, a quantidade de pessoas ocupadas na atividade agrícola em torno do açude de Boqueirão sofreu uma redução de maneira geral de 55,6%. Segundo os agricultores, muitos fatores levaram à redução do emprego da mão-de-obra no campo, entre eles a redução do número de hectares destinados à produção agrícola das culturas comerciais por excelência, decorrência da proibição da irrigação; a baixa produtividade; a substituição do método de irrigação por inundação pela irrigação por gotejamento e microaspersão que exige menor emprego de mão-de-obra e a falta de condições financeiras, que impossibilitam a expansão das culturas e a contratação de mais trabalhadores no campo.

Para que pudéssemos analisar os elementos da produção camponesa na produção agrícola em Boqueirão, agrupamos as informações em dois grupos, sendo um ligado à presença e à qualificação da mão-de-obra ocupada na unidade de produção e o outro ligado aos meios de produção. O primeiro elemento que se destaca na produção camponesa, e que foi encontrado em torno do açude de Boqueirão, é a força de trabalho familiar, considerada o motor do processo de trabalho na produção camponesa. Conforme SANTOS (apud OLIVEIRA, 1996, p. 56), na:

> [...] unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho em mercadoria, cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinado dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

A presença da força de trabalho familiar é, pois, característica básica e fundamental da produção camponesa, sendo um dos elementos de maior importância. Outra característica, sempre segundo o autor, é a socialização dos camponeses, presente na produção agrícola, visto que a reprodução da força do trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças presentes nas unidades de produção.

Um bom exemplo da socialização camponesa que atinge as crianças é o de Álvaro, da comunidade do Campo Redondo. Com doze anos em 2006, ele participava de todo o processo produtivo das culturas agrícolas presentes na unidade de produção de seu pai. Ele mostrou de que forma fazia as sementeiras das culturas do tomate e pimentão e, à medida que mostrava as culturas, demonstrava a satisfação e o entendimento correto do trabalho agrícola. Álvaro estudava na escola agrícola da cidade de Boqueirão e cursava a 6ª série do Ensino Fundamental no turno da tarde. Todas as manhãs e no final da tarde, ele trabalhava no campo. Ele afirmou gostar de estudar e ter as melhores notas da sala em relação aos seus colegas, mas que o que lhe dava prazer era trabalhar com seus pais e irmãos na agricultura e ver nascer e crescer o que ele plantou. Álvaro cultivava para si milho, numa pequena área cedida pelo seu pai. Ele estava ansioso para vender o milho, pois, com o dinheiro arrecadado, iria comprar roupas novas para o São João.

Sobre a jornada de trabalho dos camponeses na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, observou-se que ela varia de acordo com o período do ciclo produtivo. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista. Assim, combinam-se períodos chamados de ociosos, quando o camponês está livre para assalariar-se e assim complementar a renda familiar (trabalho acessório), com períodos de intenso trabalho, quando nem o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho (OLIVEIRA, 1996). É isso que acontece, nas comunidades estudadas, com o trabalho que envolve a irrigação das culturas, normalmente realizada à noite.

No que se refere ao trabalho acessório, trata-se de um meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho (Oliveira, 1996). Essa transformação periódica em trabalhador assalariado constitui-se em uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa. Tal fato pode ser observado, por exemplo, com alguns entrevistados que tinham suas unidades de produção na comunidade Mirador e que, nos períodos em que suas culturas estão na fase inicial do processo produtivo e não necessitam de um número elevado de pessoas ocupadas no trabalho agrícola dentro da unidade, iam trabalhar em campos de outros entrevistados, principalmente na colheita, recebendo salário por período de trabalho (diária ou por semana).

Em relação à mão-de-obra familiar, a tabela 13 mostra os números referentes ao trabalho desenvolvido através da família. Podemos observar, nessa tabela, que antes da proibição da irrigação 36,7% (77) dos entrevistados pesquisados desenvolviam suas culturas com até seis membros da própria família, enquanto que atualmente apenas 30,6%, ou seja, 64 dos entrevistados, desenvolvem suas culturas utilizando-se de seis membros da família, havendo assim uma redução de 16,9% (13) do trabalho familiar para essa quantidade de trabalhadores ocupados. De acordo com os entrevistados, essa redução no número de pessoas da família presentes no trabalho agrícola da unidade de produção se deu ao longo do período em que a irrigação sofreu uma redução. Tendo faltado trabalho nas unidades, grande parte dos filhos dos entrevistados foram trabalhar na região Sudeste do país, ou ainda nos perímetros irrigados no açude Açu, no Rio Grande do Norte, razão pela qual eles não se encontravam presentes nas unidades quando realizamos a pesquisa.

Em relação à mão-de-obra assalariada temporária, os números apresentados na tabela 13 mostram que também podíamos encontrar a presença dessa mão-de-obra nas unidades produtivas em torno do açude de Boqueirão. A presença da mão-de-obra assalariada em unidades produtivas camponesas pode também ser considerada como um elemento desta (OLIVEIRA, 1996). Esse assalariamento no interior da unidade camponesa ocorre, por exemplo, quando há momentos críticos do ciclo da produção agrícola, como no período da colheita, nos casos em que os membros da família camponesa não são suficientes para realizar todo o trabalho em tempo hábil, pois as tarefas exigem rapidez, uma vez que os produtos agrícolas são perecíveis. É isso o que ocorre no caso das comunidades estudadas. Além disso, outro ponto que deve ser destacado é o fato de que o trabalhador assalariado normalmente é um proprietário ou seu filho, não se tratando, portanto, de um trabalhador expropriado totalmente, ou seja, ele possui sua unidade de produção e complementa a renda monetária da família juntamente com as culturas de sua unidade de produção através deste assalariamento temporário (OLIVEIRA, 1996).

No entanto, embora ainda se fizesse presente, a mão-de-obra assalariada temporária empregada na agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão também diminuiu, conforme pode ser observado na tabela 13. Antes da proibição da irrigação, 46,9% (98) dos entrevistados pesquisados tinham, em suas propriedades, cerca de oito trabalhadores assalariados temporários em suas plantações. No momento da pesquisa, depois da proibição da irrigação, 1,9% (04) dos entrevistados tinham oito trabalhadores assalariados temporários, havendo, assim, uma redução de 95,9% (94) nessa faixa de pessoal ocupado através do assalariamento temporário em torno do açude de Boqueirão.

Tabela 13 – Utilização da mão-de-obra familiar e assalariada na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão antes e depois da proibição da irrigação.

Pessoas ocupadas na agricultura	Número de pessoas ocupadas							
	Mão-de-obra familiar				Mão-de-obra-assalariada temporária			
	Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação		Antes da proibição da irrigação		Depois da proibição da irrigação	
	N°de entrevistados	%	N°de entrevistados	%	N°de entrevistados	%	N°de entrevistados	%
01 a 02	41	19,5	44	21	18	8,8	102	48,8
03 a 04	68	32,4	78	37,3	06	2,9	62	29,6
05 a 06	77	36,7	64	30.6	23	11	37	17,7
07 a 08	21	10	20	9,7	98	46,9	04	1,9
09 a 10	03	1,	03	1,4	42	20	03	1,5
11 a 12	00	00	00	00	06	2,9	01	0,5
13 a 14	00	00	00	00	00	00	00	00
15 a 16	00	00	00	00	05	2,5	00	00
17 a 18	00	00	00	00	03	1,6	00	00
19 a 20	00	00	00	00	04	1,9	00	00
21 a +	00	00	00	00	03	1,5	00	00
Total	209	100	209	100	209	100	209	100

Fonte: Oliveira (2007)

Cerca de 79 dos trabalhadores assalariados temporários pesquisados (18,9%) estavam trabalhando na atividade agrícola em torno do açude de Boqueirão há aproximadamente vinte anos. Normalmente trabalham nas diversas culturas como tomate, pimentão, feijão verde, repolho, banana e outras, nas mais diversas funções, a exemplo, irrigação, pulverização, adubação, capinação, operações de desmatamento, destoca, queima de resto de vegetais, seleção dos produtos como tomate e pimentão e principalmente na colheita. O período em que era mais fácil encontrar trabalho na agricultura em torno do açude de Boqueirão era o da colheita, devido à falta de mão-de-obra suficiente na família, como tratado anteriormente. De acordo com o trabalhador assalariado temporário Elias Macedo da Silva, no mês de janeiro de 2006 tinha dia em que ele e seu filho eram chamados por três agricultores diferentes para colherem as culturas do feijão verde e tomate. Nessa ocasião, o senhor Elias e seu filho optavam por trabalhar na colheita do tomate, pois a diária paga era melhor.

De acordo com os entrevistados, o número de trabalhadores assalariados temporários podia aumentar cerca de seis trabalhadores no período da colheita, podendo, desse modo, atingir em média um total de 12 pessoas ocupadas, contando com os membros da família na unidade produtiva no momento de pico, como a colheita. O valor pago aos trabalhadores assalariados temporários variavam de R$ 12,00 a R$ 15,00 por dia de trabalho nas unidades produtivas. Esse trabalho era realizado em torno de três dias por semana quando acontecia a colheita, que dura em torno de dois meses, dependendo da cultura plantada.

De forma geral, os trabalhadores assalariados temporários não trabalham na mesma unidade de produção, existindo assim a mobilidade entre esses trabalhadores nas comunidades. Uma vez que muitos deles trabalham apenas na colheita, cada dia iam para um campo agrícola diferente em comunidades distintas, não permanecendo fixos em uma unidade de produção. Esses trabalhadores assalariados temporários desenvolviam atividades específicas dentro da unidade, sendo geralmente distribuídos entre as seguintes funções: um administrador do campo, um ou dois pulverizadores, um ou dois irrigantes.

O administrador de campo era a pessoa de confiança do pequeno capitalista que contrata. Ele era responsável pela distribuição das tarefas e pelo controle do processo produtivo quando os entrevistados, juntamente com seus filhos, se ausentavam da unidade para comercializar a produção agrícola em Campina Grande ou Recife. Sua remuneração diária era de aproximadamente R$ 18,00 a R$ 20,00 e seu contrato era temporário. Os pulverizadores exerciam funções especializadas de fundamental importância no processo produtivo, sendo os responsáveis pela aplicação dos agrotóxicos. Os irrigantes[31] eram responsáveis pela irrigação das plantações durante a noite. Tanto os pulverizadores quanto os irrigantes recebiam R$ 16,00 a R$ 18,00 por dia de trabalho.

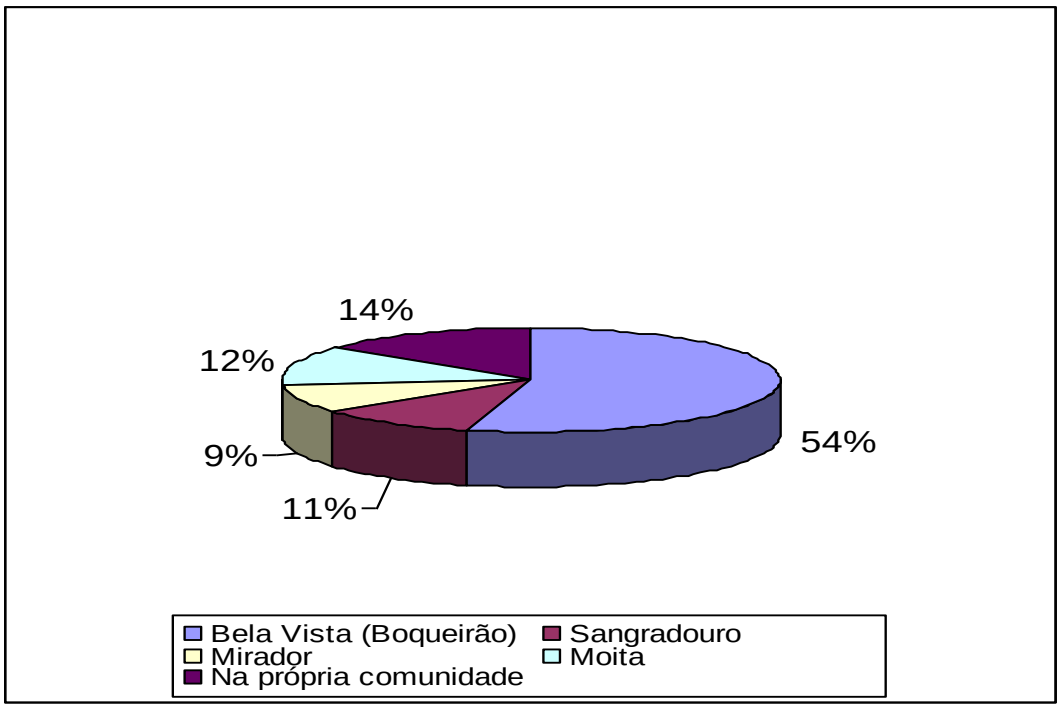
Em relação às condições socioeconômicas dos trabalhadores assalariados temporários, dos 418 trabalhadores pesquisados, entre homens e mulheres, 131 eram solteiros e 287 eram casados. Os casados eram responsáveis por suas famílias, constituídas de forma geral por cinco a oito pessoas. Dos filhos dos trabalhadores casados, alguns trabalhavam com seus pais na agricultura, outros

31 São as pessoas responsáveis pela irrigação das culturas agrícolas dentro da unidade de produção, e não os responsáveis pelas unidades produtivas.

trabalhavam na cidade de Boqueirão, as mulheres como empregadas domésticas e os homens e mulheres na produção de rede, ou migravam para trabalhar na região Sudeste do país.

Os trabalhadores solteiros (homens e mulheres) geralmente trabalhavam na agricultura com seus pais e ajudavam no sustento da família. Em relação à moradia dos trabalhadores assalariados temporários, 226 (54%) residiam no bairro da Bela Vista em Boqueirão, 60 (14%) na própria comunidade em que trabalhavam como assalariados temporários, 51 (12%) na comunidade Moita, 44 (11%) na comunidade Sangradouro e 37 (9%) na comunidade Mirador, conforme pode ser observado através do gráfico 8. De forma geral, 192 (46%) dos trabalhadores assalariados temporários presentes nas unidades de produção residiam nas comunidades localizadas em torno do açude de Boqueirão; eram camponeses que tinham suas terras e complementavam a renda familiar, trabalhando nas unidades de produção de outras pessoas, caracterizando o trabalho acessório que encontramos na produção camponesa (gráfico 08).

Gráfico 08 – Local de moradia dos trabalhadores assalariados temporários que trabalham na agricultura em torno do açude de Boqueirão



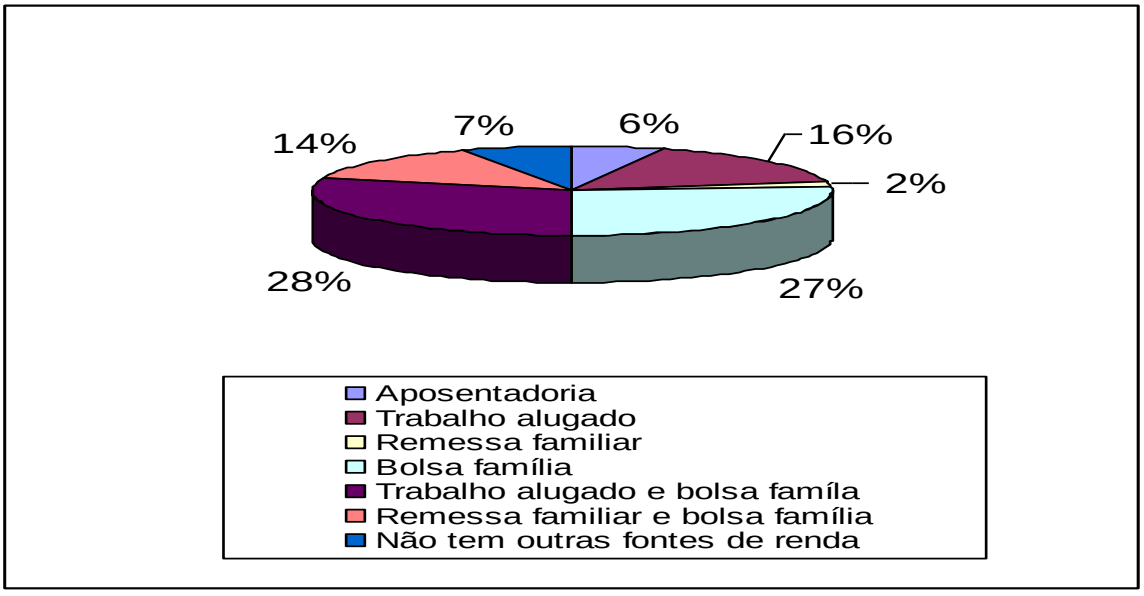
Fonte: Oliveira (2007)

Vale destacar que o bairro da Bela Vista local onde residia a maior parte dos trabalhadores assalariados temporários empregados na agricultura em torno do

açude surgiu no município a partir das famílias de baixo poder aquisitivo que migraram para Boqueirão, provenientes de várias áreas do estado e de estados vizinhos, atraídas pela oferta de empregos na agricultura desenvolvida nas margens do açude. Na maioria das vezes, elas não tinham lugar para morar, uma vez que os camponeses e os pequenos produtores capitalistas que contratavam não ofereciam moradia. As famílias, sem teto, logo foram construindo casas de taipa e barracos, em terrenos acidentados ao nordeste da cidade e pertencentes ao DNOCS, formando o bairro da Bela Vista, conhecido popularmente no município como favela.

De acordo com o gráfico 09, os trabalhadores assalariados possuíam outras fontes de renda que contribuíam para a sobrevivência de suas famílias, como o bolsa família um programa social do governo federal destinado a famílias de baixo poder aquisitivo aposentadoria de algum idoso que compõe a família ou ajuda de fora, ou seja, dinheiro enviado por algum membro da família que mora em outra cidade. Essas fontes de renda contribuíam, juntamente com os rendimentos obtidos com a atividade agrícola, para garantir a reprodução das famílias em torno do açude de Boqueirão.

Gráfico 09 – Fontes de renda que as famílias dos trabalhadores assalariados possuem.



Fonte: Oliveira (2007)

No que se refere à sindicalização, dos 418 trabalhadores assalariados temporários, 321 (76%) declararam ser sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão. De acordo com os trabalhadores, eles contribuíam com uma pequena taxa mensal de R$ 8,00 reais. Através desse

pagamento, o sindicato oferece ao trabalhador rural assistência odontológica, indenizações em caso de acidente e encaminha para aposentadoria quando completar a idade e os anos de contribuição para o governo.

6.5.4 Diferentes atores no segundo processo de reterritorialização e a luta pela legalização da irrigação em torno do açude Epitácio Pessoa

Em relação aos pescadores que sobrevivem dessa atividade no açude Epitácio Pessoa, de acordo com a Sra. Maura Araújo Figueiredo (presidente), a pesca piorava a cada ano e se os pescadores não produzissem algum tipo de cultura agrícola paralela à atividade pesqueira e não recebessem os benefícios do seguro desemprego durante os períodos da piracema (de 15 de dezembro a 15 de março), não teriam como se manter. O que mais preocupava é que a perspectiva de um quadro favorável era muito pequena já que encontrava-se um açude abandonado pelas autoridades.

Figura 56 – Colônia de Pescadores



Fonte: Brito (2008).

Em relação às áreas de lazer construídas em torno do açude Epitácio Pessoa (bares, restaurantes, balneários), continuaram a desenvolver suas atividades (no período da proibição da irrigação) e aumentaram suas atividades no período do transbordamento do açude; Com a perspectiva da concretização das obras de transposição do Rio São Francisco, alguns proprietários de bares e restaurantes da

região ampliaram suas instalações e até mesmo realizaram novos investimentos na oferta de novos serviços, a exemplo do restaurante Margens das Águas, nas proximidades da torre de captação de água do açude Epitácio Pessoa (figura 57).

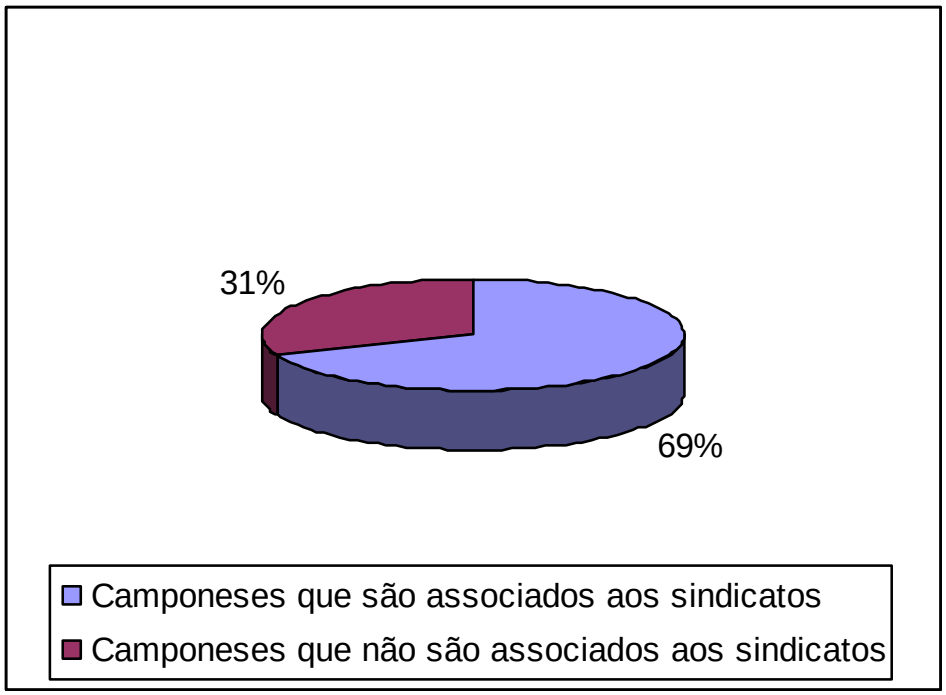
Figura 57 - Ampliação de Bares e Restaurantes



Fonte: Brito (2008)

Em relação à organização dos agricultores em associações e sindicatos nesse processo de reterritorialização, Oliveira (2007) verificou que 144 (69%) estavam associados aos sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão e ao sindicato dos Irrigantes de Boqueirão (gráfico 10). Destes, 52 estavam associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão e 92 ao Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão que surgiu em novembro de 1998, no período em que começaram as especulações de que haveria a proibição da irrigação em torno do açude. Esse sindicato foi formado inicialmente por apenas 80 integrantes, entre camponeses e pequenos capitalistas locais, com o objetivo de reivindicar o direito de continuar desenvolvendo suas atividades agrícolas em sua unidade de produção, servindo-se para tal da irrigação.

Gráfico 10 – Entrevistados associados aos sindicatos.



Fonte: Oliveira (2007)

Em relação ao problema da irrigação em torno do açude de Boqueirão, conforme Geraldo Barbosa — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão — o sindicato estava acompanhando as reuniões na procuradoria em João Pessoa, representando o município juntamente com o sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, unindo forças através de reivindicações conjuntas para conseguirem de forma definitiva a legalização da irrigação em torno do açude.

De acordo com a pesquisa, entre as ações realizadas pelo Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão estava o cadastro dos entrevistados (sindicalizados). O Presidente do Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, Joselito Durval Almeida, explicou que esse cadastro tinha como finalidade a elaboração de projetos que beneficiassem os irrigantes quando a irrigação fosse liberada legalmente em torno do açude. Esses projetos foram entregues aos responsáveis pelos órgãos públicos do município, com o objetivo de conseguir uma linha de crédito para os irrigantes poderem implantar em suas unidades de produção a irrigação por gotejamento.

Além de cadastrar os irrigantes e elaborar projetos, o Sindicato dos Irrigantes realizava reuniões com os associados periodicamente (figura 58). Na reunião realizada no dia 06/11/06, estavam presentes 80 irrigantes dos 400

associados que o sindicato declarou existir. Essa reunião teve como objetivo informar sobre as ações que o sindicato realizava para conseguir a liberação da irrigação em torno do açude. Entre as ações realizadas pelo sindicato, além do já mencionado cadastro, estavam:

- A contratação de um advogado para acompanhar a ação que proíbe a irrigação em torno do açude de Boqueirão, com objetivo de requerer a entrada dos irrigantes no processo.
- A conscientização dos irrigantes sobre a utilização correta dos agrotóxicos, o uso dos equipamentos de proteção individual quando da aplicação dos agrotóxicos nas culturas e a necessidade de entrega das embalagens no local das compras dos produtos.
- O incentivo aos irrigantes a plantarem árvores frutíferas na faixa úmida da unidade de produção.
- Fornecimento de informações sobre as reuniões e elaboração de projetos por parte do sindicato em conjunto com outros órgãos: DNOCS, AMCAP, UFCG.
- Fornecimento de informações sobre o benefício do projeto Tarifa Verde do governo do Estado da Paraíba e SAELPA que visava reduzir 73% do custo financeiro dos irrigantes com a energia utilizada na irrigação das suas culturas.

De acordo com o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Boqueirão em 2007, Paulo da Mata Monteiro, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Boqueirão estava presente na luta pela legalização da irrigação em torno do açude de Boqueirão e, juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Irrigantes de Boqueirão e a Agência Executiva de Gestão das Águas (AESA), estava elaborando um projeto que beneficiava os irrigantes localizados em torno do açude. Esse projeto, de acordo com o secretário, tinha como objetivo a preservação ambiental através da preservação da mata ciliar em torno do açude.

Figura 58 – Reunião do Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão.



Fonte: Oliveira (2007)

Várias reuniões estavam sendo realizadas no município com os irrigantes e autoridades municipais e estaduais que discutiam a volta da irrigação legalmente em torno do açude de Boqueirão. Uma reunião foi realizada no dia 14 de maio de 2006, que contou com várias autoridades de nível local e estadual, conforme podemos observar nas figuras 59 e 60.

Figura 59 – Reunião do governador com os camponeses referente à volta da irrigação.



Fonte: Oliveira (2007)

Figura 60 – Presença dos camponeses, dos trabalhadores e da população boqueirense.



Fonte: Oliveira (2007)

Podemos observar nas figuras anteriores que os camponeses e pequenos capitalistas que produziam em torno do açude de Boqueirão estavam presentes nessa reunião. Nessa ocasião, o governador do Estado propôs como data oficial para a liberação da irrigação no município a primeira semana de junho de 2006. Tal fato, porém, não ocorreu, deixando os irrigantes, até a finalização da pesquisa, sem solução. De acordo com o governador, a liberação da irrigação em torno do açude de Boqueirão não caberia ao poder Executivo do Estado, mas sim ao poder Judiciário, visto que foi uma medida cautelar iniciada pelo Ministério Público e que proibiu a irrigação em torno do açude de Boqueirão. Dessa forma, cabe ao poder judiciário revogar a proibição e não ao governo do Estado. Diante disso, o Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão e a Prefeitura Municipal de Boqueirão, contratou um advogado para acompanhar a ação que proíbe a irrigação em torno do açude com o objetivo de requerer a entrada dos camponeses e pequenos capitalistas no processo.

Sem uma solução definitiva que revogasse a proibição da irrigação em torno do açude de Boqueirão por parte do Governo do Estado e do Poder Judiciário, os

camponeses e pequenos capitalistas continuaram irrigando suas culturas, mas sofrendo constante fiscalização por parte do Ministério Público Estadual, como aconteceu no mês de janeiro de 2007.

De acordo com o Presidente do Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, o coordenador do Ministério Público Estadual em Campina Grande, promotor de justiça Eulâmpio Duarte, formou uma "força-tarefa" para coibir de vez a irrigação às margens do açude de Boqueirão, uma vez que, mesmo estando proibida a irrigação há mais de cincos anos, os irrigantes insistem em desenvolver a agricultura irrigada em torno do açude, conforme denúncias frequentes feitas no Ministério Público e também conforme a constatação feita pelo promotor de que as culturas irrigadas utilizam uma grande quantidade de agrotóxicos e que esses estão voltando para o açude através das sobras da água utilizada na irrigação da agricultura, deixando a água do açude imprópria para o consumo humano[32].

A "força-tarefa" formada pelo promotor Eulâmpio Duarte era composta por promotores de todas as comarcas das cidades que são abastecidas pelo açude de Boqueirão, além de representantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), IBAMA, SUDEMA, DNOCS. Essa comissão teve a missão de definir critérios que visavam à proibição imediata e definitiva da irrigação indevida ali existente atualmente[33].

O promotor Eulâmpio Duarte lembrou aos irrigantes, em uma reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2006, que eles estavam praticando, além de crime de desobediência à liminar da Justiça Federal, crime contra o meio ambiente, uma vez que estavam contribuindo para a contaminação das águas do manancial em função do uso exagerado de agrotóxicos nas lavouras irrigadas[34]. Inicialmente, através dessa "força-tarefa", os irrigantes foram notificados em suas unidades de produção para deixarem a prática da irrigação em torno do açude num prazo de um mês, sob pena de, em continuando a desenvolver as culturas irrigadas, os

32 Não havia clareza com relação a quem faz as denúncias sobre a utilização da água do açude para irrigar e o uso de agrotóxicos nas culturas irrigadas ali desenvolvidas. Mas esse assunto causa polêmica entre os moradores da cidade de Boqueirão

33 De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Boqueirão, no momento essa comissão não estava atuando.

34 Não havia um laudo científico que comprovasse a contaminação da água do manancial em função do uso exagerado de agrotóxicos nas lavouras irrigadas.

responsáveis pelas unidades de produção responderem a um processo de crime contra o meio ambiente.

Havendo a possibilidade de paralisarem totalmente a irrigação em torno do açude diante da fiscalização exercida pelo Ministério Público, o Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão, juntamente com o diretor do posto de operações do DNOCS de Boqueirão, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Boqueirão, realizou várias reuniões nas comunidades em torno do açude de Boqueirão, orientando os irrigantes da seguinte forma:

- Interrupção do cultivo da bananeira visto que essa cultura consome muita água em relação às demais culturas agrícolas ali desenvolvidas.
- Incentivo ao plantio de árvores frutíferas nas áreas de preservação em torno do açude, as quais compreendem 100m a partir do nível da sangria do manancial.
- Incentivo à diminuição da área de irrigação realizada por inundações das faixas laterais próximas às margens do açude.
- Informações sobre a utilização e aquisição do método de irrigação por gotejamento e microaspersão.
- Informação sobre a necessidade de diminuir a quantidade de agrotóxicos nas culturas dentro da unidade de produção.

Algumas medidas citadas foram adotadas pelos irrigantes tais como: a diminuição da área destinada à produção de bananas e utilizada pela irrigação por inundações das faixas laterais e o plantio de árvores frutíferas nas áreas de preservação em torno do açude. Dessa maneira, quando o promotor Eulâmpio Duarte realizou outra vistoria em torno do açude de Boqueirão no mês de fevereiro do corrente ano, encontrou as modificações citadas acima, realizadas dentro das unidades produtivas pelos irrigantes.

Com as modificações constatadas, a promotoria informou ao Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão que haveria sempre essa fiscalização por parte do Ministério Público, enquanto o processo estivesse tramitando na 4ª vara do Poder Judiciário da Comarca de Campina Grande-PB, cabendo aos produtores irrigarem apenas culturas temporárias abrangendo uma pequena área cultivada dentro de sua unidade de produção. Assim, diante do fato de que o açude estava com mais de

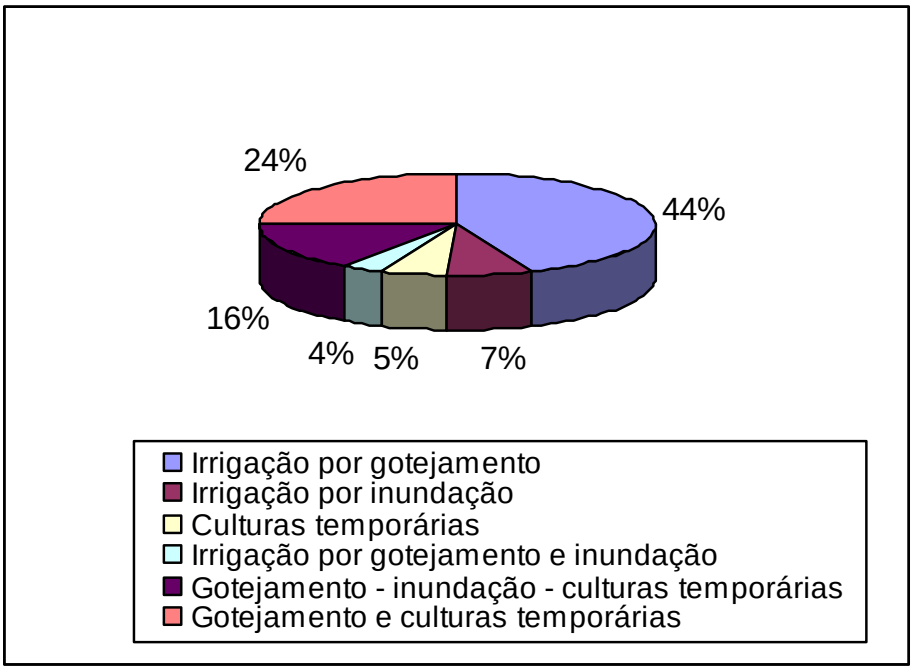
85% de sua capacidade na ocasião da visita, a promotoria abriu a possibilidade aos produtores de irrigarem as culturas agrícolas enquanto o processo tramita, desde que nas condições acima expostas.

De acordo com Oliveira (2007), os agricultores estavam confiantes na possibilidade de voltarem a cultivar legalmente as suas culturas agrícolas utilizando as águas do açude de Boqueirão, visto que o reservatório estava em 16 de abril de 2007 com 87,3% de sua capacidade e a estação chuvosa ainda continuava na região, possibilitando o aumento do volume d'água no açude e assim a possibilidade de legalização da atividade perante a justiça.

No momento da pesquisa, foi perguntado aos agricultores como deveria voltar a produção agrícola em torno do açude de Boqueirão depois que a proibição da irrigação for revogada pela justiça. Foram identificadas diversas formas que demonstravam a consciência em relação às mudanças necessárias que deveriam ocorrer nesse território em torno do açude Epitácio Pessoa. Dessa forma, 44% (92) dos agricultores acreditam que deveriam irrigar as culturas temporárias pelo método da irrigação por gotejamento, sendo uma forma de economizar a água do açude e evitar mais um colapso d'água no futuro na região; 24% (51) alegam que deveria haver uma união entre o método de irrigação por gotejamento e o cultivo apenas de culturas temporárias como tomate, pimentão, feijão verde, cebola e repolho. Assim sendo, conforme o gráfico 11, esses entrevistados acham que, no momento em que a irrigação for liberada, as culturas permanentes como a banana e o coco que necessitam de muita água para desenvolverem — não deveriam mais ser plantadas em torno do açude, o que significaria uma forma de economizar a água dele.

Brito (2008) identificou, na sua pesquisa, que a principal sugestão para a solução do problema, de acordo com a percepção dos agricultores no entorno do açude Epitácio Pessoa, era a transposição de parte das águas do Rio São Francisco, que passou a ser uma questão bastante veiculada pelos meios de comunicação, fato esse que a tornou conhecida daqueles agricultores, passando a dar esperanças de que sejam contemplados com o projeto. De acordo com o projeto de transposição, o açude Epitácio Pessoa passaria a receber as águas do rio São Francisco por meio do Eixo Leste.

Gráfico 11 – A forma como deveriam ser cultivadas as culturas irrigadas de acordo com os entrevistados.



Fonte: OLIVEIRA (2007)

Foi possível perceber também que os pequenos agricultores, ou seja, aqueles que desenvolvem culturas para subsistência, se queixaram por serem prejudicados pela generalização da ação do poder público de proibir o uso da água para irrigação. Segundo eles, quem mais consome e desperdiça água são os agricultores que produzem para comercialização, os quais detêm os maiores lotes e dispõem de todo aparato no que diz respeito ao fomento de suas atividades (máquinas, equipamentos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos e muito mais). Ainda para eles, a fiscalização deveria ser mais combativa, e o DNOCS poderia rever e redefinir o tamanho dos lotes oferecidos por concessão, distribuindo-os em pequenas propriedades, de modo a permitir apenas que sejam desenvolvidas atividades de subsistência.

Por outro lado, aqueles que produziam prioritariamente para a comercialização afirmavam que atualmente consomem pouca água por estarem utilizando métodos mais econômicos de irrigação, ou seja, gotejamento e microaspersão. Para estes, o poder público deveria realizar uma fiscalização combativa aos desperdícios causados pela população de Campina Grande, por ser esta a mais beneficiada com as águas do açude. Diante do exposto, é possível

perceber a existência de conflitos entre os diferentes atores usuários de água do açude.

Brito (2008) ressalta que, nesse contexto, os desperdícios da água não são provocados apenas pelas populações instaladas no entorno do açude, mas também por aquelas que mesmo distantes se beneficiam, pelo fato de serem abastecidas por suas águas. Campina Grande, localizada a 44 km do manancial, é um exemplo. Seus habitantes, apesar de terem, de modo geral, mudado o comportamento em relação ao uso da água, sobretudo após terem que enfrentar racionamentos devido a um período de crise de aporte hídrico sofrido pelo açude Epitácio Pessoa, continuaram gerando desperdícios. Era possível observar diariamente, nos mais diversos pontos da cidade, pessoas fazendo aguação de jardins residenciais ou de instituições, lava-Jatos, lavagem de calçadas; os vazamentos são mais uma causa dos desperdícios de água registrados na cidade. Toda a água utilizada vinha do sistema de abastecimento da CAGEPA, isto é, água do açude Epitácio Pessoa.

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que a política atual adotada pela CAGEPA em relação ao açude Epitácio Pessoa é uma política de risco, pois não tem levado em consideração o aspecto espaço-temporal, isto é, que o açude encontra-se em uma região de irregularidade pluviométrica, que a demanda por água tem aumentado, porém, os investimentos na estrutura da empresa não acompanham esse ritmo de crescimento, apontando, com isso, para um futuro insustentável.

Dessa forma, a **água** é um elemento chave no estudo da dinâmica territorial em torno do espaço agrário do açude Epitácio Pessoa. A forma como é utilizada a água pelos atores internos e externos e também a sua oferta (abundância) ou falta (seca) implicam na reconfiguração territorial nas dimensões naturais, econômicas e sociais, dando impulso às modificações necessárias e adaptação dos atores locais, levando o território a uma dinâmica intensa (TDR), com construção, desconstrução e reconstrução através dos conflitos ali existentes em determinados períodos.

Nessa luta pela conquista do território social em torno do açude Epitácio Pessoa — através das organizações, associações, sindicatos dos agricultores — contra os atores externos, a dimensão de poder que se faz presente se revela na configuração territorial em torno do açude através de sua paisagem. A paisagem é um cenário revelador das relações sociais e de inter-relação existente nas diferentes

escalas que implicam na dinâmica e na configuração territorial em torno açude Epitácio Pessoa.

6.6 – Síntese da dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa

A proposta teórico-metodológica para leitura e compreensão da produção e da dinâmica dos territórios, aqui elaborada, aplicada e exemplificada, permitiu-nos obter as seguintes conclusões sobre o território estudado:

1- O território em torno do açude Epitácio Pessoa abrange uma área de 2.680 ha. Sua bacia hidrográfica cobre uma área de 12.410 km² e sua extensão adentra os municípios de Boqueirão, Barra de São Miguel e Cabaceiras. Essa área é constituída por 37 comunidades: Boqueirão, da qual fazem parte o Alto da Repetidora, Alto da Bela Vista, Campo Redondo, Bredos, Cavaco, Bento, Algodões, Moita, Lages, Pedra Branca I, Pedra Branca II e Pedra Branca III, Vila do Sangradouro, Maravilha, Lages, Urubu, Carcará, Mirador, Pasmado e Tatu; Cabaceiras, formada por Facão, Tauá, Malhada da Pedra, Olho D'água, Bertioga, Inês, Cacimba, Maribondo, Forquilha, Pata de Loló, Cortume, Maniçoba e Pedrinha; Barra de São Miguel**,** constituída por Floresta, Pata de Lula, Morro do Urubu e Riacho Fundo. Devido à grande extensão territorial, como também à historicidade de cada comunidade, deve-se levar em conta a diferenciação territorial, ou seja, que o território é formado por um conjunto de lugares diferentes, resultado de interações particulares entre objetos e relações. Assim, o território em torno do açude Epitácio Pessoa se apresenta como uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões, como o entendem Deleuze e Guattari (1992), Dematteis (2006), Gottmann (2012), Haesbaert (2012), Raffestin (1993) Sack (1986), Saquet (2010) e Souza (2005) em suas análises.

2. A produção do espaço em torno do açude Epitácio Pessoa em território ocorreu quando da conquista do Sertão da Paraíba por expedições denominadas de bandeiras, ocorridas entre 1670 e 1730 e conduzidas pela família Oliveira Lêdo. A família, ao se deparar com a serra de Carnoió, "o Boqueirão", construiu currais para criação de gado bovino e, em seguida, foram estabelecidas culturas agrícolas de

subsistência, pequenas plantações de milho, feijão, mandioca, para atender a necessidades do grupo. Assim, identificamos a produção do espaço geográfico de Boqueirão, a ação dos homens sobre o espaço natural, de forma lente e gradativa.

3 - As relações de trabalho que caracterizam o território até a construção do Açude, em 1951, estabeleceram-se em torno da criação do gado e das plantações das culturas agrícolas de subsistência, realizando o processo de territorialização.

4 – A população percebeu que alterações no território iriam ocorrer, na década de 1940, quando iniciou o levantamento dos dados técnicos para a construção da obra. Durante a década de 1940, a tranquila vila de Carnoió contava apenas com uma rua principal à margem do rio Paraíba, outras bem menores em torno da igreja católica e um pequeno comércio de gêneros de primeiras necessidades. A vila foi crescendo a partir do início da construção do açude Epitácio Pessoa em 1951. A vila de Carnoió se transformou num ponto de convergências de milhares de operários e técnicos vindos de muitos lugares. Com uma circulação de homens e máquinas quebrando a tranquilidade da Vila, os moradores passaram a conviver com novos costumes, linguagens e horários, fatos que provocaram mudanças no seu dia a dia. Aumentava a população da vila e, consequentemente, formavam-se novas ruas, desenvolvia-se o comércio e novas profissões passaram a surgir, de acordo com as necessidades dos operários da obra, dando à vila um aspecto urbano. Assim começa o primeiro processo de desterritorialização vinculado à construção do açude Epitácio Pessoa, reconfigurando o território pesquisado.

5 - Na zona rural, a desterritorialização ganhou outros contornos. Os proprietários das terras inundadas com as águas represadas, que tinham influência política e econômica na vila (poder), foram indenizados pelo governo Federal, enquanto os demais foram expulsos ou se proletarizaram nas terras às margens do rio Paraíba. Deixou-se de produzir a agricultura de subsistência, dando lugar a um imenso espelho d'água, que abrange uma área de 2.680 ha. Sua bacia hidrográfica cobre uma área de 12.410 km² e sua extensão adentra os municípios de Boqueirão, Barra de São Miguel e Cabaceiras.

6 – Com a transformação do território através da ação do Estado, com a construção do Açude Epitácio Pessoa, "o Boqueirão", realizado pelo DNOCS entre 1951 -1956, logo após a conclusão da obra, tem início o primeiro processo de reterritorilização

apresentado na nossa proposta. Através do açude, iniciou-se o desenvolvimento da atividade agrícola irrigada. Nas unidades de produção arrendadas a agricultores de baixa renda pelo DNOCS, o uso do solo e da água foram organizados de forma a permitir as culturas agrícolas irrigadas para o auto - consumo (milho, feijão, fava, batata-doce, macaxeira e algumas hortaliças) como também destinadas à comercialização (tomate, pimentão, repolho etc.). A partir disso, os produtores locais – camponeses e pequenos capitalistas - deram início a uma nova agricultura destinada ao comércio que possibilitou um aumento na produção agrícola do município, atraindo várias pessoas dos municípios vizinhos para dedicarem-se à atividade agrícola em Boqueirão.

7 - As relações de trabalho capitalistas se estabelecem com a construção do açude Epitácio Pessoa, realizada pelo DNOCS (representando o Estado), em 1951, que contava com uma equipe técnica formada por engenheiros e operários especializados para realizar o levantamento topográfico da bacia hidráulica, operar as máquinas, como os tratores, e contava com a contratação de mais de 3.000 operários formados por pessoas da região, que trabalhavam em regime de trabalho em tempo integral, inclusive aos domingos e feriados

8 – Sintetizando o apresentado até aqui, podemos afirmar que o processo de produção territorial em torno do açude Epitácio Pessoa se caracteriza pelas seguintes fases: a transformação do espaço em território, com atos de territorialização no século XVII; o primeiro processo de desterritorialização desse território, entre as décadas 1940 e 1950, quando se inicia o processo voltado para a construção do açude; o primeiro processo de reterritorialização do território, a partir da década de 1956, logo após a construção do açude.

9 - Entre o período analisado, o território agrário em torno do açude Epitácio Pessoa passou por várias mudanças, em cada mudança havendo uma reconfiguração territorial. Essas mudanças ocorreram pela abundância ou escassez da água do açude, resultando em mudanças na paisagem, nas relações sociais, econômicas e culturais. Assim, dividimos essas mudanças após a construção do açude em quatro fases (Períodos): 1ª Fase – Processo de reterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa, “O Boqueirão”, entre 1959 a 1970, que se caracterizou pela

abundancia da água e a iniciação da atividade agrícola comercial irrigada. Na 2ª Fase – Reificação e Estruturação no processo de reterritorialização entre 1970 a 1990, caracterizada pela expansão da produção do tomate e início da crise hídrica do açude. Na 3ª Fase – Segundo processo de desterritorialização em torno do açude Epitácio Pessoa, entre 1990 e 2000, caracterizado pela proibição dos agricultores utilizarem a água do açude para irrigarem as atividades agrícolas, a existência de conflitos e mudança na paisagem territorial e a diminuição de atores no território; e a 4ª Fase – O segundo processo de Reterritorialização, entre 2001 a 2010, caracteriza a abundância da água, a não existência de conflitos, novas atividades agrícolas e relações de trabalho no campo e perspectivas para a gestão territorial.

10 – Detalhando o processo de reterritorialização promovido logo após a construção do açude, podemos afirmar que ele se subdivide em três etapas de atos territorializantes: a dominação, a reificação e a estruturação. A dominação foi identificada a partir do momento em que o DNOCS dividiu as terras em torno do açude em 277 unidades de produção, cujo tamanho varia de 0,0 a 30 hectares, ou seja, os camponeses que só exploravam as áreas de vazante até 30 hectares. Os lotes que variam de 1,0 a 30 hectares eram os que apresentavam maior área cultivada, principalmente através da produção do tomate e do pimentão. A reificação do território aconteceu no momento em que os agricultores iniciaram a transformação da matéria natural em matéria construída, através do uso do solo e das águas represadas pelo açude na produção agrícola irrigada. Aconteceu também na modificação das técnicas e métodos utilizados na atividade agrícola, com a utilização crescente de insumos químicos, tratores, agrotóxicos, sementes industrializadas, priorizando a produção de algumas culturas em relação a outras, como o tomate, entre as décadas de 1970 e 1990. A estruturação territorial é compreendida no território em torno do açude Epitácio Pessoa com as mudanças que ocorreram nas unidades de produção, sendo um ambiente mutável que foi capaz de defender-se das perturbações, por exemplo, a expansão de determinadas culturas agrícolas em relação a outra, como a produção do tomate, a falta de crédito agrícola, a infestação de pragas, a diminuição ou aumento dos lucros obtidos na comercialização do produto.

11 – Entres os elementos naturais que fazem parte desse território, podemos destacar o solo que é utilizado para a o desenvolvimento das atividades agrícolas ali cultivadas e a influência do clima semiárido que contribui para desenvolvimento, dependendo da cultura agrícola escolhida, e principalmente a água. A água que faz parte desse território constitui elemento importante na configuração territorial, pois a mesma é utilizada de diferentes formas: irrigação das atividades agrícolas em torno do açude, abastecimento humano, atividades pesqueiras, dessedentação de animais, práticas de esporte e lazer. Entre os elementos culturais que se fazem presentes na paisagem desse território as que chamam mais atenção são as atividades agrícolas de subsistência e comerciais, como: tomate, pimentão, repolho, feijão verde, cebola, macaxeira, batata-doce etc., as quais formam ilhas verdes isoladas no meio da caatinga. Fazem também parte dos elementos culturais os currais com a criação de aves (galinhas, patos, marrecos e perus) e animais como caprinos e bovinos, bares, restaurantes, áreas de lazer, granjas, casa de alvenaria isoladas ou pequenas ruas de casas que apresentam um pequeno comércio de primeiras necessidades, igreja e escola.

12 – Entre os atores envolvidos nessa dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa, identificamos dois tipos: os atores internos e os atores externos. Os internos são formados pelos agricultores (camponeses que desenvolvem uma agricultura de subsistência), os irrigantes (que desenvolvem uma agricultura comercial), trabalhadores assalariados e temporários nas atividades agrícolas formados por homens, mulheres e crianças, atravessadores, pescadores, criadores de animais e donos de bares, restaurantes e áreas de lazer, como também associações desses atores como: Sindicato do Trabalhadores Rurais de Boqueirão, Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão e a Colônia de Pescadores Z8. E também as prefeituras municipais de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, por terem seus territórios limítrofes da Bacia Hidráulica do açude Epitácio Pessoa. Os atores externos são formados por três esferas: Esfera Municipal — Prefeitura de Campina Grande, por ser o município de maior consumo de água do açude Epitácio Pessoa; Esfera Estadual — Ministério Público Estadual, AESA, CAGEPA E EMATER; Esfera Federal — DNOCS, IBAMA e ANA.

13 - As relações econômicas no âmbito desse território se concretizam nas relações de trabalho na atividade agrícola, na comercialização de peixes, nas criações de animais e na prestação de serviços realizados pelos bares e

restaurantes. Em relação à atividade agrícola, as relações apresentam-se de formas distintas, como o trabalho familiar no âmbito da unidade produtiva e tendo complemento do trabalho acessório (assalariado temporário) que ocorre, por exemplo, quando há momentos críticos do ciclo da produção agrícola, como no período da colheita, nos casos em que os membros da família camponesa não são suficientes para realizar todo o trabalho em tempo hábil, pois as tarefas exigem rapidez, uma vez que os produtos agrícolas são perecíveis. Ademais, esses trabalhadores trabalham nas diversas funções, como irrigação, pulverização, adubação, capinação, operações de desmatamento, destoca, queima de resto de vegetais, seleção dos produtos como tomate e pimentão e principalmente na colheita.

14 – Uma relação cultural muito presente na dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa é a socialização dos camponeses, presente na produção agrícola, visto que a reprodução da força do trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças presentes nas unidades de produção. Exemplo destacado da socialização camponesa que atinge as crianças é o de Álvaro, da comunidade do Campo Redondo. Com doze anos em 2006, ele participava de todo o processo produtivo das culturas agrícolas presentes na unidade de produção de seu pai. Ele mostrou de que forma fazia as sementeiras das culturas do tomate e pimentão e, à medida que mostrava as culturas, demonstrava a satisfação e o entendimento correto do trabalho agrícola. Álvaro estudava na escola agrícola da cidade de Boqueirão e cursava a 6ª série do Ensino Fundamental no turno da tarde. Todas as manhãs e no final da tarde, ele estava presente no campo para trabalhar. Ele afirmou gostar de estudar e ter as melhores notas da sala em relação aos seus colegas, mas que o que lhe dava prazer era trabalhar com seus pais e irmãos na agricultura e ver nascer e crescer o que ele plantou.

15 - Entre várias influências externas existentes na construção e na transformação desse território, podemos destacar o motivo da sua construção. A construção do açude Epitácio Pessoa se deu através das políticas do Estado de combate às secas, com o objetivo de solucionar o problema da falta d'água na região Nordeste e, principalmente, solucionar o problema do abastecimento d'água para o consumo da população urbana de Campina Grande. Em busca de solução para o problema da falta de água, a burguesia campinense, em meados da década de 1940, aliou-se à

Igreja Católica que, nessa época, tinha muita influência na política e na sociedade local. Tal influência pode ser comprovada pela realização, em Campina Grande, do I Encontro dos Bispos do Nordeste. Nesse encontro, o tema central discutido foi a problemática do abastecimento d'água no Nordeste e, em especial, em Campina Grande. O encontro resultou na redação de um documento que requeria ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, soluções imediatas ao problema, alegando que a falta d'água no município de Campina Grande estava impossibilitando o desenvolvimento da indústria e causando correntes migratórias para o Sul do país. Como nem o município nem o estado dispunham de recursos para a construção de grandes obras em curto prazo, foi solicitado ao governo federal que solucionasse o problema do abastecimento d'água em Campina Grande através da construção do açude de Boqueirão, no rio Paraíba. Tais reivindicações foram rapidamente aceitas pelo governo federal, já que coincidiam com o objetivo principal do seu governo, que era o de promover o desenvolvimento da indústria.

16 – Outro fator externo que influenciou o território foi o Estado representado pelo DNOCS, que dividiu as terras em torno do açude em 277 unidades de produção, cujo tamanho, varia de 0,0 a 30 hectares, ou seja, os camponeses que só exploram as áreas de vazante até 30 hectares, delimitando, de forma oficial, os tamanhos das unidades de produção cedidas aos agricultores. Podemos destacar, também, a influência do mercado externo na escolha de cultivar o tomate por parte dos agricultores em detrimento das outras culturas, devido à maior aceitação que o produto possuía no mercado, fruto das políticas públicas de incentivo ao processo de industrialização da agricultura brasileira, como o oferecimento de crédito agrícola aos agricultores que escolhessem essa cultura agrícola. Dessa forma, a agricultura modernizada passou a constituir-se, por um lado, em mercado consumidor para a indústria produtora de insumos e máquinas agrícolas e, por outro, em fornecedora de produtos para o processamento e beneficiamento industrial, por exemplo, o tomate. Assim, a influência da modernização/industrialização da agricultura brasileira e o grande retorno financeiro no final da produção impulsionaram a propagação da cultura do tomate em torno do açude de Boqueirão, modificando o território.

17 - Outros fatores externos e internos contribuíram para a transformação desse território, como o crescimento do consumo d'água do açude, tanto em função do

método de irrigação - superficial por faixas laterais utilizado na produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, quanto pela evaporação da água na região, pelas construções das barragens à montante do açude de Boqueirão e pelo aumento do fornecimento d'água para o consumo humano. Todos esses fatores contribuíram simultaneamente para o baixo índice hídrico do açude de Boqueirão. Porém, a construção das barragens (aproximadamente vinte e uma) realizada pelos governos Federal e Estadual à montante do rio Paraíba (bacia do Rio Paraíba e Boqueirão) e o aumento da demanda para o abastecimento d'água para o consumo humano, fruto do aumento da população beneficiada pela água do açude de Boqueirão, provocaram transformações em torno do açude Epitácio Pessoa.

18 – O baixo índice hídrico do açude Epitácio Pessoa, na segunda metade da década de 1990, iniciou no território os conflitos mais intensos pelo direito ao uso da água do açude, entre a população das cidades influentes situadas próximas ao reservatório e que necessitavam da água para o seu abastecimento humano — como Campina Grande — e os agricultores locais, que tinham na agricultura irrigada a única forma de sobrevivência, como também os demais atores: pescadores, donos de áreas de lazer, criadores de animais e praticantes de esportes.

19 – Houve a proibição de os agricultores utilizarem a água do açude para irrigarem suas atividades agrícolas, através de uma medida cautelar de n: 570, classe XX, movida pelo Ministério Público contra o Departamento Nacional de Obras Contra Secas DNOCS, baseado-se na lei n° 9.433/97 (arts 1,III e 15 III). Tal medida proibiu toda e qualquer irrigação em torno do açude Epitácio Pessoa, "O Boqueirão", a partir do dia 03 de março de 1999, e estabeleceu que a água existente no açude seria usada exclusivamente para o consumo humano e animal.

20 - No âmbito da dinâmica territorial em torno do açude Epitácio Pessoa, encontramos diversas relações de poder que contribuem na sua configuração. Entre esses poderes podemos destacar a existência do **P**oder (letra maiúscula) e o **p**oder (letra minúscula). O Poder é o Estado, representado nesse território pelos Ministérios Públicos: Estadual e Federal, através da Ação Cautelar (Ação n° 570), promovida contra o DNOCS, que proibiu a atividade agrícola em torno do açude Epitácio

Pessoa. Contudo, esse Poder foi exercido de forma conjunta com o apoio do 2º BPM, IBAMA, CAGEPA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba. Essa atuação garantiu a soberania do Estado e a sujeição dos agricultores, no primeiro momento, nesse território. Entretanto, o **p**oder (letra minúscula) é produzido nas relações sociais heterogêneas que extrapolam a atuação do Estado, as quais envolvem processos da vida cotidiana. Nesse contexto, o **p**oder foi organizado pelos agricultores e trabalhadores rurais que residiam e trabalhavam em torno do açude Epitácio Pessoa. Esse **p**oder é representado pelos sindicatos: sindicato dos Irrigantes de Boqueirão e o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão. Representantes desses sindicatos sempre estão presentes nas discussões sobre o uso da água do açude Epitácio Pessoa.

21 – A proibição da irrigação em torno do açude, depois da segunda metade da década de 1990, provocou queda na produção agrícola, um desequilíbrio na organização da produção e do trabalho nas culturas irrigadas em torno do açude, havendo redução no plantio de algumas culturas agrícolas e redução nos postos de trabalho (assalariados e temporários) nessas atividades. Nesse período, as plantações agrícolas como o tomate, pimentão, feijão – verde, entre outros, não faziam mais parte da paisagem territorial, pois o II Batalhão de Polícia Militar da Paraíba realizou o patrulhamento em torno do açude, com a finalidade de prender todos aqueles que desrespeitassem a Ação Cautelar. Além disso, os mesmos estavam sujeitos a pagarem multas e responderem a processo penal por danos causados ao meio ambiente e às populações que precisam de água para beber. A força-tarefa conseguiu que fossem desestabilizadas e lacradas todas as moto-bombas utilizadas para a irrigação nas margens do açude, conseguindo com isso alcançar o objetivo determinado pela liminar de suspender toda e qualquer tipo de irrigação em torno do açude. Essa decisão repercutiu, de imediato, nos municípios de Boqueirão, Cabaceiras e Barra de São Miguel, instalados na bacia hidrográfica do açude, e, sobretudo, nas 37 comunidades construídas nas lindeiras do reservatório, as quais desenvolviam culturas irrigadas utilizando-se exatamente da água do açude. Mesmo assim, verificamos a resistência, pois alguns camponeses não respeitaram a medida cautelar que proibiu a irrigação em torno do açude e continuaram a desenvolver as atividades agrícolas ilegalmente, ainda que de forma reduzida. Isso se deu pela necessidade de garantir a reprodução da família e pela

não existência de outro emprego na região. Assim, alguns deles continuaram plantando, ainda que sempre com medo da fiscalização do IBAMA.

22 - A proibição da irrigação para os agricultores em torno do açude Epitácio Pessoa fez surgir uma mobilização contra essa proibição, organizada pelo Sindicato dos Irrigantes de Boqueirão e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão, logo após a Ação Cautelar do Ministério Público que marcou a união entre a cidade e o campo no município de Boqueirão. As ruas do município foram tomadas pelos camponeses, pequenos capitalistas, trabalhadores rurais, pescadores, criadores, estudantes, comerciantes locais e pela população civil na realização de caminhadas e atos públicos em frente aos prédios públicos do Município. Assim, a cidade tornou-se palco das reivindicações dos camponeses, pequenos capitalistas e trabalhadores rurais. Ao lado deles, comerciantes da cidade, estudantes e a população local marchavam pelos mesmos direitos.

23 - Em 12 de julho de 2004, o açude Epitácio Pessoa atingiu a cifra de 398.547,268 m^3 — aproximadamente 95,3% de sua capacidade. Com o açude com quase 100% de capacidade hídrica, os camponeses e os pequenos capitalistas recomeçaram a desenvolver as atividades agrícolas, alguns inclusive chegaram até a ampliá-las, ainda que de forma irregular, uma vez que a medida Cautelar do Ministério Público que proíbe a irrigação em torno do açude não foi revogada. Porém, diante desse quadro, também a fiscalização por parte do IBAMA diminuiu, no momento em que o açude atingiu sua capacidade máxima, fato que propiciou a retomada do crescimento da agricultura irrigada nas margens do açude. As chuvas continuaram nos anos de 2005 e 2006, garantindo que o açude continuasse atingindo sua capacidade máxima e afogasse o conflito existente pelo uso da água, que tinha ocorrido na segunda metade da década de 1990.

24 – No segundo processo de reterritorialização, identificamos várias mudanças na configuração territorial, entre elas: no que se refere ao número de hectares dedicados à produção agrícola em torno do açude de Boqueirão, foi verificado, de uma forma geral, uma diminuição das culturas comerciais e uma maior diversificação da produção a partir da opção por outras culturas da chamada economia do excedente; merece destaque a redução da área total ocupada pelas culturas

comerciais tradicionalmente mais importantes da agricultura irrigada em torno do açude, como tomate (60,2%), pimentão (56,9%), banana (75,9%) e o repolho (52,5%); o aumento da área total ocupada por culturas até então pouco expressivas em torno do açude, como o feijão verde (220%). Com a diminuição da área plantada, houve consequentemente, por um lado, a diminuição da produção do tomate, pimentão, repolho e banana, motivada pela proibição da irrigação, as pragas, o alto custo financeiro da cultura, devido ao alto custo dos insumos, as oscilações do preço das culturas do tomate e pimentão no mercado. Por outro lado, o aumento do número de hectares destinados à produção do feijão-verde aconteceu porque os agricultores passaram cinco anos cultivando pouco devido à fiscalização ocasionada pela proibição da irrigação, não sendo possível acumular dinheiro e ter condições financeiras para arcar com as despesas de culturas como o tomate, pimentão e o repolho, que requerem mais dinheiro para o início do cultivo, tornando a produção do feijão-verde viável devido ao custo de sua produção ser baixo.

25 – Nessa nova reconfiguração, verificou-se a existência, no território, da policultura, destacando-se com maior presença a produção do feijão, tomate, pimentão, milho, macaxeira, batata-doce, repolho, banana, alface, coentro, maracujá e cebola, a qual estava sendo cultivada pela primeira vez nas comunidades em torno do açude Epitácio Pessoa.

26 – Foram identificadas algumas permanências e mudanças ao longo da dinâmica territorial, em relação às técnicas desenvolvidas na atividade agrícola que configura a paisagem territorial. Entre as técnicas, destacamos a utilização dos fertilizantes naturais e químicos, havendo um aumento do segundo em relação ao primeiro fertilizante, sobre os agrotóxicos, os quais, mesmo sendo proibidos pelo DNOCS, eram utilizados por todos de forma indiscriminada em todas as culturas. Sua aplicação era realizada em apenas uma unidade de produção por um pulverizador elétrico, as demais declararam aplicá-los com pulverizadores de tipo costal. Tal método expõe bastante o aplicador à contaminação dérmica, caso este não esteja devidamente trajado para a operação de pulverização. O manuseio do agrotóxico era realizado sem a menor preocupação de contaminação, pois os mesmos não tinham conhecimento/consciência do mal que eles causam à saúde de quem os utiliza e, por isso, aplicavam o veneno sem usar os equipamentos de proteção

adequados e sem o acompanhamento de um profissional da área. Em relação à irrigação, todos os agricultores a praticavam; essa técnica era utilizada de três formas em torno do açude de Boqueirão: através da irrigação superficial por inundação das faixas laterais (permanências), por gotejamento e por microaspersão (mudanças). As permanências da irrigação por inundação das faixas laterais, nessa nova reconfiguração, se dão pelo alto custo inicial dos equipamentos utilizados para a implantação da irrigação por gotejamento —valor que chegava a R$ 3.000,00 por hectare e que tornava inviável para muitos a implantação da mesma, apenas alguns pequenos capitalistas introduziam-na em sua unidade de produção.

27 – Foi verificado emprego do trator nas unidades de produção para a preparação do solo antes de iniciar o plantio da cultura. Esse trator era adquirido de duas formas: utilizavam o trator cedido gratuitamente pela Prefeitura Municipal e alugavam os tratores dos fazendeiros. Em algumas unidades de produção não eram utilizados tratores, devido ao pequeno tamanho das mesmas e ao difícil acesso, uma vez que elas eram cercadas e não possuíam acesso que possibilitasse a entrada do trator para a realização do revolvimento da terra, sendo esse trabalho realizado pela família, ainda manualmente, através do uso da enxada. Um outro fator encontrando foram as permanências da rotação de terras e de culturas agrícolas dentro da unidade de produção.

28 - Verificamos uma diferenciação, não só entre as unidades de produção, como também em relação às comunidades entre si. Essa diferenciação se dá devido existir a presença de agricultores mais capitalizados que investem na produção, comprando máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas e outros meios de produção e contratando trabalhadores assalariados para a realização dessas atividades. Foi também verificada a presença de uma estufa destinada à produção de mudas de tomate, pimentão, repolho, mamão e outras que eram comercializadas entre os camponeses e pequenos capitalistas em torno do espaço agrário do açude de Boqueirão, introduzindo a comercialização de mudas entre pequenos capitalistas e agricultores, pois, nas ´décadas de 1970, 1980 e 1990, os próprios camponeses produziam em suas unidades de produção as mudas. A produção da muda era feita em sementeiras próximas ao local do plantio definitivo, em solos bem drenados.

29 - Foi identificado que 183 unidades (88%) não possuíam assistência técnica, devido à falta de condições financeiras dos camponeses em pagar um agrônomo particular, e também os órgãos públicos como a EMATER e o DNOCS não forneciam esses serviços. Apenas 26 das unidades de produção (12%) contavam com assistência técnica em suas culturas agrícolas, dos quais (06) seis eram técnicos agrícolas particulares que atuavam principalmente nos períodos de surgimento de pragas, insetos e doenças que podem causar perda da produção, permanecendo a falta de assistência técnica em torno do território.

30 - Em relação à comercialização, identificamos diferente formas: uma parte da produção da macaxeira, da batata - doce e do coentro entra no consumo direto dos agricultores como meio de alimentação imediata, e a outra parte, o excedente, é normalmente transformado em mercadoria e comercializado na feira local de Boqueirão e em alguns restaurantes e bares do município. A produção do tomate, pimentão, feijão verde, repolho e outras culturas agrícolas comerciais era, na maioria das vezes, comercializada nas próprias unidades de produção entre o agricultor que produz e o intermediário/atravessador (ator novo nessa reconfiguração territorial). Esse novo ator, “o atravessador”, foi inserido nessa dinâmica, de acordo com os entrevistados, pela falta de crédito agrícola que os beneficiasse, uma vez que as etapas dos ciclos produtivos das culturas agrícolas ali existentes necessitavam de investimentos para a aquisição de fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos para irrigação, gastos com energia elétrica, mão-de-obra assalariada temporária, entre outros. Os entrevistados, não tendo condições financeiras para investir na produção agrícola, acabavam recorrendo ao atravessador, que fornecia sementes, agrotóxicos, insumos, transformando-se no financiador da produção, deixando-o, porém, impedido de comercializar livremente o seu produto no mercado. Também foram encontradas novas alternativas de comercialização: os pequenos capitalistas que desenvolviam a agricultura irrigada em torno do açude de Boqueirão e possuíam uma boa condição financeira, não necessitando da ajuda fornecida pelos atravessadores — sendo assim livres para escoar sua produção — possuíam pequenos caminhões ou caminhonetas que utilizam para transportar a produção do tomate, pimentão, feijão verde, repolho e outras culturas ali desenvolvidas para a EMPASA/Campina Grande e para a CEASA, em Recife–PE, dando preferência ao

melhor preço alcançado no momento da comercialização e, consequentemente, conseguindo melhores ganhos do que aqueles obtidos pelos entrevistados que produzem em torno do açude. Outra alternativa era a união de quatro ou cinco camponeses que pagavam o frete do caminhão e o ICMS e iriam vender a produção agrícola diretamente aos atacadistas de destino (comerciantes) instalados na EMPASA de Campina Grande.

31 – Em relação à mão-de-obra que era utilizada na atividade agrícola em torno do açude de Boqueirão, na reconfiguração territorial, de forma geral houve uma redução de pessoas trabalhando no processo produtivo. Mas houve, entre 2000 a 2010, um percentual mais elevado de força de trabalho familiar (57%), em relação à força de trabalho assalariada (43%), fato que revelou tratar-se predominantemente de produção camponesa, caracterizada pelo predomínio da mão-de-obra familiar na unidade produtiva, trazendo um retorno do trabalho familiar que foi iniciado no processo da construção desse território. A redução da contratação de trabalhadores assalariados temporários se deu também pela redução do número de hectares destinados à produção agrícola das culturas comerciais por excelência, decorrência da proibição da irrigação; a baixa produtividade; a substituição do método de irrigação por inundação pela irrigação por gotejamento e microaspersão — que exige menor emprego de mão-de-obra — e a falta de condições financeiras, que impossibilitam a expansão das culturas e, assim, a contratação de mais trabalhadores no campo. De forma geral, os trabalhadores assalariados temporários não trabalhavam na mesma unidade de produção, existindo assim a mobilidade entre esses trabalhadores nas comunidades. Uma vez que muitos deles trabalham apenas na colheita, cada dia iam para um campo agrícola diferente em comunidades distintas, não permanecendo fixos em uma unidade de produção. Esses trabalhadores assalariados temporários desenvolviam atividades específicas dentro da unidade, sendo geralmente distribuídos entre as seguintes funções: um administrador do campo, um ou dois pulverizadores, um ou dois irrigantes. De forma geral, dos trabalhadores assalariados temporários presentes nas unidades de produção, residiam nas comunidades localizadas em torno do açude de Boqueirão os camponeses que tinham suas terras e complementavam a renda familiar trabalhando nas unidades de produção de outras pessoas, caracterizando o trabalho acessório que encontramos na produção camponesa. Eles residiam num bairro

periférico de Boqueirão conhecido como Bela Vista. Esses trabalhadores possuíam outras fontes de renda que contribuíam para a sobrevivência de suas famílias, como o bolsa - família — um programa social do governo Federal destinado a famílias de baixo poder aquisitivo — aposentadoria de algum idoso que compõe a família ou ajuda de fora, ou seja, dinheiro enviado por algum membro da família que mora em outra cidade. Essas fontes de renda contribuíam, juntamente com os rendimentos obtidos com a atividade agrícola, para garantir a reprodução das famílias em torno do açude de Boqueirão.

32 - Identificamos nesse processo da dinâmica territorial várias atores considerados internos, que vivem e sobrevivem desse território, os quais são: agricultores (camponeses e pequenos capitalistas), trabalhadores assalariados temporários, pescadores, atravessadores, donos de bares e restaurantes e os atores externos : Prefeitura de Campina Grande, Ministério Público Estadual, AESA, CAGEPA, EMATER, DNOCS, IBAMA e ANA, que vivem em um conflito constante pelo uso da água. Nesse processo, os atores internos se organizaram de duas formas: os camponeses e trabalhadores assalariados temporários no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boqueirão, o qual surgiu na década de 1970, e no Sindicato do Irrigantes de Boqueirão, formado pelos pequenos capitalistas, os quais, de forma conjunta, defendem a utilização da água do açude para a irrigação das culturas agrícolas, mas diferem em relação à forma de produzir: um defende a produção agrícola familiar e o outro defende a agricultura comercial de mercado, havendo assim outro conflito interno no território entre esses autores.

33 - A partir da aplicação da proposta, foi possível identificar que o território agrário formado em torno da bacia do açude não representa “simplesmente” um território, mas, sobretudo, um “território político” ou um território político da água.

34 - Verificamos a “Água” como um grande impulsionador na reconfiguração e dinâmica territorial em torno do território agrário do açude Epitácio Pessoa. Sua abundância ou ausência reconfigura a paisagem, ameniza ou faz surgirem conflitos, traz novas necessidades para a sobrevivência de seus atores internos e externos. Sendo assim, os atores demonstravam a consciência em relação às mudanças necessárias que deveriam ocorrer neste território em torno do açude Epitácio

Pessoa. Entre essas mudanças, podemos destacar que a irrigação das culturas temporárias deveria ser apenas pelo método da irrigação por gotejamento, sendo uma forma de economizar a água do açude e evitar mais um colapso d'água no futuro na região. Assim, deveria haver uma união entre o método de irrigação por gotejamento e o cultivo apenas de culturas temporárias como tomate, pimentão, feijão verde, cebola e repolho. Dessa forma, as culturas permanentes como a banana e o coco, que necessitam de muita água para se desenvolverem, não deveriam mais ser plantadas em torno do açude, o que significaria uma forma de economizar a água do açude, e a transposição de parte das águas do Rio São Francisco, deveria ser realizada pelo governo Federal. Assim sendo, as populações instaladas distantes e que se beneficiavam pelo fato de serem abastecidos pelo açude — Campina Grande, localizada a 44 km do manancial, é um exemplo — deveria adotar um sistema de racionamento de água de forma contínua e não apenas nos momentos de crise hídrica do manancial.

35 - Verificamos que o acesso irrestrito a todos os usuários do açude Epitácio Pessoa depois de 2005, quando o açude chegou à sua capacidade máxima, não significava o fim de futuros conflitos. Isso devido a motivos diversos, dentre os quais: o manancial não tem uma regularidade de recarga hídrica por estar localizado numa região de clima semiárido, sujeito a estiagens prolongadas e a elevadas taxas de evaporação; também, de modo geral, a atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores em torno do açude depende da irrigação. As populações urbanas abastecidas pelo açude, destacando Campina Grande, e as atividades econômicas desenvolvidas por elas, demandam uma quantidade de água cada vez maior, potencializando, com isso, futuros conflitos. Foi verificado, ainda, que não existia uma política de gestão eficiente de toda a bacia hidrográfica do rio Paraíba, onde se encontra o território construído em torno do espaço agrário do açude Epitácio Pessoa.

36 - Compreendemos que é necessário e urgente que os atores internos e externos deixem de adotar medidas paliativas como solução para o problema e comecem a implementar políticas efetivas que busquem a eficiência no processo de gestão dos recursos hídricos do território, que conduzam a sociedade a uma nova relação com

a água, a fim de conservar o meio ambiente, evitar crises de abastecimento e, consequentemente, conflitos pelo acesso e uso desse recurso.

37 - Em relação aos conflitos pelo uso da água em torno do território do açude Epitácio Pessoa, é necessário que se estabeleça uma política preventiva justamente durante os períodos de abundância, para que, nos momentos de crise de aporte hídrico, os conflitos não voltem a acontecer.

38 - Como sugestão nesse sentido, o poder público poderia cobrar uma tarifa adicional aos municípios que são abastecidos pela água do referido território, inclusive com um valor diferenciado ao setor industrial, para que estes, mesmo durante os períodos de crise, continuem utilizando as águas do açude. Os recursos oriundos dessa tarifa poderiam ser controlados por um órgão público, a exemplo do DNOCS, IBAMA ou EMATER – por estarem diretamente envolvidos no território –, para serem utilizados para subsidiar, durante os períodos de crise, os agricultores e as comunidades rurais que formam o território do açude Epitácio Pessoa, que praticam a atividade agrícola irrigada e dependem dela. Com esses recursos, os agricultores receberiam temporariamente um “subsídio” para se manterem sem produzir, economizando, dessa maneira, a água, que seria priorizada para o consumo da população urbana e também para o uso industrial.

39 - Em relação aos atores locais (poderes públicos municipais, representantes dos irrigantes e camponeses, dos pescadores e de outros seguimentos), estes precisam atentar para o fato de que não se pode esperar apenas uma solução proposta pelo Estado, como acontece sempre. É necessário conscientizar as comunidades de que estas precisam mudar de atitude no que diz respeito às suas relações com o território e suas práticas de uso da água do açude, que têm sido responsáveis pela mudança intensa na sua reconfiguração É preciso fazer com que os agricultores entendam que a solução tem que começar a partir deles. É importante também que estes comecem a se mobilizar enquanto o açude está com bastante água. A pressão, em momentos de “abundância”, teria uma repercussão muito maior em favor de suas causas do que quando o açude encontra-se em períodos de crise. Dessa forma, as reivindicações demonstrariam à sociedade e ao próprio Ministério Público Estadual a preocupação destes com relação ao açude, e que o problema, de

fato, não são as práticas agrícolas irrigadas e as secas periódicas que comprometem a recarga do manancial, mas a falta de um gerenciamento eficiente dos recursos hídricos do Estado em torno do território do açude Epitácio Pessoa, conhecido popularmente como “o Boqueirão”.

40 – O território agrário construído em torno do açude Epitácio Pessoa se reconfigurou, a sua territorialidade continua sofrendo transformações. Algumas mudanças apresentam ritmos diversificados, como produto de processos sociais, do modo de viver e produzir, sob as forças econômicas, políticas e culturais. Essas forças contribuem para que as modificações territoriais ofereçam resultados que serão inevitavelmente desarmônicos e desiguais.

41 – Não só os agricultores ali instalados são os principais agentes dessa reconfiguração territorial, através do desenvolvimento da agricultura, como também os pescadores e donos de bares, restaurantes, área de lazer e o Estado, através de suas intervenções, pois fazem com que suas ações reflitam no processo de territorialização, o qual se dá através da des-re-territorialização em torno do açude, sem perder a identidade com seu espaço de origem, buscam uma nova integração ao território a eles destinado, dando a esse território, portanto, novo significado político, econômico, social, cultural e simbólico.

Através da aplicação desse modelo, verificamos a dinâmica intensa territorial no âmbito do processo TDR – Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização, pois foi identificado que os principais elementos da territorialização também estão presentes na desterritorialização e na reterritorialização: houve perda e reconstrução da identidade dos agricultores que ali se fazem presentes nessa dinâmica; mudanças nas relações de poder, novas relações sociais, elementos culturais, econômicos e políticos, que são reterritorializados e diferenciam o território do espaço agrário em torno do açude Epitácio Pessoa. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que identificamos nessa dinâmica territorial aconteceram concomitantemente e estão em uma unidade. Todos ocorreram em tempos distintos para atores diferentes que vivem e sobrevivem da produção territorial desse espaço, pois as transformações territoriais resultaram do modo de produção e de viver dos atores, influenciados por fatores econômicos, políticos, culturais e principalmente

ambientais, destacando a água e o solo, elementos naturais que possibilitaram a construção e a reconstrução desse território.

CONCLUSÃO

A proposta teórico-metodológica para leitura e compreensão da produção e da dinâmica dos territórios, apresentada neste documento, foi elaborada tomando como referência teórica a contribuição da ciência geográfica para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica do território; e partindo da hipótese de que a ciência geográfica continua sendo referência fundamental para a leitura e compreensão da produção e da dinâmica de objeto tão complexo, cabe valorizá-la no campo do planejamento regional.

Para fundamentar e testar nossa hipótese, realizamos uma pesquisa bibliográfica que caracterizou a ciência geográfica e sua contribuição para o planejamento regional nas concepções de autores clássicos e contemporâneos da Geografia, citando a compreensão do território, de acordo com os parâmetros da ciência geográfica no âmbito internacional e nacional.

Através desse levantamento bibliográfico, construímos a proposta teórico-metodológica, destacando os conceitos: espaço geográfico, espaço vivido, lugar, território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização na concepção de vários autores. Desses conceitos inseridos na proposta concluímos que:

- O espaço geográfico é produto da ação do homem, que o transforma assim como a sua própria natureza. Esse espaço deve ser concebido enquanto produto do processo de trabalho da sociedade, destacando como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante.
- Os conceitos espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos.
- O espaço natural está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço.
- No conceito de espaço geográfico, as relações de poder não são tão determinantes quanto no conceito de território.
- O conceito de espaço vivido procura entender como os homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como esse processo se reflete na ação sobre o espaço.
- No âmbito do espaço vivido, encontramos a valorização subjetiva do território.

- O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado e ao qual está integrado.
- O lugar é aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas e que estabelece um elo afetivo entre a pessoa/ lugar e quadro físico.
- O território é o resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço através do seu desejo e de relações de poder. O mesmo oferece oportunidades, segurança e proteção através das relações naturais, econômicas, políticas, sociais e culturais ali existentes, que envolvem relações de poderes internos e externos, como conexões e articulações entre diferentes áreas e territórios, de acordo com a dinâmica socioespacial entre diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional, na qual se sucedem, ao longo do processo histórico, diversas transformações, no ambiente, por atos e ciclos de territorialidade, como a dominação, a reificação e a estruturação, compreendido e visualizado ao longo do seu processo histórico realizado pelas relações antrópicas.
- O território pode ser desterritorializado e reterritorializado.
- A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território anterior, iniciando esse processo através das ações dos atores que ali estão, por diversos motivos: naturais, econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais realizam mudanças na configuração territorial, ocorrendo a interrupção de diversas atividades ali existentes. Representa um rompimento das relações através da descontextualização com a destruição da paisagem e com o degrado dos recursos naturais que ocorrem em ritmos diferentes.
- A reterritorialização é o movimento da construção de um novo território, como novas formas de desenvolvimento produzidas pelas necessidades dos atores sociais, com novos atos territorializantes. Nesse processo, há mudanças e permanências conjugadas, isto é, descontinuidades, produzem-se novos elementos e reproduzem-se velhos componentes econômicos, políticos, sociais e culturais que fazem parte dos atores envolvidos.

Com base nesses conceitos, elaboramos um roteiro de perguntas para a leitura e compreensão da dinâmica do território agrário e aplicamos parte dele para ler e compreender a dinâmica do território em torno do açude Epitácio Pessoa, conhecido como Boqueirão, na Paraíba. Território agrário este objeto de várias pesquisas anteriores, realizadas pela Geografia. O roteiro de perguntas permite a identificação de diversos aspectos relevantes para a compreensão do território objetivada.

Fizemos a leitura do território agrário em torno do açude Epitácio Pessoa, segundo o roteiro, desde sua construção até 2010.

As informações sobre " O Boqueirão", foram levantadas em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, realizadas com esta finalidade no arquivo do DNOCS — sede Boqueirão — e nas pesquisas realizadas por Almeida (1981), Melo (1985), Rego (2001), PRODER (1997), Oliveira (2004) e (2007), Brito (2008), Ribeiro (2011), Silva (2012), entre outros.

Com esses dados, não pudemos verificar a produção e a dinâmica desse território entre 2011 a 2017, período está que ocorrendo mais uma seca na região do Nordeste, atingindo o Cariri Paraibano, chegando ao açude atingir seu índice hídrico mais crítico de sua história, 3% da sua capacidade, correndo assim, o 3° processo de desterritorialização. Como também, este período coincide com a chegada das águas da transposição do Rio São Francisco na bacia do Rio Paraíba que forma o território do açude Epitácio Pessoa "O Boqueirão", precisamente em março de 2017. Acontecimento este, que já impulsionou os atores internos e externos a iniciarem o 3° processo de reterritorialização nesse território. Deixamos essa verificação para um momento posterior. Para tanto, seriam necessários procedimentos metodológicos, como a realização de entrevistas, em campo, para as quais não dispúnhamos de recursos nem tempo suficientes.

De qualquer forma, acredita-se ter-se demonstrado que a proposta teórico-metodológica para leitura e compreensão da produção e da dinâmica de territórios apresentada constitui um esquema aplicável à leitura dos territórios ou, em outras palavras, à sua descrição em qualquer escala espacial ou temporal, pois a mesma possibilita o levantamento de dados que permitem caracterizá-los.

Acredita-se, ainda, que a proposta, como testada neste trabalho, demonstra-se viável para ser utilizada no planejamento regional por parte do Estado ou por organizações dos atores que o constitui, ou seja, na simulação e no planejamento de outros territórios agrários em diferentes escalas, cujo objetivo deve ser melhorar as condições socioeconômicas dos atores que ali constroem, reconstroem e se reproduzem em meio à dinâmica intensa do território, através das influências internas, externas, naturais, políticas e econômicas que ele recebe e, assim, se faz e se refaz o território.

Se testada em sua plenitude, a presente proposta pode trazer ainda mais elementos para utilização no planejamento regional.

Comprova-se, assim, a nossa hipótese de que a ciência geográfica continua sendo referência fundamental para a leitura e compreensão da produção territorial, cabendo à valorização do conhecimento por ela produzido na elaboração e execução de projetos econômicos, ambientais e sociais no campo do planejamento regional.

REFERÊNCIAS

AESA – **Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba**. Disponível em: <http://www2.aesa.pb.gov.br/hidrico/relacude.shtml>. Acesso em 09/18/2015.

AIVARGONZALEZ, Rafael. **O desenvolvimento do Nordeste Árido**. Fortaleza: Ministério do interior. Departamento de Obras Contra as Secas. Volume 1. Perfil do Nordeste Árido, 1984.

ALMEIDA, José Américo de. **As Secas do Nordeste**. 2 ed. Co – edição da Fundação Casa de José Américo e da Fundação Guimarães Duque. João Pessoa, 1981.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **Identidade Distinção e Territorialização**: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. (tese de doutorado em geografia da faculdade de ciências e tecnologia), Universidade estadual Paulista – UNESP. Presidente prudente, 2003.

ANA – Agencia Nacional de Águas. "**A Evolução da Gestão de Recursos Hídricos no Brasil"**, Ed. ANA, 64p, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de. I**ntrodução à Metodologia do trabalho Científico.** 9° ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geografia Econômica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Geografia: Ciência da Sociedade** – Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **O Nordeste e a questão Regional**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A terra e o homem do Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A Geografia e sua contribuição ao Planejamento Regional e a Formação do Economista** . Economia política do desenvolvimento. Maceió, vol. 3, Edição Especial, p. 45-55, ago. 2010.

BAGNASCO, Arnaldo. T**er Italie. La problemática territoriale dello svilupp italiano.** Blonga; Mulino, 1997.

BRITO, Franklyn Barbosa de. **O conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) PB**. (Dissertação de Mestrado – Geografia UFPB). João Pessoa, - PPGG, 2008.

CARLOS, Ana Fani A**. Espaço e Indústria**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARNEIRO, Joaquim Ostene. **Recursos do solo e água no semi-árido nordestino**. João Pessoa - PB: Impresso nas oficinas gráficas da União sup. de imprensa e editora. 2005.

CHAYANOV. A.V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: Silva, J. g; STOLOKE. E, U. (org). A questão agrária. SP. Brasiliense, 1981. pp.133-163.

CONTEL, Fabio Betioli. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990).** Revista da Rede Brasileira de História da Geografia. IBGE: Saberes e Práticas Territoriais, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, Um Conceito- Chave da Geografia**. In:__. GOMES, Paulo C; CORRÊA, Roberto L (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p 15 – 47.

DANTAS, Givaldo Hipólito. **Sistema de produção e estratégias de sobrevivência dos arrendatários do DNOCS no açude de Boqueirão - PB**. (dissertação de mestrado em economia). Universidade federal da Paraíba. Campina Grande. 1993.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** (tradução – Bento Prado Junior; Alberto Alonso Muroz). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Em la encrucijada de la territorialidade urbana**. (tradução por Fernando Roa Montañez). Bitacora, 2006, p 53 – 63.

DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA SECA (DNOCS). **Documentos referentes à construção do açude Epitácio Pessoa**. Boqueirão, 2015.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. (tradução de Heloysa de Lima Dantas). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

DURKHEIM, É; MAUSS, M. **Algumas formas primitivas de classificação**, In:__. RODRIGUES, j. A. (org). Durkheim. São Paulo: Ática, (Grandes Cientistas Sociais) vol.1, N° 1, 1973.

DUSI, André Nepomuceno; LOPES, Carlos Alberto Silva; et al. **A cultura do Tomateiro (para mesa**). Brasília: EMBRAPA, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In:___. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009., p 197 - 213

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Vol 1. (Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Albuquerque). Rio de Janeiro: Geral, 1998.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do Conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GALVÃO, A. R. G; FRANÇA, F.M; BRAGA, L. C . **O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin**. In:__. SAQUET, Marcos Aurelio**;** SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org). Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p 33 -46.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. (Tradução de Isabela Fajardo; Luciano Duarte). Boletim Campineiro de Geografia, v 2, n .3, 2012.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

HAESBAERT. Rogério. **O Mito da Desterritoriaização**: Do fim dos territórios a multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Regional-Global:** dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Heidrich, A. Luiz. **Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial.** In:__. PEREIRA, S.R; COSTA, B. P; SOUZA. E. B. C. Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão população, 2010. P 25 -35.

LACOSTE, Yves. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 3 ª ed. Campinas: Papirus, 1993.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad.Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace.** 4° Ed. Paris: Éditions Anthropos,2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LEITE, José Ferrari. **Geografia e Planejamento Regional**. Geografia Regional. Departamento de Geografia Humana e Regional do IPEA – UNESP, 1989.

MACHADO, Roberto. **Deleuze e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MALTEZ, José Adelino. **"Tópicos Políticos**" Disponível em http://topicospoliticos.blogspot.com/2004/10/conflito-o-que.html> acessado em 11/10/2015.

MARCELINO, Nelson C**. Introdução às Ciências Sociais**. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: vozes, 1995.

MATTE, Nadja Regina. **Deleuze e Guattari e a Desterritorialização**. In:__. SAQUET, Marcos Aurelio e SOUZA, Edson Belo Clemente de (org). Leituras do

Conceito de Território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p. 23 – 32.

MELO, Emília Pereira de. **A produção do tomate na micro-região dos Cariris Velhos**. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1985.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. João Pessoa – PB: União Editora, 1994.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: Ciência humana?** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MIRANDA, Èrico Alberto de Albuquerque. **O tomate industrial: Gênese e desenvolvimento da produção integrada do tomate nas áreas irrigadas de Petrolina e Juazeiro**. (dissertação de mestrado em economia), Universidade federal da Paraíba. Campina grande. 1991.

MODANESE, Ione Aparecida Zucchi. **O Anti- Édipo: o Capitalismo, a esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejantes**. In:__ SAQUET, Marcos Aurelio e SOUZA, Edson Belo Clemente de (org). Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p. 11 – 22.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia:** Pequena história Crítica. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 9° ed. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1988.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: _____. CARLOS, Ana Fani (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: contexto, 2002. p 63-110.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: contexto, 1996.

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de. **Alterações no Sistema Produtivo e Organização do Trabalho na Agricultura Irrigada em Torno do Açude de Boqueirão – PB.** (Dissertação de Mestrado – Geografia UFPB). João Pessoa, - PPGG, 2007.

_____. **A decadência da agricultura irrigada em Boqueirão: o caso da tomaticultura**. (Monografia – Geografia – UEPB). Campina Grande, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1997.

PEREIRA, S.R; COSTA, B. P; SOUZA. E. B. C. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão população, 2010.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil**. (tradução de Maria Verônica Morais Souto). Brasília: Instituto Internacional de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea et al. **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack.** In_: SAQUET, Marcos Aurelio; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org). Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 47 -66.

Programa de emprego e renda **(PRODER): Boqueirão**. João Pessoa - PB: SEBRAE-PB, 1997. 72 p., série diagnóstico sócio-econômico, 44.

RAFFESTIN, Claude**. Por uma geografia do Poder** (Tradução de Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993.

REFFESTIN, Claude. **Uma concepção de território, territorialidade e paisagem**. In:__. PEREIRA, S.R; COSTA, B. P; SOUZA. E. B. C. Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão população, 2010. p. 13 – 23.

REGO, Carlinda Ernesto. **A importância do açude Epitácio Pessoa e suas implicações sociais e ambientais para a cidade de Boqueirão**. (especialização em análise ambiental no ensino de geografia). Campina Grande-PB: UEPB, 2001.

RIBEIRO, Rainer Rufino. **Geopolítica da água: açude de Boqueirão – PB e as disputas territoriais por água.** Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Geografia – UEPB, Guarabira, 2011.

ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia Humanista, História, Conceitos e o Uso da Paisagem Percebida como Perspectiva de Estudo**. Curitiba: Editora UFPR, 2007. n. 13, p. 19-27.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Nova York: Cambridge University Press, 1986.

_____. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P 17 – 35.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Edusp, 2012.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6 d. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Edusp, 2014.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Recorde, 2008

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade do século XXI. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurelio**. Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____.**A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005, p, 13882 – 13894.

SAQUET, Marcos Aurelio; Roseli Alves dos Santos (Org). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio**;** SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org). **Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHANIN, T. La economia campesina: Uma generalizacion. In: _____. **Natureza de la economia campesina**. São Paulo: Anagona. [s.d]. p 15-39.

SILVA, Jairo Bezerra. **As transformações do estado e suas implicações sobre as políticas públicas no Brasil**: O caso dos recursos hídricos. João Pessoa: Idéia, 2005.

SILVA, José Erivaldo da. **Análise de viabilidade econômica da agricultura familiar dos arrendatários do DNOCS no açude de Boqueirão- PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) UEPB. Campina Grande, 2012.

SOUZA, João Gonçalves. **O Nordeste brasileiro**: uma experiência do desenvolvimento regional. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In:__. GOMES, Paulo C; CORRÊA, Roberto L (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p 77 – 116.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre epistemologia da geografia.** Cadernos Geográficos/ Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências, Nº 12. Florianópolis, 2005.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. 2007. 127p.

TUAN, Yi-Fu**. Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamariti em Ponta Porã – MS**: " o pivô da questão". Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Faculdade de Ciência e Tecnologia). Presidente Prudente, 2009.

VIANNA. P. C. G**. A água vai acabar?** In: In ALBUQUERQUE, Edu. Silvestre. (Org.). São Que país é esse? Paulo: Globo, 2005. p.343-370.

WITHERS, Bruce; STANLEY, Vipond. Tradução de Francisco da Costa Verdade. **Irrigação**: projeto e pratica. São Paulo; Nobel. 1987.